

PLANO e PROGRAMA de INVESTIMENTOS
e DESPESAS de DESENVOLVIMENTO
da REGIÃO AUTÓNOMA da MADEIRA

PIDDAR

2005



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

**PLANO
E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
E DESPESAS DE
DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA PARA
2005**

PIDDAR 2005

Dezembro de 2004



ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
I. INTRODUÇÃO	5
II. CONTEXTO INTERNACIONAL, EUROPEU E NACIONAL	9
1. Enquadramento Internacional	11
2. Enquadramento Europeu	15
3. Enquadramento Nacional	19
III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA.....	25
IV. PRINCIPAIS VECTORES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	35
V. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO SECTORIAIS PARA 2005.....	39
1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária	41
2. Pesca	65
3. Indústria	73
4. Energia	81
5. Turismo.....	85
6. Transportes e Comunicações.....	91
7. Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	99
8. Educação.....	107
9. Formação Profissional e Emprego	117
10. Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	129
11. Cultura	133
12. Saúde	139
13. Segurança e Acção Social	147
14. Habitação e Urbanismo.....	153
15. Defesa e Protecção do Ambiente	157
16. Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	173
17. Informação Científica e Técnica.....	175
18. Administração Pública Regional	181
19. Apoios ao Sector Empresarial	185
20. Apoios ao Desenvolvimento Local	189
VI. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	193



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

4

VII. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA GLOBAL	199
Quadro I – Repartição Sectorial do Investimento por Departamentos do Governo Regional	201
Quadro II - Repartição Sectorial do Investimento	203
Quadro III - Repartição Espacial do Investimento	205
Gráfico I - Repartição Institucional do Investimento	207
Gráfico II – Repartição Sectorial do Investimento	209
VIII. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	211
Vice-Presidência	213
Secretaria Regional dos Recursos Humanos	217
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	221
Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes	227
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	239
Secretaria Regional da Educação	243
Secretaria Regional do Plano e Finanças	249
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	253
IX. ANEXOS	265
Sociedades de Desenvolvimento	267
Investimentos Habitacionais da Madeira	269
Investimentos Municipais	271
Programa de Apoio Rural	283
Valor Ambiente	285



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

I. INTRODUÇÃO



I. INTRODUÇÃO

O Plano de Investimentos e Despesas da Administração da Região Autónoma da Madeira (PIDDAR) para o ano de 2005 enquadra-se no Programa de Governo 2005-2008 e no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) 2000-2006.

Tendo em conta o forte crescimento económico que a Região Autónoma da Madeira (RAM) registou ao longo da Legislatura anterior, alicerçado no forte investimento em infra estruturação, no reforço da coesão social e na melhoria do nível de competitividade económica regional, importa prosseguir o ritmo de crescimento alcançado, adoptando para isso medidas que potenciem o aproveitamento dos factores endógenos e a diversificação económica.

Independentemente do nível de desenvolvimento em que a Região se encontra, os condicionalismos próprios da sua condição ultraperiférica e da limitação geográfica, assim como as reduzidas dimensões de mercado, justificam a continuidade de apoios da União Europeia, no sentido de atenuar os custos dos constrangimentos referidos e assim prosseguir o desenvolvimento económico regional, numa base sustentada por forma a continuar o processo de convergência com a União Europeia.

Uma vez que a abordagem económica se faz cada vez mais num contexto global, fruto da crescente abertura das economias nacionais e regionais, afigura-se de grande relevância o enquadramento internacional e nacional que se segue.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

9

II. CONTEXTO INTERNACIONAL, EUROPEU E NACIONAL



II.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Após um período de incerteza no primeiro semestre de 2003 – relacionado principalmente com tensões geopolíticas, ameaças terroristas e o surto da epidemia da síndrome respiratória aguda – a recuperação da economia mundial intensificou-se no segundo semestre do ano.

O fortalecimento da actividade ao longo do ano foi generalizado às principais áreas económicas mundiais, embora com diferenças significativas no padrão e ritmo da recuperação. Nas economias avançadas, o fortalecimento da actividade reflectiu, em grande medida, a recuperação das economias norte-americana e japonesa, que contrastou com o fraco comportamento da zona euro. Relativamente aos países de economia emergente e em desenvolvimento, há a destacar o dinamismo das economias asiáticas, onde a actividade económica beneficiou de um forte crescimento das exportações, impulsionado por uma posição competitiva favorável destas economias e pela recuperação do sector das tecnologias de informação. A situação nas economias da América Latina registou também uma melhoria ao longo do ano, mas o crescimento em média anual desta área manteve-se bastante fraco.

De acordo com as projecções do Banco Central Europeu (BCE), é de esperar que a actividade económica fora da área euro permaneça forte ao longo de 2004 e 2005, com o crescimento real médio anual do PIB a situar-se em cerca de 5,5% em 2004 e 4,5% em 2005. Os Estados Unidos da América e a Ásia deverão continuar a ser as principais forças impulsionadoras do crescimento da actividade económica. Contudo, os elevados preços do petróleo, a persistência e a deterioração parcial dos desequilíbrios mundiais da balança corrente, bem como as preocupações com a evolução orçamental em alguns países, em conjunto com sinais contraditórios das principais economias, aumentam a incerteza sobre a evolução da economia mundial.

Os preços das matérias-primas aumentaram significativamente em 2003, reflectindo essencialmente a recuperação da procura associada ao fortalecimento da actividade económica mundial. Concretamente, o preço do petróleo registou uma subida de 13,6%, em termos médios anuais. Este aumento resultou de interrupções no fornecimento, do excesso de procura, dos baixos níveis de existências e das tensões geopolíticas. Os



preços das matérias-primas não petrolíferas também aumentaram consideravelmente em 2003, devido à recuperação da actividade económica mundial. Em particular, a procura chinesa de matérias-primas teve um forte impacto nos mercados destes produtos.

Ao longo de 2004, os preços do petróleo registaram subidas acentuadas, chegando a ultrapassar os 55 USD/barril no mercado de Nova Iorque no início do 3º trimestre. As subidas nos preços do petróleo foram essencialmente impulsionadas por uma combinação de forte procura, de perturbações no fornecimento relacionadas com as condições climáticas e da capacidade produtiva disponível limitada. A procura mundial de petróleo continua a exceder as expectativas. De acordo com a Agência Internacional de Energia, a procura mundial de petróleo deverá aumentar 3,4%, em média, em 2004, correspondendo à taxa de crescimento anual mais elevada em quase três décadas. Os participantes no mercado esperam que os preços do "ouro negro" se mantenham em níveis elevados até finais de 2004, vindo a descer posteriormente de forma gradual.

A economia norte-americana cresceu 3,1% em 2003, após uma subida de 2,2% no ano anterior. O fortalecimento da actividade económica foi particularmente expressivo no segundo semestre, já que no início do ano a economia foi negativamente afectada pelas tensões associadas à guerra no Iraque. O fortalecimento do PIB em 2003 reflectiu, em grande medida, a recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do sector empresarial (depois das quedas significativas nos dois anos anteriores) e um contributo menos negativo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, em virtude da recuperação das exportações. Por outro lado, o crescimento das despesas das famílias em consumo manteve-se sustentado, o investimento em habitação acelerou e a despesa pública voltou a apresentar um crescimento elevado.

De acordo com as previsões da OCDE, o PIB dos Estados Unidos deverá crescer cerca de 4,7% em 2004 e 3,7% no ano seguinte. O crescimento deverá ser alicerçado sobretudo no crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (7,3% e 6% para 2004 e 2005, respectivamente) e no Consumo Privado (3,8% em 2004 e 3,2% no ano seguinte). O Consumo Público deverá crescer menos no horizonte temporal considerado e o Saldo Global do Sector Público Administrativo deverá assumir valores mais próximos do equilíbrio.



O comportamento económico da Ásia, excluindo o Japão, mostrou-se robusto em 2003, consolidando a recuperação registada em 2002. A região apresentou bastante resistência a alguns choques adversos, incluindo as incertezas geopolíticas (nomeadamente, a guerra no Iraque e a tensão na Coreia do Norte) e a epidemia da síndrome respiratória aguda. O forte crescimento do produto resultou da congregação de diferentes factores. Primeiro, a procura externa beneficiou da melhoria da economia mundial e da depreciação das taxas de câmbio efectivas, como evidenciado pelo ritmo vigoroso das exportações em muitos países da região. Segundo, a procura interna – embora tendo desacelerado acentuadamente no segundo trimestre, em resultado dos surtos da epidemia da síndrome respiratória aguda – cresceu mais do que o inicialmente esperado. A nível individual, a China continuou a ser a economia da região com um crescimento mais rápido, tendo o PIB registado um crescimento de 9,1% em 2003.

Na Ásia, excluindo o Japão, os últimos dados disponíveis para 2004 indicam que o dinamismo do crescimento continua a ser bastante elevado. As exportações das principais economias da região estão ainda a recuperar a um ritmo rápido, com o apoio da procura sustentada dos Estados Unidos e do forte comércio intra-regional. Além disso, a procura interna apresenta uma robustez considerável na maioria dos países desta região.

As perspectivas económicas para a Ásia, excluindo o Japão, são positivas para o final do ano de 2004 e para 2005. Espera-se que a conjuntura externa permaneça favorável, e é provável que a procura interna continue a recuperar na maioria dos países.

No Japão, a actividade económica real cresceu ao longo de 2003, suportada pelas exportações e pelo investimento privado. Após algum enfraquecimento inicial do dinamismo das exportações, o seu crescimento aumentou no segundo semestre do ano, fomentado, em larga medida, pela forte procura interna de outros países asiáticos, nomeadamente a China, que representou mais de metade do crescimento global das exportações japonesas. As despesas em investimento privado de não residentes registaram uma forte expansão, suportada por uma recuperação nos lucros empresariais e algumas melhorias estruturais nos balanços das empresas. As pressões deflacionistas abrandaram ligeiramente em 2003, tendo o Índice de Preços no Consumidor (IPC) descido em média 0,3%, face a uma redução de 0,9% em 2002.



No primeiro semestre de 2004, a economia japonesa apresentou um crescimento robusto tendo registado o acréscimo real de 1,6% no primeiro trimestre e um ligeiro abrandamento no segundo. De acordo com o BCE, a actividade económica no Japão poderá enfraquecer, a prazo, face a um forte desempenho global no primeiro semestre de 2004, com o crescimento a aproximar-se da sua taxa potencial. O contributo do comércio líquido pode diminuir, dado que é provável que a procura externa abrande e as importações se mantenham fortes. A nível interno, porém, uma nova melhoria das situações do rendimento e do mercado de trabalho poderá apoiar o consumo privado. O investimento privado também deverá recuperar, como sugerido pelo crescimento sólido dos lucros das empresas e pela melhoria do nível de confiança empresarial. Apesar das pressões deflacionistas, o crescimento sustentado acima do potencial sugere o aumento prospectivo das pressões ascendentes sobre os preços.

Na América Latina, observaram-se alguns sinais de melhoria económica em 2003, uma vez que a Argentina registou uma forte recuperação face à crise do ano anterior. No que respeita aos dois maiores países da região, no Brasil o PIB registou uma contracção e no México o crescimento do produto foi bastante fraco.

De acordo com os últimos dados divulgados, a actividade económica na América Latina continua a registar um fortalecimento em 2004, impulsionado pelo crescimento das exportações, igualmente suportado pela procura interna. Contudo, os riscos inflacionistas relacionados com os preços mais elevados do petróleo e a melhoria da procura interna apontam para uma deterioração ligeira das perspectivas económicas globais a curto prazo, na região.



II.2. ENQUADRAMENTO EUROPEU

A actividade económica na zona euro registou um abrandamento pelo terceiro ano consecutivo, tendo crescido apenas 0,4% em 2003. Este comportamento resultou do contributo substancialmente negativo da componente externa e a manutenção de um fraco crescimento das principais componentes da procura interna. Após um crescimento praticamente nulo na primeira metade do ano, assistiu-se a uma ligeira recuperação da actividade económica baseada nas exportações de bens e serviços, que beneficiaram de um enquadramento externo mais favorável no segundo semestre de 2003, e na recuperação do investimento no final do ano. A incerteza no início do ano associada à guerra no Iraque, a melhoria da actividade económica a nível mundial no segundo semestre e a trajetória de apreciação do euro constituíram os principais factores que condicionaram a evolução económica na zona euro ao longo de 2003.

O abrandamento da actividade económica em 2003 foi extensivo à quase totalidade das economias da área do euro, registando-se mesmo uma queda do PIB de 0,8% nos Países Baixos e de 1,2% em Portugal. No que se refere às quatro maiores economias da zona euro, é de salientar o crescimento praticamente nulo da economia alemã pelo segundo ano consecutivo e a forte desaceleração da economia francesa (de 1,1% em 2002 para 0,5% em 2003). Em contraste, a economia espanhola cresceu 2,4%, após 2,0% no ano anterior. O menor crescimento do PIB em 2003 reflectiu, na quase generalidade das economias da zona euro, uma redução significativa do contributo da componente externa e, em menor grau, a manutenção da fraqueza da procura interna.

No Reino Unido, a actividade económica apresentou-se mais forte em 2003. O PIB cresceu 2,2% neste ano, mais 0,6 p.p. do que no ano anterior. A expansão da actividade britânica assentou no forte crescimento da procura interna, que terá continuado a beneficiar do estímulo das políticas orçamental e monetária.

Nos restantes países da UE não pertencentes à área do euro – Dinamarca e Suécia – a actividade económica apresentou uma desaceleração em 2003. Na Dinamarca, o PIB estabilizou, após um aumento de 1,0%, em 2002, e na Suécia o PIB aumentou 1,6%, face a 2,1%, em 2002.



Em 1 de Maio de 2004, a UE registou o alargamento mais significativo desde a sua criação, aumentando de 15 para 25 Estados Membros e de 381 milhões de habitantes para 455 milhões. De facto, as alterações mais importantes na UE consistem no aumento de 20% da população total e na subida de 5% do PIB. Consequentemente, uma vez que os novos Estados Membros têm uma elevada população em relação ao nível de actividade económica, a sua adesão implica uma descida do nível médio do PIB per capita na UE. Dado que o peso económico dos novos Estados Membros é relativamente reduzido, as características macroeconómicas da economia da UE não se alteraram consideravelmente.

Algumas das regiões que actualmente se qualificam para as ajudas ao abrigo do Objectivo 1 dos Fundos Estruturais, irão sofrer com o “efeito estatístico” do alargamento, ou seja, irão ultrapassar o limite de elegibilidade de 75% do PIB per capita da UE com a adesão dos novos Estados Membros, que são, na maioria, mais pobres. Cerca de 18 regiões – especialmente em Espanha, na Grécia, na Alemanha de Leste, em Itália e em Portugal, serão afectadas. Assim, deverá procurar-se um equilíbrio entre a satisfação das necessidades dos novos Estados Membros e a definição de medidas transitórias adequadas para as actuais zonas mais pobres da UE.

Não obstante, a mais longo prazo, o alargamento deverá contribuir positivamente para o crescimento económico e o bem-estar no conjunto da UE, apesar dos benefícios do alargamento não deverem ser uniformemente distribuídos entre os países, regiões e sectores. A extensão do Mercado Único, ao aumentar o âmbito da livre circulação de bens, serviços, capitais e trabalhadores, deverá melhorar a concorrência e as economias de escala, o que deverá baixar os preços e aumentar a produtividade, contribuindo deste modo para um aumento da taxa de crescimento sustentável na UE.

Nos dez países que aderiram à UE em Maio de 2004, a actividade económica apresentou um crescimento médio de 3,6% em 2003 (2,4% em 2002). O crescimento nestes países foi, em grande medida, sustentado pela robustez do consumo privado, num contexto de inflação baixa e de um crescimento significativo dos salários. As exportações destes países aceleraram significativamente (de 4,4% em 2002 para 9,6% em 2003), reflectindo, nomeadamente, a sua progressiva integração com a União Europeia.



De acordo com as estimativas do Eurostat, a taxa de crescimento real do PIB da área do euro, em termos trimestrais em cadeia, situou-se em 0,5% no segundo trimestre de 2004, face a uma taxa de 0,6% no primeiro trimestre. Segundo a projecção do BCE, o crescimento real médio anual do PIB aumentará para entre 1,6% e 2,2% em 2004 e situar-se-á entre 1,8% e 2,8%, em 2005. O forte crescimento das exportações, implícito na pressuposta continuação do fortalecimento da procura externa, deverá repercutir-se, gradualmente, na procura interna ao longo do ano de 2004.

A procura interna deverá recuperar em 2004 e 2005, apoiada na recuperação do consumo privado e no crescimento do investimento total, sobretudo do investimento empresarial, que deverá ser sustentado pela melhoria da conjuntura económica mundial e pelo nível baixo das taxas de juro reais.

No que respeita ao mercado de trabalho, o ano de 2003 não foi particularmente positivo, uma vez que a criação de emprego foi quase nula e a taxa de desemprego registou um ligeiro aumento, passando de 8,6% em Dezembro de 2002 para 8,8% em Março de 2003, mantendo-se nesse nível até ao final do ano. Dada a resposta moderada do emprego ao abrandamento da actividade económica, a produtividade aparente voltou a registar um crescimento muito reduzido em 2003 (0,2%). Para o ano de 2004, o BCE projecta uma recuperação lenta do emprego total, que deverá ganhar dinamismo em 2005, devendo a taxa de desemprego descer nesse ano.

Embora a confiança dos consumidores deva aumentar à medida que as condições do mercado de trabalho forem melhorando, a expectativa é de que o nível de poupança se manterá elevado devido às preocupações com a evolução das finanças públicas e, em particular, devido às perspectivas, a mais longo prazo, relativas aos sistemas públicos de saúde e de pensões.

Relativamente ao nível de preços, o BCE prevê que a taxa média de crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) global se situe entre 2,1% e 2,3% em 2004 e entre 1,3% e 2,3% em 2005, reflectindo o pressuposto de que o contributo da componente energética para a inflação medida pelo IHPC seja significativo em 2004, mas que em 2005 seja apenas moderado.



II.3. ENQUADRAMENTO NACIONAL

O ano de 2003 foi um ano de recessão para a economia portuguesa. De acordo com as estimativas do Banco de Portugal, no conjunto do ano, o PIB diminuiu 1,2% em termos reais, após ter crescido 0,5% em 2002.

A contracção do PIB, em 2003, ficou a dever-se ao forte decréscimo da procura interna, com a quebra na despesa em bens de investimento a ter um papel fundamental na descida verificada, embora as restantes componentes da procura interna tenham também registado diminuições face a 2002. Apesar da procura externa líquida ter registado um crescimento considerável relativamente a 2002, tendo aumentado o contributo para o crescimento do PIB de 1,0 p.p. em 2002 para 1,5 p.p. em 2003, não foi suficiente para compensar a forte quebra registada na procura interna. Em resultado, o diferencial de crescimento da actividade económica entre Portugal e o conjunto da área do euro foi negativo, pelo segundo ano consecutivo (-0,4 e -1,6 p.p. em 2002 e 2003, respectivamente).

Face à gradual recuperação económica que se tem vindo a verificar ao longo de 2004, o Banco de Portugal perspectiva um crescimento do PIB entre 1% e 1,5% para este ano e entre 1% e 2,5% para 2005. A recuperação da actividade económica deverá basear-se num contributo relativamente forte da procura interna, com o consumo privado e a Formação Bruta de Capital Fixo a serem os principais impulsionadores do crescimento da actividade económica. Apesar do comportamento positivo das exportações, as importações deverão ser superiores, resultando um contributo negativo da componente externa no crescimento do PIB, em 2004.

A contracção do PIB português, em 2003, determinou a continuação da subida da taxa de desemprego, que cresceu, de 2002 para 2003, cerca de 1,3 p.p., fixando-se nos 6,4% da população activa, em média nesse ano. O desempenho da economia nacional repercutiu-se também negativamente no emprego total, que registou, em 2003, uma redução de 0,8%, tendo já registado no ano anterior um crescimento muito ligeiro (0,2%).

Em 2004, paralelamente à recuperação da actividade económica, tem-se assistido a uma estabilização do emprego total, que apresentou mesmo uma variação homóloga positiva



no primeiro semestre de 2004 face ao ano anterior. A taxa de desemprego tem-se mantido também relativamente estável face a 2003, sendo que, no segundo trimestre de 2004, fixou-se nos 6,6%, apenas ligeiramente superior à registada no trimestre homólogo do ano anterior.

A melhoria dos níveis de produtividade e de competitividade da economia portuguesa continua a ser a questão central do seu processo de convergência face às restantes economias da UE. Assim, apesar da produtividade aparente do trabalho (medida em função do número de trabalhadores) ter diminuído 0,5% em 2003, num contexto de quebra do produto e de condições menos favoráveis do mercado de trabalho, a produtividade horária terá aumentado cerca de 2%. É no entanto de salientar que este comportamento da produtividade por hora trabalhada esteve associado a uma redução continuada do número médio de horas trabalhadas na economia, nos últimos anos.

Como as questões da produtividade não se esgotam no factor trabalho, os factores produtivos de carácter imaterial, como sejam a qualificação dos recursos humanos, a capacidade tecnológica e a organização e a inovação, assumem uma importância explicativa crescente no desempenho das economias desenvolvidas, pelo que a implementação de medidas e de políticas públicas colocadas ao serviço das empresas para eliminar os obstáculos ao crescimento da produtividade e contribuir para o desenvolvimento de um ambiente favorável à competitividade, constitui-se como uma acção de carácter prioritário.

Os custos unitários de trabalho para o sector empresarial aumentaram 3,9% em 2003, o que representou um decréscimo de 1,3 p.p. relativamente a 2002. O diferencial entre a taxa de variação real das remunerações por trabalhador e o crescimento da produtividade por trabalhador continuou a atenuar-se em 2003, mantendo-se, no entanto, ainda ligeiramente positivo.

Apesar da desaceleração dos salários verificada em 2003, Portugal registou, em comparação com as economias da área do euro, um crescimento mais acentuado tanto das remunerações por trabalhador, como dos custos unitários do trabalho.

Em 2004, registou-se novamente um aumento de produtividade, uma vez que a ligeira aceleração salarial foi mais do que compensada pelo aumento de cerca de 1% da



produtividade aparente do trabalho, revertendo a quebra de produtividade observada em 2003. Assim, os custos unitários de trabalho terão crescido no sector privado entre 2,5% e 3%, o que representa um abrandamento de 1 a 1,5 p.p. em relação a 2003. Contudo, dever-se-á ter mantido praticamente inalterado o diferencial positivo de cerca de 1,5 p.p. entre os crescimentos deste indicador para Portugal e do correspondente indicador para o conjunto da zona euro. Deste modo, apesar da maior contenção salarial no período mais recente, o persistente diferencial positivo no crescimento dos custos unitários de trabalho face à área do euro, bem como a situação de continuado crescimento dos salários reais acima da produtividade, mostram que o esforço de contenção salarial tem que ser prosseguido para não comprometer adicionalmente as condições de competitividade da economia portuguesa.

A taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor, baixou de 3,6%, em 2002, para 3,3%, em 2003. Em termos homólogos mensais, a descida da inflação foi muito mais pronunciada, tendo passado de 4% em Dezembro de 2002 para 2,4% em Dezembro de 2003. O acentuado perfil descendente da inflação traduziu-se num estreitamento do diferencial de inflação face ao conjunto da área do euro. Comparando as taxas de variação homóloga do IHPC, o diferencial diminuiu de 1,7 p.p., em Dezembro de 2002, para 0,3 p.p., no último mês de 2003. Para além da dissipação do efeito do aumento da taxa normal do IVA de 17% para 19% levado a cabo em Junho de 2002, a evolução mais desfavorável da conjuntura portuguesa e o estreitamento do diferencial positivo de crescimento dos custos do trabalho por unidade produzida são os principais factores que explicam a diminuição acentuada do diferencial de inflação.

A inflação média anual, medida com base no Índice Harmonizado de Preços no Consumidor deverá situar-se entre 2,4% e 2,6% em 2004, e entre 1,5% e 2,7% no ano seguinte, o que traduz uma diminuição em relação ao valor desta taxa em 2003 (3,3%). No que respeita ao IPC, o Banco de Portugal projecta que, em 2004, a taxa de variação média anual se situe 0,1 p.p. abaixo do IHPC, ou seja entre 2,3% e 2,5%.

Em 2003, o investimento privado registou uma quebra, continuando a evidenciar o processo de ajustamento em curso na economia portuguesa. O investimento privado foi condicionado essencialmente pelos baixos níveis de confiança dos empresários, assim



como pelas restrições financeiras associadas aos elevados níveis de endividamento já atingidos, apesar da manutenção das taxas de juro a níveis muito baixos. Esta evolução do investimento do sector privado contribuiu decisivamente para que este tenha apresentado uma capacidade líquida de financiamento, o que não sucedia desde 1997.

Em termos reais, e segundo as estimativas do Banco de Portugal, em 2003, o consumo público registou uma variação negativa de 0,4%, face ao ano precedente, após um aumento de 2,2% em 2002 relativamente ao ano imediatamente anterior. A inflexão da evolução do consumo público durante 2003 teve como principal catalizador a empresarialização de um conjunto de hospitais em Dezembro de 2002. As despesas com pessoal terão apresentado uma variação real praticamente nula em 2003, pelo que, para além da empresarialização dos hospitais, a ligeira diminuição real do consumo público ficou a dever-se a uma variação negativa do consumo intermédio (em volume) e a um expressivo aumento, em termos reais, das vendas de bens e serviços.

Segundo a notificação do procedimento dos défices excessivos (PDE) de Fevereiro de 2004, o défice das administrações públicas situou-se, em 2003, em 2,8% do PIB (2,7% em 2002). À semelhança do que se verificou no ano anterior, o objectivo de manutenção do défice abaixo do valor de referência de 3% do PIB foi atingido com o recurso a medidas de natureza temporária muito significativas, que, no seu conjunto, representaram 2,5% do PIB (1,4%, em 2002).

De acordo com as previsões de Outono da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o projecto de Orçamento para 2004 confirma um controlo rigoroso da despesa. Além disso, o impacto das medidas estruturais decididas em 2002 (relativas ao sector da saúde e à administração pública) deverá tornar-se cada vez mais notório. Excluindo o impacto das transferências extraordinárias em 2003, a OCDE prevê que o défice orçamental corrigido do ciclo desça gradualmente perto de 0,5% do PIB por ano em 2004 e 2005. Esta consolidação, no entanto, deverá ser, segundo aquela Organização, insuficiente para alcançar o equilíbrio em 2005 (mesmo corrigido do ciclo), sendo necessários esforços de contracção adicionais para alcançar tal objectivo. O previsível declínio das transferências comunitárias para Portugal — com impacto, respectivamente, no consumo e investimento públicos — terá, no horizonte de previsão, um efeito moderador na despesa interna.



Em 2003, as exportações de bens e serviços apresentaram um comportamento distinto das restantes componentes do PIB, registando uma aceleração de 2,4% para 4,1%, em termos médios anuais. As importações, por sua vez, voltaram a apresentar uma diminuição, de magnitude similar à registada no ano anterior (-0,7%). Esta evolução diferenciada das exportações e das importações permitiu que o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, que já tinha sido positivo em 2002 (1,0 p.p.), aumentasse em 2003 (para 1.5 p.p.), compensando parcialmente a forte quebra da procura interna.

No que respeita aos principais mercados de destino das exportações portuguesas de mercadorias, em termos nominais, o crescimento em 2003 foi mais significativo (4,8%) nas exportações para mercados fora dos 15 países da União Europeia (UE15), enquanto as exportações para a UE15 aumentaram 1,8%. Note-se, contudo, que nos mercados europeus, a dinâmica das exportações por países foi bastante diferenciada, reflectindo, em parte, diferentes posições cíclicas das várias economias. Neste contexto, é de referir o crescimento significativo das exportações para Espanha (14,9% em 2003, após um aumento também significativo de 10,9% em 2002), reforçando a posição deste país como principal mercado de destino das exportações portuguesas. Pelo contrário, as exportações para a Alemanha (que, durante vários anos e até 2001, foi o principal destino das exportações portuguesas, ocupando actualmente a segunda posição) registaram uma diminuição de 15,3% em 2003 e de 2,9% em 2002.

Num contexto de acentuada contracção da procura interna, a par do perfil de recuperação da procura externa, que levou as empresas à reorientação das suas vendas para o mercado externo, aliado à apreciação da moeda única e conseqüente acréscimo de concorrência de países terceiros nos mercados de exportação, o significativo crescimento das exportações de mercadorias em 2003, deverá ter reflectido o esforço de colocação, por parte das empresas portuguesas, dos seus produtos no exterior, mesmo que à custa de uma redução das margens de lucro.

No que se refere às importações de bens e serviços, verificaram-se em 2003, decréscimos tanto das importações de mercadorias (-0,6%), como das importações de serviços (-1,2%). A diminuição das importações de mercadorias continuou a reflectir a evolução das diversas componentes da procura global, em particular daquelas que



apresentam maior conteúdo importado, como sejam o consumo de bens duradouros e o investimento em equipamentos e material de transporte.

Em síntese, de acordo com o Banco de Portugal, a actividade económica deverá crescer em 2004 e 2005, alicerçada sobretudo no crescimento da procura interna. A inflação tenderá a convergir com a média europeia e a contenção salarial deverá ser mantida até 2005. Não obstante a retoma que se perspectiva nos próximos tempos, existem alguns factores de risco associadas ao desempenho da actividade económica, nomeadamente, uma evolução mais desfavorável do preço do petróleo nos mercados internacionais, um aumento gradual das taxas de juro de curto prazo em linha com as expectativas de mercado, um crescimento menos vigoroso da procura externa em 2005 e um crescimento superior do consumo público em 2004 e 2005.



III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

A Região Autónoma da Madeira, pela exiguidade do mercado e pelos permanentes constrangimentos que lhe estão associados, obriga-se a um elevado grau de abertura às economias externas, pelo que está condicionada pelas conjunturas económicas de âmbito internacional, europeu e nacional. Assim, o enquadramento feito nas secções anteriores podem explicar, em parte, a evolução recente da economia regional. Não obstante, o facto da Região ser um mercado geograficamente isolado, a estabilidade política e económica que se tem vindo a consolidar ao longo dos anos e o reforço da autonomia regional podem suavizar o impacto de conjunturas económicas desfavoráveis, como aconteceu em 2003.

Os dados mais recentes do PIB regional disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), dão conta de um crescimento da actividade económica de cerca de 8,4% em 2002, após um abrandamento do crescimento em 2001, onde se registou um aumento de "apenas" 4,9% (13,4% em 2000). No mesmo sentido, o PIB per capita cresceu 8,2% em 2002, face a um acréscimo de 4,9% no ano anterior. Se considerarmos o período 1995-2002, o crescimento médio anual do PIB e do PIB per capita atingiu os 8,9% e os 9,4%, respectivamente.

Os crescimentos registados no período referido traduziram-se numa grande aproximação aos níveis médios da União Europeia dos 15 (UE15) e consolidaram a posição da Região no contexto nacional. De facto, se analisarmos os índices de disparidade em relação à UE15 e à média nacional, constatamos que em 1995, o PIB per capita regional registava valores que rondavam os 63% da média europeia para, em 2002, atingir-se os 82%. Se considerarmos a União alargada a 25 países, a RAM atingiu em 2002, os 93% da média europeia, o que corresponde a uma recuperação de 20 pontos percentuais relativamente a 1995. Comparativamente ao país, a Região encontra-se numa situação favorável, na medida em que, em 2002, o PIB per capita regional era 17% superior à média deste indicador para o total nacional, tendo registado um acréscimo de 5 pontos percentuais face ao ano anterior (112% da média nacional em 2001).



Ao contrário do que se verificou ao nível nacional, e de acordo com projecções da Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade (DROC), em 2003 o PIB da Região deverá ter crescido 7% (ao nível nacional registou-se uma recessão de 1,2%), demonstrando que a dinâmica da economia regional, orientada para o crescimento sustentado da actividade económica e para a valorização dos factores endógenos, terá sido suficientemente forte para resistir à conjuntura desfavorável que afectou o país.

Para 2004, de acordo com a DROC, a actividade económica regional deverá crescer cerca de 6,5%, prosseguindo a trajectória de crescimento dos últimos anos, assente na modernização empresarial e comercial, contribuindo para um desenvolvimento económico sustentado.

Como já referido, em Maio de 2004 procedeu-se ao alargamento da União Europeia, com a adesão de 10 novos Estados-Membros. Este alargamento, por ser constituído por países que são na sua maioria mais pobres do que os 15, resulta numa descida do PIB per capita médio da União Europeia, pelo que determinadas regiões sofrerão o "efeito estatístico" podendo, por conseguinte, deixar de fazer parte do conjunto de regiões elegíveis ao Objectivo 1, com o consequente decréscimo de transferências oriundas da União Europeia. A condição de ultraperifericidade da RAM exige, pelos permanentes constrangimentos que a afectam, a continuidade dos apoios de âmbito estrutural, no sentido de continuar a proporcionar a todos os madeirenses a melhoria das condições de vida e o reforço da coesão económica e social, alicerçado no desenvolvimento harmonioso e sustentado da economia regional.

Relativamente à estrutura da economia regional, o sector primário era o que menor peso tinha no total da riqueza da Região em 2002, representando cerca de 2,9%; menos 0,15 pontos percentuais que em 2001, que pode ser explicado pelo aumento do peso relativo dos restantes sectores. O reforço de actividades agrícolas que visem a diferenciação pela qualidade dos produtos regionais, potenciando por esta via maior valor acrescentado, pode ser a forma de combater a diminuição relativa do peso deste sector no conjunto da actividade produtiva regional. O caso da agricultura biológica é um exemplo.



De acordo com o INE, o sector secundário perdeu peso no total do VAB, de 2001 para 2002, passando de 21,3% para 17,9%, o que significa que este sector não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento total da actividade económica regional.

No entanto, se considerarmos o período 1995-2001¹, o sector secundário reforçou a sua importância no total do VAB da Região. De facto, este sector passou de um Valor Acrescentado Bruto de 315 para 595 milhões de euros, aumentando o seu peso de 18% para 20,3% do total do VAB regional, o que representou um acréscimo de 2,3 pontos percentuais entre o primeiro e o último ano considerados. Este reforço resultou do forte investimento público levado a cabo neste período, nomeadamente no sector da construção e obras públicas, onde se continuou a apostar na melhoria das vias de comunicação terrestre e na requalificação da frente-mar da Região, sem esquecer as infra-estruturas de saneamento básico e de âmbito social, como é o caso da habitação; também do investimento privado, nomeadamente na construção e requalificação de infra-estruturas ligadas à actividade turística e à habitação, estas últimas motivadas pelo aumento da procura de habitação própria por parte das famílias, favorecida pelo fácil acesso ao crédito e pela manutenção das taxas de juro em níveis historicamente baixos.

Com o fim do III Quadro Comunitário de Apoio, perspectiva-se um abrandamento no sector da construção, motivado pela diminuição das transferências de fundos estruturais destinados à realização de infra-estruturas, até porque grande parte da infra-estruturação foi já concretizada, não significando, contudo, que não exista ainda um vasto trabalho a desenvolver neste domínio. Outras condicionantes podem também contribuir para o futuro abrandamento do sector da construção, nomeadamente, o facto da Região estar próximo do limite de camas imposto pelo Plano de Ordenamento Turístico (POT), que poderá refrear a construção de novas unidades hoteleiras.

O predomínio do sector terciário na economia regional continua acentuado com este sector a ser responsável por 79,2% do total do VAB, em 2002 (75,6% em 2001¹). As actividades ligadas directa ou indirectamente ao turismo, assim como as actividades relacionadas com a Administração Pública Regional, continuam responsáveis, em larga medida, pelo dinamismo que o sector dos serviços apresenta na economia da Região.

¹ Valores para 2000 e 2001 provisórios – Direcção Regional de Estatística.



Concretamente, a actividade turística na RAM tem evoluído favoravelmente, conforme demonstram os principais indicadores disponibilizados pela Direcção Regional de Estatística. De facto, entre 1998 e 2003, o número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros aumentou cerca de 35,5%, acompanhado por um crescimento de 35,6% da capacidade de alojamento (número de camas). Neste período, o número de estabelecimentos hoteleiros aumentou de 150 para 185, o que corresponde a um acréscimo de 23,3%. Os proveitos totais registaram um aumento de 50,1%.

Considerando o ano de 2003, constata-se que voltou a registar-se um crescimento da actividade turística face ao ano anterior. Após o abrandamento verificado em 2002, registou-se um aumento do número hóspedes entrados na ordem dos 2,9% (-1,3% em 2002) e da taxa de ocupação de 0,2% (-5,7% no ano anterior), o que vem demonstrar que os receios associados aos atentados terroristas sofreram alguma dissipação e que os turistas começam a retomar gradualmente a confiança em viajar. Não obstante, o crescimento não atingiu os níveis alcançados em anos anteriores, facto que pode ser explicado por a Região estar já próximo de atingir os limites impostos pelo POT, devendo apostar-se na sustentabilidade da actividade, promovendo a RAM como destino de qualidade, ao mesmo tempo que deverá proceder-se à criação de alguns nichos de mercado.

Dados mais recentes do turismo, referentes ao primeiro semestre de 2004, mostram que apesar de ter-se registado um aumento, em termos homólogos, do número de estabelecimentos hoteleiros (3,2% face a 2003) e da capacidade hoteleira (3,5%), o número de hóspedes e as dormidas registaram quebras de -3,9% e -4%, respectivamente. No mesmo sentido, os proveitos totais sofreram também a diminuição de 3,6%.

O tecido empresarial da Região caracteriza-se por um grande predomínio de empresas de reduzida dimensão. De facto, segundo os Quadros de Pessoal de 2001, 90,6% das empresas tinham menos de 20 trabalhadores (13 em média) e 78,5% possuía menos de 10 (em média, cada empresa desta dimensão empregava cerca de 3 trabalhadores). Do total de pessoal ao serviço nas empresas da Região, 26,7% exercia a sua actividade em empresas com menos de 10 pessoas e 15,8% em empresas com mais de 10 e menos de



20 funcionários, agregando cerca de 42,5% do total do pessoal ao serviço nas empresas da Região.

Quanto à distribuição por Ramos de Actividades, e de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), constata-se que das 18.872 empresas com sede na Região em 31 de Dezembro de 2001, cerca de 30,95% dedicavam-se ao comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; 17,68% estavam ligadas às actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; ligadas à construção e ao alojamento e restauração correspondiam a cerca de 15,09% e 10,04% das empresas, respectivamente.

Apesar das reduzidas dimensões do tecido empresarial regional e embora a RAM possua os constrangimentos já conhecidos, a produtividade média do trabalho na Região era, em 2002, superior à média nacional em 12%. De facto, enquanto que a produtividade média do trabalho de Portugal era de 25,5 mil euros em 2002, a regional atingia os 28,7 mil euros. Entre 1995 e 2002, a produtividade regional cresceu cerca de 18 pontos percentuais, passando de 94% no primeiro ano para 112% no último.

No que concerne ao emprego, o total da população empregada na Região atingiu, em 2003, de acordo com os dados publicados pelo INE, cerca de 112.300 indivíduos, dos quais 63,8% pertenciam ao sector dos serviços, confirmando a relevância do sector terciário na economia regional. O emprego no sector secundário representava, nesse ano, cerca de 26,6% do total, assumindo particular relevo o facto da actividade da construção que, com 16,9% do total do emprego na Região, abrangia cerca de 63,5% do emprego total neste sector. Por seu turno, o sector primário contribuiu com 9,5%, menos 2,7 pontos percentuais do que no ano anterior, tendo mesmo diminuído o volume de emprego neste sector, de 2002 para 2003.

Em 2003, a taxa de desemprego sofreu um ligeiro agravamento relativamente ao ano anterior, em linha com a tendência do resto do país, embora com uma amplitude muito inferior. Com base nos dados publicados pelo INE, a taxa de desemprego da RAM em 2003 fixou-se nos 3,4%, mais 0,9 pontos percentuais do que no ano anterior. Contudo, os níveis de desemprego apresentados pela Região são manifestamente inferiores aos



da média nacional, que registou no mesmo ano uma taxa de 6,3%, o que representa um diferencial de 2,9 pontos percentuais.

Os dados disponíveis para 2004 revelam que a taxa de desemprego na Região diminuiu, em termos homólogos trimestrais, no terceiro trimestre (3,0% face a 3,4% em 2003), tendo igualmente registado quebras no primeiro e segundo trimestres deste ano face aos mesmos períodos de 2003 (-0,1 p.p. e -0,8 p.p., respectivamente).

Observando os anos mais recentes, verifica-se que a taxa de desemprego tem-se mantido relativamente estável. Com efeito, entre 1998 e 2003, a taxa mais elevada foi de 3,5%, precisamente no primeiro ano do período considerado, mantendo-se até 2002 à volta de 2,5%. Os elevados investimentos em infra-estruturas levados a cabo nos últimos anos, potenciando a criação de emprego no sector secundário e a sustentabilidade do sector dos serviços, responsável pela absorção de parte significativa dos recursos humanos da Região, podem explicar a manutenção da taxa de desemprego nos baixos níveis em que se encontra.

A inflação na RAM registou, em 2003, um decréscimo de 0,5 pontos percentuais face ao ano anterior, fixando-se nos 3% (3,5% em 2002). Este comportamento decrescente da taxa de inflação regional acompanhou a evolução da inflação nacional, que registou um decréscimo face a 2002 de 0,3 pontos percentuais, fixando-se nos 3,3%.

Em 2004, os últimos dados disponíveis mostram que a tendência descendente da inflação continua, na linha do que se verificou em 2003. Efectivamente, em Outubro de 2004, a variação média dos últimos 12 meses situou-se nos 2,9% (3,2% em 2003), menos 0,1 p.p. do que no mês anterior.

No que respeita ao comércio internacional, em 2002, e à semelhança de anos anteriores, as principais importações são de origem comunitária (67%), onde a Espanha, a França e a Itália ocupam uma posição de relevo, sendo responsáveis, respectivamente, por cerca de 29,2%, 17,1% e 12,2% das importações regionais da União Europeia. As importações de âmbito extra comunitário correspondem aos restantes 33% do total, sendo de relevar a posição da Turquia, que, com 44,3% do total das compras da Região a países exteriores à União Europeia, assume-se como um parceiro comercial de relevo. No que diz respeito às exportações, a maioria dos destinos



dos produtos regionais são exteriores à Comunidade (cerca de 60%), com Angola responsável pela absorção aproximadamente de 31% das nossas exportações. Os nossos principais mercados receptores dentro da União Europeia são a Espanha, a França e o Reino Unido, com 27,3%, 22,3% e 20,2% do total das exportações, respectivamente. As condições favoráveis inerentes ao funcionamento do Mercado Único, nomeadamente a ausência de tarifas alfandegárias e a eliminação de outras barreiras ao comércio entre países da União Europeia, podem explicar a razão da amplitude das importações intra comunitárias da Região.

A exiguidade do mercado regional, a escassez de recursos, a condição ultraperiférica, a descontinuidade territorial, entre outros factores, tornam a Região extremamente dependente do exterior e condicionam fortemente a dinâmica do mercado regional, resultando na produção de um leque pouco variado de produtos e ao recurso a uma grande variedade de produtos oriundos do exterior. Efectivamente, do total das trocas efectuadas em 2002, o peso dos produtos importados era de 82,1%. Concretamente, as exportações da Região baseiam-se principalmente na venda de vinho e produtos ligados à floricultura e ao artesanato. No que se refere às importações, a Região compra uma grande multiplicidade de produtos, com particular destaque para os produtos alimentares, material de construção e electrodomésticos.

No contexto do início de uma nova Legislatura e tendo em conta o próximo Quadro Comunitário de Apoio, bem como as alterações na distribuição dos Fundos Estruturais, motivada pelo alargamento da União Europeia, o principal desafio que se coloca à Região Autónoma da Madeira é o de continuar o desenvolvimento sustentado, assente no reforço da coesão regional e no princípio da equidade e justiça social, apoiado, mais do que nos fundos estruturais, na dinâmica da economia regional e no aproveitamento e desenvolvimento das suas potencialidades.



IV. PRINCIPAIS VECTORES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO



IV. PRINCIPAIS VECTORES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

À política de desenvolvimento que tem vindo a ser prosseguida na Região Autónoma da Madeira nos últimos anos, não obstante o seu contributo para o evidente crescimento económico e de base social verificado, torna-se necessário introduzir alguns ajustamentos capazes de promover a progressiva adaptação do actual modelo às novas exigências e desafios que se colocam nos planos económico e social.

O plano de investimentos para 2005 constitui a 1.^a etapa do processo de concretização das orientações de médio prazo consubstanciadas no recém aprovado Programa do Governo para o período 2005-2008, formuladas no sentido de propiciar, no médio e longo prazos, as transformações necessárias ao desenvolvimento sustentável e à coesão interna.

As dimensões estruturantes do Programa do Governo para 2005-2008 compreendem:

- Um modelo de organização e de gestão do território regional estabilizado;
- Um modelo de desenvolvimento económico que concilie a consolidação dos sectores dominantes da economia regional com o estímulo à diversificação de actividades relevantes, a promoção da qualidade e o pleno envolvimento dos agentes privados;
- Um modelo de desenvolvimento social que satisfaça as necessidades individuais, familiares e colectivas dos cidadãos e responda às exigências dos agentes económicos;
- Um modelo de administração pública que assegure a eficiência, a eficácia e a qualidade da governação regional.

Da eficácia das orientações políticas dirigidas à modernização e qualificação da administração pública articuladas com modalidades adequadas de organização e de administração do território da Região depende a eficácia da implementação dos modelos de desenvolvimento económico e social preconizados.



O modelo de desenvolvimento económico e social assume, como principais vectores:

- Promover a diversificação da estrutura produtiva;
- Promover a eficiência e a eficácia do sector turístico;
- Promover o desenvolvimento dos serviços internacionais, dos serviços privados de apoio à actividade produtiva, aos cidadãos e às famílias e do comércio;
- Prosseguir a infra-estruturação da Região, sobretudo no que respeita ao fecho de redes e construção de interligações, à componente ambiental e a valências, como a educação, a formação e a saúde, que, tendo dimensão prioritariamente social, são muito importantes para a actividade económica;
- Continuar a defesa e protecção do ambiente como valor estratégico regional;
- Promover o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento, como contributo inquestionável da competitividade regional;
- Reforçar a valorização dos recursos humanos, a capacidade de inovação e de empreendedorismo;
- Promover a inclusão social com o aperfeiçoamento dos mecanismos disponíveis para o efeito, principalmente os de carácter preventivo;
- Aperfeiçoar e modernizar o sistema de Administração Pública.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

V. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO SECTORIAIS PARA 2005



V.1. AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA

AGRICULTURA

A agricultura é um sector que, além da sua importância socio-económica, constitui um dos factores mais marcantes da paisagem, pelo que contribui para a protecção do património natural e paisagístico da Região.

No quadro da estratégia global de desenvolvimento da Região, a política que tem vindo a ser implementada no sector agrícola tem, como grande objectivo, a promoção e melhoria do rendimento e da qualidade de vida das populações rurais e é orientada, estrategicamente, no sentido da exploração adequada das especificidades regionais num mercado global, em que estas deverão ser convertidas em vantagens competitivas ligadas à qualidade e segurança alimentares, valorizando, simultaneamente, o papel multifuncional que a agricultura desempenha na Região.

Além das medidas e acções da exclusiva iniciativa e responsabilidade financeira da Região, existe um conjunto de medidas co-financiadas pela União Europeia, cuja aplicação abrange o período 2000-2006, as quais têm tradução na concessão de apoios ao investimento, enquadrados no POPRAM III, no âmbito do Programa de Apoio Rural (PAR), em ajudas ao rendimento previstas no Plano de Desenvolvimento Rural da Madeira (PDRu-M) e em ajudas à produção e comercialização, consignadas no POSEIMA (Regulamento (CE) nº 1453/2001, de 28 de Junho, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos Açores e da Madeira).

O PAR prevê financiar, até 2006, investimentos na agricultura no montante de cerca de 154,7 milhões de euros, com uma participação comunitária de 78,2 milhões de euros. O montante referente à componente comunitária será brevemente reforçado no valor de 10,5 milhões de euros.

Este programa tem por objectivo promover a realização de projectos de investimento que contribuam para: reforçar a competitividade económica das produções regionais (quer a nível do mercado local, quer a nível do mercado externo), salvaguardando o ambiente e a coesão económica e social; promover a qualidade e a inovação da produção agro-florestal e agro-rural, com vista a obter um crescimento sustentado da



produtividade e a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e segurança alimentar; assegurar a sustentação de explorações de pequena dimensão que desempenham uma importante função de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem; diversificar as actividades económicas no meio rural; ordenar e gerir os espaços florestais; preservar e gerir *habitats* e recursos naturais; melhorar as condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais e apoiar a organização, associação e iniciativa dos agricultores, nas vertentes sócio-económica e sócio-profissional.

Desde a entrada em vigor do PAR já foram aprovados, pelas entidades competentes, 540 projectos de investimento com um custo global superior a 122 milhões de euros, dos quais, 112 milhões constituíram despesa pública.

O PDRu-Madeira prevê, para o período 2000-2006, uma despesa global de cerca de 27,9 milhões de euros, ascendendo a comparticipação comunitária, através do FEOGA-Garantia, a 22,4 milhões de euros.

Constituem objectivos gerais do PDRu-Madeira: preservar a paisagem natural humanizada, valorizar as características tradicionais de gestão e manutenção das explorações agrícolas, contribuir para a correcção gradual das pressões sobre os recursos naturais (terra, água, paisagem), melhorar as condições de formação do rendimento dos produtores e famílias que sustentam as explorações agrícolas e renovar o tecido empresarial agrícola, através do rejuvenescimento dos chefes de exploração.

O PDRu-Madeira compreende quatro intervenções: Medidas Agro-Ambientais, Indemnizações Compensatórias, Florestação de Terras Agrícolas e Reforma Antecipada.

As Medidas Agro-Ambientais visam remunerar a prestação de serviços de carácter agro-ambiental ou compensar as perdas de rendimento resultantes, nomeadamente, da aplicação de restrições à actividade agrícola inerentes à agricultura biológica.

No âmbito destas medidas é, também, apoiada a prestação de serviços que contribua para a preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas, a conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural e cultural, a conservação de manchas residuais de *habitats* semi-naturais em paisagens agrícolas e



para incentivar práticas relativas à protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água em geral.

As ajudas previstas ao abrigo da intervenção Indemnizações Compensatórias, cujo objectivo consiste na manutenção de explorações agrícolas em Regiões com desvantagens naturais de diversa ordem, têm incidência directa na sustentação de explorações de pequena dimensão que desempenham uma importante função de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem e pretendem ainda, através da redução de desigualdades e assimetrias de rendimento entre agricultores, contribuir para a coesão social.

Através da Florestação de Terras Agrícolas pretende-se incentivar a utilização de terras marginais ou inadequadas para a agricultura, através da sua arborização, de modo a que possam contribuir fortemente para preservar e gerir *habitats* e recursos naturais, bem como para promover a diversificação das actividades económicas no meio rural.

A Reforma Antecipada visa incentivar a cessação da actividade agrícola a partir dos 55 anos, desde que daí resultem melhores condições de viabilidade para as explorações agrícolas ou silvícolas, criando-se condições adicionais para cumprir o objectivo de melhorar a competitividade económica das produções regionais e promover a qualidade e a inovação da produção agro-florestal e agro-rural.

No âmbito das Medidas Agro-Ambientais foram efectuados pagamentos, durante o ano de 2003, no valor de 1.057,4 milhares de euros, dos quais, 85% provieram do FEOGA.

No que se refere às Indemnizações Compensatórias, realizaram-se, no mesmo ano, pagamentos a um total de 4.136 beneficiários, no valor de 1.834,1 milhares euros, a que correspondeu uma contribuição do FEOGA de 1.559,0 milhares de euros.

No âmbito da Florestação das Terras Agrícolas foram apresentadas 6 candidaturas que visam a florestação de cerca de 100 hectares de terras agrícolas.

Quanto à Reforma Antecipada, não foi ainda formulado nenhum pedido.

O POSEIMA integra um conjunto de medidas específicas que visam minorar os efeitos penalizadores, decorrentes da situação geográfica da Madeira e dos Açores, nos custos



de produção e comercialização de determinados produtos agrícolas. Essas medidas traduzem-se essencialmente em: regime específico de abastecimento em relação a determinados produtos agrícolas essenciais para consumo humano e transformação e para serem utilizados como factores de produção agrícola, como sejam cereais e produtos cerealíferos destinados à produção animal e batata semente; aplicação de medidas a favor de produções locais e, ainda, algumas medidas derogatórias de carácter estrutural que permitem a adaptação, às especificidades regionais, de alguns regimes de apoio enquadráveis em programas operacionais relativos a estas regiões.

No âmbito das medidas de apoio previstas no POSEIMA, o montante de ajudas pagas, no ano de 2003, ascendeu a 2,8 milhões de euros, envolvendo ajudas à cultura da vinha orientada para a produção de vinhos VQPRD, à aquisição de álcool vínico e de mosto concentrado rectificado para utilização na vinificação de Vinho Madeira, ao envelhecimento de vinho licoroso, à expedição e comercialização de Vinho da Madeira nos mercados da Comunidade, à cultura da batata de consumo, à transformação de cana-de-açúcar em mel de cana e rum, à comercialização de produtos frescos no mercado regional, à comercialização de produtos frescos ou transformados destinados ao território comunitário, ao consumo humano de produtos lácteos, à produção de cana-de-açúcar, à produção de vime e para concessão de prémios.

Paralelamente às medidas consignadas no POSEIMA, com o objectivo de permitir que as Regiões ultraperiféricas portuguesas possam beneficiar das vantagens do mercado interno de que fazem parte integrante, através de ajudas que visam minorar os efeitos da sua situação geográfica e dos seus condicionalismos, o Governo Regional criou um regime de ajudas, estabelecido na Portaria nº 114/2004, de 29 de Abril, com a alteração introduzida pela Portaria nº 156/2004, de 16 de Agosto, em 2004, pelo qual são concedidas ajudas aos agricultores para compensar os custos acrescidos, resultantes do transporte para a Região, incorridos na aquisição de fertilizantes, correctivos, fitofármacos, polinizadores, auxiliares para o modo de produção biológica e protecção integrada.

No quadro da política estrutural de desenvolvimento do sector, assume especial relevância a criação de um conjunto de infra-estruturas com o objectivo de propiciar uma maior valorização da produção agrícola, como sejam as que integram a rede de



Centros de Acondicionamento e Armazenagem de Frutos e Produtos Agrícolas, nomeadamente os localizados em Santana (CASAN), em Porto Moniz, na zona da Santa (CASA), nos Prazeres (CAPRA) e na Ponta do Sol (CASOL) e o que se encontra em fase de implementação na freguesia dos Canhas.

No sentido de promover uma maior participação dos pequenos agricultores nos rendimentos gerados em toda a cadeia de valor dos produtos agrícolas e de os incentivar à manutenção das suas explorações em condições económicas mais favoráveis, foram criados os Mercados Agrícolas de Produtores da Região Autónoma da Madeira, abreviadamente designados por MAPRE, estando já em pleno funcionamento o de Santana.

Em complemento a estas medidas, foi criada, no âmbito dos Centros, uma equipa de assistência técnica que tem por missão o acompanhamento dos agricultores, no sentido de os apoiar e incentivar na obtenção de produções de melhor qualidade e que sejam respeitadoras dos requisitos de segurança alimentar. A estes objectivos acrescem os que se referem à diversidade e quantidade de produção, por forma a dar resposta a uma procura cada vez mais exigente, onde, cada vez mais, só têm lugar produtos de excelência a preços competitivos.

Releve-se ainda o facto de se dar especial atenção a métodos de produção alternativos ao método tradicional, incrementando-se o apoio técnico aos agricultores que utilizem, como modo de produção, a "produção integrada" e a "agricultura biológica". A actuação da Missão para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e dos Serviços do Laboratório Agrícola da Madeira tem contribuído para dinamizar esta actividade que é objecto de um interesse crescente, quer por parte dos consumidores considerados individualmente e instituições hoteleiras, quer por parte dos produtores que têm afecto a esta actividade uma maior área de produção.

Por outro lado, incentivou-se a valorização dos produtos genuinamente regionais, através de acções específicas de apoio aos agrupamentos de produtores na caracterização dos seus produtos e definição das regras de produção e comercialização com vista ao seu registo como "denominações de origem", "indicação geográfica" ou produtos de qualidade que podem beneficiar do logotipo POSEIMA.



A anona, a banana, o mel de abelhas, o mel de cana, o rum agrícola, a cebola e o bolo de mel, são produtos que beneficiam ou beneficiarão no curto prazo destes regimes de diferenciação e promoção de qualidade.

Com o objectivo de disponibilizar terra a jovens que se pretendem instalar como agricultores a título principal, de modo a obviar ao problema de elevado custo da terra, foi lançado um programa de criação de Parques Agrícolas, com o intuito de incentivar o desenvolvimento de explorações agrícolas de dimensão adequada, de modo a assegurar a sua viabilidade económica. Simultaneamente, os seus utentes poderão beneficiar de assistência técnica especializada, que permita, através de uma agricultura de precisão, assegurar a produção de produtos de excelência, respeitando as regras ambientais e a segurança alimentar.

O primeiro parque está a ser instalado no Caniçal, tendo sido já desenvolvida a primeira fase. Este parque terá uma área de 85.000 hectares distribuídos por um conjunto de 4 lotes, sendo vocacionado para a área da produção de vinho de mesa de qualidade. Está previsto um segundo parque no Porto Santo.

Recentemente, foi criada uma linha de crédito destinada a jovens empresários agrícolas que se candidatem aos apoios específicos previstos no PAR e no Plano de Reestruturação das Vinhas na Região Autónoma da Madeira. Esta medida articula-se e complementa os instrumentos de apoio que beneficiam de apoio comunitária e os anteriormente referidos com o objectivo de promover o desenvolvimento de uma estrutura empresarial mais jovem e dinâmica.

Um dos factores estruturantes do desenvolvimento do sector consiste no sistema de irrigação, o qual passa por um processo de inovação, a nível regional, que se traduz na criação da rede pública de rega sob pressão. Pretende-se obter uma utilização mais eficiente do recurso "água", pelo que, a par dos investimentos em infra-estruturas, foram introduzidas mudanças de carácter institucional numa perspectiva de gestão integrada dos recursos hídricos.

O ano agrícola em curso foi bastante marcado por uma grande escassez de precipitação que conduziu a uma importante redução das disponibilidades hídricas. Todavia, na



sequência de uma gestão cuidada dos escassos recursos, a actividade agrícola decorreu com normalidade.

Numa análise sumária dos diversos sub-sectoros de actividade agrícola, salientam-se, seguidamente, os aspectos mais relevantes da respectiva evolução.

Na sequência das acções de reestruturação do sector da banana iniciadas em 2000, deu-se por concluída a fusão por incorporação de duas organizações de produtores na CAPFM - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Fruta da Madeira, CRL, pelo que, tal como previsto, operam agora no sector apenas duas organizações de produtores.

A reestruturação do sector tem permitido fazer face a um mercado cada vez mais concorrencial, sendo que se perspectiva um aumento da quantidade de produção expedida para fora da Região.

Por outro lado, entrou em funcionamento uma unidade agro-industrial de transformação de refugo de banana, criando-se assim mais uma alternativa de escoamento da produção, a qual vai permitir gerir mais eficazmente picos de produção que coincidam com quebras na procura e aumentar o rendimento dos produtores.

A floricultura constitui-se hoje como sector privilegiado na instalação de jovens agricultores, pelos rendimentos que assegura.

A diversificação das espécies em cultura, fruto do trabalho experimental dos serviços do Governo Regional, tem permitido um melhor ajustamento da produção à procura, quer regional, quer exterior.

Quanto à fruticultura, trata-se de um sector onde se verificam importantes acréscimos na qualidade da produção, sendo de salientar o aumento da procura externa na anona e as excelentes perspectivas de mercado para a pitanga, fruto de uma colaboração estreita entre produtores regionais e agro-indústria.

No sector vitivinícola, a produção de mosto situou-se em 4.356,9 mil litros em 2003, sendo 88% deste volume proveniente de castas autorizadas e os restantes 12% de castas nobres, onde se destacam o "boal" e a "malvasia". No que se refere à qualidade,



a vindima de 2004 voltou a registar um acréscimo, onde se pode verificar que o nível do grau alcoólico provável obtido elevou-se para um nível superior a 9,6%.

A maior parcela da produção destina-se à indústria de vinho Madeira. Nos últimos anos, esta indústria tem absorvido, praticamente, a totalidade da produção. Em 2004, para além da produção de vinho da Madeira, registou-se um aumento do volume de produção destinado a vinho de mesa com denominação de origem Madeirense. Depois de se ter atingido os 100 mil litros em 2003, no ano de 2004 o volume de produção destinado a vinho de mesa situa-se em cerca de 190 mil litros (VQPRD Madeirense e Regional Terras Madeirenses).

A comercialização de vinho Madeira, até Novembro de 2004, eleva-se a 3.298,7 mil litros, situando-se a um nível muito próximo do volume que se atingiu em 2003, que foi de 3.355 mil litros. Os mercados de destino do total comercializado são diversificados, assumindo maior representatividade os países da União Europeia, que deverão ter uma quota de 68% em 2004 (excluindo Portugal), o mercado nacional deverá elevar-se a 17% e os países exteriores à União Europeia deverão ficar pelos 15%. Prevê-se que o quantitativo referente a comercialização ultrapasse o volume médio atingido no período 1991/2001, que foi de 3,8 milhões de litros.

Relativamente aos vinhos comercializados, o quantitativo de vinhos engarrafados deverá situar-se ao mesmo nível do ano anterior. Até Novembro de 2004, o nível de vinho engarrafado situava-se em 2.356.256,96 litros, um valor muito próximo ao do ano anterior (tomando por base o mesmo período). Quanto ao valor médio por litro de vinho comercializado, o do vinho engarrafado exportado situava-se em 4,74 euros por litro.

Paralelamente, tem vindo a ser desenvolvida uma política, ao nível do sector vitícola (produção de uva), que visa garantir mais sustentabilidade ao sector, através, nomeadamente, da realização do cadastro vitivinícola, da instituição de serviço técnico contratualizado, do Programa de Reestruturação e Reconversão da Vinha (PRRV), da fiscalização da vindima, do POSEIMA Vinha e da disponibilização de uma estrutura fundamental para o sucesso e consolidação da produção de Vinho de Mesa de Qualidade VQPRD "Madeirense", designadamente a Adega de S. Vicente.



Estão também a ser implementadas ferramentas fundamentais para a sustentação do sector de produção de vinho, como sejam os novos projectos de promoção, publicidade e *marketing*, com a criação de nova imagem para o Vinho Madeira (cujo principal objectivo é o aumento das exportações do vinho engarrafado), as medidas do POSEIMA (abrangendo armazenamento/envelhecimento de vinho Madeira, aquisição de álcool vínico/mosto concentrado e exportação de vinho engarrafado), e a reestruturação da Câmara de Provedores do IVM.

A estratégia definida para o sector tem, como princípio basilar, a necessidade de potencializar o carácter multifuncional que a agricultura assume na Região e continua a assentar na prossecução dos seguintes **grandes objectivos**:

- Reforço da competitividade económica das produções regionais, quer ao nível do mercado local, quer ao nível do mercado externo, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento de produções que possam beneficiar de sistemas comunitários e nacionais de valorização e protecção de produtos e da promoção da qualidade e da inovação da produção agro-rural, de forma a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores, em matéria de qualidade e segurança alimentar, nomeadamente reforçando a capacidade de análise de resíduos;
- Garantir a sustentação de explorações de pequena dimensão, que desempenham uma importante função de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem, através da melhoria das condições de formação do rendimento dos produtores e famílias que sustentam as explorações agrícolas, privilegiando acções ligadas à multifuncionalidade da agricultura, ao artesanato, ao turismo em espaço rural e à protecção e valorização do património rural e natural;
- Dar continuidade ao reforço da rede pública de mercados agrícolas da Madeira;
- Preservar uma paisagem natural humanizada, através da valorização das características tradicionais de gestão e manutenção das explorações agrícolas e da correcção gradual das pressões sobre os recursos naturais;



- Promover modos de produção compatíveis com o ambiente, com defesa da qualidade e segurança alimentar, através do incremento de boas práticas agrícolas, como a “agricultura biológica”;
- Melhoria das condições de vida e de trabalho das populações rurais, quer através de uma participação activa no processo de desenvolvimento económico e social, quer através da melhoria das infra-estruturas envolventes das explorações agrícolas, nomeadamente ao nível das acessibilidades, electrificação e regadios, quer através do apoio à organização, associação e iniciativas dos agricultores, nas vertentes sócio-económica e sócio-profissional.

No sentido da prossecução dos objectivos atrás referidos prevê-se, para 2005, a concretização das seguintes **medidas de política**:

As **actuações prioritárias** em 2005 para a prossecução dos objectivos atrás referidos são, por áreas de intervenção, as seguintes:

Infra-estruturas envolventes das explorações agrícolas

- Construção/melhoramento de infra-estruturas, sobretudo no domínio das acessibilidades às explorações e das infra-estruturas de irrigação, em que assume particular relevância a implementação de sistemas de rega sob pressão em determinados perímetros de rega, nomeadamente em Santa Cruz, Gaula e Água de Pena, Funchal (São Martinho e São Roque), Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Madalena do Mar, Porto Moniz (Santa), Seixal e Faial;
- Implementação de parques agrícolas, de iniciativa pública e privada, dotados de infra-estruturas e serviços adequados à viabilização de explorações agrícolas vocacionadas para produções de qualidade.

Apoio às explorações agro-pecuárias e a unidades agro-industriais

- Concessão de apoios, no âmbito do POPRAM III e da medida relativa ao PAR, nomeadamente ajudas ao investimento nas explorações agrícolas e à instalação de jovens agricultores, ao desenvolvimento de produtos de qualidade e aos



investimentos que visem a melhoria e racionalização da transformação e comercialização de produtos agrícolas;

- Prestação de assistência técnica e material aos agricultores visando a adaptabilidade dos sistemas produtivos e de novas variedades, complementada, nomeadamente, através do fornecimento, a preços simbólicos, de plantas de interesse regional;
- Participação nas ajudas ao rendimento co-financiadas pelo FEOGA-Garantia no âmbito do PDRu-Madeira, designadamente as associadas a indemnizações compensatórias, a ajudas agro-ambientais, a florestação de terras agrícolas e a reforma antecipada;
- Apoio técnico aos viticultores através do serviço de assistência técnica aos viticultores, designado por "VITITEC" (constituído no Instituto do Vinho da Madeira e dirigido apenas aos viticultores que produzam uvas de castas recomendadas ou autorizadas, quer para Vinho Licoroso, quer para Vinho de Mesa) e aplicação e controlo das ajudas à manutenção da vinha orientada para a produção de vinhos VQPRD (POSEIMA vinha);
- Apoio técnico e financeiro aos agricultores em acções de fertilização e correcção de solos, bem como no diagnóstico das doenças e pragas das culturas, com vista à racionalização do uso de fitofármacos, numa perspectiva de melhoria do modo de produção tradicional e da sua evolução para o modo de produção integrado e/ou biológico;
- Apoio técnico aos agricultores no domínio da produção e promoção da Agricultura Biológica, nomeadamente através da Missão para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica;
- Concessão de apoio financeiro para aquisição de desinfestantes do solo e realização de campanhas visando o controlo e equilíbrio da população de murinos na RAM, de modo a evitar a destruição de culturas e as doenças provocadas pelos ratos.



Estruturas e acções de apoio à transformação e comercialização

- Realização de investimentos e prestação de serviços no âmbito das estruturas que constituem a Rede Centros de Abastecimento Agrícola da Madeira - CA, vocacionados para a preparação, para a venda, da oferta horto-frutícola das suas áreas de influência, nomeadamente o "CASAN", o "CAPRA", o "CASA" e o "CASOL";
- Prosseguimento dos investimentos numa unidade logística polivalente nos Canhas, de apoio ao comércio agrícola (Centro de Abastecimento Hortícola dos Canhas), que está dotada de condições para concentrar a oferta local e lançá-la nos canais de distribuição convencionais, bem como para servir de local de venda a retalho ao consumidor final;
- Desenvolvimento de estudos e projectos relativos ao modelo de organização e gestão da rede de "Centros de Abastecimento Agrícola da Madeira – CA", designadamente face à necessidade de melhorar a implementação da ajuda POSEIMA à comercialização dos produtos agrícolas no mercado local, bem como os respeitantes à criação do "Centro de Abastecimento Hortofrutícola do Sul – CASUL" e à reestruturação (ou construção) do "Centro de Abastecimento de Produtos Agrícolas do Funchal – CAPA";
- Aplicação e controlo das ajudas, atribuídas no âmbito do POSEIMA através do IVM, ao fabrico de Vinho da Madeira, tendo como limite as necessidades decorrentes da utilização dos métodos tradicionais da Região, designadamente as ajudas ao envelhecimento do vinho, à compra de mosto concentrado rectificado, com vista à sua utilização na vinificação para fins de edulcoração, e/ou à compra de álcool vínico, bem como as ajudas à expedição e comercialização, nos mercados da União Europeia, de Vinho da Madeira engarrafado (concedidas a título temporário e a pagar até final da campanha 2005/2006);
- Desenvolvimento de acções de promoção e marketing dos principais produtos agrícolas frescos e transformados, de que se destacam as seguintes:



- Realização de acções de promoção do vinho Madeira nos mercados externos e nacional, designadamente através de participação em feiras da especialidade de vinhos e bebidas, missões comerciais, mostras, seminários e outros eventos, da concepção e promoção de uma nova campanha de publicidade e *marketing*, bem como da produção de material informativo e de apoio às acções de divulgação e promoção do sector vitivinícola da Região;
- Concertação de acções promocionais, com o ICEP e com os agentes económicos ligados à exportação, a realizar nos mercados de maior interesse para o vinho da Madeira, nomeadamente nos estados membros da União Europeia;
- Apoio a acções de iniciativa privada, dirigidas à promoção em mercados externos de produtos frescos e transformados, em complemento das ajudas à comercialização no mercado regional atribuídos no âmbito do POSEIMA a frutas, produtos hortícolas, flores, plantas vivas e mel;
- Participação em feiras e certames nacionais e internacionais considerados de interesse para a Região e em alguns eventos regionais, bem como edição de prospectos e brochuras temáticos e inserções publicitárias.

Promoção e dinamização do meio rural

- Concessão de apoios, através de contratos-programa, a estruturas locais de apoio ao desenvolvimento agrícola e rural, destinados à concretização dos seus planos de actividade e prestação de apoio técnico às actividades sócio-culturais das Casas do Povo;
- Difusão de informação e apoio técnico através das estruturas internas e externas (Casas do Povo) existentes no meio rural, de forma a privilegiar um contacto próximo, directo e constante dos serviços oficiais com os agricultores;
- Participação em acções de sensibilização e em estudos sobre a problemática do ordenamento e desenvolvimento sustentável do território rural e instituição de um fórum para a sustentabilidade, no âmbito de projectos de cooperação apoiados pela União Europeia através do INTERREG III B ("TERRAJOVEM –



Dinamização de Jovens de Zonas Rurais para o Desenvolvimento Sustentável” e “ECORURAL - Observatório da Realidade Agrária”).

Formação e informação

- Realização de obras de remodelação e conservação no Centro de Formação Agrária das Preces;
- Continuação da identificação das parcelas agrícolas (base de validação das ajudas comunitárias que incidem sobre as superfícies agrícolas cultivadas);
- Realização, através do IVM, das operações ligadas ao cadastro vitivinícola comunitário;

Investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração, fitossanidade e promoção da qualidade

- Criação/melhoria de estruturas de apoio ao desenvolvimento de actividades de experimentação e demonstração no domínio da horticultura, da fruticultura (temperada e subtropical), da floricultura (temperada e subtropical), da viticultura e da bananicultura, visando o apoio aos agricultores, através da produção e fornecimento de plantas seleccionadas e da prestação de apoio técnico, abrangendo, nomeadamente, variedades regionais que interessa incentivar (como sejam o Centro de Horticultura das Preces, o Centro de Experimentação e Demonstração Hortícola do Porto Moniz, as estruturas laboratoriais de propagação in vitro, para micropropagação de plantas florícolas e de fruteiras e outros vegetais, os Centros Experimentais no domínio da floricultura subtropical e temperada, o Centro Desenvolvimento de Fruticultura Temperada, o Centro de Fruticultura Subtropical e o Centro de Bananicultura);
- Desenvolvimento de projectos de experimentação e demonstração, alguns deles em cooperação, com incidência em plantas de interesse regional, incluindo novas culturas, com aceitação no mercado, novas técnicas culturais e de propagação do material vegetativo;



- Criação de um laboratório de análise de resíduos de pesticidas em horto-frutícolas, com condições de operacionalidade rastreáveis internacionalmente, o qual deverá integrar a rede nacional de análise de resíduos e passar por um processo de acreditação;
- Desenvolvimento de um projecto de cooperação entre Açores, Madeira e Canárias, no âmbito do INTERREG III B, tendo em vista a promoção da fruticultura e a pesquisa de plantas bioactivas, na perspectiva da protecção e produção integrada e implementação de outras acções no domínio da protecção integrada, tendo em vista a redução de práticas agrícolas contaminantes no ecossistema agrícola, mediante o recurso a métodos de luta biológica;
- Apetrechamento dos serviços vocacionados para o controlo das pragas e doenças nas diferentes espécies de interesse agrícola da RAM e para a inspecção fitossanitária dos produtos vegetais e de origem vegetal entrados na Região;
- Implementação, através do IVM, de medidas e acções necessárias à manutenção do sistema de vigilância mundial e de salvaguarda dos interesses do sector do vinho na União Europeia, com vista a promover, cada vez mais, a qualidade dos produtos e a defesa da Denominação de Origem "Madeira" e "Madeirense" e da Indicação Geográfica "Terras Madeirenses";
- Desenvolvimento de acções de controlo de qualidade e certificação dos vinhos referidos, bem como de outras bebidas alcoólicas produzidas na Região;
- Manutenção e extensão da acreditação do Laboratório Vitivinícola do IVM, em ordem ao desenvolvimento das suas intervenções na área do mosto, vinho comum, vinho generoso, aguardentes, licores, sidras, mosto concentrado rectificado, álcool vínico/etílico e cana-de-açúcar, e desenvolvimento das funções de controlo e fiscalização;
- Desenvolvimento de acções de formação, investigação e experimentação científica na área do sector vitinícola, em parceria com a Universidade da Madeira e outros Centros de investigação e experimentação.



SILVICULTURA

O Património Florestal da Região Autónoma da Madeira é constituído, genericamente, por espécies da floresta natural (que ocupa cerca de 22% da superfície da ilha da Madeira, concentrando-se, sobretudo, na vertente norte) e da floresta introduzida (que corresponde a 18% da superfície da ilha da Madeira e 15% da do Porto Santo).

A política que tem vindo a ser prosseguida visa, sobretudo, privilegiar a qualidade e adequação dos povoamentos florestais, fomentando a biodiversidade com base em espécies ecologicamente adaptadas às características locais, designadamente através da instalação de espécies indígenas e/ou naturalizadas, sempre que possível, assim como de espécies exóticas, sem carácter invasivo. A componente social da floresta vem merecendo uma valorização efectiva, mediante a criação de condições para o usufruto dos espaços florestais por parte dos cidadãos.

No âmbito da estratégia de desenvolvimento florestal, têm vindo a ser desenvolvidas diversas intervenções consubstanciadas, nomeadamente, no seguinte:

- Acções de arborização e/ou beneficiação, obedecendo a propósitos que visam fundamentalmente a diversidade biológica, a conservação e recuperação de habitats e a produção sustentável;
- Produção de plantas florestais indígenas e exóticas nos 4 viveiros florestais da RAM, que tem permitido a execução de projectos de arborização;
- Desenvolvimento de acções de detecção, prevenção e combate a incêndios florestais, com reforço dos equipamentos de vigilância e de 1ª intervenção, melhoramento das infra-estruturas viárias e divisionais que tem permitido uma melhor eficácia na prevenção e combate a incêndios florestais, reduzindo a sua influência em áreas florestais de interesse paisagístico e de elevado valor patrimonial;
- Realização de acções de sensibilização, divulgação e promoção do sector florestal, promovendo-se, por esta via, o envolvimento da população;



- Desenvolvimento de acções ligadas à criação de um sistema de informação florestal, tendo em vista a elaboração do plano de ordenamento florestal da RAM;
- Concretização de intervenções, co-financiadas no âmbito do POPRAM III, de apoio ao uso múltiplo florestal, contribuindo para a melhoria das condições para o usufruto dos múltiplos recursos associados à floresta e conseqüentemente o enriquecimento do produto turístico regional;
- Desenvolvimento de acções que visam a racionalização da actividade de pastorícia, nomeadamente: acções de controlo da dimensão dos efectivos pecuários já sujeitos a pastoreio controlado e autorizado; melhoramento dos *habitats* e de pastos em zonas de pastoreio ordenado; melhoria de infra-estruturas de apoio (estábulos, cercas, parques de maneio e de tratamento hígio-sanitário); desenvolvimento de acções de melhoramento animal e forte intervenção na sensibilização e no apoio aos produtores e às cooperativas de criadores de gado que desenvolvem pastoreio controlado, nomeadamente na gestão e ordenamento da actividade de pastorícia;
- Retirada de animais das Serras da Madeira e Porto Santo, com a eliminação total do pastoreio desordenado, de que resultarão benefícios, em termos de conservação do solo, águas, do aumento/regeneração da área de coberto vegetal e de preservação dos recursos naturais, mediante o estabelecimento do equilíbrio biológico e biofísico nos espaços de intervenção;
- Desenvolvimento de acções de repovoamento e diversificação piscícola das águas interiores, visando o desenvolvimento da pesca desportiva, bem como de acções de apoio ao fomento piscícola de água doce;
- Realização de acções direccionadas para o fomento cinegético e o ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos, as quais vêm contribuindo para o aumento ou manutenção da quantidade de espécies cinegéticas em zonas de caça;
- Desenvolvimento do projecto "Censos de aves cinegéticas e de aves protegidas";
- Concessão de apoio às associações de caçadores;



- Acções de valorização de áreas florestais situadas em locais de elevado interesse paisagístico, através da criação de miradouros, caminhos de acesso, da criação de áreas recreativas e de protecção de manchas de vegetação, tendo em vista a promoção dos espaços florestais e da sua componente cénica;
- Desenvolvimento de estudos que visam a recuperação de espécies vegetais raras e em vias de extinção, o que tem proporcionado a propagação e introdução de espécies endémicas e em vias de extinção no seu *habitat* natural, bem como a conservação de espécies ameaçadas de extinção no seu próprio *habitat*.

O sector florestal, apesar da importância de que se reveste, apresenta o óbice de estar associado a um processo de desenvolvimento moroso em que os resultados directos das medidas de política aplicadas apenas são visíveis a médio/longo prazo e em que muitos dos benefícios gerados não são passíveis de serem contabilizados. Tal facto torna, por isso mesmo, imperioso o estabelecimento de objectivos alcançáveis num horizonte temporal alargado.

Estas circunstâncias justificam o delineamento de orientações estratégicas e objectivos que se manterão por longos períodos de tempo, não obstante a necessidade de introdução de ajustamentos em função da evolução da situação e das prioridades de acção que deverão ter sempre em conta a necessidade de adopção de medidas ambiciosas, mas exequíveis, que permitam garantir a perenidade dos espaços naturais.

Assim, numa perspectiva de conciliação das funções de produção com as de protecção ambiental e de usufruto lúdico, os **vectores estratégicos e objectivos** de desenvolvimento florestal para 2005 são os seguintes:

- Promover a expansão e regeneração do património florestal, em ordem a obter-se um aumento e melhoria da área florestal, a proteger a diversidade biológica e a paisagem e a promover a conservação do solo, o combate à erosão e a regularização dos recursos hídricos;
- Criar instrumentos de apoio ao ordenamento e gestão florestal, tendo em vista melhorar a gestão florestal;



- Reforçar a capacidade de prevenção, detecção e combate aos incêndios florestais, reduzir os riscos e efeitos de pragas e doenças e controlar os efeitos da poluição atmosférica, de modo a proteger e conservar os diversos ecossistemas florestais;
- Potenciar as consequências benéficas decorrentes da retirada de gado das serras, nomeadamente em termos de regeneração natural dos ecossistemas, de reflorestação das serras e da melhoria das condições de desenvolvimento da pastorícia ordenada;
- Promover o ordenamento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos e aquícolas em águas interiores, tendo em vista o aumento do número de espécies cinegéticas, a melhoria da gestão dos recursos cinegéticos, a redução do furtivismo na caça, a garantia do bom estado sanitário das populações cinegéticas e o repovoamento piscícola das ribeiras;
- Contribuir para o desenvolvimento da investigação científica nos domínios da fauna e da flora;
- Promover o aproveitamento do potencial dos múltiplos recursos associados à floresta, nomeadamente através da melhoria e racionalização da oferta de espaços florestais, qualificando-os para o desenvolvimento do ecoturismo e actividades de lazer.

Tendo em vista a consecução dos objectivos prioritários definidos para o sector florestal, serão desenvolvidas, em 2005, as seguintes **acções**:

- Arborização/beneficiação, numa área de cerca de 112 hectares, nos perímetros florestais do Poiso, Santana, Paul da Serra e Porto Santo; arborização/beneficiação florestal, numa área de cerca de 90 hectares, nas serras de Santo António e São Roque e no Perímetro Florestal do Paul da Serra; início da recuperação dos 16 mil hectares relativos à área de retirada de gado que se encontrava em pastoreio desordenado; continuação das acções de recuperação da floresta Laurissilva das Funduras e conservação e beneficiação de infra-estruturas de apoio – viveiros e postos florestais;



- Recolha e tratamento de dados da fileira florestal; realização de acções de preparação do Plano Regional de Ordenamento Florestal e desenvolvimento de um sistema de informação geográfica;
- Criação e/ou revisão do quadro legislativo relativo à conservação, protecção e gestão do património florestal e natural, ao ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e aquícolas em águas interiores e ao estabelecimento de regras de acesso à utilização sócio-económica dos múltiplos recursos associados à floresta;
- Beneficiação de Caminhos Florestais nos Perímetros Florestais do Poiso, Paul da Serra e Santana; abertura e limpeza de aceiros; construção de barragens e arborização das suas margens, em Porto Santo; construção de pontos de água; conservação e beneficiação de diversas infra-estruturas de apoio à prevenção de riscos florestais; implementação de um sistema de televigilância e realização de acções de divulgação e sensibilização ambiental no domínio da floresta;
- Melhoramento de infra-estruturas afectas à silvopastorícia e dos rebanhos que se apresentam em regime silvopastoril ordenado, nomeadamente reparação e beneficiação de ovis, instalação de vedações e criação e melhoramento de pastagens;
- Construção e melhoramento de infra-estruturas de apoio à produção de espécies cinegéticas e realização de acções de formação e sensibilização de caçadores; melhoramento das infra-estruturas de apoio à produção piscícola e elaboração de um roteiro de zonas de pesca em águas interiores e sua sinalização;
- Construção/melhoramento de infra-estruturas de lazer em parque florestais; recuperação e sinalização de percursos pedestres e reparação e beneficiação de casas de abrigo;
- Realização de acções de informação e sensibilização junto de entidades públicas e, principalmente, de entidades privadas, tendo em vista incrementar o nível de adesão aos apoios ao investimento previstos no POPRAM III;



- Celebração de protocolos com entidades singulares e colectivas, nomeadamente com associações de regantes, tendo em vista melhorar e expandir o património florestal e natural.

PECUÁRIA

A pecuária madeirense tem um papel importante a desempenhar no abastecimento regional, sendo fundamental para a criação de riqueza, satisfação de necessidades básicas de consumo e garantia de qualidade e segurança alimentar dos produtos. Esse papel deverá ser compatibilizado com a necessidade de prevenir os impactes ambientais da actividade, no âmbito de uma política de reconversão e modernização das explorações, já em curso e a prosseguir pelo Governo Regional, recorrendo, nomeadamente, a fundos comunitários.

A pecuária tradicional (sobretudo os ramos da bovinicultura e ovinicultura) tem um importante papel a desempenhar na manutenção do espaço rural madeirense, pelo que importa continuar a apoiar o seu desenvolvimento, apesar dos constrangimentos existentes que têm conduzido a uma diminuição gradual dos efectivos.

Com efeito, existem oportunidades decorrentes, nomeadamente, da preferência da população residente consumidora pela carne de bovino "produzida" localmente. Além disso, assiste-se a um interesse crescente por produtos seguros, de qualidade reconhecida, incluindo os obtidos através do modo de produção biológica.

No que respeita à pecuária intensiva, designadamente os ramos da suinicultura e da avicultura, o grande desafio que se coloca aos produtores está ligado à promoção dos produtos, uma vez que grande parte deles apresentam a qualidade exigível para a utilização do símbolo de origem e qualidade já aprovado pela União Europeia. Tendo em vista a dinamização do sector têm sido utilizados, de forma conjugada, diversos instrumentos, nomeadamente os seguintes:

- Estruturas de experimentação, divulgação e controlo de qualidade existentes (Estação Zootécnica da Madeira, Centro de Ovinicultura da Madeira, Laboratório Regional de Veterinária, Unidade Laboratorial para Rastreio da BSE e Centros de Atendimento Veterinário);



- Diversos instrumentos de apoio, regionais e comunitários (o Apoio Financeiro aos Riscos Inerentes à Actividade Agrícola no Ramo Pecuário”, o POSEIMA e acções co-financiadas no âmbito do QCA III);
- Apoio científico e técnico, prestado por outras entidades (Estação Zootécnica Nacional, Laboratório Nacional de Veterinária e centros de investigação de diversas universidades).

Na perspectiva de contribuir, de forma sustentada, para o desenvolvimento do sector, serão prosseguidos os seguintes **objectivos** principais:

- Diversificar a produção, melhorar a qualidade e promover a comercialização dos produtos produzidos na RAM;
- Promover modos de produção biológicos, bem como a melhoria das condições de bem-estar animal;
- Maximizar a utilização dos recursos locais.

Tendo em vista a prossecução dos objectivos enunciados, serão desenvolvidas as seguintes **medidas**, já em curso ou a iniciar em 2005:

- Continuar a promover o melhoramento e a valorização zootécnica da pecuária regional, beneficiando as estruturas de apoio à produção (Estação Zootécnica da Madeira e Centro de Ovinicultura da Madeira);
- Continuar a prestar apoio técnico ao sector, nos domínios de actividade veterinária, inspectiva e fiscalizadora, através do Laboratório Regional de Veterinária, assegurando a realização de exames e análises de diagnose de zoonoses, assim como o controlo da qualidade dos alimentos;
- Construir um edifício para reinstalação do Laboratório Regional de Veterinária;
- Continuar a dotar os Centros de Atendimento Veterinário da Madeira, localizados nos concelhos do Funchal, Calheta, Santana, Porto Moniz e Porto Santo, dos meios humanos e materiais adequados;



- Prosseguir o desenvolvimento do programa de rastreio e controlo de zoonoses na Madeira e Porto Santo;
- Promover a pecuária regional de qualidade, através da disponibilização de reprodutores seleccionados das espécies bovina, equina, ovina e caprina, da concessão de incentivos à utilização da inseminação artificial em bovinos e do planeamento de um programa de melhoramento genético para apoio à produção de leite;
- Divulgar produtos e técnicas de produção em mercados e feiras, nomeadamente na Feira Agro-Pecuária de Porto Moniz;
- Prosseguir as actividades de experimentação, desenvolvimento e divulgação da pecuária em modo de produção biológico, bem como as relativas à tipificação e certificação de produtos regionais de qualidade, nomeadamente prosseguindo o estudo sobre o processo tecnológico de fabrico do requeijão madeirense, com vista à sua certificação;
- Dar continuidade ao estudo genético, morfológico, biométrico e comportamental das cabras do Bugio;
- Implementar o programa global de apoio à pecuária tradicional madeirense, que se encontra em fase de apreciação pelas entidades comunitárias competentes, a realizar no âmbito do POSEIMA, incluindo medidas de apoio à produção local de bovinos de leite, bovinos de carne e de ovinos.



V.2. PESCA

A frota madeirense tem vindo a modernizar-se, assegurando maior capacidade individual e global de pesca, maior promoção do rendimento e segurança das tripulações.

Entre 1990 e 2003 o peso relativo das embarcações sem motor passou de 66,8% para 52,4%, o que se reflectiu num aumento da potência propulsora por embarcação que era, nos anos em referência, de 23,5 kW e de 35,8 kW, respectivamente. Em 2003, a frota de pesca registada era constituída por 489 embarcações que totalizavam uma arqueação bruta total de 4.441 GT e uma potência propulsora de 4.441 kW. A evolução recente tem-se caracterizado por uma ligeira diminuição do número de embarcações (menos 2,2% entre os anos de 2000 e 2003). No entanto, a capacidade instalada não sofreu alterações sensíveis, devido ao processo continuado de renovação da frota.

A melhoria da capacidade dos meios de produção resultou, também, dum conhecimento progressivo das potencialidades no domínio da pesca e da evolução dos padrões de exploração (alargamento de áreas de exercício da actividade, adopção de padrões de polivalência e introdução da pesca costeira de cerco para pequenos pelágicos).

Ao nível das infra-estruturas e equipamentos dos portos de pesca, tem vindo a ser desenvolvido um esforço de investimento em matéria de construção e modernização de infra-estruturas, das quais se destaca a construção da nova Lota e do Entrepasto Frigorífico do Caniçal e o reequipamento dos Entrepastos Frigoríficos do Funchal e do Porto Novo. A instalação na zona portuária do Caniçal de equipamento de frio destinado à refrigeração, congelação e conservação de pescado, tendo em vista o abastecimento das indústrias de transformação e o apoio à exportação, permitirá complementar as infra-estruturas de apoio à pesca já existentes naquela zona, nomeadamente as disponibilizadas pela construção da Lota.

Com o objectivo de proteger os peixes juvenis e aumentar a produtividade de certos *stocks*, nomeadamente de demersais, que estão a ser atingidos por um processo de depleção em consequência da pressão humana e da degradação dos habitats naturais, têm vindo a ser lançadas estruturas, visando o repovoamento pesqueiro, em zonas abrigadas da costa, mediante a instalação de recifes artificiais.



A aquicultura marinha é uma actividade em expansão que tem vindo a ser promovida, em ordem ao seu desenvolvimento sustentável, pretendendo-se que venha a assumir um papel fundamental na economia do sector, na criação/manutenção de empregos e no abastecimento de pescado às populações. No Centro de Maricultura da Calheta continuam a ser desenvolvidas actividades de experimentação, em cativeiro, de “novas” espécies de alto valor comercial, bem como de produção de peixes juvenis, da espécie “dourada”, para fornecimento às pisciculturas de engorda. O estádio de maturação alcançado pelo projecto-piloto de piscicultura flutuante desenvolvido no Caniçal, que envolveu esta espécie, permitiu que fosse efectuada, em Julho de 2004, a concessão da sua exploração à iniciativa privada, por um período de dez anos.

No domínio da investigação aplicada às pescas, tem sido dada continuidade ao trabalho de acompanhamento das pescarias e de compreensão das respectivas flutuações periódicas, incluindo as anuais, de aprofundamento do conhecimento das diversas espécies e do estado de exploração dos stocks das espécies haliêuticas mais significativas para a economia do sector, bem como de avaliação das potencialidades de exploração de novas espécies marinhas.

A evolução da pesca descarregada está sujeita a variações significativas, devido essencialmente a factores não controláveis. No período mais recente, após um período de redução de capturas, designadamente o ocorrido entre 1997 e 2000, que afectou particularmente os tunídeos e similares, verificou-se uma recuperação notória em 2001 e em 2002. Em 2003, registou-se novamente um decréscimo nas descargas de pescado (-13%) e no respectivo valor (-16%). No ano em referência, foram descarregadas 6.578 toneladas de pescado, o que significa uma diminuição de 1.021 toneladas face ao ano anterior. Tal descida resultou do menor volume de capturas de tunídeos (-35%). Todavia, no ano de 2004 vem-se registando uma evolução positiva, já que a variação ocorrida no período Janeiro-Novembro foi, em termos homólogos do ano anterior, de +28,4% em volume e de +3% em valor.

O sector industrial, mormente o constituído pelo subsector das indústrias de conservas de atum, tem-se confrontado com dificuldades advenientes da escassez de matéria-prima, nos mares da Região, que se tem verificado nos últimos anos. Para fazer face a estas dificuldades, têm sido concedidos apoios, desde 1998, no âmbito do POSEIMA,



nomeadamente nos casos em que houve necessidade de recorrer a importações de atum (de origem comunitária), os quais traduzem-se numa ajuda, no valor de 230 euros por tonelada de atum entregue à indústria local. Paralelamente, o Governo Regional tem-se associado a este apoio financeiro à indústria de transformação, atribuindo um subsídio de 10 cêntimos de euro por quilo, o qual se destina a compensar os industriais pelos custos adicionais resultantes da necessidade de recurso à importação para suprir a falta temporária de matéria-prima (tunídeos). As quantidades susceptíveis de apoio têm como limite o volume de matéria-prima considerado estritamente indispensável para manter em laboração as unidades industriais (estimado em 4 mil toneladas/ano em 2003 e 2004).

Tendo em vista minorar os efeitos negativos dos sucessivos aumentos registados no preço do gasóleo para a pesca comercial sobre a actividade piscatória e aquícola, a qual, à partida, é penalizada pela situação insular e periférica da Região, foi criado e regulamentado, respectivamente, pela Resolução nº 451/2004, de 1 de Abril e pela Portaria nº 151/2004, de 13 de Agosto, um apoio a título de compensação financeira pelo aumento do preço do combustível utilizado pelas embarcações de pesca e de aquacultura marinha. Este apoio consiste num subsídio de 0,075 € por litro, até ao limite de consumo anual por embarcação determinado nos termos estabelecidos na Portaria atrás referenciada.

A política de desenvolvimento do sector das pescas tem sido orientada no sentido de promover a modernização do sector, de modo a aumentar a produtividade e a melhorar a competitividade das empresas e a situação sócio-económica dos pescadores, garantindo a sustentabilidade da actividade da pesca, mediante a salvaguarda do equilíbrio entre os recursos e o esforço de pesca.

Em 2005, a estratégia de actuação continuará a visar os seguintes **objectivos**:

- Melhoria da exploração do potencial haliêutico;
- Reforço da competitividade das estruturas de exploração;
- Melhoria da segurança e das condições de trabalho a bordo;



- Melhoria do aprovisionamento;
- Valorização dos produtos;
- Valorização dos recursos humanos;
- Melhoria do abastecimento do mercado.

Para atingir os objectivos gerais atrás enunciados será desenvolvido em 2005 um conjunto coerente de acções que se inserem **nas linhas de actuação** apresentadas seguidamente, por domínios de actuação,

Investigação experimental e demonstração:

- Prosseguir acções, visando o estudo biológico e a avaliação do estado de exploração dos *stocks* das espécies haliêuticas mais significativas para a economia do sector, visando a gestão racional destes recursos;
- Efectuar a recolha e tratamento dos dados de pesca relevantes no âmbito do cumprimento do Regulamento (CE) 1543/2000 que institui o Programa Nacional de Recolha de Dados de Pesca (Programa Mínimo);
- Estudar as potencialidades de exploração de novas espécies marinhas, em cooperação com as regiões de Açores e Canárias, no prosseguimento de projectos co-financiados pela União Europeia no âmbito do INTERREG III B, os quais visam a prospecção de recursos alternativos à pesca tradicional e o desenvolvimento das bases para a gestão de recursos marinhos de águas profundas ("PESCFROF 2- Recursos Pesqueiros de Águas Profundas do Atlântico Centro - Oriental: Alternativas à Pesca na Macaronésia");
- Uniformizar metodologias, com o objectivo de garantir uma maior consistência inter-regional e inter-institucional em termos de monitorização das pescas e dos recursos pesqueiros, no âmbito do projecto co-financiado através do INTERREG III-B, "ORPAM - Observatório em Rede das Pescas e Ambiente Marinho da Macaronésia, Fase II";



- Colaborar na valorização e gestão sustentável dos recursos litorais, através da participação no projecto "PARQMAR: Caracterização, Ordenamento e gestão de áreas marinhas protegidas na Macaronésia - Os casos do Eco-Parque Marinho do Funchal (Madeira), Gran Canária e Tenerife (Canárias) e Santa Maria (Açores)";
- Dar continuidade à caracterização oceanográfica, biológica e físico-química, e ambiental da Z.E.E.- Madeira, com vista a um melhor conhecimento dos *habitats* das populações marinhas e do seu comportamento face à variação de parâmetros ambientais;
- Desenvolver novas tecnologias e metodologias aplicáveis na monitorização e na gestão de zonas de recife artificial e jaulas de piscicultura, no âmbito do projecto –piloto "MARTEC–Tecnologias Marinhas para Incremento da Produtividade Pesqueira", co-financiado pelo FEDER no quadro do INTERREG III B;
- Apoiar as acções de organização das zonas marinhas protegidas e a criação de condições favoráveis ao repovoamento pesqueiro (recifes artificiais) e concentração dos recursos (dispositivos de concentração de pescado);
- Desenvolver o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras regiões;
- Iniciar o processo de aquisição de uma embarcação, dotada de características adequadas ao trabalho de investigação;
- Explorar a possibilidade de produção de diversas novas espécies em cativeiro com interesse comercial e/ou com a finalidade de proceder a repovoamentos pesqueiros;
- Incrementar o fornecimento de "juvenis" às explorações da iniciativa privada;
- Proceder ao estabelecimento de linhagens de peixes em cativeiro que garantam a diversidade genética necessária para as acções de repovoamento (projecto "+PEIXE") e que permitam a selecção de indivíduos com melhores características para a cultura do pargo (projecto "PARGOGEN");



- Desenvolver instrumentos de suporte à formação no domínio investigação na área da aquacultura marinha, recorrendo a novas tecnologias de informação e métodos de formação interactiva (projecto "AQUAFORMAÇÃO").

Frota pesqueira e unidades aquícolas:

- Continuar a promover a atribuição de apoios co-financiados pela União Europeia destinados à construção, modernização e reconversão de embarcações de pesca, bem como assegurar o acompanhamento da sua aplicação, fazendo com que as unidades apoiadas sejam dotadas de melhores condições de operacionalidade, segurança e conservação do pescado a bordo, possibilitando uma melhor qualidade das capturas e uma melhor rentabilidade das embarcações (aproveitando a possibilidade conferida às regiões ultraperiféricas, enquanto únicos espaços da União que continuam a beneficiar de apoios dirigidos à modernização da frota);
- Proceder à aplicação dos apoios no âmbito do ajustamento do esforço de pesca, com o objectivo de adequar o esforço de pesca aos recursos disponíveis, mediante a retirada selectiva de embarcações em função dos objectivos fixados no Programa de Orientação Plurianual da Pesca e conforme definido no POPRAM III-MAR-RAM;
- Promover o incremento da aquicultura, apoiando, sob várias formas, os novos projectos da iniciativa privada neste domínio;
- Continuar a apoiar os armadores de pesca e aquacultura marinha na aquisição de gasóleo para a pesca comercial, ao abrigo do regime de compensação financeira instituído pela Resolução n.º. 451/2004, de 1 de Abril e Portaria n.º. 151/2004, de 13 de Agosto que prevê um subsídio de 0,075€ por litro de gasóleo.

Equipamento dos portos de Pesca:

- Melhorar as condições de descarga nos portos de pesca e, conseqüentemente, a qualidade dos produtos, equipando adequadamente os portos de pesca, de modo



a melhorar a sua operacionalidade e a cumprir e a fazer cumprir as normas hígio-sanitárias em vigor, através da realização de investimentos em diversas lotas, nomeadamente na Lota do Funchal, onde se procederá a intervenções visando a necessária modernização e remodelação da mesma, designadamente no sistema informático de leilão;

- Promover o melhoramento da rede de frio de apoio ao sector industrial, nomeadamente através da instalação de capacidade de frio no porto de pesca do Caniçal para congelação, refrigeração e armazenagem do pescado excedente da primeira venda, da remodelação e modernização dos Entrepostos Frigoríficos do Funchal e do Porto Novo (este último em fase de reprogramação) e do lançamento da construção do Entreposto Frigorífico do Porto Santo (em fase de elaboração do projecto e de preparação da candidatura ao POPRAM III);
- Transferência das infraestruturas de apoio ao sector das pescas, nomeadamente Lota e Entreposto Frigorífico, do porto do Funchal para o futuro porto de pesca dos Socorridos.

Formação profissional:

- Promover a realização de acções de formação profissional dos activos do sector da pesca, prevendo-se que sejam ministrados, em 2005, os cursos de "Arrais" e de "Pescador B".



V.3. INDÚSTRIA

A indústria regional representa cerca de 20% do PIB regional, empregando aproximadamente 27% dos activos empregados na Região, para os quais contribui fortemente o sector da construção civil.

A sua estrutura é pouco diversificada. Engloba essencialmente os sectores da construção civil, as indústrias agro-alimentares (moagens e produtos de panificação e pastelaria, massas alimentícias, lacticínios, vinhos, cervejas e refrigerantes), os tabacos e o mobiliário, bem como actividades industriais de base artesanal e tradicional, mais viradas para a exportação (bordados, tapeçarias e vimes).

Na sequência da atribuição de diferentes sistemas de incentivos ao investimento, bem como do desenvolvimento dos parques empresariais e da Zona Franca Industrial do Caniçal, assiste-se já a uma alteração positiva no sector, essencialmente no que respeita às indústrias dominantes, verificando-se o aparecimento de novas indústrias, o que tem levado à dinamização e diversificação da base produtiva regional.

A promoção do desenvolvimento de parques empresariais, levando à concentração das unidades produtivas em locais devidamente infra-estruturados e equipados, materializa-se no apoio que continuará a ser concedido à sociedade Madeira Parques Empresariais.

Há que prosseguir com a estratégia que tem sido adoptada, reforçando, também, o apoio à implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade, bem como a aplicação da metrologia.

Por continuar a verificar-se um acréscimo nos pedidos de licenciamento industrial e de licenciamento de pedreiras, deu-se início a um Sistema de Gestão da Qualidade na Direcção de Serviços da Indústria, processo esse que se pretende venha a ser certificado no âmbito da Norma NP EN ISO 9001:2000.

No que respeita à indústria extractiva, e com vista a minimizar os impactes ambientais negativos, foi realizado um estudo com vista a definir os locais mais adequados à exploração de pedreiras, o qual contou com a colaboração do Instituto Geológico e Mineiro para o levantamento geológico da RAM. Este estudo foi desenvolvido no âmbito



dos trabalhos do grupo consultivo criado para o efeito, seguindo-se a criação de legislação com a definição dos locais adequados à exploração de inertes e os requisitos exigidos para o exercício desta actividade.

Pese embora a existência de algumas dificuldades que assolam o sector do **Artesanato**, decorrentes fundamentalmente da concorrência feroz de produtos similares provenientes sobretudo de países orientais, que surgem no mercado a preços altamente competitivos, é possível ultrapassar essas dificuldades, recorrendo a medidas que se encontram já em fase de concretização.

Na prossecução da política de afirmação do Bordado Madeira e do artesanato em geral, será intensificada e aprofundada a parceria estabelecida com o ICEP - Comércio e Turismo, tendo em vista a realização de um conjunto de acções junto dos mercados internacionais, por forma a que o produto Bordado Madeira penetre mais eficazmente nesses mercados, potenciando o estímulo ao contacto efectivo exportador/cliente, através da implementação de acções promocionais e da participação dos empresários e artesãos em feiras da especialidade.

No capítulo da inovação, que atinge particular importância no contexto actual do mercado, procura-se cada vez mais estendê-la ao nível do design e da concepção dos produtos, potenciando as aplicações na moda e nas artes decorativas. Visando o objectivo crucial da inovação e para mais facilmente alcançá-lo, foi criado o Centro de Moda e Design em articulação com associação empresarial do sector.

Aquele Centro, para além do importante papel que desempenha no âmbito do incremento da inovação do Bordado Madeira, tem também uma participação decisiva na sua aplicação à área do vestuário, através da criação de colecções e de novos desenhos que são divulgados por meio da participação em eventos de moda, a realizar dentro e fora da Região. Com este propósito prevê-se a realização de um evento anual de moda na Madeira, em parceria com os empresários do sector e em articulação com o sector do Turismo.



Face ao exposto, constituem **objectivos fundamentais** a prosseguir em 2005:

- O aumento da eficácia do licenciamento dos estabelecimentos industriais e a promoção do desenvolvimento de estudos sobre as condições técnicas de instalação e de laboração dos estabelecimentos industriais;
- A contribuição para o reordenamento territorial, incentivando a transferência das unidades industriais dispersas para locais adequados, nomeadamente, os parques empresariais;
- A promoção de acções de sensibilização sobre o processo de licenciamento industrial, nomeadamente junto das autarquias, associações empresariais e organizações sectoriais;
- A garantia da aplicação e fiscalização do cumprimento da regulamentação relativa ao controlo metrológico em áreas ainda não abrangidas, bem como o alargamento das operações de verificação metrológica a novas áreas;
- A realização do levantamento dos equipamentos sob pressão existentes na RAM, de modo a poder aplicar-se a legislação em vigor sobre o respectivo licenciamento;
- A garantia do cumprimento da regulamentação relativa ao transporte de mercadorias perigosas por estrada, no âmbito da qual os transportadores deverão apresentar relatórios de inspecção das cisternas a fim de poderem ser emitidas as respectivas autorizações de utilização;
- A regulação da extracção de inertes;
- O incentivo à apresentação de pedidos de exploração de pedreiras e a prossecução das acções necessárias à inventariação, valorização e aproveitamento dos recursos geológicos da Região;
- Dotar a Região de um roteiro geo-turístico que identifique os locais com interesse geológico;



- Dar continuidade ao Sistema de Gestão da Qualidade da Direcção de Serviços da Indústria;
- A criação de condições favoráveis à internacionalização da indústria da RAM.

E, especificamente, ao nível do **Artesanato**:

- No âmbito do mercado externo, e com base no protocolo com o ICEP, serão desenvolvidas e executadas um conjunto de acções com vista a uma melhor penetração nesses mercados, designadamente no Norte-americano;
- Continuar a apoiar as empresas do sector, particularmente a nível da concessão de incentivos financeiros à realização de acções promocionais, para fomento da exportação, que se concretizarão na elaboração de catálogos e na prospecção de mercado;
- Continuar a promover e a divulgar a denominação de origem do Bordado Madeira;
- Prosseguir com a política de dinamização do mercado interno, através de recurso a instrumentos de comunicação que têm como objectivo sensibilizar e atrair potenciais adquirentes do nosso artesanato, designadamente com o recurso às exposições temporárias, com a distribuição de desdobráveis alusivos ao nosso artesanato em unidades hoteleiras, e com sua divulgação nos canais internos de televisão dessas unidades;
- Manter o apoio ao Centro de Moda e Design, estrutura fundamental no âmbito da inovação e modernização do Bordado Madeira;
- Continuar a apoiar o artesanato indiferenciado; particularmente a cerâmica, o embutido em madeira e a tecelagem, através da deslocação de artesãos a feiras e exposições da especialidade e da realização de acções de formação;
- Incremento da articulação da promoção do Bordado Madeira com outros produtos regionais.



Para implementação destes objectivos, as **intervenções** programadas para 2005 no campo de acção deste sector são as seguintes:

- Elaboração de um roteiro geo-turístico com informação rigorosa e detalhada sobre o património geológico regional;
- Preparação de uma proposta de diploma regional que regule a extracção de inertes;
- Certificação, no âmbito da Norma NP EN ISSO 9001:2000, da Direcção de Serviços da Indústria, como forma de garantir um aumento da capacidade de resposta aos pedidos dos agentes económicos em consonância com as suas expectativas;
- Análise dos factores críticos de sucesso das empresas industriais que já se internacionalizaram e concessão de incentivos à internacionalização, em parceria com as estruturas associativas empresariais regionais e a Sociedade de Desenvolvimento da Madeira;
- Participação no capital social da Madeira Parques Empresariais – MPE, S.A..

O plano de investimentos da MPE, S.A. inclui a execução, em 2005, dos seguintes projectos:

- Parque Empresarial do Estreito de Câmara de Lobos, cuja conclusão está prevista para Outubro de 2005,
- Parque de estacionamento no Parque Empresarial da Cancela e reposição do tapete betuminoso nos arruamentos principais, a executar durante o primeiro trimestre de 2005,
- Ampliação do Parque Empresarial do Porto Santo, a concluir no fim do 1º trimestre de 2005, e,
- Expansão do Parque Empresarial da Zona Oeste, que deverá abranger a margem esquerda da Ribeira dos Socorridos.



No que concerne ao apoio ao **artesanato regional** serão desenvolvidas as seguintes **medidas**:

- Implementar uma linha de crédito para as empresas do sector, destinada a compartilhar os juros decorrentes de empréstimos bancários obtidos para efeitos de saneamento financeiro das empresas, bem como para apoio na realização de projectos empresariais;
- No âmbito da reestruturação, introduzir novos modelos de gestão e práticas organizacionais nas empresas do sector;
- Implementar a prática do *Benchmarking*, instrumento que permitirá a melhoria da qualidade e da produtividade, tendo como linha orientadora a inovação e adaptação dos produtos às exigências do mercado, em constante mutação, e às tendências actuais;
- Intensificar o desenvolvimento do mercado interno, designadamente através de um conjunto de acções, tendo em perspectiva a melhoria do aproveitamento do potencial turístico da Região, que se tornará realidade através do estabelecimento de parcerias com unidades hoteleiras e agências de viagens;
- Em parceria com o ICEP, procurar associar o Bordado Madeira a produtos de elevada qualidade e prestígio, para que aquele produto seja cada vez mais dignificado e valorizado a nível da sua comercialização;
- Apostar mais fortemente na reorganização do aparelho comercial da Região, através do incremento da atractividade dos pontos de venda, permitindo a diferenciação clara dos produtos executados em Bordado Madeira relativamente a outros bordados e artigos que não gozam da mesma qualidade;
- Incrementar a reestruturação do cultivo do vime, de forma a garantir a matéria-prima em quantidade e qualidade adequada às necessidades das empresas produtoras e dos artesãos;
- Implementar as medidas de modernização e inovação dos artigos em vime, tendo em vista a introdução de um *design* inovador e atraente nos artigos de



carácter utilitário e decorativo e em harmonia com as tendências contemporâneas;

- Dar formação profissional aos empresários do sector e colaboradores dos postos de venda, através do estabelecimento de parcerias, a fim de dotar as empresas de novas ferramentas de gestão, de marketing e de comercialização dos seus produtos;
- Reforçar a fiscalização, de forma a salvaguardar a qualidade na produção e comercialização dos produtos bordado, tapeçaria e obra de vimes.



V.4. ENERGIA

A Região Autónoma da Madeira encontra-se numa fase de desenvolvimento socio-económico que se reflecte no crescimento acelerado da procura de energia, o que é revelador da importância da energia para a competitividade das actividades económicas da Região.

No entanto, a evolução da procura de energia traduz-se no aumento da dependência dos produtos petrolíferos e em incidências ambientais negativas, que podem afectar o meio natural, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento económico, fortemente suportado pelo turismo.

Há, assim, a necessidade de adoptar uma estratégia, alicerçada nos objectivos centrais da política energética regional – segurança do aprovisionamento, competitividade económica e protecção do ambiente – e definida em torno da valorização dos recursos energéticos regionais e da implementação de acções de eficiência e racionalidade energética, que satisfaça o crescimento da procura de energia e favoreça o desenvolvimento regional de uma forma equilibrada.

O Plano de Política Energética da Região Autónoma da Madeira (PPERAM), aprovado pelo Conselho de Governo, em 2 de Dezembro de 2002, veio dotar o Governo Regional de um instrumento de política energética, para o período 2003-2010, assente nos três objectivos centrais da política energética e adaptado às novas oportunidades e condicionantes induzidas pelo desenvolvimento regional, pelas tendências do sector energético (políticas e tecnológicas) e pelas preocupações de ordem ambiental.

Deste modo, é objectivo da política energética regional, tal como se encontra estabelecido no PPERAM, desenvolver estudos e projectos com vista à redução da dependência energética do exterior através da valorização dos recursos energéticos locais e da utilização racional da energia, bem como a melhoria do ambiente e qualidade de vida, através de soluções inovadoras de produção e utilização energéticas.

A cooperação com outras regiões da União Europeia, alicerçada em programas comunitários que co-financiam estudos e projectos enquadráveis na perspectiva atrás exposta, tem sido um dos instrumentos mais adequados ao desenvolvimento de uma



dinâmica regional assinalável no domínio energético e suas interfaces com o ambiente e qualidade de vida.

O sistema de incentivos à utilização racional de energia tem tido grande adesão por parte das famílias madeirenses, estimando-se que a sua procura continue a aumentar fortemente.

Consideram-se como **objectivos prioritários** para 2005:

- Promover o acompanhamento da implementação das medidas enunciadas no PPERAM;
- Incentivar a utilização racional de energia e a utilização de energias renováveis, como forma de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e os seus custos de importação e, em última instância, de melhorar a qualidade do ambiente e os padrões de vida regionais;
- Promover o desenvolvimento de estudos e projectos com vista à valorização dos recursos energéticos locais;
- Proceder ao acompanhamento da exploração do Centro Logístico de Combustíveis;
- Proceder ao acompanhamento da execução das conclusões do estudo de viabilidade técnico-económica para a introdução do gás natural na Região;
- Promover a garantia de aprovisionamento de energia à Região;
- Proceder à análise da viabilidade da introdução do gás a granel na Ilha do Porto Santo.

Em 2005, prevê-se a concretização das seguintes **medidas e acções**:

- Proceder, com o apoio técnico da Direcção-Geral de Geologia e Energia e de outros organismos do sector, à análise dos requisitos técnicos para a entrada em funcionamento do Centro Logístico de Combustíveis;



- Prossecução dos apoios concedidos no âmbito do Sistema de Incentivos à Energia Solar Térmica (SIEST), no sentido de dar resposta ao número crescente de candidaturas visando o aquecimento de águas no sector residencial;
- Conclusão do estudo, com co-financiamento comunitário no âmbito do PRIME, sobre a viabilidade da utilização do gás natural como fonte energética.

Visando os grandes objectivos da política energética regional aprovados no PPERAM, a **AREAM**, no âmbito do contrato-programa estabelecido com o Governo Regional para o período 2004-2006, propõe continuar a desenvolver, em 2005, um conjunto de acções enquadradas nas seguintes **medidas**:

- Investigação, demonstração e inovação no domínio da energia, visando soluções para problemas regionais específicos e a afirmação da Região Autónoma da Madeira como um centro de excelência europeu na área da energia;
- Cooperação técnica e estratégica com outras regiões ultraperiféricas, no âmbito de programas comunitários e de redes de cooperação;
- Apoio técnico-científico permanente ao Governo Regional na implementação da estratégia estabelecida no PPERAM.



V.5. TURISMO

A aprovação do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT) constitui um dos aspectos mais relevantes para o sector turístico da Região.

O POT define a estratégia de desenvolvimento turístico da Região e o modelo territorial a adoptar, orientando os investimentos públicos e privados, garantindo o equilíbrio na distribuição territorial da oferta turística, bem como um melhor aproveitamento e valorização dos recursos humanos, culturais e naturais.

Assim, importa relevar que o referido plano estabelece limites e, principalmente, ritmos de crescimento da oferta de alojamento turístico, bem como valores para a sua distribuição territorial.

Ao nível das infra-estruturas turísticas, ou com aproveitamento turístico, o plano de obras desenvolvido pelo Governo Regional e pelas Sociedades de Desenvolvimento irá dotar todos os concelhos da Região de importantes pólos de interesse turístico, diversificando a oferta existente e permitindo acessibilidades mais rápidas, cómodas e seguras.

Neste sentido, importa analisar a actual oferta de alojamento turístico de acordo com os objectivos definidos no POT, tendo por horizonte o ano de 2012 – período de vigência do POT. Os empreendimentos turísticos em funcionamento no final de 2003 totalizavam 28.586 camas, número a que corresponde um aumento de 2,6 % em relação ao ano anterior, o que se enquadra dentro dos padrões indicados no POT (5% ao ano). A esta capacidade de alojamento correspondem 267 empreendimentos turísticos e 47 unidades de Turismo em Espaço Rural (TER).

Os estabelecimentos de cinco e de quatro estrelas continuam a representar a maioria da oferta, com cerca de 70% do total.

Estes valores demonstram que a par da hotelaria tradicional, localizada essencialmente no eixo Funchal - Caniço, têm surgido outras tipologias de alojamento, designadamente unidades de Turismo em Espaço Rural, estalagens e albergarias, distribuídas por todos os concelhos da Região. Estes novos produtos vão ao encontro das novas necessidades



e motivações da procura, nomeadamente a prática de actividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza.

Contrariando a tendência registada nos últimos anos relativamente aos fluxos turísticos internacionais, em 2003 a Região apresentou uma variação positiva de 2,4% ao nível de dormidas, correspondendo a 5.597.985 noites, e registou 856.482 hóspedes entrados, o que significa um aumento de 2,9% em relação ao ano anterior. A taxa média de ocupação situou-se nos 57%.

As receitas totais da hotelaria atingiram 245 milhões de euros, o que corresponde a uma variação positiva de 3,4%.

Os principais mercados emissores foram o português (26%), o britânico (24%) e o alemão (16%).

Os objectivos prioritários para o sector apontam para um crescimento sustentável do turismo, articulado com o desenvolvimento global da RAM e a preservação da diferenciação e qualificação da Madeira como destino turístico.

Haverá que responder com adequação e eficácia ao aumento previsível da capacidade de oferta de alojamento e à melhoria das condições de acessibilidade ao destino, em consequência das novas condições do aeroporto.

Assim, como **objectivos estratégicos** para 2005 salientam-se os seguintes:

- Consolidação dos produtos turísticos dominantes, mantendo as características de destino de qualidade;
- Desenvolvimento da segmentação turística, através do reforço de produtos turísticos já identificados – congressos e incentivos, golfe, turismo náutico, passeios a pé, ecoturismo, *wellness* e luas de mel, para a ilha da Madeira, e, praia, *wellness* e turismo náutico, para a ilha do Porto Santo;
- Potenciação do mar como o recurso turístico e de lazer com grande capacidade de carga, integrando as novas acessibilidade marítimas, as novas marinas e a requalificação do Porto do Funchal;



- Atenuação da actual predominância de alguns mercados emissores, mediante o crescimento das quotas dos mercados com maior potencial de crescimento;
- Aumento do volume de receitas e respectivo gasto médio por turista;
- Sensibilização da população para a importância do sector e da necessidade de um desenvolvimento sustentável;
- Dignificação das carreiras profissionais do sector, sensibilizando a população estudantil para as oportunidades de emprego que o turismo apresenta;
- Consolidação da parceria público-privada com a APRAM, com uma orientação comum para a divulgação do destino turístico "Madeira";
- Utilização das novas tecnologias para a inventariação e divulgação dos produtos turísticos regionais em redes de informação com fins promocionais e comerciais, nomeadamente em parcerias com o sector privado;
- Criação e apoio ao desenvolvimento do conhecimento (estudos de mercado, sondagens e elementos estatísticos) que permita ao sector do turismo inovar e responder pro-activamente às realidades existentes e a novos desafios;

Assim, no sector do Turismo, e durante o ano de 2005, serão implementadas acções que se inserem nas seguintes **medidas**:

- Apresentação e representação do destino em feiras, exposições, congressos e campanhas de "porta a porta";
- Desenvolvimento de campanhas de publicidade a nível nacional e internacional dirigidas a profissionais e ao cliente final;
- Organização de acções promocionais, tais como seminários, semanas da Madeira, *workshops* e sessões de formação aos agentes, nos mercados prioritários;
- Realização de acções de relações públicas, quer ao nível do receptivo local, quer através do patrocínio de eventos com interesse turístico;



- Estabelecimento de parcerias com operadores turísticos, designadamente através de campanhas conjuntas, aquando da abertura de novos mercados ou de novas operações, e de brochuras da Madeira;
- Implementação de planos promocionais específicos para os produtos “congressos e incentivos”, “turismo náutico”, “turismo activo” e “wellness”;
- Criação de novos suportes informativos e promocionais, impressos e multimédia, e actualização dos já existentes;
- Implementação da “intranet de serviços na Direcção Regional de Turismo”, possibilitando uma informação mais célere e efectiva ao cidadão e ao turista;
- Implementação do Sistema de Informação e Gestão de Recursos Turísticos da RAM;
- Manutenção e permanente actualização do novo site de promoção institucional da Região;
- Implementação do plano de marketing da marca de prestígio “Quintas da Madeira”;
- Monitorização e implementação das orientações definidas no Plano de Ordenamento Turístico;
- Consolidação dos programas de animação que já são cartazes internacionais, com alargamento do seu período de duração, quando aplicável, e com a introdução de conteúdos inovadores, destacando-se a continuidade do Festival do Atlântico, com grande margem de progressão ao nível da sua notoriedade;
- Coordenação dos eventos sociais, culturais e religiosos com interesse turístico, tendo em vista a sua divulgação atempada;
- Renovação e aumento do número de alunos envolvidos no programa “Educar para o Turismo”;



- Alargamento e melhoria de infra-estruturas turísticas, nomeadamente da rede de postos de turismo;
- Compatibilização e operacionalização da informação estatística e de I&D, no âmbito das parcerias já estabelecidas com outras regiões da Macaronésia.



V.6. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

ACESSIBILIDADES INTERNAS

Neste domínio, as acções e medidas previstas têm por objectivo a melhoria da mobilidade intra-regional, através, por um lado, da construção de novas vias de comunicação entre os principais centros urbanos e, por outro, da melhoria do nível de serviço nas vias regionais já existentes e de um melhor funcionamento do sistema de transportes terrestres.

Relativamente à **Rede Viária Regional**, poderá dizer-se que, com a recente construção de um significativo e importante conjunto de vias de carácter estruturante, ficaram praticamente concluídos os principais eixos da rede viária fundamental da RAM. Com efeito, estão já estabelecidas ligações viárias, com adequados níveis de serviço, entre a freguesia dos Prazeres, a Oeste, e a do Caniçal, a Leste, bem como a Norte, para Santana (até à Ribeira de S. Jorge), S. Vicente e Porto Moniz.

Na zona mais central da Ilha, foram também colocadas em serviço adequadas ligações às freguesias do Curral das Freiras e da Camacha.

Importa agora completar a malha das acessibilidades aos núcleos populacionais que ainda não usufruem de acessibilidades com idênticos níveis de serviço. Assim, ligações com características de "via-expresso" serão prolongadas para Oeste, até à Ponta do Pargo, a Norte entre a Ribeira de S. Jorge e S. Vicente, e, na zona central da Ilha, em via rápida, até ao Estreito de Câmara de Lobos com a nova ligação ao Jardim da Serra, bem como uma nova ligação da Via Rápida ao Porto do Funchal.

No âmbito do PIDDAR para 2005, destacam-se neste sector, e como intervenções mais relevantes, os trabalhos relativos ao troço da ER 101 entre os Prazeres e a Fajã da Ovelha, no concelho da Calheta, e os do troço entre a Terça e a Ribeira Grande, este último integrado na Via Expresso Machico-Faial. Destacam-se também os trabalhos relativos às obras da Saída Leste do Funchal, do Acesso Oeste à Circular ao Funchal à Cota 200, do Acesso Oeste ao Porto do Funchal, do Acesso Oeste a Santo Amaro e as relativas ao novo acesso ao PIZO – Parque Industrial da Zona Oeste, em Câmara de Lobos.



Refira-se também o desenvolvimento dos estudos iniciais e de projectos conducentes à construção da Via Rápida entre Câmara de Lobos e o Estreito de Câmara de Lobos, da designada Cota 500 e dos troços de via expresso entre a Ribeira de S. Jorge e S. Vicente e entre a Fajã da Ovelha e a Ponta do Pargo, no concelho da Calheta.

Este conjunto de novas vias de comunicação, visam atingir os seguintes **objectivos**:

- Redução das assimetrias regionais, através do aumento da oferta de infra-estruturas rodoviárias em zonas de menor cobertura, de forma a promover o pleno aproveitamento dos recursos regionais e o reforço da coesão e solidariedade internas;
- Diminuição dos custos de operação e dos custos associados ao tráfego em trânsito;
- Melhoria da malha de acessibilidades aos principais centros de actividade económica, designadamente às novas zonas industriais;
- Reforço da segurança da circulação rodoviária.

Num outro plano, e para além da implementação dos habituais programas de conservação preventiva e correctiva da rede viária regional em serviço, prevê-se no âmbito do PIDDAR 2005, um conjunto de intervenções no domínio da reabilitação estrutural e da requalificação da rede regional, em termos da sinalização, segurança e uniformização das condições de serviço das vias regionais complementares.

Destacam-se também as intervenções decorrentes do Plano Director de Sinalização de Orientação Rodoviária e Turística da Madeira e do Porto Santo, em desenvolvimento, instrumento fundamental para o ordenamento da rede viária regional e para a homogeneização da sinalização existente e a promover nas Ilhas da Madeira e do Porto Santo. Tais intervenções permitirão melhorar significativamente o acesso aos destinos turísticos destas duas ilhas e a valorização dos seus principais circuitos turísticos.

Complementarmente serão desenvolvidas intervenções no âmbito do reforço da segurança da circulação rodoviária, de forma a melhorar a eficiência da rede viária,



designadamente através da criação de bolsas de estacionamento, não só nos principais centros de demanda de tráfego mas também ao longo dos troços da rede mais antiga.

Relativamente ao **Sistema Regional de Transportes Terrestres**, as principais **linhas de actuação** a prosseguir são, no essencial, as seguintes:

- Satisfação das necessidades reais de deslocação de pessoas e bens, propiciando deslocações em transportes com adequados níveis de segurança, comodidade e rapidez;
- Incremento e melhoria da segurança rodoviária para os utentes das vias públicas, considerados quer enquanto condutores, quer enquanto peões;
- Optimização do aproveitamento das novas acessibilidades;
- Melhoria das condições do estado dos veículos afectos ao parque automóvel regional.

Nesta perspectiva serão implementadas as acções e medidas correspondentes, quer aos factores produtivos afectos às deslocações por via terrestre, quer à área da viação considerada na sua generalidade.

No que concerne aos factores produtivos afectos às deslocações por via terrestre, destacam-se as seguintes **medidas**, que têm por objectivo a melhoria da qualidade do sistema de transportes e o reforço das condições de segurança do seu funcionamento:

- Promoção da utilização do transporte público colectivo de passageiros;
- Satisfação das necessidades de deslocação das populações, através de carreiras de transporte público colectivo de passageiros, que façam o adequado aproveitamento das novas acessibilidades recentemente criadas, e de uma cobertura territorial mais equilibrada, aumentando o número de conexões disponíveis;
- Manutenção de um justo e equilibrado serviço público de transporte de cariz iminentemente social;



- Promoção de medidas conducentes à renovação de frotas dos transportes públicos de passageiros;
- Promoção de novos sistemas de informação ao público e de novas tecnologias associadas à bilhética;
- Melhoria do funcionamento do sector da indústria de aluguer de veículos sem condutor, nomeadamente através do reforço das acções de fiscalização.

Em matéria de viação salientam-se como **principais medidas** a implementar:

- Promoção de campanhas de prevenção rodoviária;
- Reforço das acções de prevenção e fiscalização, conducentes à diminuição da sinistralidade rodoviária;
- Manutenção, e nalguns aspectos, elevação dos níveis de exigência requeridos aos novos condutores;
- Promoção de cursos de formação de instrutores e de directores de escolas de condução;
- Reforço das acções de fiscalização às escolas de condução.

ACESSIBILIDADES EXTERNAS

Salientam-se como principais linhas de actuação sectorial:

- O desenvolvimento de acções conducentes ao cumprimento pelo Governo da República do Princípio da Continuidade Territorial;
- A melhoria das condições de segurança e eficácia económica dos serviços portuários e aeroportuários.

O **sistema de transportes marítimos e as infra-estruturas portuárias** a eles associadas assumem um papel fundamental em termos da necessária garantia do abastecimento da Região, em condições adequadas de segurança, regularidade e qualidade.



No sector portuário, os investimentos a desenvolver em 2005 serão postos em prática pela APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por missão administrar as infra-estruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação por via marítima de pessoas e bens na Região Autónoma da Madeira.

Destacam-se os investimentos decorrentes do apetrechamento do Porto do Caniçal e respectivos acessos, que se traduzirão na transferência do Porto do Funchal das operações de carga e descarga de mercadorias para o Caniçal, e ainda as intervenções de requalificação dos portos do Funchal e do Porto Santo, decorrentes da implementação dos respectivos planos directores.

Como **principais objectivos** sectoriais destacam-se os seguintes:

- Optimização da eficiência das operações portuárias, visando a redução dos seus custos;
- Melhoria das condições de segurança e das condições ambientais das zonas portuárias;
- Incremento da actividade portuária, de modo especial, no sector do turismo de cruzeiros;
- Aumento da eficiência das operações de interface;
- Melhoria das condições de exploração dos portos secundários, através de intervenções de reabilitação e beneficiação dos mesmos.

Para a prossecução destes objectivos serão implementadas em 2005 um conjunto de **intervenções**, das quais se destacam, por serem as mais relevantes, as seguintes:

- Construção da Gare Marítima Internacional do Porto do Funchal;
- Reformulação dos edifícios da Marina do Funchal;
- Construção de infra-estruturas marítimas e de salvamento;



- Aquisição e montagem de um sistema de desembarque de passageiros, no Porto do Funchal;
- Ligação da Via Rápida ao Porto do Caniçal;
- Concepção/construção da Zona de Apoio Logístico do Porto Novo;
- Consolidação das falésias do Cais da Ponta do Sol e da Madalena do Mar.

Realçam-se também no âmbito da segurança marítima, as diligências que vêm sendo efectuadas junto do Governo da República, no sentido da imprescindível implementação de um sistema VTS – *Vessel Traffic Service* costeiro, para controlo e gestão do tráfego marítimo da zona económica exclusiva da Região.

Relativamente às **infra-estruturas aeroportuárias/sistema de transportes aéreos**, destacam-se, como principais **linhas de orientação**:

- A revisão e adaptação às actuais circunstâncias económicas e sociais da Região, das obrigações de serviço público para as ligações aéreas entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e no interior da própria Região, nomeadamente em termos da capacidade e continuidade dos serviços, das condições operacionais, das frequências mínimas, das tarifas e das condições de comercialização dos voos;
- A manutenção de tarifas reduzidas para residentes, estudantes e delegações desportivas nas viagens entre a Região e o Continente e entre o Porto Santo e a Madeira;
- A manutenção de taxas aeroportuárias reduzidas para os voos regulares entre o Porto Santo e a Madeira;
- O apoio às políticas comunitária e nacional de transporte aéreo, que promovam a competitividade e a melhoria da qualidade de serviço entre a Região e o exterior;
- A promoção e incremento de ligações directas da Região aos seus principais mercados turísticos, às Comunidades Madeirenses e às Regiões Ultraperiféricas do Atlântico Norte.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

Em termos de novos investimentos neste sector, a desenvolver pela ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, uma vez concluída a obra de Ampliação do Aeroporto da Madeira, e para além de diversos investimentos em termos de melhoramentos de carácter operacional, no cumprimento de exigências do ICAO, destaca-se a construção do novo Posto de Socorros a Náufragos a construir no aterro marítimo sob a pista do Aeroporto da Madeira, permitindo assim, que a RAM disponha de uma adequada infraestrutura dotada dos necessários meios para apoio e socorro no mar, bem como o desenvolvimento do projecto da Nova Torre de Controlo do Aeroporto da Madeira.



V.7. COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Relativamente ao Comércio, é de salientar que este sector tem um importante peso na economia regional pois contribui em 14% para o PIB regional e emprega 13% da população activa da Região.

Na sequência dos apoios que têm sido atribuídos nos últimos anos à actividade comercial, tem-se assistido à revitalização do comércio tradicional, como forma de reforçar os seus factores de competitividade face às grandes superfícies e a outras formas de comércio.

A Direcção Regional do Comércio Indústria e Energia como entidade dinamizadora do desenvolvimento da Qualidade na Região Autónoma da Madeira, desenvolveu em 2004 um estudo para a definição da Estratégia Regional para a Qualidade que foi apresentado ao Conselho Regional da Qualidade para análise e sugestões, devendo ser apresentado publicamente o relatório final do estudo num seminário que contará com a presença de oradores internacionais.

No seguimento da definição da Estratégia Regional para a Qualidade, pretende-se desenvolver um programa para a respectiva implementação que terá a duração de quatro anos e englobará, nomeadamente, uma campanha de divulgação/sensibilização /dinamização, o Fórum Regional da Qualidade, um estudo global sobre o estado da qualidade, ambiente e segurança nas empresas e na administração pública, um sistema de reconhecimento de boas práticas na RAM em qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho, e as "Olimpíadas da Qualidade" nas escolas da Região.

A grandiosidade e o carácter transversal desta medida implica grandes investimentos, muitos deles de natureza imaterial, prevendo-se que os mesmos, aliados à implementação de outras estratégias (inovação, desenvolvimento sustentável e ordenamento do território), venham a ter retorno a médio e longo prazo, criando efectivamente uma Região de Excelência.

A acreditação do Laboratório de Metrologia da Madeira continua a ser considerada uma medida prioritária, no sentido de que é fundamental garantir aos seus utilizadores, na sua grande maioria empresas, a qualidade dos serviços e equipamentos utilizados. Este



processo de acreditação, cuja auditoria de concessão já foi solicitada, tem envolvido consultoria externa e acções de formação para a equipa de trabalho do Laboratório, encontrando-se já em utilização a totalidade dos procedimentos de gestão da qualidade.

O Programa da Qualidade na RAM, realizado em parceria com o Instituto Português da Qualidade, envolve projectos-piloto de certificação na Norma NP EN ISO 9001:2000, a criação do Prémio Regional da Qualidade, uma medida de investigação e aplicação de novos métodos de estampagem do Bordado Madeira e acções de sensibilização e informação em áreas relacionadas com a qualidade e a metrologia.

A protecção dos consumidores é uma matéria que assume, hoje, uma relevância especial. O reconhecimento do seu carácter transversal, a sua particular complexidade e dinamismo próprio colocam esta temática no centro das prioridades das sociedades modernas, a qual tem merecido por parte do Governo Regional a devida atenção.

Neste âmbito, a resolução extra judicial dos conflitos de consumo assume particular importância, tendo sido recentemente criado o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Madeira, com o objectivo de dirimir conflitos de consumo, contribuindo-se para um mais fácil acesso dos cidadãos consumidores à justiça nesta área.

O Governo Regional reafirma o seu empenho no desenvolvimento de uma política para o consumo, cujas linhas estratégicas têm por base um maior reforço da protecção dos interesses económicos e defesa dos legítimos direitos dos consumidores, em paralelo com o cumprimento dos deveres legais que, nesta matéria, incumbem aos agentes económicos.

Consequentemente, constituem **objectivos prioritários** para 2005:

Nas áreas do **Comércio e Abastecimento e da Promoção da Qualidade**:

- O reforço da competitividade do sector comercial, em especial das pequenas e médias empresas, através do estímulo da inovação e de outros factores dinâmicos de competitividade empresarial e da divulgação da informação económica geral e específica na área do comércio;



- O desenvolvimento de acções estratégicas de apoio ao comércio tradicional da Madeira, dando especial ênfase à implementação das medidas preconizadas no “Estudo do Comércio Tradicional da RAM”, realizado em 2003;
- A intensificação das medidas de apoio ao aprovisionamento e do aumento da eficiência da gestão operacional do POSEIMA;
- A conclusão do processo de acreditação do Laboratório de Metrologia da Madeira, por forma a garantir aos utilizadores destes serviços os níveis de qualidade imprescindíveis às operações de controlo metrológico;
- A promoção da Qualidade na RAM.

Na área da **Defesa do Consumidor:**

- O desenvolvimento de meios adequados à criação de uma elevada consciência crítica dos consumidores, que os tornem menos vulneráveis e mais exigentes, por forma a dar resposta aos novos desafios impostos pela sociedade moderna;
- O reforço da protecção dos interesses económicos dos consumidores, relativamente a produtos e serviços financeiros e sobre-endividamento de particulares;
- A promoção do contacto com os cidadãos consumidores, desenvolvendo e implementando meios tendentes a uma maior celeridade e eficiência na resolução das questões suscitadas pelos mesmos;
- A expansão e o aperfeiçoamento das vias de resolução extrajudicial de conflitos de consumo, através de apoio ao funcionamento do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Região Autónoma da Madeira;
- O desenvolvimento de parcerias entre o Serviço de Defesa do Consumidor e outras entidades e organismos regionais e nacionais, na perspectiva de fomentar medidas articuladas de protecção dos interesses e direitos dos cidadãos, contribuindo, desta forma, para um processo de confiança mútua e concretização de um mercado da qualidade e de segurança.



No âmbito deste Sector, está prevista para 2005 a concretização das seguintes **medidas e acções:**

No que respeita à **Promoção da Qualidade:**

- Apresentação oficial dos resultados e das orientações sobre a Estratégia Regional para a Qualidade e início da respectiva implementação;
- Continuação do processo de acreditação do Laboratório de Metrologia da Madeira e de acções de divulgação do mesmo junto dos alunos das escolas secundárias e profissionais da RAM;
- Realização de seminários sobre temas que venham a verificar-se deficitários na área da qualidade e de acções de formação sobre "Qualidade nos Laboratórios", no âmbito da cooperação já existente com a RELACRE;
- Dar continuidade à aquisição de equipamentos para o Laboratório de Metrologia da Madeira, efectuar a calibração, fora da Região, de certos equipamentos, como é o caso das massas F1 e M1, e garantir o contínuo e adequado funcionamento do banco de rolos, no sentido de permitir que aquela estrutura cumpra a sua missão.

No âmbito do **Apoio e Defesa do Consumidor:**

- Coordenação e difusão de informações e recomendações, aos consumidores e agentes económicos, em matéria de segurança dos bens e saúde dos consumidores, oriundas de órgãos com responsabilidade nesta matéria, bem como de alertas preventivos de acidentes com crianças;
- Instrução e encaminhamento dos processos de reclamação, não susceptíveis de resolução através da mediação do Serviço de Defesa do Consumidor, para decisão arbitral no Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Região Autónoma da Madeira;



- Criação de um núcleo de apoio e aconselhamento económico-jurídico aos particulares na área de produtos/serviços financeiros e em situação de sobre- endividamento;
- Reforço do Departamento de Documentação, Formação e Informação ao Consumidor em instrumentos tecnológicos e científicos, bem como em recursos humanos com formação específica, de modo que o mesmo possa desempenhar um papel informativo/formativo/educativo adequado às necessidades dos consumidores;
- Celebrar a comemoração do “Dia Mundial dos Direitos do Consumidor”, através da realização de diversas iniciativas alusivas ao tema;
- Realização de seminários ou conferências sobre a temática de consumo, tendo como finalidade proporcionar à sociedade civil um espaço próprio de abordagem, análise e debate de temas e problemáticas associadas ao consumo, como instrumento de actualização e de obtenção de informação;
- Participação em certames regionais ou em eventos similares, como a Expo-Madeira e a Expo-Porto Santo, que permitam uma maior difusão e aproximação dos serviços aos consumidores e agentes económicos;
- Apoiar o desenvolvimento de projectos de formação/educação em matéria de consumo, por forma a estabelecer uma Rede de Educação para o Consumo entre a comunidade escolar da RAM, tendo como objectivo a divulgação e a troca de material e de informação;
- Apoiar a formação no domínio da defesa do consumidor;
- Promover e apoiar a diversificação e descentralização de estruturas de divulgação da informação aos consumidores;
- Apoiar as estruturas autónomas de protecção dos direitos do consumidor na RAM;



- Assegurar a representação da RAM na Comissão de Segurança de Produtos e Serviços de nível nacional.

No que respeita à Inspecção Regional das Actividades Económicas, que intensificará a promoção de **acções** de natureza preventiva, e quando necessário, repressiva, em matéria de ilícitos anti-económicos e contra a saúde pública:

- Reforçar a acção inspectiva ao longo de toda a cadeia alimentar, desde a produção ao transporte e comércio de géneros alimentícios;
- Realizar acções de fiscalização aos estabelecimentos onde são produzidos e transformados géneros alimentícios, designadamente estabelecimentos industriais, hotéis, restaurantes e similares;
- Fiscalizar a rotulagem dos bens, sobretudo dos géneros alimentícios, por forma a assegurar uma melhor informação aos consumidores;
- Promover acções visando a proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas por menores, com especial incidência nos estabelecimentos situados próximo de escolas;
- Combater, por iniciativa ou em colaboração com outras entidades, a concorrência desleal e todas e quaisquer formas de comércio ilegal, com especial atenção às fraudes sobre mercadorias;
- Reforçar as acções inspectivas em matéria de segurança de brinquedos e outros bens destinados a serem utilizados por crianças, incluindo as denominadas imitações perigosas;
- Fiscalizar a oferta de bens e serviços, bem como as respectivas condições de venda e de assistência técnica, promovidas através do comércio electrónico e das designadas vendas à distância;
- Reprimir os ilícitos que atentem contra a propriedade intelectual, nomeadamente a usurpação de direitos de autor e a reprodução de programas informáticos;



- Colaborar com os agentes económicos, associações empresariais e de consumidores, designadamente através da divulgação da legislação e das normas aplicáveis aos diversos sectores da economia;
- Realizar, em articulação com o Serviço de Defesa do Consumidor, acções destinadas a promover e proteger os direitos dos consumidores.



V.8. EDUCAÇÃO

Na actual situação do sistema de educação e ensino é possível constatar o seguinte:

- Ao nível das creches, um aumento significativo da oferta de lugares, com 2.124 vagas disponíveis (públicas e particulares) contra 1.827 em 2003/2004. Entretanto estão em construção vários estabelecimentos públicos, nomeadamente na Ponta do Sol, em S. Vicente e em S. Jorge, e particulares, alguns dos quais com início de funcionamento previsto para 2005;
- Ao nível da educação pré-escolar (PE), a continuidade do crescimento da oferta pública e particular, de 7.561 (em 2003/2004) para 8.268 lugares, assegurando uma cobertura generalizada a todas as crianças de 5 anos e atingindo 86% do total de crianças da RAM de 3, 4 e 5 anos, das quais 69% com frequência gratuita (em salas de educação pré-escolar, nas ETIs). De realçar a importância de se ter garantido, desde já, a todas as crianças da RAM, a possibilidade de frequência de um ano de educação pré-escolar antes do acesso ao 1º Ciclo;
- Aumento qualitativo da oferta PE nas Escolas a Tempo Inteiro (ETI), convergindo para os níveis de oferta (espaços, equipamentos, calendário e horário) da rede de infantários, incluindo o sistema social de participação familiar, assegurando sempre a frequência gratuita, ou quase gratuita, para as crianças provenientes dos estratos populacionais e famílias efectivamente necessitadas;
- Relativamente ao 1º ciclo, um novo decréscimo no número de alunos, de 15.397 para cerca de 15.200, em resultado da evolução demográfica. Foram eliminados edifícios não apropriados e o número de "escolas a tempo inteiro" (ETI's) aumentou de 92 para 101 (incluindo particulares), abrangendo 86% da população escolar do 1.º Ciclo. Todas as Escolas públicas em regime ETI ficarão dotadas com, pelo menos, uma sala de informática (de 9 a 11 computadores ligados em rede) com ligação à *internet*, impressoras e *scanner*. O facto de serem ETI's (e oferecerem actividades de complemento curricular) permitirá o desenvolvimento de actividades regulares para aprendizagem nas novas tecnologias. Um computador para 16 alunos (1:20 era o rácio anterior) será o rácio aproximado da RAM nas escolas públicas de 1º Ciclo;



- Aumento qualitativo da oferta nas Escolas a Tempo Inteiro, incluindo o sistema social de participação familiar, no que se refere à alimentação, transportes e equipamento escolar e ocupação de tempos livres, assegurando sempre a frequência gratuita, ou quase gratuita, para as crianças provenientes dos estratos populacionais e famílias efectivamente necessitadas;
- No 2º ciclo do Ensino Básico, redução do número de alunos de 8.247 para 8.165 e início do processo de preparação para implementar o projecto ETI (enquadramento diário total dos alunos nas suas escolas, com ofertas de Ocupação dos Tempos Livres, actividades específicas dentro e fora da Escola ao longo do ano lectivo que poderá incluir outras ofertas, em tempo parcial, aos períodos de interrupção de actividades curriculares) incluindo o sistema social de participação familiar, assegurando sempre a frequência gratuita e/ou quase gratuita para as crianças provenientes dos estratos populacionais e famílias efectivamente necessitadas;
- No 3º Ciclo do Ensino Básico, em virtude da redução demográfica, o número de alunos passa de 10.885 para 10.723 alunos.
- No Secundário, espera-se uma manutenção do número de alunos no Ensino Secundário Via Ensino, Tecnológico e Profissional. Continuará o apetrechamento de meios informáticos e laboratoriais. O rácio alunos por computador nos 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário baixará (escolas públicas) para cerca de 16, muito por via do projecto "Wireless Labs". Todas as escolas estão ligadas à *internet* desde finais de 1998.

A política de Educação que vem sendo prosseguida na Região Autónoma da Madeira visa sobretudo a formação de cidadãos cada vez mais capazes de se integrarem numa sociedade participativa e democrática, com padrões e comportamentos sociais pautados por valores e princípios de cidadania.

Para melhorar a qualidade do ensino público é necessário reforçar os investimentos nos estabelecimentos de ensino, na formação do seu corpo docente e não docente e dotar os estabelecimentos de infra-estruturas e de sistemas de ensino que utilizem as mais avançadas tecnologias, permitindo aos alunos o acesso às novas tecnologias (Sociedade



da Informação) e preparando-os deste modo para os novos desafios do mercado de trabalho.

Neste sentido, a nível da **Educação**:

- Continuou-se a proporcionar aos jovens uma formação integral em todas as escolas do 1º, 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário da RAM;
- Manteve-se o projecto "Descobrir a Madeira" e, no 1º ciclo, os "Jogos Escolares da Aventura", o que permitiu a administração de aulas em contacto com a natureza, aulas essas associadas a actividades de índole desportiva;
- Prosseguiu-se com o Projecto CAME – Centro de Audiovisuais e Multimédia Escolares;
- Iniciaram-se novos projectos, de natureza digital: Netacção, Escola Virtual, E-Formação e Quality School;
- Reforçou-se a política de apoio a trabalhos de reconhecido mérito nas áreas científicas e pedagógicas da responsabilidade de docentes/técnicos;
- Deu-se continuidade à política de apoio à Educação Pré-escolar, Escolar e extra-escolar;
- Proporcionou-se uma articulação da componente curricular com actividades de enriquecimento do currículo e extra-escolares, numa perspectiva de formação integral das crianças e jovens a frequentar os estabelecimentos de ensino/educação. A expansão das Escolas do 1º Ciclo a funcionarem a tempo inteiro é um exemplo desta medida, tendo-se também garantido a qualidade do sistema através de equipas de acompanhamento no âmbito do ensino precoce da língua Estrangeira, das tecnologias de informação e comunicação (programa PlaticCEB), e nas áreas artísticas e desportivas;
- Procedeu-se ao alargamento dos currículos alternativos regionais, e do reforço de programas no âmbito da Educação para a Saúde (essencialmente Educação Alimentar, Educação para a Sexualidade e Prevenção das Toxicodependências), Educação Rodoviária, Educação Ambiental e Promoção de Hábitos de Leitura,



através do projecto "Baú de Leitura", entre outros, no sentido de promover o sucesso educativo e diminuir o absentismo escolar;

- Apostou-se na formação dos recursos humanos e sua inserção no mercado do trabalho, nomeadamente com o alargamento dos cursos profissionalizantes ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico e do 10º e 13º Anos Profissionalizantes, considerando-se, ainda, nesta formação a eliminação da iletracia;
- Dinamizaram-se várias acções de formação dirigidas aos docentes, essencialmente em novas áreas curriculares, nomeadamente, na Área de Projecto, de Estudo Acompanhado, de Formação Cívica e de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Desenvolveram-se ainda outras acções de formação, no sentido de preparar docentes formadores nos novos programas do ensino secundário;
- Reforçou-se o apoio ao desenvolvimento da formação artística dos jovens da RAM, nomeadamente nas áreas da expressão dramática, musical e plástica, projectos únicos no País, cujo reconhecimento é visível na atribuição de prémios internacionais;
- Deu-se continuidade aos programas relacionados com o Desporto Escolar, numa perspectiva de proporcionar estilos de vida saudáveis, através da prática de todas as modalidades desportivas, permitindo a realização de campeonatos nas escolas, inter-escolas e a nível nacional.

A nível da **Administração Educativa:**

- Reforçaram-se os investimentos nos estabelecimentos de ensino, na formação do seu corpo docente e não docente e nas infra-estruturas e de sistemas de ensino.

Na área dos **Recursos Educativos:**

- Recorrendo ao POPRAM III, foi incrementado o esforço no re-apetrechamento de todos os Estabelecimentos de Ensino;
- Efectuaram-se *upgrades*, dos equipamentos informáticos das Escolas;



- Dinamizou-se a “Rede Escolar Integrada” e o “Sítio da Educação”;
- Dinamizaram-se as práticas de *e-learning*;
- Desenvolveram-se esforços tendo como preocupação central desencadear acções de formação para o pessoal docente e não docente.

No âmbito da **Educação Especial**:

- Procurou-se assegurar a educação e integração familiar, social e profissional das crianças, jovens e adultos portadoras de deficiência intelectual, auditiva, motora, visual e outras que exigem métodos especiais de acção, estimulando a colaboração das famílias e restante comunidade nas acções tendentes à sua prevenção, reabilitação e integração.

São os seguintes os **objectivos prioritários** para 2005.

No âmbito da **Educação**:

- Reforço dos projectos ETI, na componente pedagógica;
- Desenvolvimento de projectos alternativos ao ensino regular;
- Reforço da valorização formativa dos docentes dos vários níveis;
- Assegurar o desenvolvimento de acções essenciais para a assunção, por parte dos jovens, de comportamentos e princípios de cidadania;
- Acompanhar o desenvolvimento do sistema educativo.

No que respeita à **Administração Educativa**:

- Reforço das competências do pessoal docente e não docente.

No âmbito dos **Recursos Educativos**:

- Alargar a cobertura da Educação Pré-Escolar (a 90%) e de frequência nas Escolas Básicas de 1º Ciclo a Tempo Inteiro, aproximando-a da generalização;



- Alcançar o rácio de um computador por cada 16 alunos;
- Elaborar protocolos de definição dos campos de actuação dos poderes locais e regionais, em particular no caso dos transportes escolares das crianças do 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar;
- Contribuir para a formação integral das crianças e jovens a frequentar os estabelecimentos de ensino/educação, numa perspectiva de conjugar a componente curricular com actividades de enriquecimento curricular e extra-escolar;
- Continuar a melhorar as condições necessárias ao sucesso educativo e à diminuição do absentismo escolar, nomeadamente através do alargamento dos currículos alternativos regionais e, ainda, através da elaboração e disponibilização de material didáctico e equipamentos adequados;
- Iniciar um processo concreto destinado a reforçar os níveis de segurança e controlo das instalações e estabelecimentos escolares de 2º e 3º Ciclo e Secundários, nomeadamente através de medidas estruturais e estruturantes;
- Alargar a disponibilidade da plataforma "PLACE" a mais escolas 23S e integração de todos os estabelecimentos no processo *on-line* de recolha estatístico de informação;
- Alargamento do número e qualidade dos serviços prestados e disponibilizados *on-line* pela plataforma "PLACE" (gestão escolar, matrículas *on-line*, informação aos pais, mensagens *SMS*, recolha, disponibilização e distribuição de informação estatística);
- Conclusão dos processos de serviços internos informatizados (recursos humanos e vencimentos) a que se seguirá o "portal do funcionário";
- Criação do Observatório do Ensino Superior sobre a plataforma PLACE, juntando-se aos simuladores de cálculo de bolsas e mensalidades em infantários;
- Agrupamento de todos os serviços de Acção Social Escolar (alimentação, transportes e material escolar);



- Criação de coordenador no processo de criação de estabelecimentos particulares.

No âmbito da **Educação Especial**:

- Assegurar a educação e integração familiar e social das crianças, jovens e adultos com deficiências auditivas, intelectuais, motoras, visuais e outras que exigem métodos especiais de acção;
- Assegurar a colaboração com as famílias nas acções que exigem uma intervenção médico-psicológico-pedagógica adequada;
- Assegurar a formação técnico-profissional, de acordo com as possibilidades individuais e do meio;
- Promover acções tendentes à prevenção, reabilitação e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

São as seguintes as principais **medidas de política e instrumentos de acção** a concretizar em 2005.

No âmbito da **Educação**:

- Desenvolvimento de componentes regionais de currículo no ensino Básico (literatura, geografia, botânica, artes, etc.);
- Reforço da intervenção na formação contínua de professores e de funcionários não docentes;
- Realização dos exames nacionais de 9º ano (Português e Matemática);
- Assegurar o cumprimento dos currícula.

Relativamente à **Administração Educativa**:

- Desenvolvimento de legislação no âmbito da gestão escolar, no novo quadro constitucional;
- Desenvolvimento de legislação relativa ao Pré-Escolar;



- Desenvolvimento de legislação relativa aos funcionários não docentes dos estabelecimentos de educação/ensino.

No que respeita ao **Recursos Educativos**:

- Aquisição de equipamento para as novas salas de Educação Pré-Escolar;
- Aquisição de equipamento de cópia, de material pedagógico e de cozinha para as novas ETI's;
- Início das obras, a realizar pela Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, nas Escolas Básicas do 1º Ciclo com PE da Ladeira em Santo António, da Seara Velha, no Curral das Freiras, do Rancho - Caldeira, em C. de Lobos, e nas sedes de concelho em Machico, R. Brava e S. Cruz;
- Aquisições e *upgrades* de laboratórios e salas de informática nas escolas do 1º, 2º e 3º Ciclos e Secundárias;
- Continuação da adaptação do Plano de Ordenamento da Rede Regional Escolar, face à Agenda 2000, ao POPRAM III, ao Programa do Governo e às disponibilidades orçamentais;
- Concretização de instrumentos de recolha e tratamento de informação que garantam os diagnósticos do sector, permitindo a tomada de decisões em antecipação de roturas e problemas, centrados na Plataforma PLACE (*on-line*);
- Articulação com as autarquias sobre a distribuição de funções e acções na rede escolar;
- Concretização de novos instrumentos legislativos referentes às definições sobre instalações de creches e de educação pré-escolar.

No âmbito da **Educação Especial**:

- Levantamento e despiste da deficiência;
- Implementação do atendimento precoce em todas as áreas de deficiência, incluindo o apoio domiciliário;



- Integração/inclusão de crianças e jovens deficientes e com outras necessidades educativas especiais (onde se inclui a sobredotação) nas estruturas sociais existentes;
- Desenvolvimento de programas para os jovens que apresentam altas habilidades e talentos, em uma ou mais áreas do desenvolvimento (sobredotação).
- Adequação de estruturas e equipamentos escolares, de modo a facilitar o acesso a crianças e jovens deficientes;
- Desenvolvimento e implementação de um conjunto de programas de pré-profissionalização e formação profissional. Neste âmbito é de realçar a inovação relativa ao projecto de tele-trabalho;
- Cobertura da RAM com centros de apoio psicopedagógico e de actividades ocupacionais devidamente equipados de recursos materiais e humanos;
- Novas tecnologias aplicadas às necessidades educativas especiais. Promoção nos diversos serviços de meios inovadores ao nível das novas tecnologias em ordem à prestação de um serviço de qualidade;
- Inserção das pessoas com deficiência na sociedade de informação, através dos meios tecnológicos existentes, considerando as adaptações necessárias;
- Desenvolvimento da investigação/acção, no âmbito das necessidades educativas especiais, com o intuito de analisar as práticas, divulgar os resultados e aprofundar o conhecimento;
- Prosseguimento do programa de construção do edifício para o atendimento multidisciplinar para a deficiência motora;
- Realização do curso de especialização em Educação Especial, na modalidade de pós-graduação;
- Prosseguimento das acções de formação contínua de docentes de educação especial;



- Formação pré-profissional e profissional de deficientes, bem como a sua integração profissional;
- Prosseguimento do plano de instalação de Centros de Apoio Psico-Pedagógico e de Actividades Ocupacionais;
- Continuação dos protocolos relativos à habitação adaptada a portadores de deficiência;
- Implementação de um serviço ou unidade organizacional que dê resposta aos casos das pessoas portadoras de deficiência que, após a sua formação profissional ou outra, não conseguem entrar no mercado normal de trabalho;
- Desenvolvimento de acções no âmbito do programa Madeira Digital visando facilitar o acesso à Sociedade da Informação das pessoas portadoras de deficiência;
- Desenvolvimento dos projectos "ALPIZPA 2002" e "TELERUP", visando a criação de estruturas de apoio a cidadãos com necessidades especiais, no quadro de cooperação interregional do INTERREG III B.



V.9. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O futuro da Europa na era do conhecimento passa necessariamente pelo desenvolvimento dos sistemas de educação e de formação, tendo, como contexto de enquadramento privilegiado, a perspectiva de uma aprendizagem ao longo da vida.

Com efeito, a aquisição e permanente actualização de um elevado nível de conhecimentos, aptidões e competências é condição essencial para o desenvolvimento pessoal de todos os cidadãos e para a sua participação em todos os aspectos da sociedade, desde uma cidadania activa até à sua plena integração no mercado de trabalho.

Na Região Autónoma da Madeira a integração dos dois sistemas é, desde há algum tempo, uma realidade, estando os mesmos integrados na Secretaria Regional de Educação.

Este tipo de parceria tem vindo a beneficiar a inserção profissional inicial dos jovens, garantindo o cumprimento da escolaridade básica obrigatória e a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais que visam a plena integração no tecido sócio económico regional.

Sendo o sector do turismo um dos grandes responsáveis pelo crescimento económico sustentado, da economia regional, pela criação de emprego e riqueza gerada, impõe-se à Região Autónoma da Madeira continuar a aposta, sem qualquer concessão, na qualidade da oferta, quer em termos físicos, através de unidades hoteleiras de grande qualidade, quer em termos humanos, através da formação mais adequada e de qualidade, a fim de assegurar a competitividade e manter a posição de destaque no mercado turístico.

Para atingir este desiderato, assume especial relevo a acção da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira, cabendo aqui referir a sua nova competência no âmbito do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) e que constituirá um dos maiores desafios para o ano de 2005.



Em relação a este sector é possível identificar os seguintes aspectos que o caracterizam:

No âmbito da **formação concedida pela Direcção Regional da Formação Profissional:**

- Crescimento de várias modalidades regionais de ensino/formação, especificamente os cursos com currículos alternativos ao 3.º Ciclo do ensino regular e os cursos de 13.º Ano qualificantes;
- Inserção na vida activa aos ex-formandos de cursos qualificantes, com taxas globais de inserção no mercado de trabalho de 80%;
- Implementação de projectos conjuntos de educação e formação da população adulta;
- Relativamente à execução da vertente Fundo Social Europeu do POPRAM III, foram estabelecidos, no respectivo complemento de programação, um conjunto de indicadores de realização a alcançar até 2006, que neste momento já se encontram, na sua maioria, cumpridos.

Relativamente à **Escola Profissional de Hotelaria e Turismo:**

- Manutenção e diversificação de modalidades de Educação/Formação destinadas a jovens de diferentes níveis escolares, de forma a garantir a generalização do acesso à formação turística e hoteleira através do estabelecimento de parcerias públicas/públicas e públicas/privadas;
- Desenvolvimento de percursos formativos dirigidos à população activa;
- Implementação do CRVCC.

No âmbito do **Conservatório – Escola Profissional de Artes:**

- Aumento progressivo do número de alunos, quer nos cursos profissionais, quer nos cursos de instrumento;
- Opção pelos cursos profissionais como forma de acesso ao ensino superior.

São os seguintes os **objectivos prioritários** para 2005:



Relativamente à **formação concedida pela DRFP**:

- Reafirmação do papel da formação profissional na aquisição de competências e no acesso privilegiado ao mercado de trabalho;
- Reforço da intervenção na formação de adultos;
- Estabelecimento e reforço de parcerias educação/formação.

No âmbito da **Escola Profissional de Hotelaria e Turismo**:

- Manutenção dos padrões de qualidade na formação para jovens dentro e fora do sistema de ensino e na formação de activos;
- Promoção da empregabilidade, da melhoria de competências e, em última instância, da modernização do tecido económico e social;
- Continuidade da política de parcerias com as escolas básicas da Região, por forma a complementar esta forma de ensino, dando novas possibilidades e formação adequada aos alunos envolvidos, por forma a ingressarem no mercado de trabalho de forma mais fácil e melhor preparados. Estas parcerias serão propostas através de currículos alternativos a um maior leque de escolas básicas.

No âmbito do **Conservatório – Escola Profissional de Artes**:

- Reforço das acções promocionais relativas aos cursos profissionais;
- Estabelecimento de parcerias com outras instituições similares.

São as seguintes as **medidas de política e outros instrumentos de acção** a concretizar em 2005.

No âmbito da **Formação Profissional**:

- Desenvolvimento do processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Construção de um espaço, dentro das instalações do Centro Regional de Formação Profissional, adequado à formação na área da estética, permitindo



assim ministrar cursos de formação profissional, devidamente reconhecidos e homologados;

- Implementação do processo de candidatura do Centro Regional de Formação Profissional, a Centro de Formação Autorizado, pelo Instituto Superior de Soldadura e Qualidade (ISQ);
- Lançamento de novos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA): Curso de Técnico da Qualidade, 3 anos, Nível III de formação, Curso de Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho, 1 ano, Nível III, e Curso de Técnico de Recepção/Orçamentação de Oficina, 3 anos, Nível III;
- Realização do Concurso Internacional de Formação Profissional;
- Incremento de parcerias com Centros Europeus de Formação;
- Desenvolvimento do projecto "Portal da Formação Profissional", co-financiado no âmbito do Programa Madeira Digital;
- Certificação de profissões da competência da Direcção Regional de Formação Profissional, no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional;
- Participação no Programa Eurodisseia da Assembleia das Regiões da Europa;
- Desenvolvimento do projecto "Isol Action", aprovado no quadro do Programa Leonardo Da Vinci;
- Manutenção da articulação entre os sistemas educativo e formativo, para incremento dos projectos profissionalizantes;
- Reforço das competências profissionais por via da formação inicial;
- Reforço da orientação profissional dos jovens, através de campanhas activas junto da população escolar;
- Incremento das intervenções de aperfeiçoamento dirigidas aos activos;
- Promoção e apoio a projectos que combatam os fenómenos de exclusão social;



- Apoio a projectos de carácter inovador, no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico;
- Apoio e sensibilização para a necessidade de investimento contínuo na formação dos recursos humanos, por parte de entidades públicas e privadas;
- Promoção de mecanismos de reforço da credibilidade do Sistema de Formação;
- Apoio à elaboração de estudos científicos;
- Estabelecimento de protocolos e parcerias com entidades regionais, nacionais e europeias, para cooperação institucional e reforço das competências nas áreas de tutela da Direcção Regional de Formação Profissional;
- No âmbito dos “Programas de Iniciativa Comunitária”, o Fundo Social Europeu efectuará o acompanhamento dos projectos enquadrados nos Programas Leonardo da Vinci e INTERREG III-B;
- Alteração da designação no âmbito da carreira de monitor de formação profissional.

A concretizar pela [Escola Profissional de Hotelaria e Turismo](#):

- Prosseguimento das acções de formação inicial nas áreas base da hotelaria e turismo, designadamente Serviço de Restaurante/Bar, Cozinha/Pastelaria e Técnicas de Turismo;
- Continuação da aposta nos ciclos de formação dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET);
- Entrada em funcionamento do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

A implementar pelo [Conservatório – Escola Profissional de Artes \(CEPAM\)](#):

- Cursos de formação dirigidos a diplomados com o 9º Ano de escolaridade, conferindo-lhes certificado de aptidão profissional de nível III, equivalência ao ensino secundário e facultando-lhes o acesso ao ensino superior ou o exercício



de uma profissão no domínio das artes do espectáculo – música, dança ou teatro;

- Curso livre de *jazz* destinado a músicos profissionais e alunos com 5º grau de Conservatório;
- Acções de formação, nomeadamente: *masterclasses* e *workshops* destinados não só aos alunos e professores do CEPAM como também a todos os interessados externos;
- Acções de formação ministradas ao abrigo de protocolo celebrado com o HOT CLUB destinadas a músicos profissionais ou alunos do 5º grau de Conservatório.

EMPREGO

A taxa de desemprego na Madeira atingia, no terceiro trimestre de 2004, um índice de 3%, valor claramente inferior ao verificado a nível nacional (6,8%) e à média europeia (9%).

O Centro Regional de Emprego continua a desenvolver esforços para a integração dos desempregados, nomeadamente, na inserção e reinserção dos jovens e adultos, tendo efectuado em 2004, até o final do mês de Novembro, 2036 colocações.

Paralelamente, o Instituto de Emprego tem desenvolvido medidas activas que têm sempre em linha de conta os grupos mais desfavorecidos, face ao mercado de trabalho.

A dinâmica introduzida nos programas e medidas de emprego, quer em termos de concepção, quer no que respeita ao planeamento, à gestão e ao acompanhamento, tem permitido reforçar as condições de empregabilidade.

Os objectivos da política de emprego a prosseguir na Região estão consagrados no Plano Regional de Emprego, o qual respeita as linhas gerais da Estratégia Europeia para o Emprego, nomeadamente no que concerne aos objectivos de pleno emprego, da qualidade no emprego e aprendizagem ao longo da vida e de um mercado de trabalho mais coeso e inclusivo.



Nestes termos, os **grandes objectivos** do Governo Regional para 2005 em matéria de política de emprego centram-se, prioritariamente, em:

- Manter elevados níveis de empregabilidade;
- Promover políticas activas de promoção do emprego, tendo em vista combater desajustamentos no mercado de trabalho, conjuntamente com políticas de combate à exclusão social e à pobreza nos grupos mais desfavorecidos;
- Melhorar a qualificação e a empregabilidade dos adultos desempregados e criar condições que facilitem a entrada dos jovens na vida activa;
- Perspectivar uma abordagem transversal a todas as medidas, das questões da igualdade entre homens e mulheres, permitindo uma participação equilibrada de ambos na vida profissional e familiar;
- Promover as articulações necessárias com estratégias transversais, nomeadamente o Plano Regional de Acção para a Inclusão (PRAI), o Plano Regional de Igualdade de Oportunidades (PRIO) o Programa Operacional Plurifundos da Madeira (POPRAM), que permitam promover a melhoria progressiva do emprego.

Estes grandes objectivos traduzem-se nas seguintes **medidas/acções** a implementar em 2005:

- Execução, acompanhamento e avaliação do Plano Regional de Emprego, promovendo as alterações e adaptações do mesmo que venham a revelar-se adequadas, face à evolução do mercado de emprego regional;
- Dinamização do funcionamento do mercado de emprego com a melhoria no ajustamento da oferta e da procura e da informação e orientação profissional;
- Reforço da eficácia das metodologias "ApoiaJovem" e "Guia", no quadro de uma intervenção precoce no combate ao desemprego de jovens e de desempregados de longa duração, apostando cada vez mais no acompanhamento individual e personalizado;



- Prosseguimento da intervenção junto dos grupos com particulares dificuldades de inserção no mercado de trabalho, designadamente desempregados de longa duração, ex-reclusos, ex-toxicodependentes, deficientes e beneficiários do rendimento social de inserção (RSI), com o objectivo da sua inserção directa ou através de medidas específicas de apoio, desenvolvendo ainda acções intersectoriais que, de forma preventiva, possam actuar sobre factores de exclusão social;
- Dinamização do espírito empreendedor reforçando as acções iniciadas em 2004 e apoiando a gestão e o processo de consolidação das empresas que resultem dos programas de criação de emprego: ILE (Iniciativas Locais de Emprego), CPE (Criação de Próprio Emprego) e ACPE (Apoio à Criação Próprio Emprego);
- Desenvolvimento do potencial das medidas de criação de emprego para desempregados e apoio a acções de lançamento e dinamização de actividades económicas viáveis;
- Melhoria da articulação dos "clubes de emprego" com o Instituto de Emprego de forma a complementar o trabalho deste último e promover a sua descentralização;
- Promoção, no âmbito da Rede EURES, da mobilidade profissional e geográfica no espaço da União Europeia, reforçando a parceria e a cooperação com os serviços públicos de emprego dos estados-membros;
- Colaboração com as empresas no recrutamento de trabalhadores mediante a selecção de candidatos a emprego;
- Cooperação com outras entidades que contribuam para a prossecução e os objectivos da política de emprego regional, incrementando de forma qualitativa o grau de intervenção do Instituto de Emprego;
- Incremento do acompanhamento, controlo, racionalização e avaliação sistemática das medidas activas de emprego, com a promoção da sua racionalização;



- Criação de instrumentos de divulgação, designadamente ao nível da *internet*, de todos os serviços que os desempregados podem dispor na área do emprego;
- Melhoria dos procedimentos e circuitos de gestão, tendo em vista a sua adequação às diferentes medidas e públicos alvo;
- Implementação de um sistema de informação para a gestão dos programas de emprego.

TRABALHO

O Governo Regional assume a função social como factor determinante da sua acção, pelo que o trabalho e as relações laborais justificam cuidada atenção, numa aposta na estabilidade, na segurança e na criação de condições de confiança, propiciadoras do investimento, com diálogo responsável e adequada política de rendimentos e preços.

Deste modo, o trabalho, a harmonia e estabilidade das relações laborais, a justa concertação de interesses entre empregadores e trabalhadores e suas associações representativas, com o acompanhamento moderador e responsável dos departamentos laborais, têm permitido e incentivado, com a colaboração essencial dos parceiros sociais, a existência de condições de progresso e de desenvolvimento.

A melhoria das condições de vida e de trabalho, expressa no aumento do poder de compra, no crescimento de empresas e do conseqüente volume de emprego, na evolução verificada nos principais indicadores sociais e laborais, - crescimento dos salários médios reais, redução da precariedade, inexpressividade da conflitualidade laboral, actualização permanente da contratação colectiva, entre outros – indiciam o grau de evolução e de qualidade da situação laboral actual da Região e perspectivam um futuro sustentado e promissor.

É nesta linha de rumo que se enquadram os objectivos do Plano de Investimentos para o ano de 2005, na área do trabalho. Assim, constituem **objectivos gerais e prioritários** da política laboral, a prosseguir e concretizar:



- Política de manutenção de condições de consolidação e afirmação da estabilidade e da paz social e do adequado nível de relacionamento institucional entre parceiros sociais e departamentos laborais;
- Consolidação e promoção do modelo regional no contexto laboral, em respeito pelo quadro legal e na salvaguarda das competências e especificidades regionais, com incidência na aplicação do Código do Trabalho e da respectiva legislação complementar e regulamentar;
- Pacificação dominante nas relações laborais, constatada pela inexpressividade da conflitualidade laboral;
- Tripartismo e diálogo social como instrumento e processo de abordagem à realidade laboral;
- Melhoria geral das condições de vida e de trabalho em todos os sectores, com especial atenção para os mais desfavorecidos;
- Crescimento dos salários reais, decorrentes da baixa inflação e da política de rendimentos, quer por acção directa das partes nos processos negociais da contratação colectiva, quer por intervenção conciliadora e administrativa do Governo Regional;
- Criação de alternativas a situações de carência de mão-de-obra em alguns sectores e profissões, o que implica recurso a trabalhadores estrangeiros;
- Medidas e acções de apoio à integração plena dos trabalhadores imigrantes;
- Política activa de promoção da igualdade de oportunidades, consolidada na aplicação e dinamização do Plano Regional de Igualdade de Oportunidades;
- Promoção da melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, através de programas e acções neste domínio, acentuando a acção informativa, formativa e preventiva;



- Redução da sinistralidade no trabalho, com recurso a campanhas de sensibilização, informação e formação, bem como do reforço da acção fiscalizadora;
- Fomento da medicina do trabalho e da sensibilização para as questões inerentes às doenças profissionais e lesões profissionais, junto das empresas, trabalhadores e médicos;
- Evolução qualitativa nas relações laborais, pelo fomento de parcerias, grupos de trabalho, acções de divulgação do quadro legal, realização de seminários e colóquios e outras iniciativas de cariz formativo e informativo;
- Divulgação de informação estatística da realidade laboral, bem como incentivo à elaboração de estudos nesta área;
- Promoção de acções conciliatórias nos conflitos individuais e colectivos de trabalho;
- Acompanhamento dos novos desafios da modernidade e da participação da Região na construção europeia, participando em projectos e programas comunitários.

Para a realização dos objectivos enunciados para a área do Trabalho, para além das acções decorrentes do plano de actividades e das competências gerais dos departamentos do sector do Trabalho, acresce a realização de **vários programas** nos seguintes domínios e com as finalidades que se enunciam:

- Reforço da acção da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CRITE) de modo a que esta Comissão possa prosseguir a sua dinâmica de intervenção, no acompanhamento de todas as situações indiciadoras de desigualdade e discriminação;
- Dinamização de medidas e acções de divulgação e informação que possibilitem a adequada aplicação prática do Plano Regional de Igualdade de Oportunidades (PRIO);



- Activação de programas e medidas que contribuam para a sensibilização, formação e informação na área da Prevenção, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, visando a redução da sinistralidade laboral e a prevenção das doenças e riscos profissionais, com a realização de seminários e acções de formação;
- Aprofundamento de estudos sobre temáticas laborais e elaboração actualizada de estatísticas do Trabalho, sobre os diversos vectores e aspectos da realidade laboral;
- Realização de programas, colóquios e seminários nos vários domínios do Trabalho, contribuindo para a formação profissional nesta área;
- Disponibilização de apoio informativo aos interessados;
- Intensificação da acção inspectiva laboral, de modo a continuar a responder com qualidade e eficácia às solicitações;
- Criação de um serviço regional de conciliação e arbitragem voluntária para a gestão dos conflitos individuais;
- Promoção de acções de informação e divulgação do Código do Trabalho;
- Participação no projecto "VIOLETA", no âmbito territorial da Macaronésia, no domínio da Igualdade de Oportunidades, no sentido da criação de condições e estruturas neste domínio.



V.10. DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES

DESPORTO

Nos últimos anos o desporto regional tem registado momentos marcantes em função dos modelos de organização pública e da forma como se tem processado a sua integração a nível nacional e internacional.

Os indicadores sobre o estado de desenvolvimento desportivo revelam o progresso que tem havido, no que respeita, nomeadamente, ao número de praticantes (15 mil), às 49 modalidades desportivas e às 24 associações desportivas existentes.

Em termos de infra-estruturas desportivas poder-se-á dizer que, neste momento, é de 1,8 m² a área desportiva por habitante, atingindo a área coberta cerca de 39 mil m².

Constituem **objectivos prioritários** para 2005:

- Promover o aperfeiçoamento dos modelos de apoio ao desporto;
- Promover a manutenção dos apoios diferenciados em função dos níveis de competição;
- Incentivar e participar em projectos de concentração de recursos;
- Promover a introdução de apoios, não necessariamente consubstanciados em subvenções financeiras, para a prática desportiva regional, de manutenção e de lazer;
- Promover o desenvolvimento de estratégias concertadas entre o desporto e o turismo para aproveitamento das potencialidades do sector como meio de promoção e de atracção turística;
- Prosseguir a política de modernização do parque desportivo regional;
- Executar a construção de infra-estruturas desportivas;
- Consolidar os apoios às actividades desportivas ao mais alto nível.



Para que sejam atingidos tais objectivos será necessário concretizar as seguintes

medidas de política e instrumentos de acção:

- Análise e desenvolvimento da Lei de Bases do Desporto, no quadro do novo instrumento constitucional;
- Aposta específica no âmbito das infra-estruturas desportivas, com a construção do Pavilhão Multiusos;
- Introdução de medidas legislativas regionais no âmbito desportivo, objectivando alterações para o quadro olímpico 2005/2008;
- Criação de parcerias público / privado para a gestão de instalações desportivas;
- Criação de um gabinete de fiscalização das instalações desportivas.

JUVENTUDE

A definição das principais linhas de acção no domínio da Juventude pretende convergir para a promoção de uma política que dê um papel de protagonismo aos jovens, nos diferentes domínios em que este se desenvolve, tendo em vista a preparação do jovem enquanto indivíduo e enquanto agente na sociedade actual e do futuro.

No quadro da política de juventude, as preocupações dominantes incidem fundamentalmente na auscultação activa dos jovens, na promoção de programas ocupacionais de tempos livres, concursos e projectos que estimulem a participação dos jovens e dinamizem o seu espírito de voluntariado e de cidadania e no apoio ao associativismo juvenil, para além da aposta na democratização do acesso às novas tecnologias. Investir na formação dos jovens, pressupõe dar continuidade a uma política de descentralização e de envolvimento de toda a sociedade civil e organismos locais, na concretização de um programa para a juventude que se pretende transversal, pragmático e inovador.

As iniciativas a desenvolver visam responder, de forma cada vez mais eficaz, às preocupações e interesses dos jovens, contribuindo para a sua integração social e cultural na comunidade.



Neste âmbito, de entre as **medidas e acções** a desenvolver no ano de 2005, destacam-se as seguintes:

- Reforço da capacidade de intervenção e de afirmação do associativismo juvenil, como instrumento estratégico de uma política estruturada de educação não formal, fundamentalmente através do apoio a sedes sociais ou de infra-estruturas para suporte ao desenvolvimento das suas actividades, prevendo-se:
 - A celebração com a Associação "Clube Pés Livres" de um contrato-programa a fim de ser construído um edifício de apoio ao campo-escola, no Montado do Pereiro, com o objectivo de fomentar a prática de actividades campistas e outras ligadas ao ar livre, e de um contrato com o Corpo Nacional de Escutas, a fim de permitir a restauração do edifício onde funciona o Centro de Formação Escutista, também localizado no Montado do Pereiro;
 - A expansão das Lojas de Juventude aos concelhos de Câmara de Lobos e de Santa Cruz, implementadas que estão nos concelhos do Porto Santo, Porto Moniz, São Vicente, Funchal, Santana e Machico;
- Concepção de um projecto de geminação de associações juvenis com sede na Região Autónoma da Madeira com associações de jovens luso-descendentes, como forma de estabelecer parcerias culturais e sociais entre as comunidades;
- Criação de uma caixa de correio electrónico para cada associação juvenil registada, cujo número já ascende a mais de quarenta, uma vez que muitas destas associações não possuem ainda um e-mail próprio, dificultando os contactos e informações atempados;
- Prosseguimento dos programas de iniciativa regional, - "Voluntariado Juvenil", "Jovens em Formação" e "Juventude Activa" - o primeiro, com o objectivo de estimular o espírito de solidariedade, o segundo, como forma de contribuir para uma escolha profissional mais consciente e preparação da inserção futura na vida activa e o terceiro, como incentivo à participação dos jovens nas Lojas de Juventude com a finalidade de potenciar futuras actividades profissionais



- relacionadas com as novas tecnologias de informação e com a investigação científica;
- Prossecução do programa comunitário - Juventude 2000/2006 - e participação no programa nacional de mobilidade e intercâmbio juvenil;
 - Reedição da "Agenda Jovem 2004-2005", cuja temática é dedicada à preservação da natureza, e relançamento do concurso "Jovem Prodígio 2005", o qual visa estimular e premiar a capacidade criativa e inovadora dos jovens, nas mais diversas áreas, nomeadamente, artes visuais e dramáticas e literatura;
 - No quadro dos eventos com carácter pontual, prevê-se levar a efeito "Encontros com a Formação", "Ciclos de Cinema", "Cenários da Juventude", "Jogo do Hemiciclo", "Vozes da Rádio", "Feira de Livros", "Euro 2005 Voluntariado", "Mercado do Livro", "Feira do Coleccionismo", "Crossing Book", "Peddy Papper do IJM", "Comemoração do Dia Mundial da Juventude" e "Exposição para Jovens Artistas";
 - Prosseguimento de um atendimento personalizado ao jovem, facultando-lhe informação e documentação para estudo e pesquisa, ajuda na preparação e procura de ofertas de emprego, acesso gratuito à *internet* e apoio psicoterapêutico, além da orientação vocacional e profissional;
 - No âmbito do estímulo ao turismo juvenil, prevê-se a entrada em funcionamento do Centro de Juventude no Concelho de Santana e a realização de obras de beneficiação nos centros já existentes;
 - Integração dos centros de juventude da Região nos circuitos nacionais e internacionais, complementando a oferta de alojamento com um suporte informativo das actividades de lazer e sócio-culturais promovidas nos concelhos onde se inserem os centros de juventude;
 - Continuidade do estabelecimento de parcerias e protocolos de cooperação e intercâmbio com organismos de juventude, públicos e privados, nomeadamente com as autarquias locais e com a delegação da Fundação da Juventude, sempre que estejam em causa matérias de interesse para os jovens.



V.11. CULTURA

São de evidenciar, no âmbito deste sector, as intervenções nas áreas do arquivo, do património cultural, dos museus, da animação e divulgação culturais e das bibliotecas.

O Arquivo Regional da Madeira é, simultaneamente, o órgão de gestão dos arquivos regionais e o arquivo definitivo (histórico) da Região, tendo à sua guarda um valioso espólio documental que remonta ao século XV. Tem como fins fundamentais a salvaguarda e valorização do património arquivístico e a promoção da execução da política arquivística.

Diversas medidas legislativas propostas por este organismo e publicadas nos últimos anos, valorizaram o seu papel e definiram uma política regional de arquivos.

Indubitavelmente que o novo edifício construído de raiz para o Arquivo Regional da Madeira, e para a Biblioteca Pública Regional, constitui o aspecto mais significativo da evolução recente do sector, alterando profundamente as perspectivas e a situação dos arquivos na Região.

A nível interno, será prioritária a mudança de instalações e transferência de todo o espólio, que se prolongará durante o ano de 2005 devido à obrigatoriedade de toda a documentação passar pelas câmaras de expurgo. Paralelamente, proceder-se-á à reestruturação dos serviços existentes e à instalação de novos serviços, como higienização e expurgo, restauro, serviços educativos e extensão cultural, digitalização e sector gráfico, conduzindo a uma modernização e requalificação dos serviços prestados ao utilizador e a uma acentuação da promoção cultural do Arquivo e maior envolvimento com a comunidade.

A nível externo, as novas instalações permitirão ao Arquivo proceder à incorporação da muita documentação existente em diversos serviços da Administração Central, Local e Regional, contribuindo assim para o aumento e para a valorização do seu espólio.

Relativamente ao **Património Cultural** têm prosseguido os trabalhos na vertente do património arquitectónico, nomeadamente, a formulação de pareceres no âmbito de projectos susceptíveis de afectar património imóvel classificado, a execução de Cafetaria



e Recuperação da Casa de Prazeres no Museu Quinta das Cruzes, a Reabilitação da Torre do Capitão e da área verde envolvente, a impermeabilização de terraços e drenagens na Sé do Funchal, as obras de Conservação da Casa Colombo–Museu do Porto Santo, a colocação de Portadas na Torre Sineira da Igreja e Mosteiro de Santa Clara, a recuperação dos vãos da Torre Sineira da Sé do Funchal, a recuperação de coberturas no Museu Etnográfico da Madeira, a recuperação das coberturas da Igreja de São João Evangelista e as obras de beneficiação das Salas do Cabido da Sé do Funchal.

Por outro lado, foi recentemente publicada a portaria que aprova o regime de apoios para a conservação e recuperação do património cultural arquitectónico tradicional da Região Autónoma da Madeira.

Na vertente do património móvel, aprofundou-se alguns aspectos da respectiva preservação e divulgação, com realce para o início do restauro do Altar de Santo António e do cadeiral do Convento de Santa Clara e dos trabalhos de restauro dos órgãos históricos das Igrejas de S. Pedro no Funchal e da Igreja da Ponta do Sol e para a adjudicação de um estudo sobre o património organológico da RAM.

Na vertente “**museus**”, um dos aspectos mais relevantes prendem-se com a concepção e execução de um novo projecto museológico para a Casa Colombo–Museu do Porto Santo, o qual sofreu não só algumas obras de beneficiação, como também foi objecto de uma profunda reformulação do seu conceito enquanto museu identificado com uma localidade e com uma personalidade histórica.

Foi aprofundada a interligação com a Rede Portuguesa de Museus e prosseguiram os trabalhos de conservação, restauro, investigação e divulgação dos bens culturais à guarda dos museus.

Na área da **Animação e Divulgação Cultural** prosseguiu-se a política de proporcionar uma oferta cultural que visa a consolidação e incremento dos chamados públicos culturais, principalmente através de exposições, conferências e concertos musicais, preenchendo-se a vocação das Galerias do Turismo, da Casa das Mudanças, e dos Centros Cívicos e Culturais de Edmundo de Bettencourt e de Santa Clara.



Aprofundou-se os aspectos relativos à descentralização cultural levando a efeito actividades como o Mercado do Livro Madeirense, o Festival Colombo do Porto Santo e os Encontros de Poesia do Porto Santo.

Importante é também realçar a abertura ao público do "Centro de Estudos John dos Passos", na Ponta do Sol, destinado à investigação e divulgação da obra do escritor norte-americano com descendência madeirense.

Concretizou-se mais uma edição do Festival Raízes do Atlântico, no Funchal, vocacionado para a música tradicional, e continua a publicar-se a Revista ISLENHA.

O aspecto mais relevante, que a nível das **Bibliotecas** importa referir, prende-se com as novas instalações que foram postas ao serviço da Biblioteca Pública Regional, as quais possibilitarão a reorganização dos serviços nesta área oferecendo aos utentes e ao público em geral uma maior e mais completa oferta cultural.

Constituem **objectivos prioritários** para 2005, na área do Arquivo Regional da Madeira:

- Reestruturação dos serviços existentes em função das novas instalações;
- Implementação de novos serviços, tais como higienização e expurgo, restauro, serviços educativos e extensão cultural, digitalização e sector gráfico;
- Realização de actividades de cariz educativo e cultural, como visitas orientadas, conferências, exposições e mostras e actividades com escolas;
- Continuação da higienização, organização e descrição dos fundos documentais à guarda do Arquivo Regional;
- Início das incorporações da documentação existente na administração pública;
- Início do programa de digitalização das colecções e fundos documentais;
- Sensibilização dos serviços da administração regional no sentido de criarem os seus arquivos centrais ou intermédios, admitindo arquivistas nos seus quadros de pessoal;



- Elaboração de propostas relativas ao enquadramento orgânico para o Arquivo Regional da Madeira e à realização na Região do próximo Congresso Internacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, a realizar em 2007, e para o Arquivo Regional da Madeira ser entidade certificadora na área de formação em Arquivos;
- Formação na área de Arquivos Correntes e Arquivos Definitivos.

Na área do Património Cultural:

- Continuação da inventariação do património regional por concelho;
- Lançamento de uma publicação por concelho, no sentido de fomentar a valorização por parte das populações do seu património, levando à respectiva preservação;
- Recuperação e conservação do património arquitectónico tradicional da RAM, designadamente as casas de colmo;
- Criação de um site subordinado à temática do património cultural;
- Realização de diversas obras de recuperação de património regional edificado com vista à recuperação dos edifícios com o fim de parar a sua degradação e melhorar as suas condições funcionais e de habitabilidade;
- Continuação de trabalhos de restauro de diversos órgãos existentes em várias igrejas e proceder à divulgação dos mesmos através da realização de concertos e lançamento de uma edição sobre a temática dos órgãos históricos da Região Autónoma da Madeira;
- Celebração de protocolos e contratos-programa com diversas entidades, públicas e privadas, com vista a concretizar medidas de apoio e o fomento e divulgação dos mais variados aspectos em que se desdobra a vertente cultural do património.

Na área dos Museus, continua a ser prioritário a realização de trabalhos de conservação e restauro dos edifícios, a abertura de novas áreas de lazer, designadamente cafetarias,



o estudo e conservação das colecções, o desenvolvimento de programas educativos, a promoção de eventos temporários e a melhoria das condições de acessibilidade e a divulgação de informação.

Haverá, igualmente, que concretizar e observar todas as medidas e iniciativas que se revelem necessárias à observância das normas e princípios da nova Lei de Bases dos Museus.

Na área da Animação e Divulgação Cultural:

- Continuar a desenvolver iniciativas tendentes a concretizar e a incrementar uma política de descentralização cultural nas mais diversas áreas de intervenção;
- Continuar a apoiar as Associações culturais que sejam capazes de estruturar projectos e de promover uma diversificação das iniciativas por toda a RAM;
- Promover a divulgação da cultura regional dentro e fora da Região, nos diferentes níveis da sua expressão;
- Continuar a apoiar a criação cultural nas mais variadas vertentes em que a mesma se manifesta;
- Promover a concretização de parcerias com entidades públicas e privadas com vista ao incremento e à realização de diversas iniciativas de relevante importância cultural para a RAM.

Na área das Bibliotecas, há que prosseguir com o apetrechamento logístico e humano da Biblioteca Pública Regional com vista a que a mesma consiga prosseguir na sua plenitude os fins que lhe são próprios, bem como aprofundar e desenvolver a Rede Regional de Bibliotecas Públicas.

Deverá também continuar a promover-se a celebração de protocolos e contratos-programa com os municípios e com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), com vista ao incremento da Rede Regional de Bibliotecas Públicas.



V.12. SAÚDE

Em 2003 iniciou-se o processo de concretização da reforma da Saúde na Região Autónoma da Madeira, procurando alcançar-se um justo equilíbrio entre os direitos e OS deveres sociais, entre a resposta pública e contratual, entre a equidade em saúde, a eficiência económica e a liberdade de escolha, criando condições para a sustentabilidade do Sistema Regional de Saúde e o desenvolvimento articulado dos diferentes pilares - saúde pública, cuidados primários, cuidados hospitalares e cuidados continuados de saúde.

Este processo passou pela aprovação de um conjunto de novos diplomas legais que enquadram a reforma estrutural a implementar e marcam o início de uma nova era no sector da Saúde desta Região.

Ao nível organizacional, implementou-se um novo modelo de gestão que se traduz pela separação da função prestadora de cuidados de saúde da função financiadora do serviço regional de saúde.

Na sequência do "Relatório do Diagnóstico do Sector da Saúde", há a salientar a elaboração do Plano Regional de Saúde, instrumento fundamental de gestão que inclui as orientações estratégicas que visam sustentar a política, a tecnicidade e o financiamento do Sistema de Saúde da Região Autónoma da Madeira. O Plano Regional de Saúde foi aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 303/2004, de 22 de Março.

No âmbito do Serviço Regional de Prevenção da Toxicodependência, constate-se o alargamento e consolidação progressivos de acções e projectos preventivos, concebidos e implementados em diferentes contextos da sociedade madeirense, designadamente em meio escolar, familiar, laboral e comunitário.

Paralelamente a estas acções, decorrem ainda projectos e programas relativos à "Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados" – projecto piloto (1ª fase) – que abrange as populações dos concelhos da Calheta, Ribeira Brava e Ponta do Sol e a freguesia de Santo António, no Funchal, e que inclui a criação de uma unidade de internamento no Hospital Dr. João de Almada, com cerca de 30 camas; aos Programas Regionais de



Rastreio do Cancro da Mama, de Rastreio do Cancro do Colo do Útero, de Saúde Oral, de Controlo da Diabetes Mellitus e de Luta contra a Tuberculose; à Comissão Regional de Luta contra a Sida e à Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência.

Constituem **objectivos prioritários** para 2005, no âmbito da **Saúde Pública**:

- Operacionalizar o "Plano Regional de Saúde, 2004-2010", que compreende a execução de 15 iniciativas transversais no âmbito da estratégia "Promoção e Protecção da Saúde e Prevenção da Doença", designadamente, "saúde do idoso", "promoção de estilos de vida mais saudável", "programas de saúde com o objectivo de reduzir a mortalidade por doenças do aparelho circulatório", "desenvolvimento de programas de saúde de luta às doenças neoplásicas", "prevenção de acidentes", "programa de controlo da diabetes mellitus", "redução da cárie dentária", "parar com a propagação do VIH/SIDA", "plano regional de vacinação", "maternidade e infância", "saúde mental", "luta contra a tuberculose", "asma brônquica", "infecção nosocomial" e "racionalizar o consumo de medicamentos";
- Implementar um "modelo de avaliação da qualidade" da gestão nas instituições de saúde, que consiste em instalar mecanismos de vigilância e de monitorização da qualidade dos cuidados, pelo menos em três doenças graves, de forma a medir os efeitos sobre a saúde, a relação custo-eficácia e a satisfação dos utentes;
- Organização e instalação progressiva de serviços de saúde pública, que visa a criação e implementação dos serviços de Epidemiologia, Documentação e Unidades Operativas de Saúde Pública;
- Instalação de um "Sistema de Informação para o Sistema de Saúde da RAM", que tem em vista melhorar o acesso e a qualidade de informação, bem como facilitar a articulação entre serviços de saúde, ao nível regional, nacional ou internacional, com o objectivo de constituir uma "rede institucional de fornecedores de informação da saúde";
- Gestão do Plano Regional de Saúde, através, simultaneamente, do acompanhamento e desenvolvimento das acções aprovadas e em curso,



pautando-se por uma função integradora, e da monitorização e controlo da execução das acções em curso, observando o nível dos seus resultados e propondo a sua reorientação ou redefinição;

- Aprovação do regulamento específico do Plano Regional de Saúde, das minutas de contratos de financiamento de projectos de desenvolvimento do Plano Regional de Saúde e do regulamento interno do comité de acompanhamento do Plano Regional de Saúde.

No âmbito da **Prevenção da Toxicoddependência** e, em conformidade com o Plano Regional de Luta Contra a Droga, prevê-se, no ano 2005, o reforço das estruturas e dos mecanismos de suporte ao desenvolvimento e consolidação da intervenção preventiva no âmbito do consumo de substâncias lícitas e ilícitas, consubstanciada na implementação de novos projectos e programas preventivos, fundamentados e assentes numa formação técnico-científica sólida, e na compilação e análise de indicadores fidedignos, relativos à toxicoddependência. Neste contexto, promover-se-á a articulação com outras instâncias e estruturas nacionais, europeias e mundiais, de modo a obter-se informação actualizada sobre a evolução do fenómeno.

Para 2005 está previsto a concretização das seguintes **medidas de acção**:

- Reformulação do Plano Regional de Luta Contra a Droga e à Toxicoddependência (2001-2004), com a inclusão de novas orientações estratégicas ajustadas à realidade regional;
- União de esforços das diferentes entidades regionais que actuam neste domínio, no sentido de desenvolverem acções integradas e articuladas, centradas na prevenção, no tratamento, na reinserção, na dissuasão e na redução de riscos;
- Reforço e consolidação das relações institucionais entre as entidades regionais e as entidades nacionais e internacionais, nas diferentes instâncias, no sentido de progressivamente se instituir uma política de proximidade e de combate a este fenómeno.

Registe-se, também, a conclusão, em 2005, do projecto ATLANTE, o qual assenta numa plataforma informativa que visa informar e formar, nas duas regiões envolvidas –



Canárias e Madeira, diferentes agentes comunitários para actuarem no âmbito da “prevenção primária da toxicodependência”.

Relativamente aos **Cuidados Primários/Cuidados Diferenciados**, na dependência do Serviço Regional de Saúde, constituem principais **medidas e acções** a implementar:

- Execução do Plano Regional de Saúde, sendo desencadeadas as acções necessárias ao cumprimento dos objectivos preconizados pelo Plano Regional de Saúde;
- Implementação do Plano Director do Centro Hospitalar do Funchal, envolvendo um conjunto de acções que garantam os níveis de operacionalidade e funcionalidade para a continuação da prestação de cuidados de saúde com um nível crescente de qualidade e eficiência com re-equipamento de Unidades como a Imagiologia, o Bloco Operatório e Cuidados Intensivos e a Patologia Clínica. Inclui também a implementação de medidas de gestão de risco e segurança contra incêndios nos hospitais e centros de saúde;
- Execução do projecto de acreditação para a qualidade pelo “King’s Fund”, destacando-se as medidas relacionadas com a melhoria das condições de segurança das infra-estruturas hospitalares, bem como acções de sensibilização e de formação aos profissionais de saúde;
- Implementação de novas metodologias de gestão, que passa pela criação de “níveis intermédios de gestão” que tendem a evoluir para uma estrutura organizacional por objectivos, os “Centros de Responsabilidade Integrada”, cujo modelo de funcionamento baseia-se num sistema de controlo de gestão;
- Expansão da “Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados”, que se apoia em três estruturas de base: a Unidade de Apoio Integrado Domiciliário (UAID), o Centro de Promoção de Autonomia (CPA) e as Unidades de Apoio Integrado de Internamento (UAI) e Transitório (UAIT), até 30 dias e Unidade de Apoio Integrado Prolongado (UAIPro) até 180 dias;
- Incremento da infra-estrutura tecnológica do Serviço Regional de Saúde, apontando-se para a concepção e desenvolvimento de vários projectos de



natureza predominantemente *soft*, beneficiando, a maioria, de co-financiamento comunitário:

- Rede Informática de Saúde da Madeira – RISM (2004-2006), dando-se continuidade à instalação da rede nos centros de saúde e hospitais;
- Sistema de Informação para Apoio à Prática Baseada na Evidência – SIAPBE, que, desenvolvido em colaboração com a Escola Superior de Enfermagem da Madeira e Escola Superior de Enfermagem de São José de Clunny, se caracteriza pela criação de um sistema de informação com base na Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE/INCP) e visa padronizar a prática de enfermagem;
- Processo Clínico Electrónico, que se caracteriza pela criação de uma base de dados com toda a informação clínica, que permitirá uma eficaz análise exploratória dos dados, tanto para fins clínicos quanto para fins estatísticos e de planeamento aos diferentes níveis;
- Telemedicina, consistindo numa solução telemática de suporte a serviços remotos de medicina, onde a comunicação de dados e de imagem, conjugados com a videoconferência, possibilitam o trabalho cooperativo de médicos e a obtenção de um diagnóstico resultante da discussão, o que se traduz num valor acrescentado para a prática da medicina;
- Digitalização da Informação Clínica, que visa a criação das infra-estruturas necessárias (equipamento, software, redes de comunicação e serviços) à aquisição, arquivo e consulta das imagens (em película) e da informação disponível nos documentos (em suporte de papel) que constituem o processo clínico hospitalar, com o objectivo de possibilitar a disponibilização imediata da informação clínica, necessária ao prestador de cuidados;
- Portal do Serviço Regional de Saúde, que visa, simultaneamente, disponibilizar informações de saúde da mais diversa natureza, assim como informação sobre o SRS e sobre os serviços que ele oferece aos residentes, disponibilizar acesso à Internet aos doentes internados no SRS, disponibilizar componentes lúdicos e



pedagógicos às crianças internadas e oferecer um “balcão de saúde” virtual de atendimento a turistas, ao qual se poderá aceder de qualquer ponto do país ou do estrangeiro;

- MEREMA, que se caracteriza pela criação de uma rede de telemedicina dedicada à área da imagiologia entre Açores, Madeira e Canárias;
- INTELHOMA, que visa a instalação de um bloco operatório inteligente nos três principais centros hospitalares da Região da Macaronésia com vista à optimização dos cuidados prestados aos utentes bem como rentabilizar o bloco operatório;
- SAMAC, que se caracteriza pela criação de uma rede internacional de transmissão e comunicação de imagens radiológicas, bem como de informação clínica dos utentes dos Hospitais e Centros de Saúde da Região da Macaronésia com o objectivo de minimizar as consequências negativas resultantes da localização geográfica destas três regiões;
- Beneficiação de Estruturas Físicas dos Centros de Saúde, prevendo-se a realização de remodelações nos Centros de Saúde do Porto Moniz, de Santana e de Santa Cruz;
- Aquisição de equipamentos de inovação e de substituição para os Centros de Saúde;
- Beneficiação das estruturas físicas hospitalares, que consistirá na remodelação do Serviço de Pediatria e da adaptação de dois pisos do auto-silo para instalação de serviços de natureza clínica e administrativa e do Serviço de Formação do SRS;
- Aquisição de equipamentos de diagnóstico e terapêutica;
- Aquisição de equipamentos de apoio às áreas médicas, nomeadamente os que se destinam ao funcionamento das novas unidades de hospital de dia, de cérebro-vasculares e de pediatria;
- Aquisição de bens e equipamentos para acolhimento de doentes.



No âmbito dos **Edifícios e Equipamentos Públicos**:

- Desenvolvimento dos estudos conducentes à construção do novo Hospital;
- Construção do núcleo de apoio ao Hospital da Cruz de Carvalho;
- Construção do Centro de Saúde do Caniçal;
- Construção do Centro de Apoio à Deficiência Motora.

No âmbito da **Gestão e Desenvolvimento dos Recursos**:

- Gestão informática da prescrição de medicamentos, através da implementação de um *software* informático específico, no acto de prescrição de medicamentos, que tenha como premissas o controlo da prescrição de tratamentos e de medicamentos, o controlo de custos com os meios complementares de diagnóstico e a detecção de anomalias, problemas e fraudes, com actos médicos ou com a venda dos fármacos;
- Valorização profissional, através da realização de acções de formação.



V.13. SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL

As acções e medidas a desenvolver no âmbito deste sector têm como grande objectivo contribuir para o aumento da coesão e da justiça social.

Sendo inquestionável o desenvolvimento económico da nossa sociedade, a Região atravessa necessariamente toda uma evolução social com constantes mudanças. Neste contexto, há que proceder constantemente a adaptações e readaptações às novas dinâmicas e problemáticas sociais.

O Governo Regional continua, deste modo, a dar a necessária prioridade à dimensão social, sendo que, na área da **Segurança Social**, o objectivo último será sempre o da busca constante pelo equilíbrio e justiça social. Os fenómenos da pobreza e da exclusão assumem novos contornos, os grupos sociais mais vulneráveis assumem características diferentes das tradicionais, sendo que a intervenção social tem necessariamente que assumir novas respostas e um conhecimento constante e actualizado da realidade social.

Seguindo estas linhas de orientação, para 2005, o Centro de Segurança Social da Madeira, prevê a realização dos seguintes **programas e projectos**:

- Remodelação dos lares oficiais para idosos da Bela Vista, de Santa Isabel e do Vale Formoso;
- Aquisição de equipamentos para o Lar de Idosos no Caniço;
- Celebração de acordos com instituições particulares de solidariedade social para o início da construção de:
 - Lar para adultos portadores de deficiência (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral);
 - Lar para idosos, com valência para doentes de Alzheimer, no Porto Moniz (ADENORMA);
 - Centro de acolhimento para 6 mulheres e uma residência/lar para 12 idosos na Ribeira Brava (Centro Social e Paroquial de São Bento);



- Lar para idosos, em Santa Cruz (Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz).

Relativamente à **Protecção Civil**, constituem **objectivos e medidas prioritários** para 2005:

- A implementação de um sistema de comunicações único para todos os serviços de segurança, emergência e defesa, em articulação com o Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal – SIRESP, com o objectivo de melhorar a coordenação da informação para os riscos de maior incidência;
- Dar continuidade às acções de sensibilização da população para a prevenção dos riscos, bem como às acções de formação do pessoal das corporações de bombeiros;
- Consolidar o sistema básico de socorro, tendo em conta as acessibilidades colocadas ao serviço da população;
- Melhorar e diversificar os meios de socorro atribuídos aos corpos de bombeiros, em função da evolução dos riscos, com prioridade para a vida humana e o património urbano e natural, incluso concluindo a rede de quartéis de bombeiros;
- Renovar e actualizar os equipamentos para sustentação ao combate a fogos florestais;
- Fornecer os equipamentos especiais que se revelem adequados para uma intervenção NBQ e equipamentos especiais para intervenção em túneis;
- Concretizar programas anuais de formação e treino dos agentes, em articulação com as escolas existentes no país;
- Criar núcleos de formação para fazer face a novos riscos, tais como NBQ e socorro a desportos radicais;
- Apoiar, em articulação com as autarquias, os agentes de protecção civil, tendo em vista garantir uma capacidade de resposta atempada;



- Assegurar condições dignas para o exercício de actividades de carácter voluntário no âmbito de socorro e emergência, como complemento e reforço das estruturas profissionais e institucionais;
- Promover o socorro costeiro, através da realização de acções integradas destinadas à melhoria das respostas às emergências marítimas, enquadradas numa estrutura permanente de colaboração inter-regional, que será dotada com embarcações de salvamento marítimo para intervenção na zona costeira e respectiva formação contínua de pessoal para o desenvolvimento técnico dos sistemas de salvamento marítimo;
- Aumento dos níveis de segurança para os habitantes e visitantes das zonas litorais do arquipélago, equivalentes aos da Europa continental;
- Desenvolvimento de um programa de aplicação de novas tecnologias, no campo da medicina de emergência, nas três linhas claramente diferenciadas, mas interrelacionadas, tais como o desenho e instalação de um programa de desfibrilhação precoce apoiado na implantação de desfibriladores semi-automáticos (DEA), em ambulâncias de suporte vital básico (ASVB) e postos de emergência sanitária em locais de grande afluência de público, a transmissão de sinais biofísicos (electrocardiograma, frequência cardíaca, etc.) desde dois pontos geográficos equidistantes e a elaboração de um histórico clínico informatizado em assistência extra hospitalar.

Como, na Região, os fenómenos de emigração temporária têm menor incidência e a emigração definitiva praticamente não existe, a acção do Governo Regional, na área das **Comunidades Madeirenses e Imigração**, centra-se preferencialmente no apoio e ligação às comunidades no exterior e aos seus movimentos associativos e no acompanhamento dos madeirenses que ainda procuram uma ocupação sazonal no estrangeiro.

A comunidade madeirense compreende os nossos conterrâneos residentes quer na Região quer no exterior, e o desenvolvimento da Madeira e a sua projecção no mundo constitui um projecto global que a todos deve envolver. A importância dos jovens luso-descendentes de origem madeirense é grande, assumindo um papel de destaque nas



orientações políticas para o sector, pela sua relevância na ligação das nossas comunidades à terra de origem.

Atendendo a que a Região Autónoma da Madeira se tornou também um destino de acolhimento de imigrantes, o Governo Regional tem vindo a manter uma acção de cooperação com os próprios e com organizações que os apoiam, nomeadamente organizando encontros e debates no sentido de promover um bom acolhimento e integração de quem procura a Madeira como terra de trabalho, no contexto da legislação que enquadra os movimentos imigratórios.

Nestes termos, a política para as Comunidades Madeirenses e Imigração a desenvolver no próximo ano, visa prosseguir os seguintes **objectivos** fundamentais:

- Aprofundar o relacionamento com os nossos conterrâneos que vivem e trabalham no exterior, promovendo o seu envolvimento e participação nos planos socio-económico, político, cultural e turístico da vida da Região, bem como auscultando as suas preocupações, tanto no que se refere aos países de acolhimento como à sua terra de origem;
- Dedicar particular atenção às gerações de jovens luso-descendentes de origem madeirense, desenvolvendo iniciativas que lhes permitam manter uma relação tão próxima quanto possível com a Região;
- Acompanhar a temática da imigração na Madeira e apoiar o movimento associativo de imigrantes, tendo em vista promover o bem-estar das suas comunidades, a divulgação das suas culturas e tradições e contribuir para a resolução das questões que os preocupam.

Assim, entre outras acções inerentes ao funcionamento do Centro das Comunidades Madeirenses, serão desenvolvidas as seguintes **medidas**:

- Apoiar os movimentos associativos das comunidades, cujos objectivos sejam a divulgação e preservação da nossa cultura e tradições, nomeadamente com o envio de material etnográfico e cultural;



- Manter a presença junto aos madeirenses emigrados, através, nomeadamente, de contactos directos, tendo em vista auscultar as suas preocupações e garantir a presença da Região nos momentos e eventos de maior importância para as nossas comunidades;
- Prestar apoio a instituições da iniciativa das comunidades;
- Incentivar e apoiar acções destinadas a madeirenses emigrados, que há mais tempo não têm possibilidades de visitar a sua terra de origem, colaborando em actividades específicas de apoio a esse grupo de pessoas, como o programa “Portugal no Coração” e outros afins;
- Desenvolver acções dirigidas a gerações mais jovens de luso-descendentes de origem madeirense, nomeadamente apoiando projectos que tenham por objectivo a aproximação daqueles jovens à terra de origem dos seus ascendentes, como os “Jogos Escolares” e o programa “Conhece as Tuas Origens”;
- Apoiar as iniciativas dos clubes e associações das comunidades que promovam intercâmbios culturais e desportivos com a Região;
- Garantir uma informação ampla de e para as comunidades madeirenses, nomeadamente através da publicação do boletim informativo regional “Madeira Emigrante” e de outras iniciativas difundidas em órgãos de comunicação social das comunidades e na *internet*;
- Apoiar a realização de estudos sobre emigração que sejam de interesse para a Região;
- Prestar apoio à realização do Conselho e Congresso das Comunidades Madeirenses e intervir no sentido que as respectivas recomendações sejam cumpridas;
- Diligenciar no sentido de uma permanente melhoria das condições de vida e de trabalho dos madeirenses que emigram temporariamente, assegurando as tarefas inerentes ao processo emigratório, zelando pela observância das



disposições legais e mantendo contactos com as autoridades dos países de acolhimento;

- Promover o diálogo com outras entidades regionais, nacionais e internacionais que abordem o fenómeno migratório, nomeadamente com a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e o ACIME (Alto Comissariado para os Assuntos de Imigração e Minorias Étnicas);
- Assegurar a representação da Região no ACIME e na Comissão Interministerial para as Migrações e Comunidades Portuguesas, por forma a garantir a presença e a participação da Madeira nos centros de decisão que definem, a nível nacional, a política para as migrações;
- Acompanhar o fenómeno imigratório na Região, apoiar o seu movimento associativo e incentivar a celebração de eventos como o “Encontro dos Povos de Leste” e o “Encontro dos Povos Africanos”;
- Apoio às “Casas da Madeira” em território nacional, visando o reforço da sua implantação e representação nas respectivas áreas de influência, nomeadamente no que se refere ao auxílio a madeirenses residentes fora da Madeira, bem como à divulgação da nossa terra no exterior.



V.14. HABITAÇÃO E URBANISMO

HABITAÇÃO

A atenção permanente para com os estratos populacionais que precisam de apoio para atingirem o nível e a qualidade de vida aceitáveis, aliada ao compromisso para com a integração social, urbanística e ambiental, constitui a linha orientadora dos programas e investimentos do Governo Regional no sector da habitação. É graças a esta orientação, consubstanciada na criação de vários programas, que a Região Autónoma da Madeira apresenta hoje a maioria das situações de carência habitacional resolvidas.

A implementação da política social para o sector da habitação compete à IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E., que vem dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo IHM – Instituto de Habitação da Madeira, o qual já permitiu apoiar mais de 13 mil famílias, correspondendo a cerca de 25% da população da Região Autónoma da Madeira. Foram disponibilizados cerca de 6 mil Fogos para arrendamento social e cerca de mil Fogos para venda a preços sociais, e apoiados cerca de 2500 Fogos de iniciativa das cooperativas de habitação. Mais de 3500 habitações particulares foram apoiadas na sua recuperação e foram ainda disponibilizados cerca de 400 lotes em direito de superfície para autoconstrução.

Em 2005, o Governo Regional vai prosseguir os seus programas e investimentos no sector da habitação por toda a Região, com o apoio à recuperação e aquisição de casa própria, com a construção ou aquisição de Fogos para arrendamento social e para venda a preços sociais (habitação económica) e com os apoios às cooperativas de habitação. Paralelamente serão incrementadas as iniciativas dirigidas à revitalização e reabilitação do parque habitacional público e privado, para além da manutenção das iniciativas ao nível dos equipamentos sociais, infra-estruturas e arranjos urbanísticos e paisagísticos.

O Governo Regional, através da IHM, prevê implementar, em 2005, acções concretas de apoio integral ou complementar que contribuirá decisivamente para erradicar a maioria das situações de carência ainda sentidas. Estão previstas várias **medidas e acções**, nomeadamente:



- Apoio a famílias na recuperação das suas habitações, alargando o âmbito de intervenção dos programas PRID e RAVP;
- Realização de acordos de colaboração com o Governo da República, com vista à construção ou aquisição de Fogos para arrendamento social;
- Dinamização de acções com vista à melhoria das infra-estruturas e equipamentos sociais;
- Desenvolvimento de acções nos domínios da conservação e reabilitação do parque habitacional;
- Habitação para venda a preços sociais (habitação económica);
- Apoio a cooperativas de habitação económica;
- Cedência de terrenos, em direito de superfície, para autoconstrução;
- Desenvolvimento de acções no domínio do arrendamento, com vista à dinamização do mercado privado de arrendamento para fins sociais, em particular no âmbito do incentivo ao arrendamento por jovens.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

Uma correcta política de ordenamento do território constitui condição imprescindível ao desenvolvimento sustentável da Região e conseqüentemente à qualidade de vida da sua população. Neste sentido, importa garantir a todo o espaço regional determinados padrões de qualidade de vida e de ambiência urbana, generalizando o acesso qualificado da população aos principais equipamentos e serviços colectivos.

Neste domínio destacam-se como **prioridades de actuação** a desenvolver em 2005:

- Consolidação e implementação dos principais instrumentos de gestão territorial, designadamente os POOC – Planos de Ordenamento da Orla Costeira, acompanhando a execução das medidas e intervenções neles previstas, em articulação com as restantes entidades com competências na matéria, designadamente com as autarquias locais;



- Promoção da qualidade de vida das populações através da melhoria das acessibilidades e das suas condições de mobilidade, do reforço dos níveis de infra-estruturação básica e da qualificação dos seus espaços públicos, zonas verdes, mobiliário urbano e equipamentos sócio-desportivos e culturais;
- Promoção de acções de protecção e gestão integrada da orla costeira;
- Promoção de acções de requalificação e valorização do litoral, potenciando a protecção, conservação e qualificação dos seus espaços e promovendo o seu usufruto pela população;
- Implementação de infra-estruturas, equipamentos públicos de desenvolvimento sócio-cultural e de apoio social, numa óptica de um desenvolvimento equilibrado e socialmente justo do espaço regional;
- Requalificação do património edificado de interesse relevante;
- Promoção do apoio técnico às autarquias locais através do GATAL, Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais, designadamente em termos do planeamento, controlo e fiscalização das obras nos domínios da rede viária, reabilitação e reordenamento, renovação urbana e construção de equipamentos sócio-culturais e desportivos de apoio ao desenvolvimento social, de forma a garantir o seu imprescindível contributo e participação no processo de desenvolvimento da Região.

Como acções e **projectos mais relevantes** deste sector a desenvolver em 2005, destacam-se os seguintes:

- Jardim Público da Graça em Machico;
- Arranjo Urbanístico do Largo da Freguesia de S. Roque;
- Zona Balnear do Garajau;
- Centro Cívico de S. Martinho;
- Centro Cívico da Ponta do Pargo;



- Centro Cívico da Quinta Grande;
- Casa do Povo do Faial;
- Casa da Música de Machico;
- Centro de Saúde S. Vicente;
- Centro de Saúde dos Prazeres;
- Acesso Oeste a Santo Amaro – Funchal;
- Ligação entre a ER 101 e a Ribeira Funda – Seixal;
- Centro Social e Paroquial de Santa Cruz;
- Ligação entre o Sítio da Achada do Marques e o Lombo Antão Alves – Santana;
- Ligação ao Sítio Boqueirão, no Porto da Cruz.

Destacam-se ainda, no domínio deste sector, as intervenções no âmbito da beneficiação, conservação e requalificação de edifícios de interesse público e de equipamentos públicos nas zonas rurais e da hidráulica torrencial.

No âmbito da **hidráulica torrencial**, as acções de regularização, canalização e ordenamento de ribeiras e córregos visam atenuar os riscos de cheias e, simultaneamente, com o reforço da segurança das populações, valorizar socialmente os terrenos marginais aos cursos de água, tendo por base a adequada monitorização dos cursos de água.

Como obras mais relevantes salientam-se as obras de canalização das ribeiras de Santo António, a montante da estrada de circunvalação secundária, de Santa Luzia, a montante da estrada de circunvalação, e de Santa Cruz.



V.15. DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

As actuações em matéria ambiental programadas para 2005 enquadram-se na estratégia definida no Plano Regional de Política do Ambiente e nos demais instrumentos de planeamento estratégico, que têm por objecto componentes e factores ambientais de primordial importância, como sejam o Plano Regional da Água da Madeira, o Plano Estratégico de Resíduos da Região Autónoma da Madeira e os instrumentos de ordenamento do território em vigor, os quais contribuem e/ou interagem na consecução dos seguintes grandes objectivos da política ambiental:

- Bem-estar sustentável da população com padrões elevados de qualidade de vida;
- Adequação ambiental das actividades económicas;
- Valorização do património natural e da paisagem humanizada.

Uma das grandes vertentes da gestão ambiental é constituída pelo domínio do saneamento básico ambiental. Este domínio exige uma dotação adequada em importantes infra-estruturas básicas nas áreas de resíduos sólidos, dos resíduos especiais, das águas residuais e do abastecimento de água.

Abastecimento de Água

No domínio dos recursos hídricos têm sido realizados vultuosos investimentos em infra-estruturas, com o objectivo de assegurar um abastecimento regular, contínuo e eficiente aos utilizadores. Através destes investimentos é já possível garantir uma taxa de cobertura de cerca de 95% em termos de rede pública de distribuição. Esta taxa já ultrapassa a média nacional e corresponde à meta proposta no Plano de Desenvolvimento Regional para 2006. As maiores obras realizadas, ou em curso, subordinam-se a uma lógica de interligação das origens com vista a otimizar a satisfação das necessidades de abastecimento público, regadio e produção de energia eléctrica.

O Plano Regional da Água da Madeira visa o desenvolvimento de uma política integrada, no tempo e no espaço, dos recursos hídricos disponíveis, constituindo um instrumento



que equaciona as bases para a gestão deste recurso e dá enquadramento e coerência aos investimentos regionais a realizar até 2020.

A política de gestão neste domínio obedece a uma perspectiva de racionalização de consumos e de valorização e preservação dos recursos hídricos, com garantia da qualidade ambiental e sustentabilidade económica dos sectores relacionados com o domínio hídrico. Este Plano está integrado no Plano Nacional da Água, dando cumprimento às disposições legais em matéria de águas de abastecimento público e residuais, em particular no que respeita às imposições insertas na Directiva Quadro da Água.

Águas Residuais

O desenvolvimento das acessibilidades e das redes de abastecimento de água, que beneficiam a quase totalidade dos aglomerados populacionais, bem como as exigências comunitárias nesta matéria, vieram introduzir maior exigência no que respeita a drenagem, tratamento e destino final de águas residuais.

Em resposta a essas exigências, e em ordem a promover a melhoria da salubridade pública e da qualidade de vida das populações, foram realizadas ou estão em curso intervenções em todos os concelhos, em parceria com os municípios, a quem cabe a responsabilidade pela construção e exploração das redes. Foram já concretizados importantes investimentos nos sistemas de destino final das águas residuais, designadamente em Câmara de Lobos, Funchal, Caniço, Santa Cruz, Porto Moniz e Porto Santo, no sentido de fazer face às necessidades mais prementes determinadas pela dinâmica de desenvolvimento territorial, em conformidade com as normas vigentes que têm subjacente, entre outros objectivos, a necessidade de preservar a qualidade do meio receptor.

As imposições comunitárias nesta matéria, designadamente as decorrentes da Directiva nº 91/271/CEE, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei nº 152/97, implicam que, até 2005, todos os aglomerados com mais de 10.000 habitantes deverão estar dotados de sistemas de tratamento secundário de águas residuais. Esta exigência obriga à reformulação de sistemas existentes, nomeadamente, no Funchal, Câmara de Lobos, Caniço, Santa Cruz e Machico.



As linhas de actuação a desenvolver enquadram-se, também, no Plano Regional da Água.

De entre as **obras a desenvolver** em 2005, merecem particular destaque a construção dos sistemas de destino final de águas residuais de São Vicente, Calheta, Ribeira Brava, Machico, Caniçal, Porto da Cruz, Seixal, Paul do Mar, Prazeres e Jardim do Mar e a reformulação dos Sistemas de Tratamento das ETAR's do Funchal, Câmara de Lobos e Caniço.

Resíduos Sólidos

No domínio dos resíduos sólidos têm sido realizados investimentos em infra-estruturas com o objectivo de proporcionar uma gestão eficiente e ambientalmente adequada dos resíduos, através da implementação de um sistema integrado de tratamento e valorização tecnologicamente testados e verificando exigentes requisitos de qualidade ambiental.

De entre as actuações a desenvolver destacam-se os investimentos relativos à Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos da Madeira, designadamente a implementação dos Sistemas de Transferência e Triagem da RAM, conforme preconizado no Plano Estratégico de Resíduos da RAM.

Dar-se-á continuidade ao envio dos resíduos de embalagens para o continente, para reciclagem, bem como os referentes a sucata, aos pneus e aos resíduos de óleos minerais.

Proceder-se-á ao estudo de soluções para um correcto encaminhamento dos resíduos especiais e perigosos, que deverão quantificar e classificar os resíduos produzidos na RAM e prever as infra-estruturas a construir para a sua recepção, armazenamento, tratamento, reciclagem e/ou envio para destino final adequado.

A política de gestão neste domínio obedece a uma perspectiva de valorização, de garantia da qualidade ambiental e de sustentabilidade económica, dando cumprimento às disposições legais a nível comunitário em matéria de gestão de resíduos.



Qualidade do Ambiente

As acções nesta área de intervenção derivam, essencialmente, da necessidade de otimizar a gestão ambiental com base num conjunto de indicadores de qualidade ambiental, obtidos e gerados através da monitorização ambiental, o que leva a dar continuidade a projectos que foram já iniciados. Tais acções têm como fundamento as linhas de orientação estratégica estabelecidas no Plano Regional de Política do Ambiente e acolhidas no Plano Regional da Água da Madeira onde se salienta a necessidade permanente de caracterizar a situação actual, devido à falta de indicadores do estado do ambiente em todas as suas vertentes.

Perspectiva-se para 2005 o alargamento da caracterização de base e a actualização das acções de monitorização já realizadas.

Assim, a implementação da Directiva Quadro da Água que entrou em vigor a 22 de Dezembro de 2000 (Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro), considerada o principal instrumento da política europeia no domínio da água, obriga ao desenvolvimento de determinadas acções, de acordo com a calendarização definida na mesma Directiva. As responsabilidades atribuídas à Direcção Regional de Ambiente, em Julho de 2004, para o exercício de funções enquanto autoridade competente no domínio da água para consumo humano, implicam igualmente uma maior abrangência de acção nesta vertente, nomeadamente em termos de normalização e formatação da informação de base referente à qualidade da água para consumo humano.

No que concerne à monitorização da qualidade do ar, deverá ser alargada a Rede de Monitorização da Qualidade do Ar, com a instalação de uma estação em espaço rural, e serão integrados analisadores nas estações existentes, de modo a dotá-las dos equipamentos necessários à execução de acções de monitorização de outros poluentes, como sejam o chumbo e o benzeno, as quais assumirão carácter obrigatório nos próximos anos. Além disso, o funcionamento eficiente e eficaz da rede, que deverá apresentar taxas de recolha e disponibilização de dados na ordem dos 90%, implica a aquisição de equipamentos e peças de reserva, bem como a realização de acções de formação profissional.



Para 2005, relevam-se as seguintes **iniciativas** neste domínio:

- Optimização dos sistemas de monitorização da qualidade do ar e da actividade de divulgação da informação ao público, instalação de uma estação em espaço rural, como forma de salvaguarda dos ecossistemas, e realização de campanhas de avaliação da qualidade do ar;
- Caracterização de fontes poluidoras, nomeadamente para apoio à Inspeção Ambiental e para a produção de indicadores associados à execução da Directiva IPPC e ao Sistema Nacional de Inventário de Emissões de Gases com Efeito de Estufa, salvaguardando o enquadramento destas acções no Plano Nacional para as Alterações Climáticas;
- Prosseguimento de acções de monitorização de substâncias perigosas na água, sedimentos e *biota*, bem como identificação das actividades industriais e todas as outras, cujas descargas tóxicas ou difusas de substâncias no meio hídrico contenham, potencialmente, uma ou mais substâncias abrangidas pelas directivas comunitárias existentes sobre a matéria;
- Programação e desenvolvimento de acções necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes da transposição para o direito nacional das directivas comunitárias, na sequência dos resultados obtidos na identificação atrás referida;
- Identificação das massas de água poluídas por nitratos de origem agrícola (Directiva 2000/60/CE e a Directiva 91/676/CEE);
- Avaliação ambiental das principais ribeiras da Madeira e estabelecimento de planos de acção com o objectivo de manter, aos níveis europeus, a qualidade das massas de água regionais, e em particular a qualidade ecológica das ribeiras da Madeira, em conformidade com a Directiva Quadro da Água;
- Promoção de sistemas adequados de tratamento, de modo a resolver um dos problemas de poluição industrial;
- Criação, estudo e intercâmbio de indicadores de desenvolvimento sustentável, envolvendo as regiões de Madeira, Açores e Canárias (através da realização de



um projecto co-financiado no âmbito do programa INTERREG III B) e criação de um sistema de informação ambiental, que integrará toda a informação ambiental a nível regional, mediante o desenvolvimento de um projecto co-financiado no âmbito do Programa "Madeira Digital";

- Realização de estudo detalhado sobre o clima do arquipélago da Madeira, produção de cartografia climática, construção de cenários climáticos futuros e realização de estudos de impacte e medidas de adaptação às alterações climáticas em vários sectores de actividade, no âmbito de um projecto de cooperação co-financiado pelo PIC INTERREG III B.

Conservação da natureza e gestão dos espaços naturais

A Região Autónoma da Madeira possui uma multiplicidade de *habitats*, de espécies e de paisagens que urge conservar, salvaguardando-as para o futuro. A necessidade de preservar o Património Natural e Cultural levou à criação de diversas áreas protegidas na Região. Nessas áreas encontra-se um conjunto valioso e diversificado de património, o qual levou a que muitos dos ecossistemas existentes fossem reconhecidos internacionalmente, como são exemplos a Floresta Laurissilva, que é detentora do Galardão da UNESCO como Património Natural, além de ser Reserva Biogenética do Conselho da Europa, a Reserva Natural das Ilhas Desertas, detentora da Classificação de Reserva Biogenética do Conselho da Europa para Áreas Protegidas, e a Reserva Natural das Ilhas Selvagens, detentora do Diploma Europeu. Os galardões, as classificações e os estatutos de protecção que lhes estão atribuídos e a consciencialização do público no que concerne à Conservação da Natureza tem originado uma crescente procura destes locais e uma responsabilidade acrescida na sua gestão. A riqueza e importância deste Património Biológico obrigam-nos a continuar o trabalho de aprofundamento do conhecimento, de preservação e de conservação da Natureza, que tem sido desenvolvido na RAM, trabalho este que é compatível com a salvaguarda dos interesses sócio-económicos, desde que haja uma actuação coordenada e desenvolvida de forma sustentada e sustentável. Importa assegurar a compatibilização do desenvolvimento económico com os objectivos de protecção, sobretudo evitando pressões sobre os sistemas naturais, terrestres e marinhos. Outra perspectiva para este sector é a de



manter a paisagem como um recurso económico e factor de desenvolvimento das populações locais, dado que esta constitui um dos principais atractivos da Região.

As acções e investimentos previstos para 2005 nos domínios da conservação, valorização e promoção do património natural visam a prossecução dos seguintes

objectivos prioritários:

- Dinamizar e desenvolver acções que se inserem na política de ordenamento do território e de gestão coordenada dos espaços naturais, promovendo os seus múltiplos usos de forma compatibilizada com a defesa da paisagem e do *habitat* rural, a conservação da biodiversidade e valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento de actividades sustentáveis relacionadas com esses recursos, como sejam o desporto ao ar livre e o contacto com a Natureza;
- Desenvolver iniciativas de sensibilização e de informação das populações locais e dos visitantes e turistas relativamente a valores ambientais, culturais e paisagísticos, bem como à sua utilização de modo sustentável.

As intervenções neste domínio envolvem as seguintes **actuações:**

- Desenvolvimento de um projecto, em cooperação com Canárias, sobre as espécies ameaçadas da Macaronésia (seguimento e planificação), que envolve a realização de estudos e a produção de material de informação e divulgação;
- Incentivo à realização de estudos sobre a biodiversidade dos ecossistemas presentes nos vários lugares protegidos e desenvolvimento de planos específicos de protecção e recuperação de espécies e *habitats* degradados e em perigo;
- Prosseguimento de acções visando a estruturação da rede de áreas marinhas protegidas, tendo em vista proteger um conjunto de *habitats* e espécies existentes nessas áreas;
- Reabilitação e preservação do *habitat* existente na Lagoa do Lugar de Baixo (Ponta do Sol) e valorização do património faunístico, paisagístico e cultural da mesma;



- Dinamização de processos de elaboração de Planos de Gestão da Rede Natura 2000, em cumprimento das exigências comunitárias;
- Criação, na *internet*, de um portal completo sobre a fauna e flora endémicas da Madeira, no âmbito de um projecto co-financiado através do POSI;
- Obtenção de informação e de estudos rigorosos sobre a fauna e a flora dos arquipélagos macaronésicos e posterior criação de uma ferramenta informática que permita efectuar análises e estudos relacionados com a conservação e gestão de *habitats* e espécies existentes nos mesmos;
- Desenvolvimento de acções e reforço de meios e equipamentos, com vista a preservar *habitats* e espécies existentes na Reserva Natural das Ilhas Desertas, que é também classificada como Reserva Biogenética do Conselho da Europa, as quais passam, essencialmente, pela fiscalização da Reserva, pela monitorização dos elementos que integram o património natural em presença, pela redefinição e colocação de placas informativas no percurso da zona da Doca, pelo melhoramento das infra-estruturas existentes, incluindo a Unidade de Reabilitação para lobos-marinhos e pela produção de material de divulgação;
- Melhoramento e colocação de sinalética ao longo do percurso existente na área protegida da Ponta de S. Lourenço, que é um dos mais procurados na Região;
- Realização de diversas acções de gestão e vigilância na Reserva Natural das Selvagens, com o objectivo de contribuir para a manutenção da biodiversidade mundial, através da protecção de importantes áreas de nidificação de aves marinhas raras, da protecção de uma flora exclusiva, com espécies únicas, e para a manutenção de stocks de pesca nesta área do Atlântico, as quais consistem, designadamente, na melhoria das infra-estruturas e na renovação das fontes de energia limpa existentes na Reserva, na instalação de sinalética, na aquisição de equipamentos, como seja um bote semi-rígido e no controlo da planta invasora denominada "tabaqueira" (*nicotiana glauca*), consolidando o sucesso obtido com as acções desenvolvidas no âmbito do projecto "Recuperação de *Habitats* Terrestres da Selvagem Grande", concluído no ano transacto;



- Prosseguimento de acções visando a conservação e a salvaguarda da Floresta Laurissilva (que é classificada como Zona de Protecção Especial no âmbito da Directiva Aves Selvagens, Sítio de Interesse Comunitário ao abrigo da Directiva *Habitats* e está incluída na Lista do Património Natural Mundial da UNESCO), de que se destacam: a eliminação de diferentes espécies vegetais exóticas e controlo de outras que se encontram em competição com a flora natural, ameaçando a sobrevivência de espécies indígenas; o desenvolvimento de trabalhos no campo para identificação do problema das invasoras e infestantes e a divulgação desta problemática junto da população estudantil e da comunidade científica;
- Realização de acções de conservação de uma espécie endémica da Ilha da Madeira, denominada Freira da Madeira, que nidifica na área do Maciço Montanhoso Oriental da Ilha da Madeira e que é ainda considerada uma espécie ameaçada e em estado crítico, as quais são co-financiadas no âmbito do projecto co-financiado pela União Europeia, através do Programa LIFE-Natureza, e pelo FFI (Fauna e Flora Internacional) e cujo principal objectivo consiste em recuperar todo o *habitat* de ocorrência daquela espécie, providenciando as condições para que o ecossistema em causa funcione em bom estado de conservação, contemplando: o estabelecimento de uma linha de monitorização que permita avaliar os resultados das medidas já tomadas, a minimização da predação originada por ratos e gatos, através da intensificação dos métodos de controlo utilizados, o aumento do conhecimento da ecologia e biologia da espécie, em ordem a melhorar futuras acções de conservação, o aumento da sensibilização da população e do apoio público e institucional na conservação da área e a elaboração do respectivo plano de gestão;
- Manutenção do percurso pedonal, localizado em área do Parque Natural da Madeira, entre o Pico do Areeiro e a Achada do Teixeira, e que constitui acesso à área de nidificação da ave endémica Freira da Madeira, o qual necessita de uma manutenção contínua pelo facto de estar sujeito a condições climatéricas adversas e a um grande fluxo de visitantes;



- Divulgação, junto de toda a população da Região, com principal incidência nas escolas e estabelecimentos de ensino, casas do povo, instituições públicas e privadas e agentes directamente envolvidos nesta questão (viveiristas, floristas, associações agrícolas, entre outros), das principais espécies de plantas invasoras das áreas protegidas existentes no arquipélago da Madeira e do modo de prevenir, controlar e combater os seus impactes negativos, atendendo a que constituem uma grave ameaça para o equilíbrio e consequente perenidade dos *habitats* naturais, recorrendo à elaboração de um *poster* e de um *cd*, bem como à realização de um seminário alusivo ao tema;
- Desenvolvimento de acções de experimentação e demonstração sobre métodos de afastamento e exclusão do pombo-trocaz, em ordem a compatibilizar as necessidades ecológicas desta ave endémica e exclusiva da Madeira com os interesses da população rural, o que passa, nomeadamente, pelo arrendamento de terrenos que servirão de campos experimentais, principalmente na zona do Chão da Ribeira e em Santana, e pela aquisição de diversos materiais;
- Dinamização e implementação de diversas acções, com o apoio do Programa LEADER+, que consistem, nomeadamente, na criação de um Centro Interpretativo nas instalações existentes na Reserva Natural da Rocha do Navio, na melhoria de sinalética das áreas protegidas, na criação/edição de um guia de percursos do concelho e de diverso material promocional e de divulgação sobre o património cultural e natural do concelho de Santana, onde existem áreas protegidas sob gestão do Serviço do Parque Natural;
- Realização de diversas actividades relacionadas com a informação/sensibilização ambiental, no âmbito da acção do Centro de Informação do Serviço do Parque Natural da Madeira, nomeadamente planeamento e realização de acções de divulgação, a realizar nas áreas protegidas e também em espaços providenciados pelas diferentes instituições interessadas, sob a forma de palestras, exposições, visitas de estudo e jogos didácticos, provas de orientação nas áreas de Laurissilva e Rocha do Navio; elaboração de brochuras e folhetos divulgativos e documentos de apoio às diferentes actividades e elaboração de livros didácticos e informativos sobre as áreas protegidas;



- Prosseguimento de investimentos e acções no domínio da gestão das reservas marinhas já instituídas (Reserva Natural Parcial do Garajau e Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio) tendo em vista garantir a integridade e melhorar o estatuto de protecção das reservas; desenvolver acções de informação e sensibilização junto das várias camadas da população e dotar a Reserva do Garajau de condições para a sua utilização para fins científicos e recreativos, nomeadamente mediante a aquisição de equipamentos de mergulho e de um pequeno barco de apoio à Reserva, bem como de produção de material divulgativo;
- Realização de estudos que permitam fundamentar uma correcta estratégia de conservação e gestão do Parque Natural da Madeira (PNM), que permita a concretização dos seus objectivos, considerando os actuais conhecimentos científicos adquiridos sobre o seu património e a necessidade de estabelecer um quadro de capacidades de carga e de compatibilidade actividade/actividade e actividade/meio, tendo em conta a evolução registada na Região desde a sua criação em 1982, a par de acções de divulgação do PNM e da sua Floresta Laurissilva, com recurso à edição de um livro bilingue (português e inglês) e à realização de três exposições itinerantes sobre temas da Laurissilva, de modo a obter um envolvimento das populações, baseado em conhecimento e sensibilização, na defesa e conservação das áreas protegidas;
- Realização de acções de aperfeiçoamento e actualização de conhecimentos, nos domínios da comunicação, montanhismo e legislação, dirigidas aos Vigilantes da Natureza, tendo em vista o reforço e desenvolvimento das suas competências profissionais;
- Desenvolvimento de acções, com vista a melhorar o conhecimento da flora e da fauna da RAM, promover estratégias de conservação, *ex situ* e *in situ*, da diversidade vegetal do arquipélago da Madeira, com destaque para a Laurissilva e contribuir para assegurar a perenidade dos endemismos macaronésicos e madeirenses ameaçados de extinção, das quais se destaca, em 2005, a realização de Censos à avifauna cinegética das Ilhas da Madeira e Porto Santo, a construção e melhoramento de infra-estruturas destinadas ao banco de



germoplasma e seu apetrechamento e o desenvolvimento de estudos para recuperação de espécies vegetais raras e em vias de extinção.

Educação e informação ambiental

A educação ambiental é um processo formativo permanente, através do qual as pessoas e as comunidades tomam consciência do seu meio enquanto adquirem os conhecimentos, os valores, as destrezas, a experiência e, também, a determinação que os capacitará para actuar, individual e colectivamente, no sentido da prevenção e detecção dos riscos ambientais.

Este domínio implica, pois, conceitos e atitudes como a consciência, a participação e o respeito, devendo por isso envolver a esfera dos comportamentos e manifestar-se no plano da experiência do quotidiano.

Continuar-se-á a investir na conceptualização e na implementação de valores que deverão, necessariamente, compor a nova "cultura ambiental". Tendo em conta que não é fácil propor valores, sobretudo quando são novos e pouco conhecidos, estamos perante um problema extremamente delicado que deverá, continuamente, integrar a política ambiental.

Assim, em 2005, será dada continuidade a importantes projectos e serão desenvolvidas novas iniciativas, envolvendo, nomeadamente, os seguintes **investimentos e acções**:

- Desenvolvimento de actividades práticas de educação ambiental orientadas para as escolas do 1º ciclo do ensino básico da RAM;
- Desenvolvimento de actividades de educação e informação ambiental nas escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário da RAM;
- Realização de acções de informação e educação ambiental junto de outros estratos populacionais – população mais idosa, domésticas e reformados;
- Desenvolvimento de acções de informação e/ou de divulgação ligadas à participação e consulta pública no âmbito dos procedimentos de "avaliação de



impacte ambiental” e da campanha “bandeira azul” e ao património ambiental natural;

- Criação de um conjunto de acções de e-formação, na área da educação ambiental, destinadas ao cidadão comum, a formadores e a agentes turísticos da RAM;
- Constituição de uma estrutura comum de apoio às administrações públicas dos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias, com responsabilidades ao nível das áreas da educação, informação e participação públicas no domínio ambiental.

Requalificação e intervenção ambiental

Inserem-se neste domínio as actividades orientadas para a valorização da paisagem, para fomentar a criação de espaços verdes e de lazer, para a requalificação de espaços degradados e para a prevenção de riscos naturais.

Num espírito de colaboração com as autarquias e outros organismos têm vindo a ser elaborados projectos de zonas verdes, no sentido de fomentar espaços de recreio e lazer para a população dos concelhos da Região, contribuindo, deste modo, para a melhoria da qualidade de vida dos madeirenses.

No sentido de preservar os espaços envolventes da cidade do Funchal, tem vindo a ser implementado o projecto “Tampão Verde”, ao qual será dada continuidade nos próximos anos.

Numa perspectiva de promover a qualidade cénica da paisagem ou a sua salvaguarda têm sido emitidos pareceres relativos a intervenções sobre o espaço físico.

Relativamente ao recurso “solo”, o mesmo tem merecido, nos últimos anos, particular atenção por parte da administração regional, a qual assumiu a necessidade de serem definidos locais com capacidade para absorver o depósito controlado de terras, em condições de segurança e estabilidade. Por outro lado, o Governo Regional detém uma Carta de Riscos de Erosão Hídrica, que contém medidas específicas de combate ao fenómeno.



Das **acções** a desenvolver em 2005, destacam-se as seguintes:

- Promoção de acções orientadas para a melhoria das actuações nas áreas das intervenções de emergência, de incêndios, de prevenção de inundações, riscos sísmicos e outras catástrofes naturais;
- Definição de medidas regulamentares e administrativas de gestão, tendo em vista a valorização da paisagem como recurso, que permitam não só salvaguardar as características que imprimem beleza ao território, mas também a revitalização de cenários degradados;
- Participação no estabelecimento da Reserva Ecológica Regional, nomeadamente no trabalho de Levantamento, Classificação e Requalificação da Estrutura Verde Regional e na Recuperação Ecológica das Linhas de Água, encarando a paisagem como um dos principais recursos da Região;
- Prosseguimento do projecto "Tampão Verde", com a aquisição de novas parcelas de terreno em torno das zonas altas do Funchal, com a reflorestação de algumas áreas ardidas e uma conveniente gestão das áreas entretanto adquiridas, com o objectivo de preservar os espaços verdes envolventes da cidade, o que contribuirá para o controlo da expansão urbana, a criação de zonas de lazer, o desenvolvimento de áreas de educação ambiental, desporto e recreio;
- Intervenções em áreas que necessitam de recuperação, nomeadamente areeiros e pedreiras abandonados, antigas lixeiras, vazadouros clandestinos ou antigas áreas industriais;
- Promoção de acções de valorização do recurso solo, através da criação de uma bolsa de materiais de qualidade que possa ser colocada à disposição de quem dela necessite, a par de iniciativas visando a valorização de materiais actualmente desperdiçados, mas que apresentam potencial para correcção e enriquecimento dos solos;
- Aprovação e regulamentação da Carta de Riscos de Erosão Hídrica da Ilha da Madeira.



Inspeção ambiental

No âmbito da Inspeção Ambiental tem-se procurado maximizar os recursos existentes, intervindo em sectores de actividade económica e/ou áreas geográficas prioritárias e estabelecendo, para o efeito, rotinas de inspeção.

Importa, agora, evoluir no sentido da diversificação das categorias de intervenção, em resposta às crescentes atribuições consignadas em legislação, e no arsenal jurídico, em função da experiência adquirida, o qual deverá contemplar meios mais eficientes na dissuasão e na repressão do incumprimento da legislação ambiental.

A **actuação** em 2005 com vista à concretização das linhas orientadoras atrás definidas consistirá, essencialmente, em:

- Criação das carreiras de inspeção ambiental, valorizando e dignificando a actuação dos inspectores do ambiente, a par da dotação da Inspeção Ambiental (I.A.) de um novo quadro institucional, mais dissuasor e eficaz e de meios que permitam uma maior prontidão na acção;
- Estabelecimento de protocolos com entidades públicas e privadas, com vista à realização de análises e vistorias e, paralelamente, reforço de competências técnicas dos quadros da I.A., de forma a tornar possível a diversificação do leque de intervenção;
- Aproximação formal às entidades licenciadoras das actividades geradoras de impacto ambiental, tal como preconizado pelos mais recentes diplomas legais, com vista à viabilização da intervenção das referidas entidades e do combate ao auto-controlo fraudulento;
- Estabelecimento de protocolos de cooperação e de canais expeditos de partilha de informação com entidades que detêm competência legislativa, normalizadora e fiscalizadora.



V.16. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

As linhas orientadoras neste sector têm sido pautadas por acções, cuja finalidade assenta no aumento das competências e capacidades em I&D, através da implementação e reforço de estruturas, da formação de recursos humanos e da criação de bases para o desenvolvimento científico e tecnológico da Região. O desenvolvimento científico e tecnológico deverá contribuir para a valorização económica dos recursos regionais, para a preservação do património natural e para o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma da Madeira.

Relevam-se no âmbito deste sector, as acções de investigação e desenvolvimento inseridas no campo de acção do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), integrado desde 1997 no Sistema Português da Qualidade, no âmbito do apoio à indústria da construção civil e dos materiais e componentes para a construção e de investigação nas áreas dos recursos naturais e energias renováveis.

O Madeira Tecnopolo, na sua qualidade de Parque de Ciência e Tecnologia da Madeira, desenvolve um importante leque de acções no âmbito deste sector, as quais visam atingir os seguintes **objectivos** em 2005:

- Desenvolver projectos no âmbito da inovação e transferências de tecnologia;
- Projectar a internacionalização do tecido empresarial;
- Fomentar acções de divulgação das novas tecnologias de informação e projectos piloto no âmbito da investigação e desenvolvimento das tecnologias (IDT).

As acções previstas para 2005 inserem-se nos seguintes **domínios de actuação**:

Da responsabilidade do Madeira Tecnopolo:

- Realização de acções de sensibilização para a inovação, acções de internacionalização e estudos sobre o potencial de internacionalização das empresas regionais;



- Realização de missões para participação em eventos e feiras internacionais;
- Implementação de projectos-piloto de internacionalização em empresas regionais;
- Fomento de projectos inovadores integrados;
- Continuação do programa regional de acções inovadoras que tem como objectivo dotar a Região de uma estratégia e de um programa reveladores das oportunidades e vantagens, assim como minimizar as fraquezas e contrastes inerentes a uma região insular;
- Fomentar a modernização das instalações do edifício de forma a melhorar a qualidade dos congressos e feiras, assim como continuar a divulgação do Madeira Tecnopolo como parque de ciência e tecnologia.

Da responsabilidade do Laboratório Regional de Engenharia Civil:

- Realização de ensaios de materiais e sistemas, certificação de qualidade e normalização;
- Assessoria técnica especializada, nomeadamente aos projectos mais relevantes de infra-estruturas públicas;
- Observação sistemática e monitorização de infra-estruturas rodoviárias e marítimas;
- Desenvolvimento de sistemas de informação estatística e de investigação nas áreas dos recursos naturais e energias renováveis – energias eólica, solar e fotovoltaica;
- Acções de divulgação e formação técnica em cooperação com organismos nacionais e internacionais.



V.17. INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

No âmbito deste sector, foi definido como objectivo estratégico a projecção da Região como “Ilha global” e laboratório de novas tecnologias e de novos conteúdos culturais. Para atingir este objectivo, a Região dispõe de um leque de apoios a nível regional, nacional e comunitário, os quais constituem uma excelente oportunidade para a modernização da economia e da sociedade madeirenses e para a integração das novas tecnologias nas suas práticas de gestão, nos seus processos produtivos, nos serviços que prestam e na sua vida quotidiana. O aproveitamento desta oportunidade permitirá acelerar o desenvolvimento de uma economia e de uma sociedade mais digital, através de uma mobilização concertada de parceiros de todas as origens.

Neste contexto, no sentido de desenvolver estratégias para fomentar e dinamizar a Sociedade da Informação apresentam-se como **objectivos principais**:

- Promover uma cultura “digital” na economia e na sociedade regional;
- Assegurar que sejam formados os profissionais necessários ao desenvolvimento da Sociedade da Informação em todos os sectores de actividade;
- Prestar às empresas e às entidades públicas um serviço de informação e de assistência no domínio da Sociedade da Informação.

Neste contexto serão desenvolvidos, no ano de 2005, as seguintes **medidas e acções**:

- Desenvolvimento do projecto “Info-Acesso”, que visa facilitar e incentivar o acesso às novas tecnologias a todos os madeirenses, assim como criar, reforçar e desenvolver as info-estruturas necessárias ao desenvolvimento local e rural para a democratização de acesso à sociedade de informação;
- Desenvolvimento do projecto “Infoconteúdos”, que visa dinamizar a criação de uma indústria de conteúdos, software e audiovisual, e promover o desenvolvimento de mediatecas, bibliotecas e redes atlânticas, assim como de



acções específicas no domínio educativo, cultural e linguístico e de divulgação turística;

- Prosseguimento da execução do projecto "Portal do Conhecimento";
- Aquisição de equipamentos e melhoria das estruturas existentes assim como projectar novos espaços, para que as novas tecnologias sejam acessíveis a um maior número de famílias;
- Mobilização de acções no sentido de modernizar a administração regional e local;
- Promoção das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) no sistema de saúde através da telemedicina e outros serviços e, ainda, apoiar o sistema de ensino através da produção de conteúdos nas ligações entre escolas;
- Lançamento de acções piloto demonstrativas da utilização e disseminação das NTIC, junto às entidades beneficiárias do projecto "Um computador para todos", e-communities, divulgação do ensino à distância junto dos professores e estudantes universitários, e-learning, preparação das autarquias da Madeira para o e-government e das PME's para o e-commerce.

OUTROS PROJECTOS DE INFORMAÇÃO

No âmbito da **informação estatística**, a actuação do Governo Regional tem-se pautado pela manutenção dos projectos existentes, sendo dada uma atenção especial à difusão da informação, através da utilização de todos os meios de comunicação existentes.

No domínio da **informação georeferenciada**, foram transferidas para a Região Autónoma da Madeira as atribuições e competências de âmbito regional do Instituto Geográfico Português, que vinham sendo exercidas pela sua delegação regional.

No âmbito da **cooperação externa**, a Direcção Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa tem mantido contactos com entidades públicas e privadas na sequência de pedidos de parceria em acções de cooperação, com o objectivo de promover a cooperação inter-regional, em especial entre as Regiões Ultraperiféricas.



Estão estabelecidos como **objectivos prioritários** a prosseguir em 2005:

- No âmbito da produção estatística de interesse exclusivamente regional, desenvolver novos projectos que venham a preencher lacunas de informação, de modo a responder a necessidades do Governo Regional, dos agentes económicos, parceiros sociais e cidadãos;
- No âmbito da coordenação estatística, garantir que a informação estatística produzida para a Região obedeça aos princípios de garantia de qualidade e rigor dos conceitos utilizados;
- Alinhar com os parceiros da Macaronésia necessidades e interesses comuns que permitam dar resposta aos problemas das regiões ultraperiféricas;
- Incentivar o aperfeiçoamento do pessoal técnico envolvido na informação estatística;
- Criar um gabinete de metodologia estatística;
- Dar continuidade ao projecto de cooperação TIO-MAC (Tabelas Input-Output da Macaronésia);
- Iniciar o projecto de cooperação interregional relativo ao Sistema da Informação do Turismo, mediante indicadores de sustentabilidade deste sector;
- Iniciar o projecto "Sistema de Informação Estatística da Macaronésia";
- Aprofundar e consolidar a infra-estrutura regional de informação geográfica, numa perspectiva de promover junto dos principais produtores e utilizadores a disponibilização e o acesso à informação pública em formato digital;
- Promover o desenvolvimento de acções e trabalhos nos domínios da geodesia, da cartografia e do cadastro predial, numa perspectiva de dotar a Região de elementos cartográficos e cadastrais fidedignos e permanentemente actualizados;



- Promover a cooperação inter-regional, em especial entre as Regiões Ultraperiféricas;
- Promover a melhoria da informação necessária ao desenvolvimento da actividade empresarial e ao reforço da sua competitividade.

Para a prossecução destes objectivos, torna-se necessário concretizar as seguintes **medidas e instrumentos de acção**.

No âmbito da **informação estatística**:

- Estabelecimento de protocolos, nomeadamente com o INE, que permitam dotar a DREM das competências próprias para dar execução às normas estabelecidas, com especial incidência no que toca à coordenação estatística;
- Estabelecimento de um programa de formação em metodologia estatística que abranja o pessoal da DREM e dos sectores da administração pública regional que têm à sua responsabilidade a execução de inquéritos, no sentido de melhorar a fiabilidade da informação produzida e para que a Região possa adquirir maior autonomia no âmbito da produção estatística;
- Estabelecimento de parcerias com os sectores da administração pública regional, no sentido de criar sinergias para troca de informação e estudo das respectivas fontes, com o objectivo de identificar possíveis lacunas na informação que neste momento está a ser disponibilizada aos utilizadores.

No âmbito da **cooperação interregional**:

- Dar continuidade à execução do projecto "UCEST – Ultraperiferia e Coesão Económica, Social e Territorial", em colaboração com a Direcção Regional de Estatística, que comporta a definição e quantificação de indicadores de ultraperiferia, a criação de uma página na *web* e a divulgação alargada dos resultados obtidos;
- Dar início ao projecto "Cooperação das Regiões Ultraperiféricas em direcção a um Desenvolvimento Sustentável" – Operação INTERREG III C – RUP-PLUS, que visa, em termos globais, contribuir para a definição e implementação, nas



Regiões Ultraperiféricas, da estratégia global e coerente de desenvolvimento sustentável solicitada pelo Conselho Europeu de Sevilha, em Junho de 2002, e explicitada pela Comissão Europeia na sua Comunicação de Maio de 2004 "Uma parceria reforçada para as RUP", sobre o desenvolvimento do nº 2 do artigo 299º do Tratado.

Este programa/operação deverá contribuir para o estabelecimento de posições comuns sobre sectores e temáticas considerados estratégicos e que estarão na base de acções e programas concertados das sete Regiões, visando a consecução do desenvolvimento sustentável da periferia.

Foi assinada a Convenção Interpartenarial entre as sete Regiões, nos Açores, faltando assinar o Contrato de Subvenção entre o chefe de fila e a autoridade de gestão. Segue-se a realização de reuniões do Comité de Pilotagem.

No âmbito da **informação georeferenciada**:

- Determinação de uma rede única, a ser utilizada por todos os utilizadores da RAM, de forma a ser possível o cruzamento da diversa informação geográfica;
- Determinação dos parâmetros de transformação entre os diversos sistemas de coordenadas existentes, de forma a garantir que toda a informação geográfica produzida seja integrável com a informação geográfica a produzir, que se use apenas um único sistema de coordenadas e que os erros na transformação de coordenadas da referida informação estejam dentro dos limites aceitáveis;
- Inventariação/organização dos arquivos analógicos;
- Estruturação da base de dados;
- Introdução dos dados das redes na referida aplicação;
- Conversão para formato digital do cadastro geométrico da propriedade rústica existente nas secções cadastrais e nas plantas topo-cadastrais;
- Gestão e manutenção do cadastro geométrico da propriedade rústica;



- Elaboração de informação cartográfica de base através da realização de ortofotomapas e da realização de cartografia digital;
- Desenvolvimento de projectos na área de sistemas de informação geográfica, como seja a Rede Regional de Informação Geográfica, associando a disponibilização ao cidadão de conteúdos de informação georeferenciada de cidadania.

No âmbito da **melhoria da informação necessária ao desenvolvimento da actividade empresarial e ao reforço da sua competitividade:**

- Promover a participação em feiras, congressos, seminários e palestras, bem como a realização de seminários de divulgação da informação pertinente para o adequado exercício da actividade económica;
- Realizar campanhas de informação e/ou sensibilização referentes à utilização racional de energia, bem como iniciativas de divulgação, junto dos operadores económicos e do público em geral, nomeadamente do licenciamento industrial, assim como da informação necessária ao desenvolvimento da actividade empresarial e ao reforço da sua competitividade;
- Proceder à aquisição de equipamento electrónico e informático no sentido de serem reunidos os meios técnicos fundamentais ao desenvolvimento das actividades de informação, divulgação e de participação nos diversos eventos;
- Prosseguir com a execução do contrato-programa estabelecido com a ADERAM, com vista a implementar algumas das medidas preconizadas no Estudo do Comércio Tradicional da Madeira, nomeadamente o projecto "Educar para o Comércio" e o "Manual de Boas Práticas", principalmente para os sectores vestuário e calçado, alimentar e electro-bazar;
- Consolidar o projecto "Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria", continuando a proceder à actualização da informação georeferenciada nos sectores do comércio e indústria, que, ainda em 2004, irá integrar o projecto "IRIG – Infra-estrutura Regional de Informação Geográfica".



V.18. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

O sector da Administração Pública atravessa um período caracterizado pela implementação de reformas, tendo sido publicados, nos últimos meses, vários diplomas, entre os quais se destacam:

- Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro (aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado), adaptada à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004, de 22 de Abril;
- Lei nº 3/2004, de 15 de Janeiro (aprova a lei quadro dos institutos públicos);
- Lei nº 4/2004, de 15 de Janeiro (estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado);
- Lei nº 10/2004, de 22 de Março (cria o sistema integrado de avaliação do desempenho da administração pública, SIADAP);
- Decreto Regulamentar nº 19-A/2004, de 14 de Maio (regulamenta a Lei nº 10/2004, no que se refere ao sistema de avaliação do desempenho dos dirigentes de nível intermédio, funcionários, agentes e demais trabalhadores da administração directa do Estado e dos institutos públicos);
- Lei nº 23/2004, de 22 de Junho (aprova o regime jurídico do contrato individual de trabalho da administração pública).

O futuro da Administração Pública será marcado pelo impacto que as referidas reformas terão na melhoria da qualidade dos serviços públicos. Marcantes serão, sem dúvida, o impacto financeiro do Estatuto do Pessoal Dirigente, assim como as dificuldades de implementação do SIADAP, que terá de ser objecto de adaptação à Região mediante diploma da Assembleia Regional, a submeter no início da nova legislatura, e aplicado com o auxílio de formação profissional.

A reforma da administração pública não pode, porém, quedar-se apenas por medidas do foro legislativo. A melhoria da qualidade dos serviços públicos e a aproximação aos



utentes (cidadãos e empresas) obriga a processos de melhoria de instalações, de reestruturação interna e de automatização de tarefas.

Neste sentido, o Governo Regional propõe-se prosseguir em 2005 na concretização de investimentos e acções que têm como objectivo comum a progressiva melhoria da qualidade na prestação de serviços, constituindo **objectivos estratégicos**:

- A conclusão do projecto "Formulários/Serviços On Line", iniciado em 2003 pela Direcção Regional de Administração Pública e Local em parceria com a Direcção Regional de Informática e a Direcção Regional do Património e envolvendo a participação dos Institutos Regional de Emprego e do Desporto e das Direcções Regionais dos Transportes Terrestres, de Planeamento e Finanças, de Formação Profissional, de Educação, do Comércio, Indústria e Energia e de Administração Educativa;
- O desenvolvimento de um amplo programa de formação profissional que responda aos desafios de uma Administração Pública moderna, eficaz e prestadora de serviços de qualidade;
- O acompanhamento da Reforma da Administração Pública, monitorizando a sua aplicação na Região, designadamente através de iniciativas legislativas.

No âmbito da Formação Profissional, releve-se a realização, durante o ano de 2005, de um vasto conjunto de acções de formação destinadas à generalidade das carreiras e categorias de funcionários da Administração Pública Regional e da Administração Local, para além da formação específica para dirigentes, conforme determina o Estatuto do Pessoal Dirigente.

Para além das medidas e acções referidas, são de salientar:

- A promoção da participação em acções de formação em áreas específicas para uma eficaz prestação de serviços, com o nível de qualidade que lhes são exigíveis;
- A promoção de uma maior rapidez de comunicação e informação, intra e extra regional, através da actualização dos serviços em equipamentos e programas



informáticos, relevando-se neste âmbito o prosseguimento de acções no âmbito dos projectos "Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos", "Rede Integrada do Governo Regional", "Serviço Electrónico do Governo" e "Gestão Electrónica de Documentos da Administração Pública";

- O desenvolvimento de uma maior capacidade de gestão de programas específicos, como é o caso, nomeadamente, da gestão *on-line* do Programa POSEIMA, da responsabilidade da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia;
- A implementação de um novo sistema de gestão de documentos.



V.19. APOIOS AO SECTOR EMPRESARIAL

A Região Autónoma da Madeira conseguiu progressos na última década, quer no que se refere à modernização, quer ao nível tecnológico das empresas. Nesta evolução deve ser salientado o contributo dos fundos comunitários que disponibilizaram ao sector produtivo importantes meios financeiros.

Contudo, o tecido empresarial da Região Autónoma da Madeira ainda revela grandes insuficiências em matéria de produtividade e de competitividade, sobretudo quando comparado com a média europeia.

Os apoios que têm sido concedidos às associações empresariais constituem formas de reforçar a competitividade das PME's, de aumentar e valorizar o potencial humano e de melhorar os seus factores de competitividade, utilizando o know-how destas estruturas associativas e a sua capacidade de envolver e atingir o tecido empresarial regional.

Neste sentido, apresentam-se como **objectivos prioritários** para 2005:

- Dinamização do tecido empresarial regional, através dos interlocutores privilegiados junto das pequenas e médias empresas, que são as associações empresariais;
- Apoiar e incentivar iniciativas empresariais que tenham em vista o aumento efectivo da produtividade e da competitividade, o reforço da capacidade técnica, tecnológica e de marketing, a promoção da inovação de produtos e processos, a alteração qualitativa dos factores dinâmicos de competitividade e o surgimento de novos sectores e actividades de alto valor acrescentado e de áreas de desenvolvimento competitivas, promovendo a progressiva alteração do perfil produtivo regional;
- Alargar as formas de financiamento das empresas, através da criação de um ambiente de inovação financeira propício ao alargamento da oferta de produtos e serviços financeiros e a consequente dinamização da procura;
- Promover a cooperação empresarial e a internacionalização;



- Desenvolver sistemas e suportes informativos de apoio ao tecido empresarial e ao investimento;
- Promover a introdução de sistemas de melhoria contínua na dinâmica organizacional do IDE-RAM e aumentar, quantitativa e qualitativamente, o nível de qualificação profissional dos seus colaboradores;
- Prosseguir com a participação financeira no Centro de Empresas e Inovação da Madeira (CEIM), no âmbito das suas actividades em prol da inovação e da modernização empresariais.

Para 2005, prevê-se a concretização das seguintes **medidas e acções**:

- Dar continuidade aos apoios, de natureza técnica e financeira, às estruturas associativas empresariais, dando cumprimento aos compromissos existentes e iniciando ou renovando outros compromissos;
- Colaborar com o Conselho Empresarial da Madeira, assegurando a componente regional do projecto "GlocalNet", que terá participação financeira no âmbito do PIC INTERREG III B, projecto que fomentará um maior intercâmbio de negócios, uma reorientação estratégica e um reforço de competências, permitindo um maior aproveitamento das oportunidades inerentes ao processo de globalização;
- Promoção de iniciativas empresariais através da concessão de incentivos integrados no SIPPE – Sistema de Incentivos a Pequenos Projectos Empresariais, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2000/M, de 21 de Agosto, regulamentado pela Portaria n.º 106/2000, de 7 de Novembro, e reformulado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2004/M, de 12 de Agosto;
- Consolidação e alargamento das formas de financiamento das empresas, através da participação na constituição de fundos de capital de risco, da constituição e reforço dos mecanismos de garantia, da participação em instituições de interface e inovação financeira e da informação e promoção de novas formas de financiamento;



- Melhoria da envolvente empresarial, compreendendo acções a empreender pela administração, visando a obtenção de economias externas, a criação de interfaces entre os sectores público e privado, a divulgação da informação, a promoção de parcerias e o apoio à internacionalização das empresas.

Neste âmbito, prosseguir-se-á o desenvolvimento de várias iniciativas, como sejam os projectos "UNITEC – Criação de um centro de transferência tecnológica inter-regional para apoio e protecção dos resultados de pesquisas", "CINMAC – Círculos de Inovação da Macaronésia" e "SIMONE – Projecto de Sensibilização e Introdução de Métodos de Tele-trabalho em Grupos Sociais portadores de Deficiência", com co-financiamento no âmbito do INTERREG III, e a participação no Centro de Formalidades das Empresas.

O Centro de Empresas e Inovação da Madeira propõe-se realizar em 2005:

- A detecção, selecção, avaliação e acompanhamento na criação de empresas inovadoras, prevendo-se a criação e o estabelecimento de três empresas inovadoras através do relançamento do Prémio Madeira de Inovação Empresarial, prémio anual que visa premiar os projectos empresariais inovadores para a criação de empresas, incluindo os oriundos de estudantes universitários, e para a modernização de PME's existentes;
- A modernização de PME's existentes, comportando, no primeiro ano do projecto, a realização de acções de consultoria integrada a empresas regionais em diversas áreas;
- O acompanhamento e consultoria a PME's que o necessitem no âmbito da assistência pontual;
- A consolidação da parceria estratégica com a Universidade da Madeira, no sentido de dinamizar a transferência de tecnologias e conhecimentos;
- A continuação do desenvolvimento de projectos europeus, em parceria com empresas e instituições regionais, que visem a cooperação empresarial e institucional no espaço da União Europeia.



V.20. APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

No sentido de promover o desenvolvimento sustentado da Região Autónoma da Madeira e o bem estar da população residente em qualquer ponto do seu território, o Governo Regional prosseguirá, durante o ano de 2005, a implementação da política de apoio ao desenvolvimento local, através da ajuda financeira ao investimento público, “intra” e “supra” concelhio, da responsabilidade:

- Das Autarquias Locais, no sentido da concretização de obras previstas no Programa do Governo;
- Das Sociedades de Desenvolvimento, instrumentos fundamentais na prossecução das directrizes definidas no Programa do Governo;
- Da Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, mercê do seu papel catalisador da rentabilização do potencial endógeno.

A **Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo**, prosseguindo os objectivos de criar as condições necessárias à afirmação e promoção da qualidade desse destino turístico, que é a Ilha do Porto Santo, e de promover o bem estar da sua população, apresenta, como **áreas de intervenção e projectos** a desenvolver em 2005:

- “Campo de Golfe, 2ª Fase;
- “Centro de Mergulho”;
- “Centro de Feiras”.

A **Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste** prevê a conclusão, em 2005, das seguintes infra-estruturas nos concelhos da Ribeira Brava e da Calheta:

- Complexo Desportivo da Ribeira Brava e Correção Torrencial da Ribeira;
- Zona Desportiva do Arco da Calheta;
- Centro Cívico do Estreito da Calheta.



A **Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento** prevê a execução dos seguintes investimentos:

- “Largo da República”;
- “Largo de São Francisco”;
- “Intervenção no Porto do Funchal”.

A **Sociedade de Desenvolvimento do Norte** intervirá principalmente na Foz da Ribeira do Faial.

As **autarquias locais** desenvolverão, com o apoio financeiro do Governo Regional, um conjunto de projectos de investimento que se podem incluir nas seguintes **áreas de intervenção**:

- Construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais, na generalidade dos concelhos;
- Infra-estruturas e arranjos urbanísticos, nos concelhos do Porto Santo, do Porto Moniz, do Funchal e de Santa Cruz;
- Equipamentos sócio-culturais e desportivos, nos concelhos de Machico, do Porto Moniz, do Porto Santo e da Ribeira Brava;
- Infra-estruturas de comercialização, no concelho de Câmara de Lobos;
- Infra-estruturas de saneamento básico, nos concelhos da Calheta, da Ponta do Sol, da Ribeira Brava e de Santana;
- Protecção civil, no concelho do Porto Moniz.

A **ADERAM** - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira - dará continuidade, no ano de 2005, à implementação de projectos já iniciados e executará novas iniciativas, de acordo com os seguintes **objectivos estratégicos**:

- Desenvolvimento de iniciativas que contribuam para o reforço da imagem do destino turístico de qualidade;



- Desenvolvimento de intervenções de recuperação de áreas urbanas degradadas, tendo em vista a melhoria das condições de habitabilidade e da paisagem;
- Potenciação do aproveitamento dos recursos endógenos.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

VI. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS



VI. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A programação inscrita no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional para 2005 ascende a 832 milhões de euros.

Em termos globais, o financiamento regional representa 83% do volume de despesa a realizar, sendo o Capítulo 50 do Orçamento Regional a principal fonte, com 93% do montante proveniente da Região.

Do ponto de vista institucional, a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes é responsável por cerca de 52% da despesa pública a realizar, devido ao elevado custo dos investimentos que promove, contribuindo o sector "Transportes e Comunicações" com 70% para a despesa deste departamento do Governo Regional.

Departamento Executor	PIDDAR 2005	
	Mil Euros	%
Vice-Presidência	24 586	3%
Recursos Humanos	8 701	1%
Turismo e Cultura	22 748	3%
Equipamento Social e Transportes	436 642	52%
Assuntos Sociais	18 849	2%
Educação	82 131	10%
Plano e Finanças	134 573	16%
Ambiente e Recursos Naturais	104 064	13%
TOTAL	832 294	100%

A Secretaria Regional do Plano e Finanças detém uma dotação de cerca de 135 milhões de euros, o que corresponde a 16% do valor global do PIDDAR, reservando 59% daquele valor para a concretização de vultuosos investimentos na área da habitação social.

Releva-se, dentro da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, com um montante correspondente a 13% do total do PIDDAR, o sector da Defesa e Protecção do Ambiente, destinando-lhe, esta Secretaria, 59% da respectiva dotação.

Seguem-se, ainda que com dotações significativamente inferiores, a Secretaria Regional da Educação, com 10% do investimento total, a Vice-Presidência, o Turismo e Cultura, os Assuntos Sociais e os Recursos Humanos, cuja despesa prevista relativamente ao total do PIDDAR varia entre 3 e 1 por cento.



No que respeita à **repartição sectorial do investimento**, a área das "Acessibilidades", a que corresponde o sector dos Transportes e Comunicações, absorve a maior parcela da despesa global prevista (cerca de 37%), seguindo-se, em termos de montante de dotação, os sectores da Habitação e Urbanismo, com mais de 108 milhões de euros, e do Ambiente, com cerca de 62 milhões de euros.

O valor a investir na "Valorização dos Recursos Humanos" corresponde a 16% do montante global do investimento, merecendo destaque o sector da Educação e as medidas de apoio à formação profissional e ao emprego, cuja despesa prevista equivale a mais de 10% do valor global a investir.

Áreas de Actuação	PIDDAR 2005	
	Mil Euros	%
Sectores Produtivos	70 836	9%
Acessibilidades	305 034	37%
Valorização dos Recursos Humanos	134 828	16%
Habitação, Urbanismo e Ambiente	169 987	20%
Saúde e Segurança Social	37 961	5%
Sectores de Apoio	53 127	6%
Apoios ao Desenvolvimento Local	60 521	6%
TOTAL	832 294	100%

No que respeita aos "sectores produtivos" merece especial destaque a agricultura, dotada com 29,8 milhões de euros, o turismo (15 milhões de euros) e os apoios ao sector empresarial (10,4 milhões de euros). Para os "apoios ao desenvolvimento local", concedidos maioritariamente às autarquias locais e às sociedades de desenvolvimento regional, estão reservados 60,5 milhões de euros. Dentro dos "sectores de apoio" relevam-se a promoção da Sociedade da Informação e os investimentos destinados à modernização da administração pública, a que estão destinados cerca de 44 milhões de euros. Ao sector da saúde estão reservados cerca de 31 milhões de euros.

Quanto à **repartição espacial** do investimento a realizar em 2004 (vide Quadro III), releva-se o facto de que cerca de 46% da despesa a realizar destina-se a investimentos de âmbito regional ou pluri-concelhio.

Dos cerca de 450 milhões de euros destinados a investimentos com localização dentro dos limites de um único concelho, 24% serão realizados no concelho do Funchal, seguindo-se-lhe o concelho de Machico, com 16%.



Os concelhos de Santa Cruz da Calheta, do Porto Moniz e de Santana, serão beneficiados com investimentos cujo valor varia entre 47 e 9 milhões de euros.

O valor a investir na Ribeira Brava, Câmara de Lobos, São Vicente, Ponta do Sol e Porto Santo situa-se entre os 5 e os 2% dos 450 milhões de euros.

Terão lugar fora da Região acontecimentos implicando um dispêndio de valor inferior a meio milhão de euros.

Do total das verbas provenientes da **Comunidade Europeia** destinadas a financiar os investimentos programados para 2005, cerca de 37% serão canalizados para a valorização dos recursos humanos, prioritariamente para a formação profissional, para a educação e para a promoção do emprego.

Os investimentos destinados à defesa do ambiente e a infra-estruturas urbanísticas receberão cerca de 18% das receitas comunitárias, seguindo-se os sectores de apoio, com 17%, os sectores produtivos, com 15%, e a saúde, com 16% do financiamento comunitário global previsto.



VII. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA GLOBAL



QUADRO I

REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL

SECTORES		DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL								TOTAL
		Vice-Presidência	Recursos Humanos	Turismo e Cultura	Equipamento Social e Transportes	Assuntos Sociais	Educação	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	
TOTAL	TOTAL CAP. 50	24 586 300 20 500 000	8 700 921 6 000 000	22 748 200 22 744 168	436 641 800 436 500 574	18 848 387 13 600 000	82 131 293 47 247 074	134 573 030 83 641 307	104 063 698 92 993 457	832 293 629 723 226 580
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	Total Cap. 50								29 774 266 26 429 950	29 774 266 26 429 950
Pesca	Total Cap. 50								10 022 032 2 855 507	10 022 032 2 855 507
Indústria	Total Cap. 50	2 132 500 2 132 500							1 464 285 1 145 000	3 596 785 3 277 500
Energia	Total Cap. 50	800 625 800 625								800 625 800 625
Turismo	Total Cap. 50			15 172 350 15 172 350						15 172 350 15 172 350
Transportes e Comunicações	Total Cap. 50		1 000 000 1 000 000		304 034 400 304 034 400					305 034 400 305 034 400
Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	Total Cap. 50	914 500 914 500	116 600 116 600							1 031 100 1 031 100
Educação	Total Cap. 50				45 747 400 45 747 400	150 000 66 667	8 133 850 8 133 850			54 031 250 53 947 917
Formação Profissional e Emprego	Total Cap. 50		6 223 703 3 600 282	48 000 48 000			23 139 081 6 700 081		20 000 20 000	29 430 784 10 368 363
Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	Total Cap. 50		785 218 707 718		12 580 800 12 580 800		27 958 643 27 958 643			41 324 661 41 247 161
Cultura	Total Cap. 50			6 492 850 6 488 818	3 548 000 3 548 000					10 040 850 10 036 818
Saúde	Total Cap. 50				19 069 000 19 069 000	12 108 565 8 231 109				31 177 565 27 300 109
Segurança e Acção Social	Total Cap. 50		418 400 418 400			6 364 822 5 077 224				6 783 222 5 495 624
Habituação e Urbanismo	Total Cap. 50				44 374 700 44 374 700			63 989 000 15 000 000		108 363 700 59 374 700
Defesa e Protecção do Ambiente	Total Cap. 50								61 623 115 61 383 000	61 623 115 61 383 000
Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	Total Cap. 50				3 134 700 2 993 474		18 106 990 1 466 000			21 241 690 4 459 474
Informação Científica e Técnica	Total Cap. 50	301 074 301 074			472 800 472 800		4 714 229 2 910 000	4 296 530 2 353 807		9 784 633 6 037 681
Administração Pública Regional	Total Cap. 50	928 104 928 104	157 000 157 000	1 035 000 1 035 000	3 680 000 3 680 000	225 000 225 000	78 500 78 500	14 837 500 14 837 500	1 160 000 1 160 000	22 101 104 22 101 104
Apoios ao Sector Empresarial	Total Cap. 50	10 438 958 6 352 658								10 438 958 6 352 658
Apoios ao Desenvolvimento Local	Total Cap. 50	9 070 539 9 070 539						51 450 000 51 450 000		60 520 539 60 520 539

(Un.: Euros)



QUADRO II

REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO

(Un.: Euros)

ÁREAS DE ACTUAÇÃO / SECTORES	CAP.50 O.R.	OUTRAS FONTES	TOTAL
TOTAL	723 226 580	109 067 049	832 293 629
SECTORES PRODUTIVOS	55 919 690	14 916 426	70 836 116
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	26 429 950	3 344 316	29 774 266
Pesca	2 855 507	7 166 525	10 022 032
Indústria	3 277 500	319 285	3 596 785
Energia	800 625	0	800 625
Turismo	15 172 350	0	15 172 350
Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	1 031 100	0	1 031 100
Apoios ao Sector Empresarial	6 352 658	4 086 300	10 438 958
ACESSIBILIDADES	305 034 400	0	305 034 400
Transportes e Comunicações	305 034 400	0	305 034 400
VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	115 600 259	19 227 286	134 827 545
Educação	53 947 917	83 333	54 031 250
Formação Profissional e Emprego	10 368 363	19 062 421	29 430 784
Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	41 247 161	77 500	41 324 661
Cultura	10 036 818	4 032	10 040 850
HABITAÇÃO, URBANISMO E AMBIENTE	120 757 700	49 229 115	169 986 815
Habitação e Urbanismo	59 374 700	48 989 000	108 363 700
Defesa e Protecção do Ambiente	61 383 000	240 115	61 623 115
SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL	32 795 733	5 165 054	37 960 787
Saúde	27 300 109	3 877 456	31 177 565
Segurança e Acção Social	5 495 624	1 287 598	6 783 222
SECTORES DE APOIO	32 598 259	20 529 168	53 127 427
Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	4 459 474	16 782 216	21 241 690
Informação Científica e Técnica	6 037 681	3 746 952	9 784 633
Administração Pública Regional	22 101 104	0	22 101 104
APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	60 520 539	0	60 520 539



QUADRO III

REPARTIÇÃO ESPACIAL DO INVESTIMENTO

(Un.: Euros)

LOCALIZAÇÃO		DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL								TOTAL
		Vice-Presidência	Recursos Humanos	Turismo e Cultura	Equipamento Social e Transportes	Assuntos Sociais	Educação	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	
TOTAL	TOTAL CAP. 50	24 586 300 20 500 000	8 700 921 6 000 000	22 748 200 22 744 168	436 641 800 436 500 574	18 848 387 13 600 000	82 131 293 47 247 074	134 573 030 83 641 307	104 063 698 92 993 457	832 293 629 723 226 580
CALHETA	Total Cap. 50			70 000 70 000	41 703 800 41 703 800			3 000 000 3 000 000	1 633 400 1 633 400	46 407 200 46 407 200
CÂMARA DE LOBOS	Total Cap. 50				13 085 600 13 085 600			6 900 000 6 900 000	2 220 000 2 220 000	22 205 600 22 205 600
FUNCHAL	Total Cap. 50	149 400 149 400	874 900 523 960	12 618 350 12 618 350	53 964 800 53 963 400	4 910 000 4 070 000	21 370 901 4 494 050	9 125 342 9 125 342	4 011 600 4 011 600	107 025 293 88 956 102
MACHICO	Total Cap. 50	11 000 11 000		780 000 780 000	61 631 000 61 631 000			4 800 000 4 800 000	3 941 518 3 941 518	71 163 518 71 163 518
PONTA DO SOL	Total Cap. 50			50 000 50 000	9 524 000 9 524 000			2 800 000 2 800 000	3 748 200 3 748 200	16 122 200 16 122 200
PORTO MONIZ	Total Cap. 50		10 000 10 000		37 036 000 37 036 000			2 565 000 2 565 000	3 542 075 3 542 075	43 153 075 43 153 075
PORTO SANTO	Total Cap. 50	1 900 000 1 900 000		356 500 356 500	2 818 000 2 818 000			2 800 000 2 800 000	246 000 246 000	8 120 500 8 120 500
RIBEIRA BRAVA	Total Cap. 50			210 000 210 000	22 394 200 22 394 200			4 800 000 4 800 000	2 578 206 2 578 206	29 982 406 29 982 406
SANTA CRUZ	Total Cap. 50	74 500 74 500		50 000 50 000	30 120 000 30 120 000	350 000 350 000		6 900 000 6 900 000	9 474 476 9 474 476	46 968 976 46 968 976
SANTANA	Total Cap. 50				34 561 800 34 561 800			4 300 000 4 300 000	1 412 404 1 335 789	40 274 204 40 197 589
SÃO VICENTE	Total Cap. 50				13 634 000 13 634 000			2 800 000 2 800 000	2 320 000 2 320 000	18 754 000 18 754 000
VÁRIOS CONCELHOS	Total Cap. 50	7 272 039 7 272 039	398 218 320 718	1 735 150 1 735 150	47 325 400 47 325 400	5 250 000 5 250 000	22 256 420 6 087 281	66 339 000 17 350 000	6 069 146 6 069 146	156 645 373 91 409 734
REGIÃO	Total Cap. 50	15 179 361 11 093 061	7 021 903 4 749 422	6 878 200 6 874 168	68 843 200 68 703 374	8 338 387 3 930 000	38 473 972 36 635 743	17 443 688 15 500 965	62 866 673 51 873 047	225 045 384 199 359 780
EXTERIOR	Total Cap. 50		395 900 395 900				30 000 30 000			425 900 425 900



Gráfico 1

Repartição Institucional do Investimento

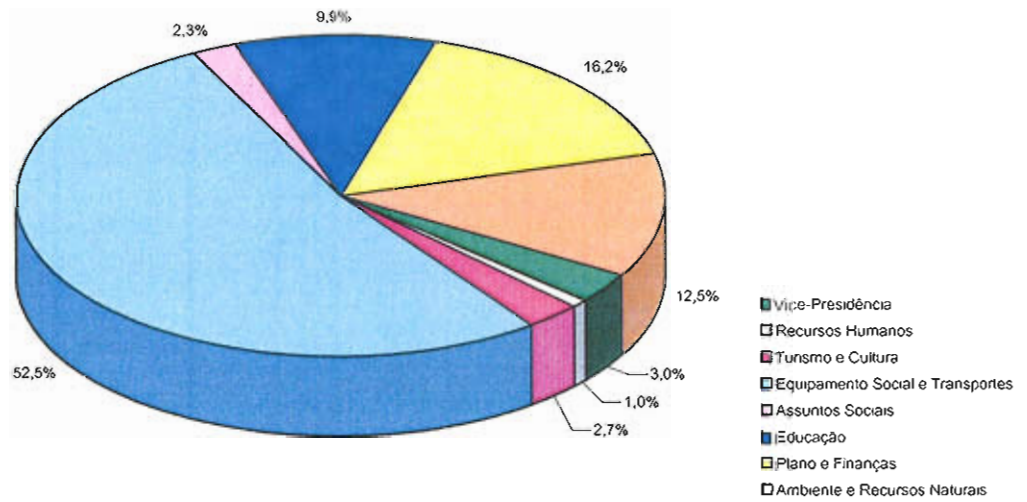
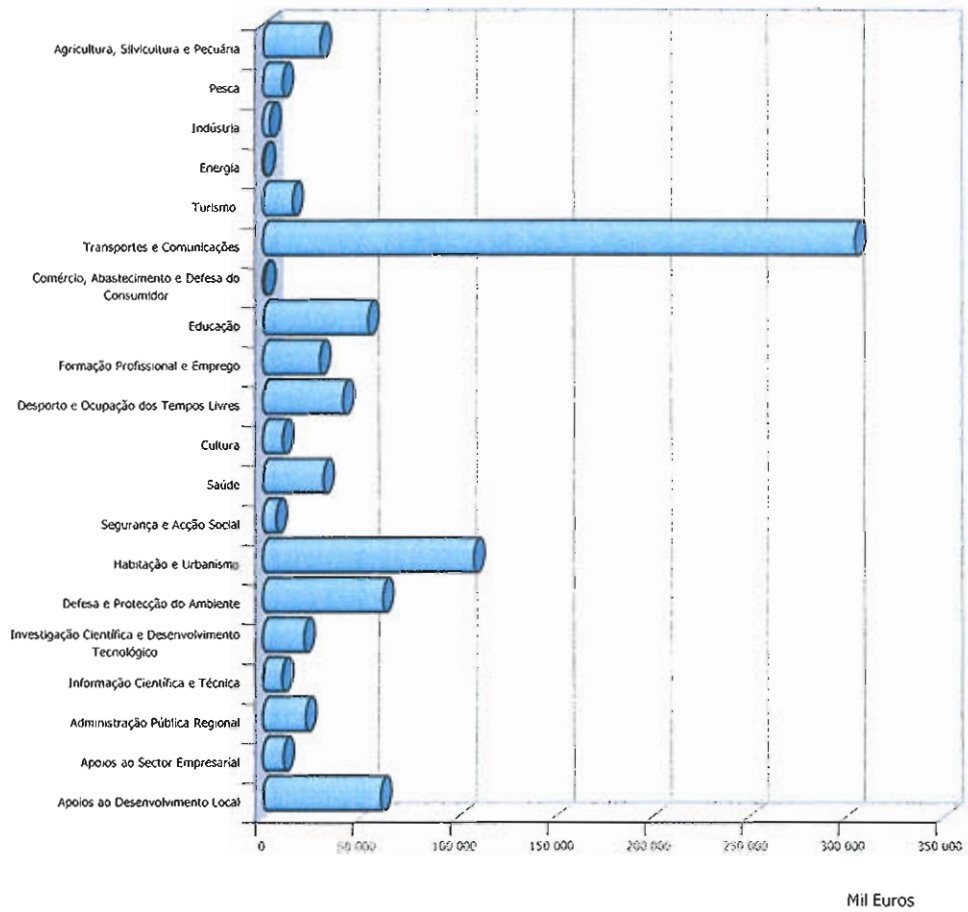


Gráfico 2

Repartição Sectorial do Investimento





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

**VIII. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS
E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO
REGIONAL**



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

213

VICE-PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL CAP. 50 O.R.	29 649 951 26 235 946	22 083 440 18 594 940	24 586 300 20 500 000	23 559 098 19 100 283	16 032 400 13 782 400	46 794 181 43 794 181	164 705 370 142 007 750
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL CAP. 50 O.R.	29 649 951 26 235 946	22 083 440 18 594 940	23 560 800 19 474 500	22 133 198 17 674 383	17 202 400 12 952 400	46 184 181 43 184 181	160 813 970 138 116 350
PROJECTOS NOVOS		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 025 500 1 025 500	1 425 900 1 425 900	830 000 830 000	610 000 610 000	3 891 400 3 891 400
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 440 930 1 440 930	1 449 250 1 449 250	2 132 500 2 132 500	171 100 171 100	0 0	0 0	5 193 780 5 193 780
DINAMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL SE: VP N.º Projectos: 3		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 440 930 1 440 930	1 449 250 1 449 250	2 132 500 2 132 500	171 100 171 100	0 0	0 0	5 193 780 5 193 780
Estudo e Preservação dos Recursos Geológicos (DRGIE) 2002-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	15 932 15 932	24 250 24 250	40 000 40 000	48 600 48 600	0 0	0 0	128 782 128 782
N Factores Críticos de Sucesso na Internacionalização da Indústria da RAM (DRGIE) COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	92 500 92 500	122 500 122 500	0 0	0 0	215 000 215 000
Madeira Parques Empresariais-Sociedade Gestora, MPE, S.A. 2002-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 424 998 1 424 998	1 425 000 1 425 000	2 000 000 2 000 000	0 0	0 0	0 0	4 849 998 4 849 998
SECTOR: ENERGIA		TOTAL CAP. 50 O.R.	917 783 917 783	681 009 681 009	800 625 800 625	510 100 510 100	85 000 85 000	0 0	2 994 517 2 994 517
APOIOS À PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS SE: DRGIE N.º Projectos: 2		TOTAL CAP. 50 O.R.	16 591 16 591	64 825 64 825	86 200 86 200	92 000 92 000	85 000 85 000	0 0	344 616 344 616
Incentivos para o Aproveitamento da Energia Solar Térmica para o Sector Residencial 2001-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	16 591 16 591	38 750 38 750	60 000 60 000	80 000 80 000	85 000 85 000	0 0	280 341 280 341
Estudo do Gás Natural COFIN - PRIME 2004-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	26 075 26 075	26 200 26 200	12 000 12 000	0 0	0 0	64 275 64 275
CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DO CANIÇAL SE: DRGIE N.º Projectos: 1		TOTAL CAP. 50 O.R.	3 980 3 980	23 410 23 410	11 000 11 000	0 0	0 0	0 0	38 390 38 390
Centro Logístico de Combustíveis do Caniçal 1997 - 05		TOTAL CAP. 50 O.R.	3 980 3 980	23 410 23 410	11 000 11 000	0 0	0 0	0 0	38 390 38 390
COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA COM A AREAM SE: VP N.º Projectos: 1		TOTAL CAP. 50 O.R.	897 212 897 212	592 774 592 774	703 425 703 425	418 100 418 100	0 0	0 0	2 611 511 2 611 511
Cooperação Técnica e Científica com a AREAM 2000-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	897 212 897 212	592 774 592 774	703 425 703 425	418 100 418 100	0 0	0 0	2 611 511 2 611 511
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR		TOTAL CAP. 50 O.R.	157 528 157 528	351 605 351 605	914 500 914 500	1 074 500 1 074 500	775 000 775 000	485 000 485 000	3 958 133 3 958 133
APOIO À GESTÃO DA QUALIDADE SE: DRGIE N.º Projectos: 6		TOTAL CAP. 50 O.R.	157 528 157 528	351 605 351 605	914 500 914 500	1 074 500 1 074 500	775 000 775 000	485 000 485 000	3 958 133 3 958 133
Estratégia para a Qualidade na RAM COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	7 432 7 432	100 000 100 000	35 000 35 000	0 0	0 0	0 0	142 432 142 432
Programa da Promoção da Qualidade COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	83 298 83 298	82 980 82 980	75 000 75 000	92 000 92 000	85 000 85 000	85 000 85 000	503 278 503 278
Equipamentos Técnicos para o Laboratório Regional de Metrologia 2001-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	64 026 64 026	59 375 59 375	38 500 38 500	53 500 53 500	50 000 50 000	50 000 50 000	315 401 315 401
Programa da Qualidade em Parceria com o Instituto Português da Qualidade COFIN - PRIME 2002-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	2 772 2 772	76 000 76 000	80 000 80 000	80 000 80 000	40 000 40 000	0 0	278 772 278 772
Certificação da Direcção de Serviços de Indústria 2004-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	33 250 33 250	36 000 36 000	24 000 24 000	20 000 20 000	0 0	113 250 113 250

VICE-PRESIDÊNCIA

(in : euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executada até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
N Implementação da Estratégia Regional para a Qualidade na RAM COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	650 000 650 000	825 000 825 000	580 000 580 000	550 000 550 000	2 605 000 2 605 000
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL CAP. 50 O.R.	356 750 356 750	137 661 137 661	301 074 301 074	313 500 313 500	342 500 342 500	152 500 152 500	1 603 985 1 603 985
SISTEMAS E PROGRAMAS DE INFORMAÇÃO	TOTAL	309 937	126 000	135 000	142 500	137 500	137 500	988 437
SE: DRCE N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	309 937	126 000	135 000	142 500	137 500	137 500	988 437
PIDAE - Programa de Informação e Divulgação sobre a Actividade Económica 1998-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	203 250 203 250	90 000 90 000	105 000 105 000	100 000 100 000	100 000 100 000	100 000 100 000	698 250 698 250
Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria 1997-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	106 687 106 687	36 000 36 000	30 000 30 000	42 500 42 500	37 500 37 500	37 500 37 500	290 187 290 187
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL	TOTAL	46 813	11 661	166 074	171 000	205 000	15 000	615 548
SE: DRACE N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	46 813	11 661	166 074	171 000	205 000	15 000	615 548
Ações de Cooperação Externa 1996-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	45 051 45 051	2 494 2 494	15 000 15 000	15 000 15 000	15 000 15 000	15 000 15 000	107 545 107 545
UCEST - Ultraperiferia e Coesão Económica, Social e Territorial COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 762 1 762	9 167 9 167	15 074 15 074	0 0	0 0	0 0	26 003 26 003
N Cooperação das Regiões Ultraperiferias para um Desenvolvimento Sustentável - RUP-PLUS COFIN - PIC INTERREG III C Zona Sul 2005-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	136 000 136 000	156 000 156 000	190 000 190 000	0 0	482 000 482 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 452 681 1 452 681	673 340 673 340	928 104 928 104	921 600 921 600	569 900 569 900	1 012 500 1 012 500	5 558 125 5 558 125
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL AFECTO À VICE-PRESIDÊNCIA	TOTAL	251 117	33 299	54 400	51 700	51 900	56 000	498 416
SE: VP N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	251 117	33 299	54 400	51 700	51 900	56 000	498 416
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRACE 1998-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	230 900 230 900	14 964 14 964	20 000 20 000	20 000 20 000	20 000 20 000	20 000 20 000	325 864 325 864
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRCE 1997-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	16 566 16 566	16 435 16 435	31 500 31 500	30 000 30 000	30 000 30 000	30 000 30 000	154 501 154 501
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal Afecto ao Gabinete da VP 2001-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 651 3 651	1 900 1 900	2 900 2 900	1 700 1 700	1 900 1 900	6 000 6 000	18 051 18 051
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL E LOCAL	TOTAL	568 439	300 000	300 000	520 000	340 000	740 000	2 768 439
SE: DRAPL N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	568 439	300 000	300 000	520 000	340 000	740 000	2 768 439
Ações de Formação na Administração Pública COFIN - POP RAM III - FSE 2001-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	568 439 568 439	300 000 300 000	250 000 250 000	370 000 370 000	340 000 340 000	740 000 740 000	2 568 439 2 568 439
N Ações de Formação Específica e Supletiva para Dirigentes 2005-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	150 000 150 000	0 0	0 0	200 000 200 000
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL	628 845	32 299	104 500	261 900	118 000	156 500	1 302 040
SE: VP N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	628 845	32 299	104 500	261 900	118 000	156 500	1 302 040
Informatização dos Serviços de Apoio ao Gabinete da VP 2001-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	13 380 13 380	4 000 4 000	7 500 7 500	5 500 5 500	6 000 6 000	6 500 6 500	42 880 42 880
Informatização dos Serviços Afectos à DRCE 1995-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	142 462 142 462	7 300 7 300	30 000 30 000	112 700 112 700	70 000 70 000	70 000 70 000	70 432 462
Informatização dos Serviços Afectos à DRACE 1992-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	473 003 473 003	7 300 7 300	10 000 10 000	30 000 30 000	20 000 20 000	20 000 20 000	560 303 560 303
Informatização dos Serviços Afectos à DRAPL 2003-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	13 695 13 695	7 000 7 000	29 300 29 300	22 000 22 000	60 000 60 000	131 995 131 995
N Sistema de Gestão de Processos e Digitalização de Documentos (DRAPL) 2005-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	84 400 84 400	0 0	0 0	134 400 134 400



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

215

VICE-PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
MEIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE APOIO AO CIDADÃO		TOTAL	4 280	307 746	469 204	88 000	60 000	60 000	989 230
SE: DRAPL	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	4 280	307 746	469 204	88 000	60 000	60 000	989 230
Formulários/Serviços On-Line - Madeira Digital		TOTAL	4 280	307 746	422 204	0	0	0	734 230
COFIN - POS1 - Madeira Digital 2002-05		CAP. 50 O.R.	4 280	307 746	422 204	0	0	0	734 230
N Qualidade e Modernização Administrativa da DRCE 2005-08		TOTAL	0	0	47 000	88 000	60 000	60 000	255 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	47 000	88 000	60 000	60 000	255 000
SECTOR: APOIOS AO SECTOR EMPRESARIAL		TOTAL	16 081 470	10 253 575	10 438 958	10 550 062	9 635 000	7 045 000	64 004 065
		CAP. 50 O.R.	12 067 465	6 765 075	6 352 658	6 091 247	5 385 000	4 045 000	41 396 440
APOIO ÀS ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS EMPRESARIAIS		TOTAL	846 710	279 200	279 200	250 000	180 000	180 000	2 015 110
SE: DRCE	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	846 710	279 200	279 200	250 000	180 000	180 000	2 015 110
Apoio às Estruturas Associativas Empresariais 1996-08		TOTAL	846 710	279 200	279 200	250 000	180 000	180 000	2 015 110
		CAP. 50 O.R.	846 710	279 200	279 200	250 000	180 000	180 000	2 015 110
APOIOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (IDE - RAM)		TOTAL	14 361 022	8 523 875	9 042 667	9 655 665	9 455 000	6 865 000	57 903 229
SE: IDE-RAM	N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	10 947 017	5 035 375	4 956 367	5 196 850	5 205 000	3 865 000	35 205 609
Programa de Incentivos ao Investimento e à Engenharia Financeira		TOTAL	13 562 266	7 027 000	7 541 800	8 590 000	8 590 000	6 000 000	51 311 066
COFIN - POP RAM ID - FEDER 2000-08		CAP. 50 O.R.	10 148 261	3 538 500	3 600 000	4 340 000	4 340 000	3 000 000	28 966 761
Programa de Comunicação e Cooperação Empresarial		TOTAL	183 065	300 500	305 000	440 665	250 000	250 000	1 789 230
COFIN - PIC INTERREG III B 2000-08		CAP. 50 O.R.	183 065	300 500	220 500	231 850	250 000	250 000	1 435 915
Actualização e Formação no IDE		TOTAL	8 191	5 000	5 000	25 000	15 000	15 000	73 191
2001-08		CAP. 50 O.R.	8 191	5 000	5 000	25 000	15 000	15 000	73 191
Participação no Capital Social da "Madeira Parques Empresariais"		TOTAL	607 500	591 375	530 867	0	0	0	1 729 742
2001-05		CAP. 50 O.R.	607 500	591 375	530 867	0	0	0	1 729 742
Centro de Formalidades de Empresas		TOTAL	0	600 000	600 000	600 000	600 000	600 000	3 000 000
2003-08		CAP. 50 O.R.	0	600 000	600 000	600 000	600 000	600 000	3 000 000
APOIOS NO ÂMBITO DO CENTRO DE EMPRESAS E INOVAÇÃO DA MADEIRA		TOTAL	873 738	1 450 500	1 117 091	844 397	0	0	4 085 726
SE: CEIM	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	873 738	1 450 500	1 117 091	844 397	0	0	4 085 726
Modernização e Inovação Empresarial		TOTAL	873 738	1 450 500	967 506	494 812	0	0	3 786 556
2001-06		CAP. 50 O.R.	873 738	1 450 500	967 506	494 812	0	0	3 786 556
E-CEIM		TOTAL	0	0	149 585	149 585	0	0	299 170
COFIN - POS1 - Madeira Digital 2004-06		CAP. 50 O.R.	0	0	149 585	149 585	0	0	299 170
SECTOR: APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL		TOTAL	9 242 809	8 537 000	9 070 539	10 018 236	6 625 000	37 899 181	81 392 765
		CAP. 50 O.R.	9 242 809	8 537 000	9 070 539	10 018 236	6 625 000	37 899 181	81 392 765
criação de instrumentos para o desenvolvimento integrado regional e apoio à gestão		TOTAL	9 242 809	8 537 000	9 070 539	10 018 236	6 625 000	37 899 181	81 392 765
SE: VP	N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	9 242 809	8 537 000	9 070 539	10 018 236	6 625 000	37 899 181	81 392 765
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo - S.D.P.S., S.A.		TOTAL	3 616 989	1 299 500	1 900 000	2 064 350	0	0	8 880 839
1999-06		CAP. 50 O.R.	3 616 989	1 299 500	1 900 000	2 064 350	0	0	8 880 839
Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira		TOTAL	3 025 817	2 000 000	2 450 000	2 925 000	2 425 000	16 899 181	29 724 998
Ponta do Oeste, S.A. 2000-08		CAP. 50 O.R.	3 025 817	2 000 000	2 450 000	2 925 000	2 425 000	16 899 181	29 724 998
Sociedade de Desenvolvimento do Norte - S.O.N., S.A.		TOTAL	1 700 002	1 425 000	1 500 000	1 900 000	1 200 000	21 000 000	28 725 002
2001-08		CAP. 50 O.R.	1 700 002	1 425 000	1 500 000	1 900 000	1 200 000	21 000 000	28 725 002
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.		TOTAL	900 001	3 812 500	3 220 539	3 128 886	3 000 000	0	14 061 926
2001-07		CAP. 50 O.R.	900 001	3 812 500	3 220 539	3 128 886	3 000 000	0	14 061 926



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

217

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un. - Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Execução até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
		TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	24 382 871	7 926 213	8 700 921	8 486 079	1 072 500	440 000	51 008 584
		CAP. 50 O.R.	21 547 555	4 909 826	6 600 000	7 637 508	1 072 500	440 000	41 607 389
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	24 382 871	7 926 213	7 116 021	8 486 079	1 072 500	440 000	49 423 684
		CAP. 50 O.R.	21 547 555	4 909 826	4 766 040	7 637 508	1 072 500	440 000	40 373 429
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	1 584 900	0	0	0	1 584 900
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 233 960	0	0	0	1 233 960
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR		TOTAL	52 451	50 112	116 600	150 000	170 000	0	539 163
		CAP. 50 O.R.	52 451	50 112	116 600	150 000	170 000	0	539 163
APOIO E DEFESA DO CONSUMIDOR		TOTAL	52 451	50 112	116 600	150 000	170 000	0	539 163
SE: 05 N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	52 451	50 112	116 600	150 000	170 000	0	539 163
Campanhas, Projectos e Promoção dos Direitos do Consumidor 2002-07		TOTAL	52 451	50 112	116 600	150 000	170 000	0	539 163
		CAP. 50 O.R.	52 451	50 112	116 600	150 000	170 000	0	539 163
SECTOR: TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		TOTAL	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
DIGITALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		TOTAL	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
SE: 05 N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
N Digitalização de Equipamentos 2005-05		TOTAL	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO		TOTAL	23 214 609	6 753 226	6 223 703	7 457 260	202 000	0	43 850 789
		CAP. 50 O.R.	20 400 358	3 789 039	3 600 282	6 678 689	202 000	0	34 670 368
AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREGO		TOTAL	23 116 429	5 971 746	5 879 927	7 187 969	0	0	42 156 071
SE: IRE N.º Projectos: 16		CAP. 50 O.R.	20 302 187	3 498 861	3 284 729	6 409 398	0	0	33 495 175
Apoio à Contratação		TOTAL	4 318 156	318 331	237 116	1 246 994	0	0	6 120 597
COFIN - POP RAM III - FSE 1994-06		CAP. 50 O.R.	4 009 216	138 234	143 116	1 246 994	0	0	5 537 560
Empresas de Inserção		TOTAL	0	130 682	334 558	60 355	0	0	525 595
COFIN - POP RAM III - FSE 2002-06		CAP. 50 O.R.	0	62 688	86 308	55 526	0	0	204 522
Apoio à Criação do Próprio Emprego		TOTAL	278 740	50 463	49 660	19 952	0	0	398 815
COFIN - POP RAM III - FSE 1994-06		CAP. 50 O.R.	236 859	27 850	28 722	16 150	0	0	309 581
Criação do Próprio Emprego de Subsidiados		TOTAL	807 823	52 916	52 792	174 580	0	0	1 088 111
COFIN - POP RAM III - FSE 1995-06		CAP. 50 O.R.	753 545	34 224	17 895	136 170	0	0	941 834
Iniciativas Locais de Emprego		TOTAL	2 785 058	1 069 330	885 291	548 678	0	0	5 288 357
COFIN - POP RAM III - FSE 1994-06		CAP. 50 O.R.	2 226 391	767 863	619 703	504 784	0	0	4 118 741
Programa Ocupacional de Desempregados		TOTAL	3 265 888	1 142 336	641 174	972 656	0	0	6 022 054
COFIN - POP RAM III - FSE 1996-06		CAP. 50 O.R.	2 962 287	735 652	323 118	904 818	0	0	4 925 875
Clubes de Emprego		TOTAL	989 342	422 766	248 191	448 918	0	0	2 109 217
COFIN - POP RAM III - FSE 1996-06		CAP. 50 O.R.	836 469	220 687	173 733	428 964	0	0	1 659 853
Estágios Profissionais		TOTAL	4 489 283	1 341 704	1 304 000	1 496 394	0	0	8 631 381
COFIN - POP RAM III - FSE 1997-06		CAP. 50 O.R.	3 856 031	885 094	854 273	1 376 682	0	0	6 972 080
Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados		TOTAL	1 139 315	152 454	154 198	149 399	0	0	1 595 366
COFIN - POP RAM III - FSE 1996-06		CAP. 50 O.R.	1 078 323	107 100	96 721	204 508	0	0	1 486 652
Implementação, Controlo e Avaliação das Acções de Emprego		TOTAL	2 377 196	773 594	707 604	847 987	0	0	4 706 381
COFIN - POP RAM III - FSE 1997-06		CAP. 50 O.R.	1 934 981	243 854	414 516	592 570	0	0	3 186 921
Formação Emprego		TOTAL	2 657 841	372 773	311 185	823 017	0	0	4 164 816
COFIN - POP RAM III - FSE 1999-06		CAP. 50 O.R.	2 400 298	208 223	196 234	587 085	0	0	3 391 840



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

218

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
Acções de Formação Profissional (ILE/ACPE/CPE/ADJ/UNIVAS/CE) COFIN - POP RAM III - FSE 1999-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 790 6 790	16 380 7 285	17 403 12 181	249 399 204 507	0 0	0 0	289 972 230 763
Programa Vida e Trabalho COFIN - POP RAM III - FSE 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	997 997	65 902 39 635	83 203 37 468	149 640 149 640	0 0	0 0	299 742 227 740
Apoio a Beneficiários do Rendimento Social de Inserção COFIN - POP RAM III - FSE 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	36 014 19 396	166 088 17 477	0 0	0 0	0 0	202 102 36 873
Programa de Apoio à Família COFIN - POP RAM III - FSE 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	26 101 1 076	102 564 29 304	0 0	0 0	0 0	128 665 30 380
Implementação de Sistema de Informação para a Gestão de Programas de Emprego COFIN - POP RAM III - FSE 2005-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	584 900 233 960	0 0	0 0	0 0	584 900 233 960
COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO DOMÍNIO DO EMPREGO	TOTAL	5 315	613 080	100 776	0	0	0	719 171
SE: IRE N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	5 315	121 778	72 553	0	0	0	199 646
CORES - Cooperação Regional para o Desenvolvimento da Economia Solidária nas Empresas de Inserção COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 315 5 315	586 092 121 778	76 154 71 209	0 0	0 0	0 0	667 561 198 302
Rede Eurec 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	26 988 0	24 622 1 344	0 0	0 0	0 0	51 610 1 344
AÇÕES NO DOMÍNIO DO TRABALHO PARA A DIGNIFICAÇÃO SÓCIO-LABORAL	TOTAL	92 856	168 409	243 000	269 294	202 000	0	975 547
SE: SRRH N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	92 856	168 409	243 000	269 294	202 000	0	975 547
Consentação Social e Relações Institucionais na Área do Trabalho (GS) 2003-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	19 385 19 385	63 000 63 000	63 000 63 000	60 000 60 000	60 000 60 000	0 0	265 385 265 385
CRITE - Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (DRT) 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 823 8 823	6 050 6 050	6 932 6 932	14 000 14 000	14 000 14 000	0 0	49 805 49 805
PRIO - Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades (DRT) 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	10 101 10 101	14 550 14 550	7 560 7 560	15 000 15 000	18 000 18 000	0 0	65 211 65 211
Programa Higiene e Segurança no Trabalho (DRT) 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	37 434 37 434	59 301 59 301	59 301 59 301	70 000 70 000	80 000 80 000	0 0	306 036 306 036
Formação na Área do Direito do Trabalho (DRT) 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 045 4 045	3 400 3 400	3 400 3 400	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	30 845 30 845
Operações Estatísticas Laborais 2002-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	13 068 13 068	15 699 15 699	15 699 15 699	20 000 20 000	20 000 20 000	0 0	84 466 84 466
Projecto Violeta COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	6 400 6 400	87 108 87 108	80 291 80 291	0 0	0 0	173 799 173 799
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	535 319	754 579	785 218	583 819	383 000	395 000	3 436 935
LIVRES	CAP. 50 O.R.	534 249	752 379	787 718	513 819	383 000	395 000	3 216 161
INFRA-ESTRUTURAS PARA ACTIVIDADES RECREATIVAS E DESPORTIVAS	TOTAL	234 479	145 623	144 718	74 819	0	0	599 639
SE: IRE N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	231 887	143 423	142 718	74 819	0	0	592 847
Infra-estruturas para Actividades Recreativas e Desportivas 1998-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	234 479 231 887	145 623 143 423	144 718 142 718	74 819 74 819	0 0	0 0	599 639 592 847
ORÇANIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO À JUVENTUDE	TOTAL	111 672	362 531	396 500	253 000	115 000	115 000	1 353 701
SE: LIM N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	93 190	312 531	321 000	183 000	115 000	115 000	1 139 721
RAICES - Lojas da Juventude / Juventude Activa COFIN - PIC INTERREG III B 2002-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	111 672 93 190	218 872 168 872	223 500 148 000	120 000 50 000	50 000 50 000	50 000 50 000	774 044 560 062
Construção e Recuperação de Sedes de Movimentos Escutistas 2002-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	36 000 36 000	10 000 10 000	40 000 40 000	40 000 40 000	40 000 40 000	166 000 166 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

219

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Lin. - Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							Total
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes		
	TOTAL CAP. 50 O.R.	TOTAL CAP. 50 O.R.	TOTAL CAP. 50 O.R.	TOTAL CAP. 50 O.R.	TOTAL CAP. 50 O.R.	TOTAL CAP. 50 O.R.		
Construção do Edifício de Apoio ao Campo Escola do Montado do Pereiro 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	93 000 93 000	133 000 133 000	68 000 68 000	0 0	0 0	294 000 294 000
Ampliação do Centro de Juventude do Porto Moniz 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	500 500	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	10 500 10 500
Apetreçamento, Reapetreçamento e Recuperação dos Centros de Juventude da Madeira 2003-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	14 159 14 159	20 000 20 000	25 000 25 000	25 000 25 000	25 000 25 000	109 159 109 159
PROGRAMAS E ACÇÕES DESTINADOS À JUVENTUDE	TOTAL	189 168	246 425	244 000	256 000	268 000	280 000	1 483 593
SE: IJM N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	189 168	246 425	244 000	256 000	268 000	280 000	1 483 593
Voluntariado Juvenil 2002-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	19 556 19 556	15 300 15 300	25 000 25 000	26 000 26 000	27 000 27 000	28 000 28 000	140 856 140 856
Jovens em Formação 2003-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	168 122 168 122	189 000 189 000	199 000 199 000	209 000 209 000	219 000 219 000	229 000 229 000	1 213 122 1 213 122
Mobilidade e Formação Juvenil 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 490 1 490	22 625 22 625	10 000 10 000	11 000 11 000	12 000 12 000	13 000 13 000	70 115 70 115
Apoto a Instituições na Área da Juventude 2003-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	19 500 19 500	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	59 500 59 500
SECTOR: SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL	TOTAL	494 050	236 787	-418 400	230 000	260 000	0	-1 639 237
CAP. 50 O.R.	494 050	236 787	-418 400	230 000	260 000	0	-1 639 237	
APOIO AO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS HIGRANTES	TOTAL	494 050	236 787	-418 400	230 000	260 000	0	1 639 237
SE: GS N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	494 050	236 787	-418 400	230 000	260 000	0	1 639 237
Acções de Apoio Junto das Comunidades Madeirenses 1998-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	483 485 483 485	209 645 209 645	395 900 395 900	200 000 200 000	230 000 230 000	0 0	1 519 030 1 519 030
Acções de Apoio à Imigração 2003-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	10 565 10 565	27 142 27 142	22 500 22 500	30 000 30 000	30 000 30 000	0 0	120 207 120 207
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	86 451	131 509	157 000	65 000	57 500	45 000	542 460
CAP. 50 O.R.	86 451	131 509	157 000	65 000	57 500	45 000	542 460	
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL AFECTO À SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS	TOTAL	3 840	5 000	22 000	10 000	10 000	0	50 840
SE: GS N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	3 840	5 000	22 000	10 000	10 000	0	50 840
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da Secretaria Regional dos Recursos Humanos 2000-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 840 3 840	5 000 5 000	22 000 22 000	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	50 840 50 840
INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	14 325	13 544	10 000	35 000	30 000	30 000	132 869
SE: IJM N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	14 325	13 544	10 000	35 000	30 000	30 000	132 869
Ampliação e Remodelação das Instalações do Instituto de Juventude da Madeira 2002-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	14 325 14 325	13 544 13 544	10 000 10 000	35 000 35 000	30 000 30 000	30 000 30 000	132 869 132 869
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL	68 286	112 965	125 000	20 000	17 500	15 000	358 751
SE: SRRH N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	68 286	112 965	125 000	20 000	17 500	15 000	358 751
Gestão Integrada dos Serviços da Secretaria Regional dos Recursos Humanos (GS) 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	68 286 68 286	80 465 80 465	100 000 100 000	0 0	0 0	0 0	248 751 248 751
Monitorização Integrada dos Serviços do Instituto de Juventude da Madeira (IJM) 2003-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	32 500 32 500	25 000 25 000	20 000 20 000	17 500 17 500	15 000 15 000	110 000 110 000

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un. - Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	34 177 158	21 500 139	22 748 200	29 249 478	26 322 750	26 867 225	160 864 950
CAP. 50 O.R.			34 177 158	21 500 139	22 744 168	29 249 478	26 322 750	26 867 225	160 860 918
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	34 177 158	21 500 139	21 330 000	27 928 778	25 309 050	25 841 025	156 086 150
CAP. 50 O.R.			34 177 158	21 500 139	21 325 968	27 928 778	25 309 050	25 841 025	156 082 118
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	1 418 200	1 320 700	1 013 700	1 026 200	4 778 800
CAP. 50 O.R.			0	0	1 418 200	1 320 700	1 013 700	1 026 200	4 778 800
SECTOR: TURISMO		TOTAL	33 021 177	15 327 353	15 172 350	16 144 075	15 689 250	16 319 750	111 673 955
CAP. 50 O.R.			33 021 177	15 327 353	15 172 350	16 144 075	15 689 250	16 319 750	111 673 955
PROMOÇÃO TURÍSTICA		TOTAL	6 767 551	4 532 378	5 763 200	6 204 700	6 407 900	6 691 250	36 366 979
SE: SRTC			6 767 551	4 532 378	5 763 200	6 204 700	6 407 900	6 691 250	36 366 979
N.º Projectos: 14									
Acções para a Diversificação de Mercados (DRT) 2000-08		TOTAL	1 769 437	556 000	450 000	525 000	551 250	578 800	4 430 487
CAP. 50 O.R.			1 769 437	556 000	450 000	525 000	551 250	578 800	4 430 487
Dinamização do Turismo Interno (DRT) 2000-08		TOTAL	917 478	323 000	400 000	420 000	441 000	463 000	2 964 478
CAP. 50 O.R.			917 478	323 000	400 000	420 000	441 000	463 000	2 964 478
Promoção do Golfe (DRT) 2004-08		TOTAL	0	756 698	760 000	798 000	837 900	880 000	4 032 598
CAP. 50 O.R.			0	756 698	760 000	798 000	837 900	880 000	4 032 598
Campanha de Imagem (DRT) 2000-08		TOTAL	2 649 492	1 115 966	1 600 000	1 785 000	1 874 250	1 968 000	10 992 708
CAP. 50 O.R.			2 649 492	1 115 966	1 600 000	1 785 000	1 874 250	1 968 000	10 992 708
Material Promocional (DRT) 2000-08		TOTAL	1 430 735	503 968	500 000	525 000	551 250	579 000	4 089 953
CAP. 50 O.R.			1 430 735	503 968	500 000	525 000	551 250	579 000	4 089 953
Acções Culturais e de Promoção Turística (GS) 2004-08		TOTAL	0	179 144	200 000	210 000	220 500	231 500	1 041 144
CAP. 50 O.R.			0	179 144	200 000	210 000	220 500	231 500	1 041 144
Acções Promocionais Diversas (DRT) 2004-08		TOTAL	0	215 100	150 000	157 500	165 375	173 650	861 625
CAP. 50 O.R.			0	215 100	150 000	157 500	165 375	173 650	861 625
Acções de Relações Públicas (DRT) 2004-08		TOTAL	0	232 672	250 000	262 500	275 625	289 400	1 310 197
CAP. 50 O.R.			0	232 672	250 000	262 500	275 625	289 400	1 310 197
Novas Tecnologias da Informação 2004-08		TOTAL	0	56 480	50 000	52 500	55 125	57 900	272 005
CAP. 50 O.R.			0	56 480	50 000	52 500	55 125	57 900	272 005
Marca Quintas da Madeira COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08		TOTAL	409	70 000	70 000	73 500	77 175	81 000	372 084
CAP. 50 O.R.			409	70 000	70 000	73 500	77 175	81 000	372 084
Www. Tourism.Org COFIN - POSI - Madeira Digital 2003-06		TOTAL	0	46 000	85 000	70 000	0	0	201 000
CAP. 50 O.R.			0	46 000	85 000	70 000	0	0	201 000
Parceria Público-privada 2004-08		TOTAL	0	427 350	450 000	472 500	500 000	525 000	2 374 850
CAP. 50 O.R.			0	427 350	450 000	472 500	500 000	525 000	2 374 850
Turismo Náutico (DRT) 2004-08		TOTAL	0	50 000	50 000	105 000	110 250	115 800	431 050
CAP. 50 O.R.			0	50 000	50 000	105 000	110 250	115 800	431 050
M Promoção do Rally Vinho Madeira 2005-08		TOTAL	0	0	748 200	748 200	748 200	748 200	2 992 800
CAP. 50 O.R.			0	0	748 200	748 200	748 200	748 200	2 992 800
ANIMAÇÃO E ACONTECIMENTOS ESPECIAIS		TOTAL	26 223 922	10 453 475	8 579 150	8 855 375	8 193 150	9 535 800	72 840 872
SE: DRT			26 223 922	10 453 475	8 579 150	8 855 375	8 193 150	9 535 800	72 840 872
N.º Projectos: 7									
Festa do Carnaval COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08		TOTAL	1 292 535	326 650	343 000	360 000	378 000	396 900	3 097 085
CAP. 50 O.R.			1 292 535	326 650	343 000	360 000	378 000	396 900	3 097 085
Festa da Flor COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08		TOTAL	1 040 117	271 350	270 000	276 000	289 800	304 500	2 451 767
CAP. 50 O.R.			1 040 117	271 350	270 000	276 000	289 800	304 500	2 451 767
Festa do Vinho da Madeira COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08		TOTAL	469 383	132 261	126 000	132 200	138 800	145 750	1 144 394
CAP. 50 O.R.			469 383	132 261	126 000	132 200	138 800	145 750	1 144 394
Festa do Fim do Ano COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08		TOTAL	22 834 086	8 420 709	5 900 000	7 100 000	7 350 000	7 600 000	60 204 795
CAP. 50 O.R.			22 834 086	8 420 709	6 900 000	7 100 000	7 350 000	7 600 000	60 204 795

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Mn. Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total
Encontro Regional de Bandas 2004-08	TOTAL	0	40 000	45 000	47 250	49 600	52 000	233 850
	CAP. 50 O.R.	0	40 000	45 000	47 250	49 600	52 000	233 850
Festival do Atlântico COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-08	TOTAL	587 801	1 242 005	875 150	918 925	964 900	1 013 500	5 602 281
	CAP. 50 O.R.	587 801	1 242 005	875 150	918 925	964 900	1 013 500	5 602 281
Iniciativas Diversas 2004-08	TOTAL	0	20 500	20 000	21 000	22 050	23 150	106 700
	CAP. 50 O.R.	0	20 500	20 000	21 000	22 050	23 150	106 700
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO TURÍSTICO E GESTÃO DO DESTINO SE: SRTC N.º Projectos: 4	TOTAL	29 704	341 500	830 000	1 084 000	88 200	92 700	2 466 104
	CAP. 50 O.R.	29 704	341 500	830 000	1 084 000	88 200	92 700	2 466 104
Infra-estruturas Turísticas Diversas (DRT) COFIN - Fundo de Turismo 2004-08	TOTAL	0	50 000	600 000	1 000 000	0	0	1 650 000
	CAP. 50 O.R.	0	50 000	600 000	1 000 000	0	0	1 650 000
Conservação e Reparação de Locais de Interesse Turístico (DRT) 2004-08	TOTAL	0	46 500	50 000	52 500	55 125	57 900	262 025
	CAP. 50 O.R.	0	46 500	50 000	52 500	55 125	57 900	262 025
Programas de Educação para o Turismo 2004-08	TOTAL	0	25 000	30 000	31 500	33 075	34 800	154 375
	CAP. 50 O.R.	0	25 000	30 000	31 500	33 075	34 800	154 375
CIETMAC - Centro Investigação e Estudos Turísticos da Macaronésia (DRT) COFIN - PJC INTERREG III B 2003 - 05	TOTAL	29 704	220 000	150 000	0	0	0	399 704
	CAP. 50 O.R.	29 704	220 000	150 000	0	0	0	399 704
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	TOTAL	55 561	151 070	48 000	33 703	55 000	57 750	401 084
	CAP. 50 O.R.	55 561	151 070	48 000	33 703	55 000	57 750	401 084
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL SE: SRTC N.º Projectos: 3	TOTAL	0	31 070	40 000	33 703	55 000	57 750	217 523
	CAP. 50 O.R.	0	31 070	40 000	33 703	55 000	57 750	217 523
Acções de Formação Turística (DRT) 2004-08	TOTAL	0	12 295	15 000	15 750	16 500	17 325	76 870
	CAP. 50 O.R.	0	12 295	15 000	15 750	16 500	17 325	76 870
Acções de Formação no Âmbito da Cultura (DRAC) 2004-08	TOTAL	0	11 677	10 000	10 500	11 000	11 550	54 727
	CAP. 50 O.R.	0	11 677	10 000	10 500	11 000	11 550	54 727
Outras Acções de Formação (GS) 2004-08	TOTAL	0	7 098	15 000	7 453	27 500	28 875	85 926
	CAP. 50 O.R.	0	7 098	15 000	7 453	27 500	28 875	85 926
CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: GS N.º Projectos: 1	TOTAL	55 561	120 000	8 000	0	0	0	183 561
	CAP. 50 O.R.	55 561	120 000	8 000	0	0	0	183 561
Escola de Hotelaria 2003 - 05	TOTAL	55 561	120 000	8 000	0	0	0	183 561
	CAP. 50 O.R.	55 561	120 000	8 000	0	0	0	183 561
SECTOR: CULTURA	TOTAL	1 100 420	5 449 254	6 492 850	12 519 950	10 480 000	10 349 300	46 391 774
	CAP. 50 O.R.	1 100 420	5 449 254	6 488 818	12 519 950	10 480 000	10 349 300	46 387 742
RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PATRIMÓNIO CLASSIFICADO SE: DRAC N.º Projectos: 4	TOTAL	814 176	1 230 595	1 802 000	3 700 000	1 950 000	1 220 000	10 716 771
	CAP. 50 O.R.	814 176	1 230 595	1 802 000	3 700 000	1 950 000	1 220 000	10 716 771
Convento de Santa Clara COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08	TOTAL	140 438	226 880	237 000	600 000	300 000	300 000	1 804 318
	CAP. 50 O.R.	140 438	226 880	237 000	600 000	300 000	300 000	1 804 318
Igreja da Sé do Funchal COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08	TOTAL	132 682	225 290	235 000	1 800 000	1 200 000	600 000	4 192 972
	CAP. 50 O.R.	132 682	225 290	235 000	1 800 000	1 200 000	600 000	4 192 972
Igreja do Colégio COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08	TOTAL	415 941	400 000	700 000	1 000 000	400 000	250 000	3 165 941
	CAP. 50 O.R.	415 941	400 000	700 000	1 000 000	400 000	250 000	3 165 941
Núcleo Histórico de Santo Amaro COFIN - POP RAM III - FEDER 1997-08	TOTAL	125 115	378 425	630 000	300 000	50 000	70 000	1 553 540
	CAP. 50 O.R.	125 115	378 425	630 000	300 000	50 000	70 000	1 553 540
REABILITAÇÃO E RESTAURDO DO PATRIMÓNIO SE: DRAC N.º Projectos: 6	TOTAL	135 001	641 130	1 520 000	2 900 000	2 540 000	2 560 000	10 296 131
	CAP. 50 O.R.	135 001	641 130	1 520 000	2 900 000	2 540 000	2 560 000	10 296 131
Museu Etnográfico da Madalena (Ribeira Brava) 2004-08	TOTAL	0	81 395	95 000	150 000	70 000	70 000	466 395
	CAP. 50 O.R.	0	81 395	95 000	150 000	70 000	70 000	466 395



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

223

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(M.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							Total
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes		
Fortaleza de São Tiago 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	123 500 123 500	5 000 5 000	300 000 300 000	150 000 150 000	150 000 150 000	728 500 728 500
Recuperação da Arquitectura Regional (Casas Típicas, Moinhos e Casas de Salão) 2000-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	80 532 80 532	142 500 142 500	150 000 150 000	400 000 400 000	400 000 400 000	400 000 400 000	1 573 032 1 573 032
Restauração dos Órgãos das Igrejas COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	54 469 54 469	151 000 151 000	210 000 210 000	500 000 500 000	250 000 250 000	150 000 150 000	1 315 469 1 315 469
Obras Diversas de Conservação do Património da RAM 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 175 100 175	510 000 510 000	1 200 000 1 200 000	1 300 000 1 300 000	1 400 000 1 400 000	4 510 175 4 510 175
Estudos e Projectos de Restauro do Património Regional 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	42 560 42 560	50 000 50 000	150 000 150 000	160 000 160 000	170 000 170 000	572 560 572 560
Beneficiação do Museu Quinta das Cruzes COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	500 000 500 000	200 000 200 000	210 000 210 000	220 000 220 000	1 130 000 1 130 000
DEVULGAÇÃO E INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA RAM	TOTAL	0	36 219	20 000	420 000	440 000	450 000	1 366 219
SE: DRAC N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	36 219	20 000	420 000	440 000	450 000	1 366 219
Inventariação do Património Regional 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	36 219 36 219	20 000 20 000	420 000 420 000	440 000 440 000	450 000 450 000	1 366 219 1 366 219
AÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO	TOTAL	27 156	210 000	120 000	210 000	220 500	231 500	1 019 156
SE: CEHA N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	27 156	210 000	115 968	210 000	220 500	231 500	1 015 124
História e Autonomia do Arquipélago 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	120 000 120 000	100 000 100 000	210 000 210 000	220 500 220 500	231 500 231 500	882 000 882 000
ATLÂNTICA - O Açúcar e a Cultura nas Ilhas Atlânticas COFIN - PIC INTERREG III B 2003 - 05	TOTAL CAP. 50 O.R.	27 156 27 156	90 000 90 000	20 000 15 968	0 0	0 0	0 0	137 156 133 124
APOIO A MUSEUS E CASAS DE CULTURA	TOTAL	0	1 379 765	870 350	1 369 750	1 472 700	1 562 600	6 655 165
SE: DRAC N.º Projectos: 11	CAP. 50 O.R.	0	1 379 765	870 350	1 369 750	1 472 700	1 562 600	6 655 165
Casa das Mudanças 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	57 000 57 000	70 000 70 000	150 000 150 000	170 000 170 000	200 000 200 000	647 000 647 000
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava) 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	62 110 62 110	70 000 70 000	170 000 170 000	200 000 200 000	220 000 220 000	722 110 722 110
Museu de Arte Contemporânea - Forte de São Tiago 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	76 450 76 450	65 000 65 000	120 750 120 750	127 000 127 000	133 500 133 500	522 700 522 700
Museu de Arte Sacra 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	76 000 76 000	80 000 80 000	84 000 84 000	88 200 88 200	93 000 93 000	421 200 421 200
Fotografia-Museu Vicentes 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	94 100 94 100	100 000 100 000	157 500 157 500	165 500 165 500	170 000 170 000	687 100 687 100
Casa-Museu Cristóvão Colombo 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	131 286 131 286	150 000 150 000	157 500 157 500	165 500 165 500	170 000 170 000	774 286 774 286
Museu Quinta das Cruzes 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	652 580 652 580	110 000 110 000	115 500 115 500	121 500 121 500	128 000 128 000	1 127 580 1 127 580
Solar São Cristóvão 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	19 076 19 076	20 000 20 000	21 000 21 000	22 000 22 000	23 100 23 100	105 176 105 176
Casa Museu Frederico de Freitas 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	79 692 79 692	60 000 60 000	63 000 63 000	66 000 66 000	70 000 70 000	338 692 338 692
Centro Cultural de Edmundo Bettencourt 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	24 200 24 200	50 000 50 000	157 500 157 500	165 500 165 500	170 000 170 000	567 200 567 200
Centro Cívico e Cultural de Santa Clara 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	107 271 107 271	95 350 95 350	173 000 173 000	181 500 181 500	185 000 185 000	742 121 742 121
APOIO AO SERVIÇO PÚBLICO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS	TOTAL	0	425 016	574 000	1 322 700	1 393 800	1 475 700	5 191 216
SE: DRAC N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	0	425 016	574 000	1 322 700	1 393 800	1 475 700	5 191 216
Biblioteca Pública Regional 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	122 264 122 264	160 000 160 000	346 500 346 500	364 000 364 000	382 200 382 200	1 374 964 1 374 964



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

224

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						Total	
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes		
Arquivo Regional 2004-08	TOTAL	0	248 532	340 000	546 000	573 300	600 000	2 307 832	
	CAP. 50 O.R.	0	248 532	340 000	546 000	573 300	600 000	2 307 832	
Biblioteca de Culturas Estrangeiras 2004-08	TOTAL	0	9 820	14 000	25 200	26 500	28 000	103 520	
	CAP. 50 O.R.	0	9 820	14 000	25 200	26 500	28 000	103 520	
Rede Regional de Bibliotecas Públicas 2004-08	TOTAL	0	22 200	10 000	300 000	320 000	350 000	1 002 200	
	CAP. 50 O.R.	0	22 200	10 000	300 000	320 000	350 000	1 002 200	
Centro de Estudos John dos Passos 2004-08	TOTAL	0	22 200	50 000	105 000	110 000	115 500	402 700	
	CAP. 50 O.R.	0	22 200	50 000	105 000	110 000	115 500	402 700	
FESTIVAIS CULTURAIS									
SE: DRAC N.º Projectos: 3		TOTAL	86 507	295 948	286 500	405 000	352 500	481 500	1 907 955
		CAP. 50 O.R.	86 507	295 948	286 500	405 000	352 500	481 500	1 907 955
Festival Colombo (Porto Santo) 2004-08	TOTAL	0	112 162	200 000	210 000	220 500	231 500	974 162	
	CAP. 50 O.R.	0	112 162	200 000	210 000	220 500	231 500	974 162	
Festival Raízes do Atlântico 2003 - 08	TOTAL	86 507	96 235	80 000	105 000	110 000	150 000	627 742	
	CAP. 50 O.R.	86 507	96 235	80 000	105 000	110 000	150 000	627 742	
Festival de Poesia do Porto Santo 2004-08	TOTAL	0	87 551	6 500	90 000	22 000	100 000	306 051	
	CAP. 50 O.R.	0	87 551	6 500	90 000	22 000	100 000	306 051	
DIVULGAÇÃO E APOIO À ACTIVIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL									
SE: DRAC N.º Projectos: 9		TOTAL	8	980 581	1 100 000	1 972 500	2 110 500	2 368 000	8 531 581
		CAP. 50 O.R.	0	980 581	1 100 000	1 972 500	2 110 500	2 368 000	8 531 581
Publicação de Edições Culturais 2004-08	TOTAL	0	89 343	40 000	150 000	170 000	200 000	649 343	
	CAP. 50 O.R.	0	89 343	40 000	150 000	170 000	200 000	649 343	
Divulgação da Actividade Artística 2004-08	TOTAL	0	76 250	80 000	150 000	170 000	200 000	676 250	
	CAP. 50 O.R.	0	76 250	80 000	150 000	170 000	200 000	676 250	
Apoio a Iniciativas Culturais 2004-08	TOTAL	0	66 425	70 000	110 000	150 000	170 000	566 425	
	CAP. 50 O.R.	0	66 425	70 000	110 000	150 000	170 000	566 425	
Apoio à Descentralização Cultural 2004-08	TOTAL	0	687 674	600 000	900 000	1 000 000	1 100 000	4 287 674	
	CAP. 50 O.R.	0	687 674	600 000	900 000	1 000 000	1 100 000	4 287 674	
Museu da História da Madeira 2004-08	TOTAL	0	21 375	75 000	90 000	110 000	150 000	446 375	
	CAP. 50 O.R.	0	21 375	75 000	90 000	110 000	150 000	446 375	
Estudos e Divulgação de Museus da RAM 2004-08	TOTAL	0	21 014	50 000	370 000	400 000	420 000	1 261 014	
	CAP. 50 O.R.	0	21 014	50 000	370 000	400 000	420 000	1 261 014	
Forum Internacional de Estudos e Debate Sobre a Sociedade Contemporânea 2004-08	TOTAL	0	18 500	35 000	50 000	55 000	70 000	228 500	
	CAP. 50 O.R.	0	18 500	35 000	50 000	55 000	70 000	228 500	
N Culturede - A Cultura da Madeira na Rede Digital COFIN - POSI - Madeira Digital 2005-06	TOTAL	0	0	100 000	100 000	0	0	200 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	100 000	0	0	200 000	
N Gabinete de Investigação e Desenvolvimento do Atlântico 2005-08	TOTAL	0	0	50 000	52 500	55 500	58 000	216 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	52 500	55 500	58 000	216 000	
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA CULTURA									
SE: DRAC N.º Projectos: 3		TOTAL	37 580	250 000	200 000	220 000	0	0	707 580
		CAP. 50 O.R.	37 580	250 000	200 000	220 000	0	0	707 580
MEDIAT - Memória Digital Atlântica de Fotografia COFIN - PIC INTERREG III B 2003 - 05	TOTAL	37 580	180 000	80 000	0	0	0	297 580	
	CAP. 50 O.R.	37 580	180 000	80 000	0	0	0	297 580	
CINEMÉDIA - Recuperação e Digitalização do Património Cinematográfico dos Açores, Madeira e Canárias COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06	TOTAL	0	70 000	100 000	0	0	0	170 000	
	CAP. 50 O.R.	0	70 000	100 000	0	0	0	170 000	
N MÚSICAS - Criação de uma Fonoteca Digital do Sudoeste Europeu 2005-06	TOTAL	0	0	20 000	220 000	0	0	240 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	220 000	0	0	240 000	



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

225

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(em Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	0	572 462	1 035 000	551 750	98 500	140 425	2 398 137
		CAP. 50 O.R.	0	572 462	1 035 000	551 750	98 500	140 425	2 398 137
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA		TOTAL	0	572 012	1 030 000	546 500	93 000	134 650	2 376 162
SE: SRTC N.º Projectos: 7		CAP. 50 O.R.	0	572 012	1 030 000	546 500	93 000	134 650	2 376 162
Beneficiação do Edifício da SRTC (GS) 2004-08		TOTAL	0	8 496	5 000	5 250	5 500	5 775	30 021
		CAP. 50 O.R.	0	8 496	5 000	5 250	5 500	5 775	30 021
Recuperação e Reabilitação do Edifício da DRAC 2004-08		TOTAL	0	93 510	170 000	100 000	50 000	80 000	493 510
		CAP. 50 O.R.	0	93 510	170 000	100 000	50 000	80 000	493 510
Beneficiação do Edifício da Direcção de Serviços Animação (GS) 2004-08		TOTAL	0	7 560	5 000	5 250	5 500	5 775	29 085
		CAP. 50 O.R.	0	7 560	5 000	5 250	5 500	5 775	29 085
Beneficiação do Armazém da SRTC (Camacha) (GS) 2004-08		TOTAL	0	1 230	50 000	25 000	10 000	20 000	106 230
		CAP. 50 O.R.	0	1 230	50 000	25 000	10 000	20 000	106 230
Informatização (GS) 2004-08		TOTAL	0	19 510	10 000	21 000	22 000	23 100	95 610
		CAP. 50 O.R.	0	19 510	10 000	21 000	22 000	23 100	95 610
SIGRT - Sistema de Informação e Gestão Turística da RAM (ORT) COFIN - POSI - Madeira Digital 2003 - 06		TOTAL	0	20 100	110 000	100 000	0	0	230 100
		CAP. 50 O.R.	0	20 100	110 000	100 000	0	0	230 100
Intranet e Serviços de Turismo (ORT) COFIN - POSI - Madeira Digital 2003 - 06		TOTAL	0	110 000	300 000	240 000	0	0	650 000
		CAP. 50 O.R.	0	110 000	300 000	240 000	0	0	650 000
Informatização do Novo Edifício do ARM/BPR 2004-06		TOTAL	0	311 606	380 000	50 000	0	0	741 606
		CAP. 50 O.R.	0	311 606	380 000	50 000	0	0	741 606
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DO TURISMO		TOTAL	0	450	5 000	5 250	5 500	5 775	21 975
SE: GS N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	0	450	5 000	5 250	5 500	5 775	21 975
Projectos de Cooperação com as Regiões Ultraperiféricas 2004-08		TOTAL	0	450	5 000	5 250	5 500	5 775	21 975
		CAP. 50 O.R.	0	450	5 000	5 250	5 500	5 775	21 975



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

227

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Linha: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	845 801 523	389 568 415	436 641 800	185 897 000	13 810 000	0	1 871 718 736
		CAP. 50 O.R.	845 052 283	389 519 176	436 500 574	185 252 857	13 810 000	0	1 870 334 890
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	845 801 523	389 568 415	424 237 100	178 877 000	13 810 000	0	1 852 294 036
		CAP. 50 O.R.	845 052 283	389 519 176	424 095 874	178 232 857	13 810 000	0	1 850 710 150
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	12 404 700	7 020 000	0	0	19 424 700
		CAP. 50 O.R.	0	0	12 404 700	7 020 000	0	0	19 424 700
SECTOR: TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		TOTAL	725 102 866	263 468 703	304 034 400	76 253 000	7 660 000	0	1 376 518 969
		CAP. 50 O.R.	725 102 866	263 468 703	304 034 400	76 253 000	7 660 000	0	1 376 518 969
CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS		TOTAL	575 554 831	210 757 725	232 242 800	71 568 000	7 630 000	0	1 097 753 356
SE: SIREST		CAP. 50 O.R.	575 554 831	210 757 725	232 242 800	71 568 000	7 630 000	0	1 097 753 356
N.º Projectos: 50									
N Acesso Sul ao Hospital Cruz de Carvalho		TOTAL	0	0	3 073 000	1 500 000	0	0	4 573 000
2005-06		CAP. 50 O.R.	0	0	3 073 000	1 500 000	0	0	4 573 000
Saída Oeste do Funchal - 2.ª Fase		TOTAL	23 915 386	0	84 000	215 000	0	0	24 214 386
1989-06		CAP. 50 O.R.	23 915 386	0	84 000	215 000	0	0	24 214 386
N Via Rápida Câmara de Lobos - Estreito de Câmara de Lobos		TOTAL	0	0	560 000	0	0	0	560 000
2005-05		CAP. 50 O.R.	0	0	560 000	0	0	0	560 000
Circular à Cidade do Funchal Cota 200 - 2.ª Fase		TOTAL	106 439 034	5 525 011	1 232 000	0	0	0	113 196 045
1995-05		CAP. 50 O.R.	106 439 034	5 525 011	1 232 000	0	0	0	113 196 045
N Ligação ao Boqueirão - Porto da Cruz		TOTAL	0	0	200 000	20 000	0	0	220 000
2005-06		CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	20 000	0	0	220 000
Via Rápida Funchal - Aeroporto - 2.ª Fase		TOTAL	114 300 208	11 619 766	1 022 000	0	0	0	126 941 974
1996-05		CAP. 50 O.R.	114 300 208	11 619 766	1 022 000	0	0	0	126 941 974
Túnel da Encumeada e Acessos		TOTAL	81 330 948	412 762	140 000	0	0	0	81 883 710
1997-05		CAP. 50 O.R.	81 330 948	412 762	140 000	0	0	0	81 883 710
N Variante Este à Vila da Ribeira Brava		TOTAL	0	0	2 500 000	0	0	0	2 500 000
2005-05		CAP. 50 O.R.	0	0	2 500 000	0	0	0	2 500 000
Variante à E.R. 104 na Vila da Ribeira Brava		TOTAL	9 564 626	12 838 054	12 600 000	0	0	0	35 002 680
2000-05		CAP. 50 O.R.	9 564 626	12 838 054	12 600 000	0	0	0	35 002 680
Via Expresso Machico - Faial		TOTAL	88 305 306	7 162 824	9 856 000	20 000	0	0	105 344 130
1997-06		CAP. 50 O.R.	88 305 306	7 162 824	9 856 000	20 000	0	0	105 344 130
Reconstrução, Beneficiação e Sinalização de Estradas Regionais		TOTAL	6 882 089	8 046 629	7 200 000	7 000 000	7 000 000	0	36 128 718
1998-07		CAP. 50 O.R.	6 882 089	8 046 629	7 200 000	7 000 000	7 000 000	0	36 128 718
Variante à E.R. 104 - Rosário - São Vicente		TOTAL	10 702 715	3 146 167	8 120 000	0	0	0	21 968 882
2000-05		CAP. 50 O.R.	10 702 715	3 146 167	8 120 000	0	0	0	21 968 882
Via Rápida Machico - Caniçal		TOTAL	8 686	35 333 846	34 000 000	0	0	0	69 342 532
2000-05		CAP. 50 O.R.	8 686	35 333 846	34 000 000	0	0	0	69 342 532
E.R. 101 - Troço Calheta - Prazeres		TOTAL	31 830 628	8 159 179	8 960 000	0	0	0	48 949 807
1996-05		CAP. 50 O.R.	31 830 628	8 159 179	8 960 000	0	0	0	48 949 807
Reformulação dos Acessos da Via Rápida Câmara de Lobos Ribeira Brava		TOTAL	936 181	2 104 083	448 000	0	0	0	3 488 264
2000-05		CAP. 50 O.R.	936 181	2 104 083	448 000	0	0	0	3 488 264
Nova Ligação Caniçal - Camacha		TOTAL	23 840 194	10 018 643	17 000 000	0	0	0	50 858 837
2000-05		CAP. 50 O.R.	23 840 194	10 018 643	17 000 000	0	0	0	50 858 837
Variante à Vila da Ponta do Sol		TOTAL	4 894 371	9 450 321	5 320 000	0	0	0	19 664 692
2000-05		CAP. 50 O.R.	4 894 371	9 450 321	5 320 000	0	0	0	19 664 692
Variante à Vila da Calheta		TOTAL	4 098 832	22 168 073	13 000 000	0	0	0	39 266 905
2000-05		CAP. 50 O.R.	4 098 832	22 168 073	13 000 000	0	0	0	39 266 905



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

228

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
Beneficiação de Ligações Locais 1999-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	439 610 439 610	29 388 29 388	56 000 56 000	80 000 80 000	80 000 80 000	0 0	684 998 684 998
Ampliação do Aeroporto do Funchal - E.R. 101 - 2.ª fase 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 505 951 12 505 951	3 922 638 3 922 638	1 628 000 1 628 000	0 0	0 0	0 0	18 056 589 18 056 589
Nova Ligação do Nó das Quebradas à E.R. 229 (Novo Acesso ao Pizo) 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 500 000 1 500 000	7 800 000 7 800 000	0 0	0 0	9 300 000 9 300 000
Reconstrução da E.R. 101 - Troço São Vicente - Porto Moniz 1996-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	38 299 014 38 299 014	17 198 959 17 198 959	34 000 000 34 000 000	0 0	0 0	0 0	89 497 973 89 497 973
E.R. 101 - Prazeres Raposeira 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	7 560 000 7 560 000	10 000 000 10 000 000	0 0	0 0	17 560 000 17 560 000
Construção da Variante entre a Igreja de Água de Pena e Cardais - Machico COFIN - FCN 1997-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 393 703 1 393 703	0 0	112 000 112 000	288 000 288 000	0 0	0 0	1 793 703 1 793 703
Arruamentos de Acesso ao Centro da Tabua 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 731 1 731	432 796 432 796	448 000 448 000	0 0	0 0	0 0	882 527 882 527
Variante à E.R. 207 no Centro do Santo da Serra COFIN - FCH 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	69 832 69 832	628 414 628 414	1 204 000 1 204 000	2 000 000 2 000 000	0 0	0 0	3 902 246 3 902 246
Variante à E.R. 107 - Túnel entre a Ribeira da Lapa e o Corral das Freiras COFIN - FCN 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	9 945 088 9 945 088	10 417 121 10 417 121	3 000 000 3 000 000	0 0	0 0	0 0	23 362 209 23 362 209
Cota 500 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	400 000 400 000	0 0	0 0	0 0	400 000 400 000
Beneficiação da E.R. 207 - Troço Santa Cruz - Campo de Golf COFIN - FCN 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 138 892 1 138 892	4 789 585 4 789 585	1 760 000 1 760 000	0 0	0 0	0 0	7 688 477 7 688 477
Reconstrução da E.R. 111 - Troço Hotel Porto Santo - Calheta COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 379 486 1 379 486	1 726 829 1 726 829	1 120 000 1 120 000	0 0	0 0	0 0	4 226 315 4 226 315
Beneficiação de Túneis entre a Madalena do Mar e o Arco da Calheta COFIN - FCH 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 398 1 398	4 057 605 4 057 605	233 800 233 800	0 0	0 0	0 0	4 292 803 4 292 803
Reconstrução da Ponte sobre a Ribeira de São Vicente 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 292 064 1 292 064	679 510 679 510	196 000 196 000	0 0	0 0	0 0	2 167 574 2 167 574
Ligações à Via Expresso no Porto da Cruz 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 620 1 620	920 163 920 163	938 000 938 000	0 0	0 0	0 0	1 859 783 1 859 783
Ligação entre a Ribeira da Cenejeira e a Ribeira Serrão de Cima - Camacha 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 422 1 422	170 063 170 063	112 000 112 000	220 000 220 000	0 0	0 0	503 485 503 485
Acesso Viário à Marginal do Paul do Mar COFIN - FCH 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	912 864 912 864	3 599 679 3 599 679	600 000 600 000	0 0	0 0	0 0	5 112 543 5 112 543
Nó Rodoviário de Ligação da Cota 40 à Via de Acesso à Cota 200 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	215 211 215 211	1 000 000 1 000 000	2 300 000 2 300 000	0 0	0 0	3 515 211 3 515 211
Acesso Leste ao Campo da Barca (Saída Leste do Funchal) 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	38 38	2 723 519 2 723 519	2 000 000 2 000 000	2 000 000 2 000 000	0 0	0 0	6 723 557 6 723 557
Acesso Oeste à Cota 200 COFIN - FCN 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	438 293 438 293	1 742 544 1 742 544	7 000 000 7 000 000	15 000 000 15 000 000	0 0	0 0	24 180 837 24 180 837
Acesso Oeste ao Porto do Funchal 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 723 1 723	2 886 208 2 886 208	7 280 000 7 280 000	15 000 000 15 000 000	0 0	0 0	25 167 931 25 167 931
Ligação entre a ER 219 (Achada do Marques) e Lombo Antão Alves (Santana) 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	370 576 370 576	1 400 000 1 400 000	3 000 000 3 000 000	0 0	0 0	4 770 576 4 770 576
Via Expresso Faial - Santana - São Jorge 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	633 552 633 552	11 819 134 11 819 134	28 400 000 28 400 000	0 0	0 0	0 0	40 852 686 40 852 686
Ligação entre a E.R. 101 e a Ribeira Funda - Sexual 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	489 968 489 968	728 000 728 000	1 270 000 1 270 000	0 0	0 0	2 487 968 2 487 968
Acesso Oeste a Santo Amaro 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	345 408 345 408	1 000 000 1 000 000	2 000 000 2 000 000	0 0	0 0	3 345 408 3 345 408



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

229

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Lin.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
Correcção do Traçado da E.R. 236 entre a Igreja do Bom Caminho e a E.R. 108 na Ribeira de Machico - Santo da Serra 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	686 605 686 605	280 000 280 000	0 0	0 0	0 0	966 605 966 605
Ligação entre a ER 108 e a Ribeira Tem-te-não-caras - Porto da Cruz 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	2 185 853 2 185 853	980 000 980 000	0 0	0 0	0 0	3 165 853 3 165 853
Pavimentação da E.R. 209 - Troço entre o Fanal e o Paul da Serra 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 755 010 1 755 010	500 000 500 000	0 0	0 0	0 0	2 255 010 2 255 010
Ligação à Via Expresso entre Massapez e Jangalinho - Porto da Cruz COFIN - FCN 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	38 38	957 540 957 540	900 000 900 000	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	2 857 578 2 857 578
Conservação Corrente Integrada 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	55 000 55 000	550 000 550 000	0 0	805 000 805 000
Ponte de Ligação entre a Estrada da Maiata e a E.R. 108 - Porto da Cruz 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	49 308 49 308	22 041 22 041	252 000 252 000	500 000 500 000	0 0	0 0	823 349 823 349
Ligação entre a Variante da Camacha e a Cova da Jria 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	140 000 140 000	300 000 300 000	0 0	0 0	440 000 440 000
INTERVENÇÕES E AÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA	TOTAL	17 318	465 691	1 843 400	1 085 000	30 000	0	3 441 409
SE: SREST N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	17 318	465 691	1 843 400	1 085 000	30 000	0	3 441 409
Estação de Autocarros e Estacionamento Público em Machico 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	600 000 600 000	0 0	0 0	0 0	600 000 600 000
Plano Global de Sinalização e Segurança da Rede Viária Regional COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	22 100 22 100	15 400 15 400	15 000 15 000	0 0	0 0	52 500 52 500
Ações de Prevenção Rodoviária 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	13 282 13 282	1 413 1 413	28 000 28 000	30 000 30 000	30 000 30 000	0 0	102 695 102 695
Estruturas de Apoio à Segurança da Circulação Rodoviária nos Barreiros 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	40 000 40 000
Monitorização, Segurança e Manutenção de Equipamentos de Túneis 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 609 2 609	70 270 70 270	400 000 400 000	0 0	0 0	0 0	472 879 472 879
Estruturas de Apoio à Segurança e Circulação Rodoviária na ER 101 - Portela 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	100 000 100 000	0 0	0 0	300 000 300 000
Estruturas de Apoio à Segurança Rodoviária no Curral das Freiras 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 427 1 427	371 908 371 908	560 000 560 000	940 000 940 000	0 0	0 0	1 873 335 1 873 335
GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS	TOTAL	90 770 161	48 332 017	56 008 000	0	0	0	195 110 178
SE: SREST N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	90 770 161	48 332 017	56 008 000	0	0	0	195 110 178
Gestão de Infra-estruturas Rodoviárias 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	90 770 161 90 770 161	48 323 687 48 323 687	56 000 000 56 000 000	0 0	0 0	0 0	195 093 848 195 093 848
Centro Rodoviário Português 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	8 330 8 330	8 000 8 000	0 0	0 0	0 0	16 330 16 330
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E DE PROJECTOS	TOTAL	2 511 173	543 738	1 000 000	0	0	0	4 054 911
SE: DRE N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	2 511 173	543 738	1 000 000	0	0	0	4 054 911
Estudos e Projectos de Estradas Regionais 1987-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 511 173 2 511 173	543 738 543 738	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	0 0	4 054 911 4 054 911
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	TOTAL	50 865 196	0	5 138 000	0	0	0	56 003 196
SE: GAI N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	50 865 196	0	5 138 000	0	0	0	56 003 196
Aquisição de Terrenos para Construção e Beneficiação de Infra-estruturas Rodoviárias 1999-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	50 865 196 50 865 196	0 0	5 138 000 5 138 000	0 0	0 0	0 0	56 003 196 56 003 196
TRANSPORTES MARÍTIMOS	TOTAL	5 350 690	684 765	302 000	0	0	0	6 337 455
SE: SREST N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	5 350 690	684 765	302 000	0	0	0	6 337 455
Novo Navio de Ligação ao Porto Santo 2001 - 05	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 350 690 5 350 690	684 765 684 765	302 000 302 000	0 0	0 0	0 0	6 337 455 6 337 455



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

231

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un. - Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO FIDAR							
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo de Santa Cruz 1997 - 05	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 632 412 8 632 412	202 545 202 545	152 000 152 000	0 0	0 0	0 0	8 986 957 8 986 957
Centro de Apoio à Deficiência Motora COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	140 000 140 000	2 860 000 2 860 000	0 0	0 0	3 000 000 3 000 000
Pavilhão Gimnodesportivo do Caniço 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	2 243 303 2 243 303	630 000 630 000	0 0	0 0	0 0	2 873 303 2 873 303
Escola Básica da Fajã da Ovelha COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 049 538 1 049 538	900 000 900 000	518 000 518 000	0 0	0 0	0 0	2 467 538 2 467 538
Remodelação do Internato da Quinta do Leme COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 367 792 1 367 792	179 805 179 805	77 000 77 000	0 0	0 0	0 0	1 624 598 1 624 598
Piscina para o Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	65 653 65 653	380 902 380 902	80 000 80 000	0 0	0 0	0 0	526 555 526 555
N Serviços de Infra-estruturas Pré-escolares e Escolares 2005-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	20 000 20 000
INFRA-ESTRUTURAS PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR SE: SREST N.º Projectos: 5	TOTAL CAP. 50 O.R.	237 805 237 805	1 053 941 1 053 941	4 342 200 4 342 200	3 355 000 3 355 000	0 0	0 0	8 988 946 8 988 946
Creche do Porto Moniz 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	22 450 22 450	800 000 800 000	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	1 822 450 1 822 450
Creche e Jardim de Infância de São Vicente 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	29 607 29 607	2 000 000 2 000 000	155 000 155 000	0 0	0 0	2 184 607 2 184 607
Beneficiação de Creches e Jardins de Infância 1990-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	236 024 236 024	614 266 614 266	650 000 650 000	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	2 500 290 2 500 290
Creche e Jardim de Infância de Santana 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 781 1 781	340 000 340 000	172 200 172 200	0 0	0 0	0 0	513 981 513 981
Creche e Jardim de Infância da Ponta do Sol 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	47 618 47 618	720 000 720 000	1 200 000 1 200 000	0 0	0 0	1 967 618 1 967 618
AQUISIÇÃO DE TERRENOS SE: SREST N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 403 171 5 403 171	2 147 032 2 147 032	3 500 000 3 500 000	0 0	0 0	0 0	11 050 203 11 050 203
Aquisição de Terrenos para Edifícios Escolares Públicos e Infra-estruturas Desportivas 1999-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 403 171 5 403 171	2 147 032 2 147 032	3 500 000 3 500 000	0 0	0 0	0 0	11 050 203 11 050 203
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL CAP. 50 O.R.	11 582 199 11 582 199	6 184 061 6 184 061	12 580 800 12 580 800	20 245 000 20 245 000	0 0	0 0	50 592 060 50 592 060
CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS E DE APOIO À JUVENTUDE SE: SREST N.º Projectos: 11	TOTAL CAP. 50 O.R.	11 582 199 11 582 199	6 184 061 6 184 061	12 580 800 12 580 800	20 245 000 20 245 000	0 0	0 0	50 592 060 50 592 060
N Pavilhão Gimnodesportivo do Caniçal 2005-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	600 000 600 000	1 300 000 1 300 000	0 0	0 0	1 900 000 1 900 000
Complexo para Natação Desportiva da Madeira COFIN - POP RAM III - FEDER - FCN 1991-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	11 342 176 11 342 176	5 038 760 5 038 760	3 466 400 3 466 400	3 000 000 3 000 000	0 0	0 0	22 847 336 22 847 336
Polidesportivo da Lapreira - Porto Santo 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 463 1 463	697 650 697 650	196 000 196 000	0 0	0 0	0 0	895 113 895 113
Casa da Cultura e Pousada da Juventude - Santana 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	640 000 640 000	3 360 000 3 360 000	0 0	0 0	4 000 000 4 000 000
Campo de Futebol de Câmara de Lobos 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 200 000 1 200 000	2 050 000 2 050 000	0 0	0 0	3 250 000 3 250 000
Pavilhão Gimnodesportivo do Estreito de Câmara de Lobos 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 200 000 1 200 000	2 815 000 2 815 000	0 0	0 0	4 015 000 4 015 000
Construção de Polidesportivos em Escolas Básicas 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	2 200 000 2 200 000	3 000 000 3 000 000	0 0	0 0	5 200 000 5 200 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

232

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total
Outras Infra-estruturas Desportivas e de Apoio à Juventude 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 761 6 761	172 203 172 203	70 000 70 000	0 0	0 0	0 0	248 964 248 964
Campo de Futebol do Porto da Cruz 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	57 631 57 631	1 800 000 1 800 000	520 000 520 000	0 0	0 0	2 377 631 2 377 631
Polidesportivo da Fajã da Ovelha 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	231 799 231 799	217 817 217 817	8 400 8 400	0 0	0 0	0 0	458 016 458 016
N Pavilhão Gimnodesportivo do Porto Santo 2005-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 200 000 1 200 000	4 200 000 4 200 000	0 0	0 0	5 400 000 5 400 000
SECTOR: CULTURA	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 756 335 12 756 335	7 288 147 7 288 147	3 548 000 3 548 000	1 850 000 1 850 000	0 0	0 0	25 442 482 25 442 482
CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS CULTURAIS	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 756 335 12 756 335	7 288 147 7 288 147	3 548 000 3 548 000	1 850 000 1 850 000	0 0	0 0	25 442 482 25 442 482
SE: SREST N.º Projectos: 5	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 756 335 12 756 335	7 288 147 7 288 147	3 548 000 3 548 000	1 850 000 1 850 000	0 0	0 0	25 442 482 25 442 482
Biblioteca e Arquivo da RAM COFIN - POP RAM III - FEDER - FCN 1992-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	11 909 109 11 909 109	6 436 549 6 436 549	1 800 000 1 800 000	0 0	0 0	0 0	20 145 658 20 145 658
Museu da Baleia COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	83 474 83 474	800 000 800 000	1 200 000 1 200 000	0 0	0 0	2 083 474 2 083 474
Centro Cultural da Ponta do Sol COFIN - FCN 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	847 226 847 226	768 124 768 124	606 000 606 000	0 0	0 0	0 0	2 301 350 2 301 350
Centro de Estudos e História do Atlântico 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	252 000 252 000	650 000 650 000	0 0	0 0	902 000 902 000
N Outros Serviços de Infra-estruturas Culturais 2005-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	10 000 10 000
SECTOR: SAÚDE	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 343 409 6 343 409	21 215 018 21 215 018	19 069 000 19 069 000	19 042 000 19 042 000	0 0	0 0	65 669 427 65 669 427
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 040 229 5 040 229	17 534 928 17 534 928	15 299 000 15 299 000	19 042 000 19 042 000	0 0	0 0	56 916 157 56 916 157
SE: SREST N.º Projectos: 17	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 040 229 5 040 229	17 534 928 17 534 928	15 299 000 15 299 000	19 042 000 19 042 000	0 0	0 0	56 916 157 56 916 157
Centro de Saúde e Segurança Social de Santo António COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 103 782 1 103 782	1 489 592 1 489 592	894 600 894 600	0 0	0 0	0 0	3 487 974 3 487 974
Centro Cívico da Quinta Grande 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	83 060 83 060	2 086 000 2 086 000	3 436 000 3 436 000	0 0	0 0	5 605 060 5 605 060
Centro de Saúde da Ponta do Sol COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	421 393 421 393	798 000 798 000	0 0	0 0	0 0	1 219 393 1 219 393
Centro Cívico do Faial 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	63 872 63 872	1 353 139 1 353 139	215 600 215 600	0 0	0 0	0 0	1 632 611 1 632 611
Centro de Saúde de São Vicente COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	924 126 924 126	1 820 000 1 820 000	4 500 000 4 500 000	0 0	0 0	7 244 126 7 244 126
Centro Cívico do Caniço 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	3 483 537 3 483 537	2 240 000 2 240 000	2 200 000 2 200 000	0 0	0 0	7 923 537 7 923 537
Centro Cívico do Arco de São Jorge 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 037 184 1 037 184	728 000 728 000	750 000 750 000	0 0	0 0	2 515 184 2 515 184
Centro Cívico da Ponta do Pargo 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	4 000 000 4 000 000	5 480 000 5 480 000	0 0	0 0	9 480 000 9 480 000
Centro de Saúde e Segurança Social dos Prazeres 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	984 662 984 662	0 0	224 000 224 000	876 000 876 000	0 0	0 0	2 084 662 2 084 662
Centro Cívico do Jardim da Serra 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	72 487 72 487	2 886 224 2 886 224	182 000 182 000	0 0	0 0	0 0	3 140 711 3 140 711
Centro de Saúde e Segurança Social da Ribeira Brava COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	158 307 158 307	2 246 405 2 246 405	1 092 000 1 092 000	0 0	0 0	0 0	3 496 712 3 496 712



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

233

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
Centro de Saúde do Monte COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 050 417 1 050 417	264 525 264 525	51 800 51 800	0 0	0 0	0 0	1 366 742 1 366 742
Centro Cívico do Estreito da Calheta COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	792 917 792 917	168 000 168 000	0 0	0 0	0 0	960 917 960 917
Centro de Saúde e Segurança Social de São Roque COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 606 692 1 606 692	527 343 527 343	56 000 56 000	0 0	0 0	0 0	2 190 035 2 190 035
Centro de Saúde do Caniçal COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	910 069 910 069	700 000 700 000	1 800 000 1 800 000	0 0	0 0	3 410 069 3 410 069
Centro de Saúde da Santa - Porto Moniz COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	10 10	1 115 414 1 115 414	28 000 28 000	0 0	0 0	0 0	1 143 424 1 143 424
N Outras Infra-estruturas de Saúde e Cívicas 2005-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	15 000 15 000
ESTRUTURAS HOSPITALARES	TOTAL	2 097	2 140 090	3 020 000	0	0	0	5 162 187
SE: SREST N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	2 097	2 140 090	3 020 000	0	0	0	5 162 187
Remodelação e Beneficiação do Hospital João de Almada COFIN - FCH 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 801 1 801	2 140 090 2 140 090	1 960 000 1 960 000	0 0	0 0	0 0	4 101 891 4 101 891
Estruturas de Apoio ao Hospital da Cruz de Carvalho 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	296 296	0 0	500 000 500 000	0 0	0 0	0 0	500 296 500 296
Projecto do Novo Hospital 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	560 000 560 000	0 0	0 0	0 0	560 000 560 000
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	TOTAL	1 301 083	1 540 000	750 000	0	0	0	3 591 083
SE: SREST N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	1 301 083	1 540 000	750 000	0	0	0	3 591 083
Aquisição de Terrenos para Infra-estruturas de Saúde 1999-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 301 083 1 301 083	1 540 000 1 540 000	750 000 750 000	0 0	0 0	0 0	3 591 083 3 591 083
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO	TOTAL	30 909 464	50 848 477	44 374 700	14 546 000	1 100 000	0	141 778 641
	CAP. 50 O.R.	30 909 464	50 848 477	44 374 700	14 546 000	1 100 000	0	141 778 641
RENOVAÇÃO URBANA	TOTAL	34 523	1 954 798	4 824 600	1 756 000	100 000	0	8 669 921
SE: SREST N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	34 523	1 954 798	4 824 600	1 756 000	100 000	0	8 669 921
Jardim Público do Torreão 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	33 506 33 506	1 703 902 1 703 902	1 358 000 1 358 000	0 0	0 0	0 0	3 095 408 3 095 408
Revitalização do Monte 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	840 000 840 000	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	1 840 000 1 840 000
Parque e Jardim Público da Graça - Machico 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	13 639 13 639	2 320 000 2 320 000	0 0	0 0	0 0	2 333 639 2 333 639
Arranjo Urbanístico de São Roque COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	243 600 243 600	656 000 656 000	0 0	0 0	899 600 899 600
Outras Renovações e Requalificações de Áreas Urbanas 2003-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 017 1 017	237 257 237 257	63 000 63 000	100 000 100 000	100 000 100 000	0 0	501 274 501 274
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	TOTAL	1 339 084	377 013	140 000	0	0	0	1 856 097
SE: SREST N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	1 339 084	377 013	140 000	0	0	0	1 856 097
Planos Directores Municipais, Especiais, Sectoriais e de Urbanização e de Pormenor 1992-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	963 933 963 933	76 302 76 302	70 000 70 000	0 0	0 0	0 0	1 110 235 1 110 235
Elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) 1997-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	375 151 375 151	300 711 300 711	70 000 70 000	0 0	0 0	0 0	745 862 745 862



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

235

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euro)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NOS DOMÍNIOS DO URBANISMO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO							
TOTAL	0	8 661	195 400	0	0	0	204 061
SE: SREST N.º Projectos: 2	0	8 661	195 400	0	0	0	204 061
CAP. 50 O.R.	0	8 661	195 400	0	0	0	204 061
GESTURIS - Gestão Urbanística de Espaços Turísticos Degradados e Infra-dotados							
TOTAL	0	0	163 000	0	0	0	163 000
CAP. 50 O.R.	0	0	163 000	0	0	0	163 000
COFIN - PIC INTERREG III B 2004-05							
PAISAGEM - Programa Piloto para a Protecção, Gestão Integrada, Reabilitação e Valorização Sustentável da Paisagem das Ilhas da Macaronésia							
TOTAL	0	8 661	32 400	0	0	0	41 061
CAP. 50 O.R.	0	8 661	32 400	0	0	0	41 061
CANALIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E LIMPEZA DE RIBEIRAS E CÔRREGOS							
TOTAL	13 923 214	10 101 383	4 898 600	4 960 000	1 000 000	0	34 883 197
SE: SREST N.º Projectos: 8	13 923 214	10 101 383	4 898 600	4 960 000	1 000 000	0	34 883 197
CAP. 50 O.R.	13 923 214	10 101 383	4 898 600	4 960 000	1 000 000	0	34 883 197
Canalização da Ribeira de Santo António							
TOTAL	2 646 807	83 426	300 000	1 730 000	0	0	4 760 233
CAP. 50 O.R.	2 646 807	83 426	300 000	1 730 000	0	0	4 760 233
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06							
Canalização da Ribeira dos Soconidos							
TOTAL	3 405 616	310 970	89 600	0	0	0	3 806 186
CAP. 50 O.R.	3 405 616	310 970	89 600	0	0	0	3 806 186
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05							
Regularização de Ribeiras							
TOTAL	1 714 415	2 186 382	980 000	1 000 000	1 000 000	0	6 880 797
CAP. 50 O.R.	1 714 415	2 186 382	980 000	1 000 000	1 000 000	0	6 880 797
COFIN - POP RAM III - FEDER 1995-07							
Canalização da Ribeira do Faial							
TOTAL	1 493 678	1 935 776	280 000	0	0	0	3 709 454
CAP. 50 O.R.	1 493 678	1 935 776	280 000	0	0	0	3 709 454
COFIN - POP RAM III - FEDER 1999-05							
Canalização da Ribeira de Santa Luzia a Montante da Ponte da Fundoa							
TOTAL	0	290 602	640 000	700 000	0	0	1 630 602
CAP. 50 O.R.	0	290 602	640 000	700 000	0	0	1 630 602
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06							
Canalização da Ribeira de Machico							
TOTAL	3 985 435	3 433 606	1 169 000	0	0	0	8 588 041
CAP. 50 O.R.	3 985 435	3 433 606	1 169 000	0	0	0	8 588 041
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05							
Canalização da Ribeira da Boaventura (Santa Cruz)							
TOTAL	677 263	683 544	140 000	0	0	0	1 500 807
CAP. 50 O.R.	677 263	683 544	140 000	0	0	0	1 500 807
COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05							
Canalização da Ribeira de Santa Cruz							
TOTAL	0	1 177 077	1 300 000	1 530 000	0	0	4 007 077
CAP. 50 O.R.	0	1 177 077	1 300 000	1 530 000	0	0	4 007 077
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06							
EQUIPAMENTO SÓCIO-CULTURAL							
TOTAL	2 016 942	9 861 391	8 580 600	4 940 000	0	0	25 398 933
SE: SREST N.º Projectos: 17	2 016 942	9 861 391	8 580 600	4 940 000	0	0	25 398 933
CAP. 50 O.R.	2 016 942	9 861 391	8 580 600	4 940 000	0	0	25 398 933
Casa do Povo do Faial							
TOTAL	0	426 790	504 000	610 000	0	0	1 540 790
CAP. 50 O.R.	0	426 790	504 000	610 000	0	0	1 540 790
COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-06							
Recuperação do Solar do Ribeirinho - Machico							
TOTAL	0	343 982	560 000	500 000	0	0	1 403 982
CAP. 50 O.R.	0	343 982	560 000	500 000	0	0	1 403 982
COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06							
Recuperação de Edifícios de Interesse Público em Zonas Rurais							
TOTAL	103 348	0	213 000	0	0	0	316 348
CAP. 50 O.R.	103 348	0	213 000	0	0	0	316 348
COFIN - POP RAM III - FEDER 1999-05							
Centro Cívico de Água de Pena							
TOTAL	0	1 364 952	336 000	0	0	0	1 700 952
CAP. 50 O.R.	0	1 364 952	336 000	0	0	0	1 700 952
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05							
Centro Cívico da Ilha							
TOTAL	0	2 051 155	1 064 000	0	0	0	3 115 155
CAP. 50 O.R.	0	2 051 155	1 064 000	0	0	0	3 115 155
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05							
Centro Cívico de São Martinho							
TOTAL	0	0	560 000	1 000 000	0	0	1 560 000
CAP. 50 O.R.	0	0	560 000	1 000 000	0	0	1 560 000
COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-06							
Construção, Conservação e Beneficção de Outros Equipamentos Cívicos e Culturais							
TOTAL	0	0	28 000	0	0	0	28 000
CAP. 50 O.R.	0	0	28 000	0	0	0	28 000
COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-05							
Centro Cívico de Santo António							
TOTAL	0	1 773 599	2 240 000	1 000 000	0	0	5 013 599
CAP. 50 O.R.	0	1 773 599	2 240 000	1 000 000	0	0	5 013 599
COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-06							
Centro Cívico do Porto da Cruz							
TOTAL	50 531	1 739 640	1 148 000	0	0	0	2 938 171
CAP. 50 O.R.	50 531	1 739 640	1 148 000	0	0	0	2 938 171
COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05							



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

236

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total
Centro Cívico do Caniçal	TOTAL	1 786 822	1 140 095	308 000	0	0	0	3 234 917
2001-05	CAP. 50 O.R.	1 786 822	1 140 095	308 000	0	0	0	3 234 917
Centro Cultural e Paroquia de Santa Cruz	TOTAL	0	3 117	200 000	200 000	0	0	403 117
2004-06	CAP. 50 O.R.	0	3 117	200 000	200 000	0	0	403 117
Casa da Música de Machico	TOTAL	0	97 346	720 000	1 280 000	0	0	2 097 346
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	97 346	720 000	1 280 000	0	0	2 097 346
Centro Cívico de Santa Maria Maior	TOTAL	0	28 000	280 000	350 000	0	0	658 000
2001-06	CAP. 50 O.R.	0	28 000	280 000	350 000	0	0	658 000
Sede do Grupo Flores de Malo no Porto da Cruz	TOTAL	10	646 783	168 000	0	0	0	814 793
2002-05	CAP. 50 O.R.	10	646 783	168 000	0	0	0	814 793
Casa do Povo da Fajã da Ovelha	TOTAL	67 760	245 932	19 600	0	0	0	333 292
2002-05	CAP. 50 O.R.	67 760	245 932	19 600	0	0	0	333 292
Estudos e Projectos de Equipamentos Sócio-culturais	TOTAL	8 471	0	120 000	0	0	0	128 471
2002-05	CAP. 50 O.R.	8 471	0	120 000	0	0	0	128 471
Centro Cívico e Cultural de Santa Clara - Pavilhão de Conferências	TOTAL	0	0	112 000	0	0	0	112 000
2005-05	CAP. 50 O.R.	0	0	112 000	0	0	0	112 000
EQUIPAMENTO RELIGIOSO	TOTAL	563 836	934 192	437 000	250 000	0	0	2 185 028
SE: SREST N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	563 836	934 192	437 000	250 000	0	0	2 185 028
Construção da Igreja das Feteiras	TOTAL	0	81 586	168 000	250 000	0	0	499 586
2003-05	CAP. 50 O.R.	0	81 586	168 000	250 000	0	0	499 586
Beneficiação, Conservação e Restauro de Equipamento Religioso	TOTAL	487 472	0	154 000	0	0	0	641 472
1999-05	CAP. 50 O.R.	487 472	0	154 000	0	0	0	641 472
Consolidação das Torres da Igreja de Santo António	TOTAL	76 364	852 606	112 000	0	0	0	1 040 970
2002-05	CAP. 50 O.R.	76 364	852 606	112 000	0	0	0	1 040 970
Outros Serviços de Equipamento Religioso	TOTAL	0	0	3 000	0	0	0	3 000
2005-05	CAP. 50 O.R.	0	0	3 000	0	0	0	3 000
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	TOTAL	4 754 189	8 270 829	4 150 000	0	0	0	17 175 018
SE: SREST N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	4 754 189	8 270 829	4 150 000	0	0	0	17 175 018
Aquisição de Terrenos para Infra-estruturas Urbanísticas e de Ordenamento do Território	TOTAL	4 754 189	8 270 829	4 000 000	0	0	0	17 025 018
1998-05	CAP. 50 O.R.	4 754 189	8 270 829	4 000 000	0	0	0	17 025 018
Parque Temático da Madeira	TOTAL	0	0	150 000	0	0	0	150 000
2004-05	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	0	150 000
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	2 316 833	3 678 924	3 134 700	4 480 000	2 000 000	0	15 610 457
	CAP. 50 O.R.	1 567 593	3 629 685	2 993 474	3 835 857	2 000 000	0	14 026 613
DESENVOLVIMENTO NO DOMÍNIO DOS RECURSOS NATURAIS, ENERGIA E AMBIENTE	TOTAL	1 884 093	746 832	474 700	1 480 000	0	0	4 085 625
SE: LREC N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	1 134 855	197 593	333 474	835 857	0	0	2 501 779
Modernização e Consolidação das Infra-estruturas da Qualidade COFIN - PRIME	TOTAL	1 500 535	175 066	358 800	1 200 000	0	0	3 234 401
1998-06	CAP. 50 O.R.	941 187	137 495	280 535	800 000	0	0	2 159 217
PAUER-Projecto de Avaliação e Utilização de Energias Renováveis COFIN - POP RAM III - FEDER	TOTAL	307 431	66 766	107 500	250 000	0	0	731 697
2001-06	CAP. 50 O.R.	136 685	60 098	45 939	15 857	0	0	258 579
Formação Profissional COFIN - POP RAM III - FSE	TOTAL	76 127	5 000	8 400	30 000	0	0	119 527
1998-06	CAP. 50 O.R.	56 983	0	7 000	20 000	0	0	83 983
INFRA-ESTRUTURAS DO POLO TECNOLÓGICO DA PENTEADA	TOTAL	432 740	3 432 092	2 660 000	3 000 000	2 000 000	0	11 524 832
SE: SREST N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	432 740	3 432 092	2 660 000	3 000 000	2 000 000	0	11 524 832
Infra-estruturas do Madeira Tecnopolo - 2.ª e 3.ª fases COFIN - POP RAM III - FEDER	TOTAL	432 740	3 432 092	2 660 000	3 000 000	2 000 000	0	11 524 832
1996-07	CAP. 50 O.R.	432 740	3 432 092	2 660 000	3 000 000	2 000 000	0	11 524 832

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	273 459	1 646 257	472 800	4 525 000	2 850 000	0	9 767 516
		CAP. 50 O.R.	273 459	1 646 257	472 800	4 525 000	2 850 000	0	9 767 516
SISTEMAS E PROGRAMAS DE INFORMAÇÃO		TOTAL	273 459	1 646 257	472 800	4 525 000	2 850 000	0	9 767 516
SE: SREST N.º Projectos: 4		CAP. 50 O.R.	273 459	1 646 257	472 800	4 525 000	2 850 000	0	9 767 516
Divulgação Pública de Investimentos 1999-07		TOTAL	101 175	104 328	50 000	50 000	50 000	0	355 503
		CAP. 50 O.R.	101 175	104 328	50 000	50 000	50 000	0	355 503
GABITEC - Sistema de Informação Geográfica COFIN - POP RAM III - FEDER - PIC INTERREG III B 1996-06		TOTAL	172 284	1 216 338	193 200	1 675 000	0	0	3 256 822
		CAP. 50 O.R.	172 284	1 216 338	193 200	1 675 000	0	0	3 256 822
CARTOGRAF - Sistemas de Gestão de Planeamento Territorial COFIN - PIC INTERREG III B 2003-07		TOTAL	0	320 023	106 200	2 400 000	2 400 000	0	5 306 223
		CAP. 50 O.R.	0	320 023	106 200	2 400 000	2 400 000	0	5 306 223
GEOCID - Disponibilização de Conteúdos e Informatização Georeferenciada COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-07		TOTAL	0	5 568	43 400	400 000	400 000	0	848 968
		CAP. 50 O.R.	0	5 568	43 400	400 000	400 000	0	848 968
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	1 657 748	2 181 401	3 680 000	675 000	200 000	0	8 394 149
		CAP. 50 O.R.	1 657 748	2 181 401	3 680 000	675 000	200 000	0	8 394 149
INSTALAÇÕES E ACÇÕES NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	715 145	1 572 467	3 480 000	375 000	0	0	6 142 612
SE: SREST N.º Projectos: 4		CAP. 50 O.R.	715 145	1 572 467	3 480 000	375 000	0	0	6 142 612
Modernização do Sistema Cadastral da RAM 2004-06		TOTAL	0	168 151	150 000	375 000	0	0	693 151
		CAP. 50 O.R.	0	168 151	150 000	375 000	0	0	693 151
Beneficiação e Remodelação de Edifícios Públicos 1995-05		TOTAL	715 145	1 388 916	3 000 000	0	0	0	5 104 061
		CAP. 50 O.R.	715 145	1 388 916	3 000 000	0	0	0	5 104 061
Estudos e Projectos de Edifícios e Equipamentos Públicos 2004-05		TOTAL	0	15 400	250 000	0	0	0	265 400
		CAP. 50 O.R.	0	15 400	250 000	0	0	0	265 400
N Equipamento e Mobiliário de Edifícios Públicos 2005-05		TOTAL	0	0	80 000	0	0	0	80 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	80 000	0	0	0	80 000
ACÇÕES DE FORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SREST		TOTAL	942 603	608 934	200 000	300 000	200 000	5	2 251 537
SE: SREST N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	942 603	608 934	200 000	300 000	200 000	5	2 251 537
Acções de Formação, Aperfeiçoamento e Informatização dos Serviços da SRES 1990-07		TOTAL	942 603	608 934	200 000	300 000	200 000	0	2 251 537
		CAP. 50 O.R.	942 603	608 934	200 000	300 000	200 000	0	2 251 537

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Un. - Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	25 053 968	14 093 939	18 848 307	26 722 402	26 799 500	25 594 000	137 112 196
		CAP. 50 O.R.	18 807 336	11 032 096	13 600 000	25 034 758	25 749 500	25 594 000	119 817 690
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	25 053 968	14 093 939	17 710 884	26 550 716	26 799 500	25 594 000	135 803 007
		CAP. 50 O.R.	18 807 336	11 032 096	13 290 624	24 983 252	25 749 500	25 594 000	119 456 808
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	1 137 503	171 686	0	0	1 309 189
		CAP. 50 O.R.	0	0	309 376	51 556	0	0	360 932
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO		TOTAL	994 306	43 177	150 000	0	0	0	1 187 483
		CAP. 50 O.R.	994 306	37 743	66 667	0	0	0	1 098 716
FORMAÇÃO E APERFEIÇAMENTO DO PESSOAL DA SRAS		TOTAL	994 306	43 177	150 000	0	0	0	1 187 483
SE: DRGDR N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	994 306	37 743	66 667	0	0	0	1 098 716
Formação e Aperfeiçoamento Profissional COFIN - POP RAM III - FSE 2000-05		TOTAL	994 306	43 177	150 000	0	0	0	1 187 483
		CAP. 50 O.R.	994 306	37 743	66 667	0	0	0	1 098 716
SECTOR: SAÚDE		TOTAL	17 982 176	10 167 326	12 108 565	19 165 995	22 599 500	22 644 000	104 667 562
		CAP. 50 O.R.	11 974 194	7 110 917	8 231 109	17 478 351	21 549 500	22 644 000	88 988 021
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA SAÚDE		TOTAL	0	799 490	733 255	0	0	0	1 532 745
SE: SRAS N.º Projectos: 4		CAP. 50 O.R.	0	362 956	173 242	0	0	0	536 198
MEREMA (DRGDR) COFIN - PIC INTERREG III B 2004-05		TOTAL	0	659 036	87 513	0	0	0	746 549
		CAP. 50 O.R.	0	222 502	5 627	0	0	0	228 129
SAMAC (DRGDR) COFIN - PIC INTERREG III B 2005-05		TOTAL	0	0	364 706	0	0	0	364 706
		CAP. 50 O.R.	0	0	54 706	0	0	0	54 706
INTELHOMA (DRGDR) COFIN - PIC INTERREG III B 2005-05		TOTAL	0	0	197 797	0	0	0	197 797
		CAP. 50 O.R.	0	0	29 670	0	0	0	29 670
ATLANTE - Acções Formativas para a Melhoria dos Serviços Públicos nos Meios Laboral, Escolar e Comunitário para a Prevenção do Consumo de Drogas na Macaronésia (SRPT) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05		TOTAL	0	140 454	83 239	0	0	0	223 693
		CAP. 50 O.R.	0	140 454	83 239	0	0	0	223 693
ESTRUTURAS E ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE		TOTAL	16 946 411	8 988 861	7 255 386	16 632 000	21 099 506	22 644 000	93 566 158
SE: SRAS N.º Projectos: 29		CAP. 50 O.R.	11 777 476	6 566 217	6 415 386	16 632 000	21 099 500	22 644 000	85 134 579
Apoio a Famílias e a Instituições Particulares de Solidariedade Social (GS) 1997-06		TOTAL	611 697	18 500	130 000	130 000	0	0	890 197
		CAP. 50 O.R.	611 697	18 500	130 000	130 000	0	0	890 197
Plano Regional de Saúde (DRPSP) 2004-07		TOTAL	0	0	400 000	1 200 000	1 000 000	0	2 600 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	1 200 000	1 000 000	0	2 600 000
PRS - Acções no Sentido de Melhorar a Saúde e Qualidade de Vida da Pessoa Idosa (DRSP) 2004-08		TOTAL	0	0	200 780	1 608 000	2 608 000	5 108 000	9 524 780
		CAP. 50 O.R.	0	0	200 780	1 608 000	2 608 000	5 108 000	9 524 780
PRS - Acções de Promoção de Estilos de Vida Saudáveis (DRSP) 2004-08		TOTAL	0	55 800	50 412	409 300	589 800	1 146 300	2 251 612
		CAP. 50 O.R.	0	55 800	50 412	409 300	589 800	1 146 300	2 251 612
PRS - Desenvolvimento de Programas de Saúde no Sentido de Reduzir a Mortalidade de Doenças do Aparelho Circulatório (DRSP) 2004-08		TOTAL	0	0	52 956	242 400	392 400	752 400	1 440 156
		CAP. 50 O.R.	0	0	52 956	242 400	392 400	752 400	1 440 156
PRS - Desenvolvimento de Programas de Saúde no Sentido de Reduzir até o Ano de 2010 a Mortalidade por Cancro nos Indivíduos com Idade Inferior a 65 anos em Pelo Menos 15% (DRSP) 2004-08		TOTAL	0	0	200 000	1 426 400	2 146 400	3 746 400	7 519 200
		CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	1 426 400	2 146 400	3 746 400	7 519 200
PRS - Desenvolvimento de Programas de Saúde no Sentido de Reduzir a Mortalidade por Acidentes 2004-08		TOTAL	0	0	40 000	70 000	100 000	190 000	400 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	40 000	70 000	100 000	190 000	400 000
PRS - Desenvolvimento de Programas de Saúde no Sentido de Reduzir as Complicações da Diabetes Mellitus 2004-08		TOTAL	0	0	200 000	1 176 000	1 676 000	3 176 000	6 228 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	1 176 000	1 676 000	3 176 000	6 228 000

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL CAP. 50 O.R.	320 621 217 166 585 039	76 002 451 47 468 884	82 131 293 47 247 074	76 897 119 32 783 560	37 202 579 8 439 506	11 210 392 11 210 392	604 065 051 313 734 475
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL CAP. 50 O.R.	320 621 217 166 585 039	76 002 451 47 468 884	81 591 293 46 707 074	75 886 859 31 773 320	36 752 579 7 989 506	10 770 392 10 770 392	601 624 791 311 294 215
PROJECTOS NOVOS		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	540 000 540 000	1 010 260 1 010 260	450 000 450 000	440 000 440 000	2 440 260 2 440 260
SECTOR: EDUCAÇÃO		TOTAL CAP. 50 O.R.	26 735 070 26 735 070	7 423 990 7 423 990	8 133 859 8 133 859	11 571 472 11 571 472	3 427 762 3 427 762	6 340 604 6 340 604	63 632 748 63 632 748
DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL ESCOLAR SE: DRPRE N.º Projectos: 8		TOTAL CAP. 50 O.R.	10 210 958 10 210 958	4 431 607 4 431 607	3 820 150 3 820 150	4 220 625 4 220 625	1 555 262 1 555 262	4 490 604 4 490 604	28 729 206 28 729 206
Redimensionamento, Modernização e Ampliação de Infra-estruturas Escolares de 1.º Ciclo e Educação Pré-escolar 2001-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	172 650 172 650	83 789 83 789	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	406 439 406 439
Apoio à Construção e Reapetrechamento de Escolas Particulares 1994-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	5 063 920 5 063 920	2 897 895 2 897 895	1 567 500 1 567 500	1 561 111 1 561 111	1 555 262 1 555 262	4 490 604 4 490 604	17 136 292 17 136 292
Centro Coordenador da Rede Regional Escolar 1994-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	212 682 212 682	60 738 60 738	62 650 62 650	0 0	0 0	0 0	336 070 336 070
Ampliação e Reapetrechamento de Estabelecimentos de 1.ª Infância 1994-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	375 290 375 290	75 846 75 846	250 000 250 000	0 0	0 0	0 0	701 136 701 136
Equipamento Escolar - Informático COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	3 117 638 3 117 638	786 063 786 063	1 000 000 1 000 000	1 496 623 1 496 623	0 0	0 0	6 400 324 6 400 324
Equipamento Escolar - Laboratórios Científicos COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	578 538 578 538	263 786 263 786	340 000 340 000	486 877 486 877	0 0	0 0	1 669 201 1 669 201
Equipamento Escolar Básico COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	432 229 432 229	221 956 221 956	350 000 350 000	383 587 383 587	0 0	0 0	1 387 772 1 387 772
Equipamento Escolar Técnico COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	258 011 258 011	41 534 41 534	100 000 100 000	292 427 292 427	0 0	0 0	691 972 691 972
EDUCAÇÃO DIGITAL - REDE AVANÇADA DE ENSINO E COMUNICAÇÃO SE: DRPRE N.º Projectos: 2		TOTAL CAP. 50 O.R.	982 123 982 123	710 508 710 508	1 030 000 1 030 000	1 605 487 1 605 487	0 0	0 0	4 328 116 4 328 116
REI XXI - Rede Escolar Escolar Integrada Séc XXI COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	733 941 733 941	475 210 475 210	750 000 750 000	1 484 094 1 484 094	0 0	0 0	3 443 245 3 443 245
Madeira - EDU - Sítio da Educação COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	248 180 248 180	235 298 235 298	280 000 280 000	121 393 121 393	0 0	0 0	884 871 884 871
CENTRO DE AUDIOVISUAIS E MULTIMÉDIA SE: DRE N.º Projectos: 4		TOTAL CAP. 50 O.R.	69 939 69 939	182 148 182 148	427 500 427 500	190 000 190 000	0 0	0 0	869 567 869 567
CAME - Centro de Audiovisuais e Multimédia Escolares COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	40 457 40 457	80 000 80 000	100 000 100 000	0 0	0 0	0 0	220 457 220 457
Tecnologias de Informação e Comunicação 2003-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	29 462 29 462	81 848 81 848	63 500 63 500	0 0	0 0	0 0	174 810 174 810
Mediateca 2004-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	20 300 20 300	30 000 30 000	0 0	0 0	0 0	50 300 50 300
CONTENT COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	234 000 234 000	190 000 190 000	0 0	0 0	424 000 424 000
FORMAÇÃO DE PROFESSORES SE: DRE N.º Projectos: 5		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 475 368 1 475 368	304 869 304 869	341 000 341 000	0 0	0 0	0 0	2 121 237 2 121 237
Metodologias COFIN - POP RAM III - FSE 1996-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	453 111 453 111	46 000 46 000	46 000 46 000	0 0	0 0	0 0	545 111 545 111

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total
Áreas Técnicas e Tecnológicas COFIN - POP RAM III - FSE 1995-05	TOTAL	490 810	74 152	75 000	0	0	0	639 962
	CAP. 50 O.R.	490 810	74 152	75 000	0	0	0	639 962
Projectos de Inovação Educacional COFIN - POP RAM III - FSE 1996-05	TOTAL	531 447	54 717	75 000	0	0	0	661 164
	CAP. 50 O.R.	531 447	54 717	75 000	0	0	0	661 164
Mala de Aprendizagem 2004-05	TOTAL	0	100 000	45 000	0	0	0	145 000
	CAP. 50 O.R.	0	100 000	45 000	0	0	0	145 000
Quality School COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-05	TOTAL	0	30 000	100 000	0	0	0	130 000
	CAP. 50 O.R.	0	30 000	100 000	0	0	0	130 000
FORMAÇÃO CONTÍNUA E APOIO TÉCNICO A DOCENTES								
SE: DRE	N.º Projectos: 2	TOTAL	0	204 700	350 000	367 860	0	922 560
		CAP. 50 O.R.	0	204 700	350 000	367 860	0	922 560
Net Acção - Acções de Animação, Seminários e Formação On-line COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-06	TOTAL	0	104 700	150 000	367 860	0	0	622 560
	CAP. 50 O.R.	0	104 700	150 000	367 860	0	0	622 560
E-Formação COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-05	TOTAL	0	100 000	200 000	0	0	0	300 000
	CAP. 50 O.R.	0	100 000	200 000	0	0	0	300 000
EDUCAÇÃO PERMANENTE								
SE: DRE	N.º Projectos: 2	TOTAL	820 952	191 758	180 200	0	0	1 192 910
		CAP. 50 O.R.	820 952	191 758	180 200	0	0	1 192 910
Acções de Educação Permanente COFIN - POP RAM III - FSE 1989-05	TOTAL	522 394	113 900	105 200	0	0	0	741 494
	CAP. 50 O.R.	522 394	113 900	105 200	0	0	0	741 494
Edição de Publicações 1988-05	TOTAL	298 558	77 858	75 000	0	0	0	451 416
	CAP. 50 O.R.	298 558	77 858	75 000	0	0	0	451 416
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL								
SE: DREER	N.º Projectos: 3	TOTAL	1 379 875	145 000	245 000	955 000	0	2 724 875
		CAP. 50 O.R.	1 379 875	145 000	245 000	955 000	0	2 724 875
Formação Profissional de Pessoal Docente e Técnico COFIN - POP RAM III - FSE 1994-06	TOTAL	1 183 323	120 000	120 000	480 000	0	0	1 903 323
	CAP. 50 O.R.	1 183 323	120 000	120 000	480 000	0	0	1 903 323
Formação Contínua COFIN - POP RAM III - FSE 1994-06	TOTAL	196 552	25 000	25 000	275 000	0	0	521 552
	CAP. 50 O.R.	196 552	25 000	25 000	275 000	0	0	521 552
N Ajudas Técnicas para Pessoas Portadoras de Deficiência 2005-06	TOTAL	0	0	100 000	200 000	0	0	300 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	200 000	0	0	300 000
FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE DEFICIENTES								
SE: DREER	N.º Projectos: 3	TOTAL	7 392 979	600 000	600 000	1 667 000	117 000	10 492 979
		CAP. 50 O.R.	7 392 979	600 000	600 000	1 667 000	117 000	10 492 979
Formação Pré-Profissional de Deficientes 1989-08	TOTAL	423 313	50 000	50 000	117 000	117 000	116 000	873 313
	CAP. 50 O.R.	423 313	50 000	50 000	117 000	117 000	116 000	873 313
Formação Profissional de Deficientes COFIN - POP RAM III - FSE 1994-06	TOTAL	5 454 548	400 000	400 000	1 200 000	0	0	7 454 548
	CAP. 50 O.R.	5 454 548	400 000	400 000	1 200 000	0	0	7 454 548
Integração Profissional de Deficientes COFIN - POP RAM III - FSE 1994-06	TOTAL	1 515 118	150 000	150 000	350 000	0	0	2 165 118
	CAP. 50 O.R.	1 515 118	150 000	150 000	350 000	0	0	2 165 118
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA DEFICIENTES								
SE: DREER	N.º Projectos: 6	TOTAL	4 402 898	415 000	530 000	1 755 500	1 755 500	10 592 898
		CAP. 50 O.R.	4 402 898	415 000	530 000	1 755 500	1 755 500	10 592 898
Instalação de Centros Psico-pedagógicos 1994-08	TOTAL	1 358 259	75 000	100 000	167 000	167 000	166 000	2 033 259
	CAP. 50 O.R.	1 358 259	75 000	100 000	167 000	167 000	166 000	2 033 259
Equipamento de Estabelecimentos de Ensino e de Apoio 1987-08	TOTAL	2 694 692	200 000	200 000	600 000	600 000	600 000	4 894 692
	CAP. 50 O.R.	2 694 692	200 000	200 000	600 000	600 000	600 000	4 894 692
Adaptações Habitacionais 1997-08	TOTAL	89 311	30 000	50 000	112 500	112 500	100 000	494 311
	CAP. 50 O.R.	89 311	30 000	50 000	112 500	112 500	100 000	494 311



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

245

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total
Instalação de Centros de Actividades Ocupacionais 2001-08	TOTAL	260 636	100 000	100 000	233 000	233 000	234 000	1 160 636
	CAP. 50 O.R.	260 636	100 000	100 000	233 000	233 000	234 000	1 160 636
Criação de Centros de Emprego Protegido 2001-08	TOTAL	0	10 000	20 000	193 000	193 000	194 000	610 000
	CAP. 50 O.R.	0	10 000	20 000	193 000	193 000	194 000	610 000
N Renovação do Parque Automóvel da DREER 2005-08	TOTAL	0	0	60 000	450 000	450 000	440 000	1 400 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	450 000	450 000	440 000	1 400 000
COMBATE A INFO-EXCLUSÃO E APOIO A CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS SE: SRE N.º Projectos: 2	TOTAL	0	200 000	450 000	650 000	0	0	1 300 000
	CAP. 50 O.R.	0	200 000	450 000	650 000	0	0	1 300 000
O Acesso à Sociedade da Informação na Educação Especial (DREER) COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-06	TOTAL	0	100 000	350 000	650 000	0	0	1 100 000
	CAP. 50 O.R.	0	100 000	350 000	650 000	0	0	1 100 000
Escola Virtual - FrontOffice (DRE) COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-05	TOTAL	0	100 000	100 000	0	0	0	200 000
	CAP. 50 O.R.	0	100 000	100 000	0	0	0	200 000
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL SE: DREER N.º Projectos: 2	TOTAL	0	38 400	160 000	160 000	0	0	358 400
	CAP. 50 O.R.	0	38 400	160 000	160 000	0	0	358 400
ALPZPA 2002 - Criação de uma Rede de Comercialização de Produtos Elaborados por Pessoas Portadoras de Deficiência COFIN - PIC INTERREG III 2004-06	TOTAL	0	38 400	80 000	80 000	0	0	198 400
	CAP. 50 O.R.	0	38 400	80 000	80 000	0	0	198 400
N TELERUP - Centro de Tele-trabalho COFIN - PIC INTERREG III 2005-06	TOTAL	0	0	80 000	80 000	0	0	160 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	80 000	80 000	0	0	160 000
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	TOTAL	199 604 251	34 227 564	23 139 081	39 782 742	33 774 817	4 869 788	335 478 243
	CAP. 50 O.R.	16 796 571	7 567 464	6 700 081	14 107 766	5 011 741	4 869 788	85 803 414
ESTRUTURAS E ACÇÕES NO ÂMBITO DA DIRECÇÃO REGIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: DRFP N.º Projectos: 4	TOTAL	26 814 953	2 621 695	2 785 000	4 833 882	4 487 177	4 487 178	46 029 885
	CAP. 50 O.R.	26 814 953	2 621 695	2 785 000	4 833 882	4 487 177	4 487 178	46 029 885
Implementação, Controlo e Avaliação de Acções de Formação Profissional COFIN - POP RAM III - FSE 1994-08	TOTAL	26 401 103	2 550 000	2 500 000	4 487 177	4 487 177	4 487 178	44 912 635
	CAP. 50 O.R.	26 401 103	2 550 000	2 500 000	4 487 177	4 487 177	4 487 178	44 912 635
Construção de Biblioteca e Zona de Lazer dos Formandos COFIN - POP RAM III - FSE 2001-05	TOTAL	413 850	20 000	30 000	0	0	0	463 850
	CAP. 50 O.R.	413 850	20 000	30 000	0	0	0	463 850
Esteticismo - Cosmoteologia COFIN - POP RAM III - FSE 2004-06	TOTAL	0	51 695	55 000	181 305	0	0	288 000
	CAP. 50 O.R.	0	51 695	55 000	181 305	0	0	288 000
N Portal da Formação Profissional COFIN - POSI - Madeira Digital 2005-06	TOTAL	0	0	200 000	165 400	0	0	365 400
	CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	165 400	0	0	365 400
PROGRAMAS POR INICIATIVA DE OUTREM. SE: FGAFFP N.º Projectos: 1	TOTAL	251 078 608	26 228 735	15 964 531	25 257 960	28 533 756	0	247 063 590
	CAP. 50 O.R.	322 837	22 301	24 531	26 984	29 683	0	426 336
Programas por Iniciativa de Outrem COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL	151 078 608	26 228 735	15 964 531	25 257 960	28 533 756	0	247 063 590
	CAP. 50 O.R.	322 837	22 301	24 531	26 984	29 683	0	426 336
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA PROFISSIONAL DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA SE: EPHTM N.º Projectos: 2	TOTAL	18 165 345	4 418 537	3 400 000	8 040 344	0	0	34 024 226
	CAP. 50 O.R.	16 699 808	4 418 537	3 400 000	8 040 344	0	0	32 558 689
Acções de Formação Profissional para Jovens Fora do Sistema de Ensino COFIN - POP RAM III - FSE 1999-06	TOTAL	18 165 345	4 338 537	3 300 000	7 669 115	0	0	33 472 997
	CAP. 50 O.R.	16 699 808	4 338 537	3 300 000	7 669 115	0	0	32 007 460
Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências COFIN - POP RAM III - FEDEP 2004-06	TOTAL	0	80 000	100 000	371 229	0	0	551 229
	CAP. 50 O.R.	0	80 000	100 000	371 229	0	0	551 229



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

246

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONSERVATÓRIO - ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA	TOTAL	1 176 459	504 450	474 550	550 000	0	0	2 705 459
SE: CEPAM N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	1 007 535	268 450	234 550	365 000	0	0	1 875 535
Acções de Formação no âmbito do CEPAM	TOTAL	1 176 459	504 450	474 550	550 000	0	0	2 705 459
COFIN - POP RAM III - FSE 2001-06	CAP. 50 O.R.	1 007 535	268 450	234 550	365 000	0	0	1 875 535
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO EMPREGO	TOTAL	687 108	274 147	340 000	340 000	340 000	0	1 981 255
SE: FGAFFP N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	139 560	56 481	81 000	81 000	81 000	0	439 141
PIC Leonardo da Vinci	TOTAL	386 202	53 588	100 000	100 000	100 000	0	739 790
COFIN - POP RAM III - FSE 1995-07	CAP. 50 O.R.	82 879	13 397	25 000	25 000	25 000	0	171 276
Outros Programas Comunitários	TOTAL	296 465	100 000	200 000	200 000	200 000	0	996 465
COFIN - POP RAM III - FSE 1996-07	CAP. 50 O.R.	56 115	25 000	50 000	50 000	50 000	0	231 115
TELEFOR-MAC - Outros Programas Comunitários	TOTAL	4 441	120 559	40 000	40 000	40 000	0	245 000
COFIN - PIC INTERREG III B 2003-07	CAP. 50 O.R.	666	18 084	6 000	6 000	6 000	0	36 750
ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO POPRAM III - COMPONENTE FSE	TOTAL	1 761 778	180 000	175 000	760 556	413 884	382 610	3 673 828
SE: DRUP N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	1 761 778	180 000	175 000	760 556	413 884	382 610	3 673 828
Monitorização do Subprograma	TOTAL	585 046	50 000	50 000	570 508	223 836	223 836	1 703 226
COFIN - POP RAM III - FSE 1994-08	CAP. 50 O.R.	585 046	50 000	50 000	570 508	223 836	223 836	1 703 226
Funcionamento da Comissão de Gestão	TOTAL	456 144	80 000	75 000	127 008	127 008	102 254	967 414
COFIN - POP RAM III - FSE 1994-08	CAP. 50 O.R.	456 144	80 000	75 000	127 008	127 008	102 254	967 414
Estudos, Publicidade e Promoção	TOTAL	720 588	50 000	50 000	63 040	63 040	56 520	1 003 188
COFIN - POP RAM III - FSE 1994-08	CAP. 50 O.R.	720 588	50 000	50 000	63 040	63 040	56 520	1 003 188
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL	89 463 043	28 323 920	27 958 643	0	0	0	145 745 606
	CAP. 50 O.R.	89 463 043	28 323 920	27 958 643	0	0	0	145 745 606
ACÇÕES DE FOMENTO DESPORTIVO	TOTAL	89 463 043	28 323 920	27 958 643	0	0	0	145 745 606
SE: IDRAM N.º Projectos: 9	CAP. 50 O.R.	89 463 043	28 323 920	27 958 643	0	0	0	145 745 606
Apoio aos Clubes Participantes em Competição Nacional e Internacional de Futebol (I e II Liga) e Campeonato da Liga de Clubes de Basquetebol Masculino	TOTAL	27 969 781	8 616 860	7 980 893	0	0	0	44 567 534
1991-05	CAP. 50 O.R.	27 969 781	8 616 860	7 980 893	0	0	0	44 567 534
Promoção e Desenvolvimento das Modalidades Desportivas Amadoras	TOTAL	27 996 992	6 970 980	7 000 000	0	0	0	41 967 972
1991-05	CAP. 50 O.R.	27 996 992	6 970 980	7 000 000	0	0	0	41 967 972
Apoio aos Transportes Aéreos e Marítimos Inerentes à Competição Nacional e Internacional	TOTAL	10 647 694	3 217 950	3 300 000	0	0	0	17 165 644
1991-05	CAP. 50 O.R.	10 647 694	3 217 950	3 300 000	0	0	0	17 165 644
Apoio aos Atletas de Alta Competição, Clubes em Competição Regional, Recreação e Lazer e Organização de Eventos Desportivos	TOTAL	8 364 203	4 102 740	4 345 000	0	0	0	16 811 943
1991-05	CAP. 50 O.R.	8 364 203	4 102 740	4 345 000	0	0	0	16 811 943
Apoio a Obras de Melhoramento das Infra-estruturas do IDRAM	TOTAL	5 745 375	879 000	664 000	0	0	0	7 288 375
1991-05	CAP. 50 O.R.	5 745 375	879 000	664 000	0	0	0	7 288 375
Aptreçamento de Infra-estruturas Desportivas	TOTAL	1 039 421	135 000	200 000	0	0	0	1 374 421
1991-05	CAP. 50 O.R.	1 039 421	135 000	200 000	0	0	0	1 374 421
Construção de Infra-estruturas e Arrelvamentos de Campos de Futebol	TOTAL	187 047	100 000	200 000	0	0	0	487 047
1991-05	CAP. 50 O.R.	187 047	100 000	200 000	0	0	0	487 047
Apoio à Construção de Infra-estruturas Desportivas por Clubes/Associações	TOTAL	6 776 322	4 247 640	4 250 000	0	0	0	15 273 962
1991-05	CAP. 50 O.R.	6 776 322	4 247 640	4 250 000	0	0	0	15 273 962
Participação no Capital de Sociedades Anónimas Desportivas	TOTAL	736 208	53 750	18 750	0	0	0	808 708
1991-05	CAP. 50 O.R.	736 208	53 750	18 750	0	0	0	808 708

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO		TOTAL	688 037	753 838	18 106 990	19 966 804	0	0	39 515 665
		CAP. 50 O.R.	490 712	681 500	1 466 000	3 971 894	0	0	6 569 206
INFRA-ESTRUTURAS DO POLO TECNOLÓGICO DA MADEIRA		TOTAL	150 666	144 696	15 132 814	15 900 800	0	0	31 328 976
SE: Madeira Tecnopolo N.º Projectos: 3		CAP. 50 O.R.	0	80 500	300 000	649 388	0	0	1 029 888
Modernização, Eficiência e Versatilidade do CIFEC COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06		TOTAL	150 666	128 696	100 000	69 788	0	0	449 150
		CAP. 50 O.R.	0	70 000	100 000	69 788	0	0	239 788
Edifícios e Módulos Empresariais COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06		TOTAL	0	1 000	14 776 065	14 815 665	0	0	29 592 730
		CAP. 50 O.R.	0	500	100 000	499 600	0	0	600 100
Edifícios e Módulos de Revitalização Urbana COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06		TOTAL	0	15 000	256 745	1 015 347	0	0	1 287 096
		CAP. 50 O.R.	0	10 000	100 000	80 000	0	0	190 000
AÇÕES NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO		TOTAL	537 367	609 142	2 974 176	4 066 004	0	0	8 186 689
SE: Madeira Tecnopolo N.º Projectos: 8		CAP. 50 O.R.	449 712	601 100	1 166 000	3 322 506	0	0	5 539 318
Promoção de Congressos e Feiras - CIFEC 2002-06		TOTAL	87 655	40 042	36 000	49 539	0	0	213 236
		CAP. 50 O.R.	0	36 000	36 000	49 539	0	0	121 539
Iniciativas Comunitárias 2002-06		TOTAL	449 712	543 100	550 000	293 268	0	0	1 836 080
		CAP. 50 O.R.	449 712	543 100	550 000	293 268	0	0	1 836 080
Desenvolvimento do Projecto Piloto para a Inovação COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06		TOTAL	0	1 000	810 244	1 110 744	0	0	1 921 988
		CAP. 50 O.R.	0	500	200 000	760 494	0	0	960 994
Ações de Sensibilização e Demonstração para a Inovação COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06		TOTAL	0	1 000	329 139	219 072	0	0	549 211
		CAP. 50 O.R.	0	500	100 000	199 312	0	0	299 812
Missões e Intercâmbio para a Inovação 2002-06		TOTAL	0	1 000	100 000	461 383	0	0	562 383
		CAP. 50 O.R.	0	500	100 000	349 167	0	0	449 667
Estudos Sobre a Inovação e Transferência de Tecnologia COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06		TOTAL	0	1 000	187 027	361 184	0	0	549 211
		CAP. 50 O.R.	0	500	100 000	159 312	0	0	299 812
Estudos para a Internacionalização COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06		TOTAL	0	11 000	931 766	952 766	0	0	1 895 532
		CAP. 50 O.R.	0	10 000	50 000	887 816	0	0	947 816
Feiras Internacionais 2002-06		TOTAL	0	11 000	30 000	618 048	0	0	659 048
		CAP. 50 O.R.	0	10 000	30 000	583 598	0	0	623 598
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	3 817 792	5 195 059	4 714 229	5 576 101	0	0	19 303 181
		CAP. 50 O.R.	2 957 615	3 393 830	2 910 000	3 132 448	0	0	12 393 893
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO		TOTAL	3 817 792	5 195 059	4 714 229	5 576 101	0	0	19 303 181
SE: SRE N.º Projectos: 8		CAP. 50 O.R.	2 957 615	3 393 830	2 910 000	3 132 448	0	0	12 393 893
Info - Acesso (NESI) COFIN - POP RAM III - FSE 2000-06		TOTAL	174 490	350 000	200 000	882 392	0	0	1 606 882
		CAP. 50 O.R.	174 490	350 000	200 000	882 392	0	0	1 606 882
Info-Conteúdos (NESI) 2000-06		TOTAL	1 534 913	1 651 680	350 000	562 424	0	0	4 099 017
		CAP. 50 O.R.	1 534 913	1 651 680	350 000	562 424	0	0	4 099 017
Info-escola Conectiva (NESI) 2000-05		TOTAL	139 663	0	1 000 000	0	0	0	1 139 663
		CAP. 50 O.R.	139 663	0	1 000 000	0	0	0	1 139 663
Formação do Pessoal do NESI COFIN - POP RAM III - FSE 2002-06		TOTAL	2 026	5 000	10 000	9 976	0	0	27 002
		CAP. 50 O.R.	2 026	5 000	10 000	9 976	0	0	27 002
Portal do Conhecimento (NESI) COFIN-POST - Madeira Digital 2005-06		TOTAL	0	0	100 000	114 860	0	0	214 860
		CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	114 860	0	0	214 860
Criação de Infocentros (M. Tecnopolo) COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06		TOTAL	204 400	246 452	150 000	37 796	0	0	638 648
		CAP. 50 O.R.	107 888	127 380	150 000	37 796	0	0	423 064



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

248

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un. - Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
Fomento da Utilização de PC e Internet - "Uma Família um Computador" (M. Tecnopolo) COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 637 300 873 635	1 573 827 450 000	1 911 043 600 000	3 000 467 1 050 000	0 0	0 0	8 122 637 2 973 635
Madeira Digital (M. Tecnopolo) COFIN - POSI - Madeira Digital 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	125 000 125 000	1 368 100 809 770	993 186 500 000	968 186 475 000	0 0	0 0	3 454 472 1 909 770
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	233 028 233 028	78 080 78 080	78 500 78 500	0 0	0 0	0 0	389 608 389 608
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO	TOTAL	233 028	78 080	78 500	0	0	0	389 608
SE: SRE N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	233 028	78 080	78 500	0	0	0	389 608
Acções de Formação Profissional (DRAE) COFIN - POP RAM III - FSE 1998-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	229 905 229 905	59 580 59 580	60 000 60 000	0 0	0 0	0 0	349 485 349 485
Formação Especializada de Inspectores de Educação (DIRE) COFIN - POP RAM III - FSE 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 123 3 123	18 500 18 500	18 500 18 500	0 0	0 0	0 0	40 123 40 123

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(in: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	200 722 959	53 936 323	134 573 030	71 243 068	69 994 626	71 611 203	602 081 209
	CAP. 50 O.R.	179 754 799	50 906 428	83 641 307	20 784 398	18 022 195	18 439 600	371 548 727
PROJECTOS EM CURSOS	TOTAL	200 722 959	53 936 323	124 655 530	71 243 068	69 994 626	71 611 203	592 163 709
	CAP. 50 O.R.	179 754 799	50 906 428	73 723 807	20 784 398	18 022 195	18 439 600	363 631 227
PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	0	9 917 500	0	0	0	9 917 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	9 917 500	0	0	0	9 917 500
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	3 326 329	4 376 102	4 296 530	3 906 231	900 000	840 000	17 645 192
	CAP. 50 O.R.	1 974 025	4 376 102	2 353 807	3 906 231	900 000	840 000	14 350 165
PROGRAMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	TOTAL	0	0	532 842	0	0	0	532 842
SE: SRPF N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	0	0	532 842	0	0	0	532 842
Base de Dados de Legislação (DRJ) 1999-05	TOTAL	0	0	7 842	0	0	0	7 842
	CAP. 50 O.R.	0	0	7 842	0	0	0	7 842
N Sistema de Informação do Planeamento (DRPF) 2005-05	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
Sistemas Integrados de Informação Financeira (DRJ) 2004-05	TOTAL	0	0	500 000	0	0	0	500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	0	0	0	500 000
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL	TOTAL	240 156	1 018 045	612 834	1 224 470	900 000	840 000	4 835 505
SE: SRPF N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	240 156	1 018 045	612 834	1 224 470	900 000	840 000	4 835 505
TIO-MAC - Sistema Integrado de Contas Regionais - Elaboração de Quadros Input-Output (DRE) COFIN - PIC INTERREG III B 2002-05	TOTAL	5 605	114 251	97 510	0	0	0	217 366
	CAP. 50 O.R.	5 605	114 251	97 510	0	0	0	217 366
SIE-MAC - Sistema de Informação Estatística da Macaronésia (DRE) COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06	TOTAL	0	25 500	76 500	50 941	0	0	152 941
	CAP. 50 O.R.	0	25 500	76 500	50 941	0	0	152 941
SIET-MAC - Sistema de Sustentabilidade Mediante Indicadores Estatísticos de Turismo (DRE) COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06	TOTAL	0	35 294	58 824	23 529	0	0	117 647
	CAP. 50 O.R.	0	35 294	58 824	23 529	0	0	117 647
Assistência Técnica no âmbito do PIC INTERREG III B - Espaço Madeira, Açores e Canárias (GS) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-08	TOTAL	234 551	797 000	850 000	1 100 000	850 000	790 000	4 121 551
	CAP. 50 O.R.	234 551	797 000	850 000	1 100 000	850 000	790 000	4 121 551
Assistência Técnica no âmbito do PIC INTERREG III C (GS) COFIN - PIC INTERREG III C 2004-08	TOTAL	0	46 000	30 000	50 000	50 000	50 000	226 000
	CAP. 50 O.R.	0	46 000	30 000	50 000	50 000	50 000	226 000
GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS 2000 - 2006 (POPRAM III)	TOTAL	2 863 774	3 283 190	3 056 871	2 347 566	0	0	11 551 402
SE: 3FC N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	1 531 409	3 283 191	1 176 943	2 347 566	0	0	8 339 129
Gestão, Acompanhamento e Controlo COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06	TOTAL	2 111 180	2 132 440	1 666 667	2 193 569	0	0	8 103 856
	CAP. 50 O.R.	1 103 829	2 132 440	750 000	2 193 569	0	0	6 179 838
Estudos, Informação e Publicidade COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06	TOTAL	466 791	312 500	400 000	124 699	0	0	1 303 990
	CAP. 50 O.R.	302 059	312 500	120 000	124 699	0	0	859 258
Sistema de Informação COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-06	TOTAL	285 803	838 251	990 204	29 298	0	0	2 143 556
	CAP. 50 O.R.	125 521	838 251	306 963	29 298	0	0	1 300 033
ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS	TOTAL	186 560	14 200	47 533	259 375	0	0	507 668
SE: 3FC N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	186 560	14 200	14 200	259 375	0	0	484 335
Ações de Acompanhamento no âmbito do RIJE 1998-05	TOTAL	186 560	14 200	14 200	0	0	0	214 960
	CAP. 50 O.R.	186 560	14 200	14 200	0	0	0	214 960
Ações de Acompanhamento Diversas 2002-06	TOTAL	0	0	33 333	259 375	0	0	292 708
	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	259 375	0	0	269 375

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euro)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA		TOTAL	35 839	60 666	46 450	74 820	0	0	217 775
SE: IPC	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	15 900	60 666	6 968	74 820	0	0	158 354
Assistência Técnica no Âmbito do Fundo de Coesão		TOTAL	35 839	60 666	46 450	74 820	0	0	217 775
COFIN - POP RAM III - F. COESÃO		CAP. 50 O.R.	15 900	60 666	6 968	74 820	0	0	158 354
1998-06									
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO		TOTAL	91 548 658	11 528 453	63 989 000	65 908 670	67 885 931	69 562 508	370 423 220
		CAP. 50 O.R.	71 932 802	8 498 558	15 000 000	15 450 000	15 913 500	16 390 905	143 185 785
PROMOÇÃO DIRECTA E INDIRECTA DE HABITAÇÃO SOCIAL		TOTAL	91 548 658	11 528 453	63 989 000	65 908 670	67 885 931	69 562 508	370 423 220
SE: IHM	N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	71 932 802	8 498 558	15 000 000	15 450 000	15 913 500	16 390 905	143 185 785
Terrenos e Infra-estruturas		TOTAL	2 963 381	931 071	2 534 000	2 610 020	2 688 321	2 768 970	14 495 763
COFIN - POP RAM III - FEDER		CAP. 50 O.R.	1 985 352	235 709	0	0	0	0	2 221 061
1994-08									
Edifícios e Outras Construções		TOTAL	48 685 720	2 000 000	31 630 000	32 578 900	33 556 267	34 562 955	183 013 842
COFIN - POP RAM III - FEDER		CAP. 50 O.R.	36 480 230	3 136 384	6 000 000	6 180 000	6 365 400	6 556 362	64 718 376
1994-08									
Habituação a Custos Controlados		TOTAL	5 090 346	3 974 000	21 510 000	22 155 300	22 819 959	23 504 558	99 054 163
COFIN - POP RAM III - FEDER		CAP. 50 O.R.	4 470 531	3 325 670	6 000 000	6 180 000	6 365 400	6 556 362	32 897 963
1994-08									
Apoio a Municípios		TOTAL	20 507 575	2 845 872	4 080 000	4 202 400	4 328 472	4 458 326	40 422 645
1994-06		CAP. 50 O.R.	19 219 564	850 795	1 000 000	1 030 000	1 060 900	1 092 727	24 253 986
Apoio a Particulares		TOTAL	14 301 636	1 777 510	4 235 000	4 362 050	4 492 912	4 267 699	33 436 807
1994-08		CAP. 50 O.R.	9 777 125	950 000	2 000 000	2 060 000	2 121 800	2 185 454	19 094 379
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	2 585 936	4 230 792	14 837 500	1 428 167	1 208 695	1 208 695	25 499 785
		CAP. 50 O.R.	2 585 936	4 230 792	14 837 500	1 428 167	1 208 695	1 208 695	25 499 785
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS		TOTAL	9 160	22 182	65 000	5	0	0	96 342
SE: SRPF	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	9 160	22 182	65 000	5	0	0	96 342
M Formação para a Criação do Gabinete de Metodologia Estatística na DREM		TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
COFIN - POP RAM III - FSE		CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
2005-05									
Formação e Aperfeiçoamento Profissional do Pessoal Afecto ao GS, DRE, DRI, DRPF e DROC		TOTAL	9 160	17 510	25 000	0	0	0	51 670
2002-05		CAP. 50 O.R.	9 160	17 510	25 000	0	0	0	51 670
Formação dos Quadros da Inspeção Regional de Finanças		TOTAL	0	4 672	10 000	0	0	0	14 672
COFIN - POP RAM III - FSE		CAP. 50 O.R.	0	4 672	10 000	0	0	0	14 672
2003-05									
AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	72 356	55 146	35 000	0	0	0	182 502
SE: DRE	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	72 356	55 146	35 000	0	0	0	182 502
No Domínio da Informática		TOTAL	72 356	55 146	35 000	0	0	0	182 502
COFIN - POP RAM III - FSE		CAP. 50 O.R.	72 356	55 146	35 000	0	0	0	182 502
1998-05									
ACTUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA DIRECÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA		TOTAL	2 504 420	1 208 821	1 160 000	219 472	0	0	5 092 713
SE: DRE	N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	2 504 420	1 208 821	1 160 000	219 472	0	0	5 092 713
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos		TOTAL	1 849 218	1 127 659	990 000	0	0	0	3 966 877
1994-05		CAP. 50 O.R.	1 849 218	1 127 659	990 000	0	0	0	3 966 877
GEOPAP - Gestão Electrónica de Documentos da Administração Pública		TOTAL	361 881	15 000	50 000	0	0	0	426 881
2000-05		CAP. 50 O.R.	361 881	15 000	50 000	0	0	0	426 881
RIGRAM - Rede Integrada do Governo Regional da RAM		TOTAL	248 589	44 695	80 000	114 724	0	0	488 008
2000-06		CAP. 50 O.R.	248 589	44 695	80 000	114 724	0	0	488 008
SEG - Serviço Electrónico do Governo		TOTAL	44 732	21 467	40 000	104 748	0	0	210 947
2000-06		CAP. 50 O.R.	44 732	21 467	40 000	104 748	0	0	210 947
CERTIFICAÇÃO DE SERVIÇOS		TOTAL	0	0	12 500	0	0	0	12 500
SE: DRPF	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	0	12 500	0	0	0	12 500
M Certificação dos Serviços da Tesouraria do Governo Regional		TOTAL	0	0	12 500	0	0	0	12 500
2005-05		CAP. 50 O.R.	0	0	12 500	0	0	0	12 500



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

251

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	Total	
INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL SE: SRPF N.º Projectos: 2	TOTAL	0	2 944 643	3 695 000	1 208 695	1 208 695	1 208 695	10 265 728
	CAP. 50 O.R.	0	2 944 643	3 695 000	1 208 695	1 208 695	1 208 695	10 265 728
Remodelação e Ampliação das Instalações da DRJ 2003-05	TOTAL	0	0	300 000	0	0	0	300 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	300 000	0	0	0	300 000
Aquisição de Edifícios (DRP) 2003-08	TOTAL	0	2 944 643	3 395 000	1 208 695	1 208 695	1 208 695	9 965 728
	CAP. 50 O.R.	0	2 944 643	3 395 000	1 208 695	1 208 695	1 208 695	9 965 728
AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA INVESTIMENTOS PÚBLICOS SE: GAI N.º Projectos: 4	TOTAL	0	0	9 850 000	0	0	0	9 850 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	9 850 000	0	0	0	9 850 000
Infra-estruturas Rodoviárias 2005-05	TOTAL	0	0	5 000 000	0	0	0	5 000 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000 000	0	0	0	5 000 000
Edifícios Públicos e Infra-estruturas Desportivas 2005-05	TOTAL	0	0	2 000 000	0	0	0	2 000 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	2 000 000	0	0	0	2 000 000
Infra-estruturas de Saúde 2005-05	TOTAL	0	0	850 000	0	0	0	850 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	850 000	0	0	0	850 000
Infra-estruturas Urbanísticas e de Ordenamento do Território 2005-05	TOTAL	0	0	2 000 000	0	0	0	2 000 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	2 000 000	0	0	0	2 000 000
SECTOR: APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	TOTAL	103 262 036	33 800 976	51 450 000	0	0	0	188 513 012
	CAP. 50 O.R.	103 262 036	33 800 976	51 450 000	0	0	0	188 513 012
APOIO À CONSTRUÇÃO E RENOVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E RELIGIOSO SE: DRPF N.º Projectos: 2	TOTAL	1 724 694	2 569 465	2 285 000	0	0	0	6 579 159
	CAP. 50 O.R.	1 724 694	2 569 465	2 285 000	0	0	0	6 579 159
Apoio à Construção e Renovação do Património Religioso 2002-05	TOTAL	1 724 694	2 054 465	1 850 000	0	0	0	5 629 159
	CAP. 50 O.R.	1 724 694	2 054 465	1 850 000	0	0	0	5 629 159
Apoio à Construção e Renovação de Património Edificado de Instituições Particulares 2004-05	TOTAL	0	515 000	435 000	0	0	0	950 000
	CAP. 50 O.R.	0	515 000	435 000	0	0	0	950 000
PROGRAMA DE COOPERAÇÃO COM A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RAM (ADERAM) SE: DRPF N.º Projectos: 1	TOTAL	360 354	336 800	500 000	0	0	0	1 197 154
	CAP. 50 O.R.	360 354	336 800	500 000	0	0	0	1 197 154
Programa de Cooperação com a ADERAM 2002-05	TOTAL	360 354	336 800	500 000	0	0	0	1 197 154
	CAP. 50 O.R.	360 354	336 800	500 000	0	0	0	1 197 154
APOIO FINANCEIRO ÀS AUTARQUIAS LOCAIS SE: DRPF N.º Projectos: 11	TOTAL	101 176 988	30 894 711	48 665 000	0	0	0	180 736 699
	CAP. 50 O.R.	101 176 988	30 894 711	48 665 000	0	0	0	180 736 699
Câmara Municipal da Calheta	TOTAL	8 354 813	2 391 999	3 000 000	0	0	0	13 746 812
	CAP. 50 O.R.	8 354 813	2 391 999	3 000 000	0	0	0	13 746 812
Câmara Municipal de Câmara de Lobos	TOTAL	12 395 802	5 169 380	6 900 000	0	0	0	24 465 182
	CAP. 50 O.R.	12 395 802	5 169 380	6 900 000	0	0	0	24 465 182
Câmara Municipal do Funchal	TOTAL	22 948 223	4 854 597	7 000 000	0	0	0	34 802 820
	CAP. 50 O.R.	22 948 223	4 854 597	7 000 000	0	0	0	34 802 820
Câmara Municipal de Machico	TOTAL	9 051 811	3 880 011	4 800 000	0	0	0	17 731 822
	CAP. 50 O.R.	9 051 811	3 880 011	4 800 000	0	0	0	17 731 822
Câmara Municipal da Ponta do Sol	TOTAL	7 174 823	1 616 163	2 800 000	0	0	0	11 590 986
	CAP. 50 O.R.	7 174 823	1 616 163	2 800 000	0	0	0	11 590 986
Câmara Municipal do Porto Moniz	TOTAL	3 434 159	1 455 179	2 565 000	0	0	0	7 454 338
	CAP. 50 O.R.	3 434 159	1 455 179	2 565 000	0	0	0	7 454 338
Câmara Municipal do Porto Santo	TOTAL	4 775 505	1 589 484	2 800 000	0	0	0	9 164 989
	CAP. 50 O.R.	4 775 505	1 589 484	2 800 000	0	0	0	9 164 989
Câmara Municipal da Ribeira Brava	TOTAL	7 837 802	2 189 939	4 800 000	0	0	0	14 827 741
	CAP. 50 O.R.	7 837 802	2 189 939	4 800 000	0	0	0	14 827 741
Câmara Municipal de Santa Cruz	TOTAL	11 973 443	3 758 282	6 900 000	0	0	0	22 631 725
	CAP. 50 O.R.	11 973 443	3 758 282	6 900 000	0	0	0	22 631 725
Câmara Municipal de Santana	TOTAL	7 112 201	2 423 798	4 300 000	0	0	0	13 835 999
	CAP. 50 O.R.	7 112 201	2 423 798	4 300 000	0	0	0	13 835 999
Câmara Municipal de São Vicente	TOTAL	6 118 406	1 565 879	2 800 000	0	0	0	10 484 285
	CAP. 50 O.R.	6 118 406	1 565 879	2 800 000	0	0	0	10 484 285

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	135 311 237	29 495 138	104 063 698	105 696 832	50 088 944	3 163 677	427 769 526
		CAP. 50 O.R.	132 874 686	27 225 823	92 993 457	96 407 181	42 578 099	2 950 107	395 029 351
TOTAL DOS PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	135 311 237	29 495 138	57 790 716	86 264 851	37 484 011	1 808 677	348 154 630
		CAP. 50 O.R.	132 874 686	27 225 823	53 950 500	84 371 644	37 270 441	1 595 107	337 288 199
TOTAL DOS PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	46 272 982	19 431 981	12 554 933	1 355 000	79 614 896
		CAP. 50 O.R.	0	0	39 042 957	12 035 537	5 307 658	1 355 000	57 741 152
SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA		TOTAL	94 104 260	20 999 393	29 774 266	39 270 784	18 101 335	195 000	202 445 038
		CAP. 50 O.R.	92 294 631	19 158 202	26 429 950	32 634 239	18 101 335	195 000	193 813 357
APOIOS À AGRICULTURA MADEIRENSE		TOTAL	14 825 273	7 194 626	8 527 459	12 164 448	7 396 196	0	50 108 002
SE: DRA N.º Projectos: 5		CAP. 50 O.R.	14 202 587	5 539 150	5 406 000	11 679 331	7 396 196	0	44 223 264
Acções de Apoio à Agricultura Madeirense 1994-07		TOTAL	6 025 405	207 000	300 000	216 000	246 000	0	6 994 405
		CAP. 50 O.R.	6 025 405	207 000	300 000	216 000	246 000	0	6 994 405
Agricultura e Desenvolvimento Rural - Apoios no Âmbito do PAR COFIN - POP RAM III - FEOGA-O 2001-07		TOTAL	6 180 017	2 244 996	2 000 000	8 374 438	7 150 196	0	25 949 647
		CAP. 50 O.R.	6 180 017	2 244 996	2 000 000	8 374 438	7 150 196	0	25 949 647
Comparticipação em Projectos da Administração Pública Regional no Âmbito do PAR COFIN - POP RAM III - FEOGA-O 2002-06		TOTAL	715 506	2 083 484	3 821 459	955 525	0	0	7 575 974
		CAP. 50 O.R.	92 820	428 008	700 000	470 408	0	0	1 691 236
Plano de Desenvolvimento Agrícola e Rural - PDRU COFIN - PDRU - POP RAM III - FEOGA-G 2002-06		TOTAL	18 150	1 099 146	950 000	1 085 992	0	0	3 153 288
		CAP. 50 O.R.	18 150	1 099 146	950 000	1 085 992	0	0	3 153 288
Reestruturação do Sector da Banana 2002-06		TOTAL	1 886 195	1 560 000	1 456 000	1 532 493	0	0	6 434 688
		CAP. 50 O.R.	1 886 195	1 560 000	1 456 000	1 532 493	0	0	6 434 688
INVESTIMENTOS DE HIDRÁULICA AGRÍCOLA		TOTAL	0	0	2 200 000	0	0	0	2 200 000
SE: IGA N.º Projectos: 5		CAP. 50 O.R.	0	0	2 200 000	0	0	0	2 200 000
# Recuperação do Estaleiro da Boaventura 2005-05		TOTAL	0	0	200 000	0	0	0	200 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	0	0	0	200 000
# Intervenções nos Canais de Distribuição Principais 2005-05		TOTAL	0	0	500 000	0	0	0	500 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	0	0	0	500 000
# Construção de Três Reservatórios à Cota 500 2005-05		TOTAL	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
# Recuperação da Lagoa do Santo da Serra 2005-05		TOTAL	0	0	200 000	0	0	0	200 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	0	0	0	200 000
# Sistemas de Rega Sob Pressão 2005-05		TOTAL	0	0	300 000	0	0	0	300 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	300 000	0	0	0	300 000
ORIENTAÇÃO, FOMENTO E MELHORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL		TOTAL	15 069 585	385 584	717 000	3 031 092	2 015 648	0	21 238 909
SE: DRA N.º Projectos: 4		CAP. 50 O.R.	15 069 585	385 584	717 000	3 031 092	2 015 648	0	21 238 509
Planos de Desenvolvimento Agrícola 1976-07		TOTAL	10 984 990	229 432	267 000	1 730 160	1 058 886	0	14 270 468
		CAP. 50 O.R.	10 984 990	229 432	267 000	1 730 160	1 058 886	0	14 270 468
Campanha de Calagens 1990-07		TOTAL	1 257 103	85 000	90 000	90 000	110 000	0	1 632 103
		CAP. 50 O.R.	1 257 103	85 000	90 000	90 000	110 000	0	1 632 103
Inspeção Fitossanitária 1990-07		TOTAL	887 951	62 000	60 000	107 000	85 000	0	1 201 951
		CAP. 50 O.R.	887 951	62 000	60 000	107 000	85 000	0	1 201 951
Campanha de Desratização 1996-07		TOTAL	1 959 541	9 152	300 000	1 103 932	761 762	0	4 134 387
		CAP. 50 O.R.	1 959 541	9 152	300 000	1 103 932	761 762	0	4 134 387
APETRECHAMENTO ESPECIAL DOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS		TOTAL	7 380 844	442 308	150 000	0	0	0	7 973 152
SE: SRARIN N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	7 380 844	442 308	150 000	0	0	0	7 973 152
Mecanização Agrícola (GS) 1989-05		TOTAL	6 879 876	430 868	100 000	0	0	0	7 410 744
		CAP. 50 O.R.	6 879 876	430 868	100 000	0	0	0	7 410 744
Centros de Formação Agrária (DRA) 1994-05		TOTAL	500 968	11 440	50 000	0	0	0	562 408
		CAP. 50 O.R.	500 968	11 440	50 000	0	0	0	562 408



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

254

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	TOTAL	
CONSERVAÇÃO DO SOLO, PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS		TOTAL	8 945 557	3 078 409	2 792 150	6 714 000	1 920 000	155 000	23 605 116
SE: DRP	N.º Projectos: 17	CAP. 50 O.R.	8 945 557	3 078 409	2 792 150	6 714 000	1 920 000	155 000	23 605 116
Plano de Repovoamento Florestal e Correção Torrencial 1988-07		TOTAL	4 951 309	620 617	300 000	1 200 000	750 000	0	7 821 926
		CAP. 50 O.R.	4 951 309	620 617	300 000	1 200 000	750 000	0	7 821 926
Recuperação de Espaços Verdes no Jardim Botânico 1994-07		TOTAL	542 359	13 126	20 000	430 000	100 000	0	1 105 485
		CAP. 50 O.R.	542 359	13 126	20 000	430 000	100 000	0	1 105 485
Diversificação de Espécies Florestais e de Luta Contra a Desertificação na Ilha do Porto Santo 2002-07		TOTAL	0	45 121	45 000	55 000	50 000	0	195 121
		CAP. 50 O.R.	0	45 121	45 000	55 000	50 000	0	195 121
Recuperação e Sinalização de Veredas 1997-07		TOTAL	257 201	179 663	100 000	135 000	100 000	0	771 864
		CAP. 50 O.R.	257 201	179 663	100 000	135 000	100 000	0	771 864
Racionalização do Regime Silvo-pastoril 1995-06		TOTAL	2 765 468	1 970 886	136 000	734 000	0	0	5 606 354
		CAP. 50 O.R.	2 765 468	1 970 886	136 000	734 000	0	0	5 606 354
Fomento Cinegético 1993-06		TOTAL	236 294	27 001	30 000	48 000	0	0	341 295
		CAP. 50 O.R.	236 294	27 001	30 000	48 000	0	0	341 295
Repopoamento Piscícola 1994-06		TOTAL	70 053	2 361	10 000	30 000	0	0	112 414
		CAP. 50 O.R.	70 053	2 361	10 000	30 000	0	0	112 414
Melhoramento das Infra-estruturas Florestais e de Vigilância 2003-07		TOTAL	117 754	104 692	100 000	400 000	250 000	0	972 446
		CAP. 50 O.R.	117 754	104 692	100 000	400 000	250 000	0	972 446
Inventário Florestal 2003-06		TOTAL	0	0	10 000	110 000	0	0	120 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	110 000	0	0	120 000
Operação Verde 2003-07		TOTAL	5 119	114 942	100 000	550 000	300 000	0	1 070 051
		CAP. 50 O.R.	5 119	114 942	100 000	550 000	300 000	0	1 070 051
Ordenamento dos perímetros florestais da RAM 2004-06		TOTAL	0	0	10 000	50 000	0	0	60 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	50 000	0	0	60 000
Construção e Melhoramento de Infra-estruturas no Jardim Botânico da Madeira 2004-06		TOTAL	0	0	50 000	250 000	0	0	300 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	250 000	0	0	300 000
N Consolidação de Povoamentos Florestais no Porto Santo 2005-06		TOTAL	0	0	6 000	18 000	0	0	24 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	6 000	18 000	0	0	24 000
N Recuperação de Espécies Florestais no Pico Branco - Porto Santo 2005-06		TOTAL	0	0	50 000	100 000	50 000	0	200 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	100 000	50 000	0	200 000
N Florestação de Terras Agrícolas 2005-08		TOTAL	0	0	1 775 150	2 390 000	320 000	155 000	4 640 150
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 775 150	2 390 000	320 000	155 000	4 640 150
N Melhoramento de Infra-estruturas e Apetrechamento do Posto Aquícola do Ribeiro Frio 2005-06		TOTAL	0	0	25 000	89 000	0	0	114 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	89 000	0	0	114 000
N Construção e Recuperação de Infra-estruturas para Produção de Espécies Cinegéticas 2005-06		TOTAL	0	0	25 000	125 000	0	0	150 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	125 000	0	0	150 000
PROMOÇÃO SOCIAL DOS MEIOS RURAIS		TOTAL	10 837 241	1 692 945	1 898 944	0	0	0	14 429 126
SE: DRA	N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	10 837 241	1 692 945	1 898 944	0	0	0	14 429 126
Apóio às Casas do Povo 1988-05		TOTAL	10 837 241	1 611 844	1 630 000	0	0	0	14 079 085
		CAP. 50 O.R.	10 837 241	1 611 844	1 630 000	0	0	0	14 079 085
ECORURAL - Observatório para a Realidade Agrária COFIN - PIC INTERREG III B 2004-05		TOTAL	0	12 000	50 000	0	0	0	62 000
		CAP. 50 O.R.	0	12 000	50 000	0	0	0	62 000
TERRAJOVEM - Dinamização de Jovens de Zonas Rurais para o Desenvolvimento Sustentável COFIN - PIC INTERREG III B 2004-05		TOTAL	0	23 775	90 000	0	0	0	113 775
		CAP. 50 O.R.	0	23 775	90 000	0	0	0	113 775
Apóio a Outros Agentes de Desenvolvimento Local 2004-05		TOTAL	0	45 326	128 940	0	0	0	174 266
		CAP. 50 O.R.	0	45 326	128 940	0	0	0	174 266

PIDDAR 2005

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un. - Euro)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	TOTAL	
MELHORIA DAS ESTRUTURAS DE APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA		TOTAL	0	0	170 000	2 148 500	602 500	0	2 921 000
SE: DR Pecuária	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	0	0	170 000	2 148 500	602 500	0	2 921 000
II Melhoramento e Valorização Zootécnica 2005-07		TOTAL	0	0	100 000	1 823 000	520 000	0	2 443 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	1 823 000	520 000	0	2 443 000
II Centros de Atendimento Veterinário 2005-07		TOTAL	0	0	40 000	260 500	47 500	0	348 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	40 000	260 500	47 500	0	348 000
II Serviço de Apoio às Explorações Pecuárias 2005-07		TOTAL	0	0	30 000	65 000	35 000	0	130 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	65 000	35 000	0	130 000
LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA		TOTAL	4 248 805	115 570	1 200 000	0	0	0	5 564 375
SE: DR Pecuária	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	4 248 805	115 570	1 200 000	0	0	0	5 564 375
Laboratório Regional de Veterinária 1994-05		TOTAL	4 248 805	115 570	1 200 000	0	0	0	5 564 375
		CAP. 50 O.R.	4 248 805	115 570	1 200 000	0	0	0	5 564 375
PROGRAMA DE RASTREIO E CONTROLO NO DOMÍNIO VETERINÁRIO		TOTAL	225 487	96 158	335 000	276 000	195 000	0	1 127 645
SE: DR Pecuária	N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	225 487	96 158	335 000	276 000	195 000	0	1 127 645
Unidade Laboratorial para o Rastreo da BSE 2001-07		TOTAL	214 384	66 158	55 000	90 000	80 000	0	505 542
		CAP. 50 O.R.	214 384	66 158	55 000	90 000	80 000	0	505 542
PIF - Posto de Inspeção Fronteiriço do Porto do Funchal 2001-05		TOTAL	11 103	0	200 000	0	0	0	211 103
		CAP. 50 O.R.	11 103	0	200 000	0	0	0	211 103
Programa Laboratorial - Saúde e Segurança Veterinária 2004-07		TOTAL	0	30 000	30 000	125 000	70 000	0	255 000
		CAP. 50 O.R.	0	30 000	30 000	125 000	70 000	0	255 000
II Epidemiovigilância de Zoonoses na RAM 2005-07		TOTAL	0	0	50 000	61 000	45 000	0	156 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	61 000	45 000	0	156 000
PROTECÇÃO DAS FLORESTAS		TOTAL	116 437	30 217	70 000	450 000	0	0	666 654
SE: DRF	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	116 437	30 217	70 000	450 000	0	0	666 654
Prevenção de Incêndios Florestais 1999-06		TOTAL	116 437	30 217	50 000	450 000	0	0	646 654
		CAP. 50 O.R.	116 437	30 217	50 000	450 000	0	0	646 654
Controlo de incidência dos Fogos Florestais 2004-05		TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
VALORIZAÇÃO AGRO-INDUSTRIAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS		TOTAL	882	0	500 000	0	0	0	500 882
SE: DRA	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	882	0	500 000	0	0	0	500 882
Transformação de Banana e Outros Frutos 2003-05		TOTAL	882	0	500 000	0	0	0	500 882
		CAP. 50 O.R.	882	0	500 000	0	0	0	500 882
PROGRAMAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DO VINHO E ARTESANATO DA MADEIRA		TOTAL	2 406 487	530 715	577 857	1 771 428	0	0	5 285 487
SE: IVAM	N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	1 219 081	345 000	355 000	620 000	0	0	2 539 081
Beneficiação e Arranjo do Edifício Sede 1997-05		TOTAL	808 366	70 000	70 000	0	0	0	948 366
		CAP. 50 O.R.	735 366	70 000	70 000	0	0	0	875 366
Plano Promocional do Vinho da Madeira COFIN - POPRAM III - FEDER 1994-06		TOTAL	1 260 775	285 715	342 857	1 771 428	0	0	3 660 775
		CAP. 50 O.R.	235 049	100 000	120 000	620 000	0	0	1 075 049
Redimensionamento do Laboratório do IVM 1996-05		TOTAL	250 804	35 000	35 000	0	0	0	320 804
		CAP. 50 O.R.	230 666	35 000	35 000	0	0	0	300 666
Cadastro Vitivinícola da RAM 2003-05		TOTAL	32 302	50 000	30 000	0	0	0	112 302
		CAP. 50 O.R.	0	50 000	30 000	0	0	0	80 000
Plano de Desenvolvimento e Reordenamento Vitivinícola 2003-05		TOTAL	53 240	90 000	100 000	0	0	0	243 240
		CAP. 50 O.R.	18 000	90 000	100 000	0	0	0	208 000
PROGRAMA DE LUTA BIOLÓGICA		TOTAL	14 112 688	1 500 000	810 000	1 800 000	2 000 000	0	20 222 688
SE: DRA	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	14 112 688	1 500 000	810 000	1 800 000	2 000 000	0	20 222 688
Programa de Luta Biológica 1994-07		TOTAL	14 112 688	1 500 000	810 000	1 800 000	2 000 000	0	20 222 688
		CAP. 50 O.R.	14 112 688	1 500 000	810 000	1 800 000	2 000 000	0	20 222 688

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	TOTAL	
INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL E DEMONSTRAÇÃO NO DOMÍNIO DA AGRICULTURA		TOTAL	420 510	225 098	702 500	9 146 116	3 737 991	0	14 232 215
SE: SRARN	N.º Projectos: 13	CAP. 50 O.R.	420 510	225 098	702 500	9 146 116	3 737 991	0	14 232 215
Centros de Desenvolvimento Agrícola e Experimental (DRA) 1996-07		TOTAL	5 996	1 306	50 000	1 912 480	1 040 499	0	3 010 281
		CAP. 50 O.R.	5 996	1 306	50 000	1 912 480	1 040 499	0	3 010 281
Protecção Integrada na RAH (DRA) 2000-07		TOTAL	239 195	3 118	10 000	203 323	113 103	0	568 739
		CAP. 50 O.R.	239 195	3 118	10 000	203 323	113 103	0	568 739
Tipificação, Controlo de Qualidade e Promoção de Produtos Regionais de Origem Animal (DR Pecuária) 2001-05		TOTAL	2 491	1 909	7 500	0	0	0	11 900
		CAP. 50 O.R.	2 491	1 909	7 500	0	0	0	11 900
Sanidade Apícola (DRA) 2004-07		TOTAL	0	2 613	5 000	69 134	32 899	0	109 646
		CAP. 50 O.R.	0	2 613	5 000	69 134	32 899	0	109 646
Centro de Horticultura das Preces (DRA) 2003-05		TOTAL	5 561	25 016	50 000	0	0	0	80 577
		CAP. 50 O.R.	5 561	25 016	50 000	0	0	0	80 577
Centro de Bananicultura (DRA) 2004-07		TOTAL	0	1 088	20 000	400 810	180 000	0	601 898
		CAP. 50 O.R.	0	1 088	20 000	400 810	180 000	0	601 898
Centro de Desenvolvimento da Fruticultura (DRA) 2003-07		TOTAL	149 295	140 530	150 000	1 216 397	617 522	0	2 273 744
		CAP. 50 O.R.	149 295	140 530	150 000	1 216 397	617 522	0	2 273 744
Desenvolvimento Experimental no Domínio da Floricultura (DRA) 2003-07		TOTAL	17 972	27 044	100 000	573 790	362 367	0	1 081 173
		CAP. 50 O.R.	17 972	27 044	100 000	573 790	362 367	0	1 081 173
Genotipagem de Cabras de Bugio (DR Pecuária) 2004-07		TOTAL	0	7 620	25 000	27 000	27 000	0	86 620
		CAP. 50 O.R.	0	7 620	25 000	27 000	27 000	0	86 620
Centro de Desenvolvimento de Fruticultura Temperada (DRA) 2004-07		TOTAL	0	6 881	10 000	3 000 000	1 200 000	0	4 216 881
		CAP. 50 O.R.	0	6 881	10 000	3 000 000	1 200 000	0	4 216 881
INTERFRUTA - Promoção da Fruticultura e Pesquisa das Plantas Bioactivas na perspectiva da Protecção e Produção Integrada (DRA) COFIN - PIC INTERREG III B 2004-05		TOTAL	0	7 973	5 000	0	0	0	12 973
		CAP. 50 O.R.	0	7 973	5 000	0	0	0	12 973
MICROLAB - Laboratório de Propagação In-vitro (DRA) 2005-07		TOTAL	0	0	120 000	169 182	134 601	0	423 783
		CAP. 50 O.R.	0	0	120 000	169 182	134 601	0	423 783
Desenvolvimento da Pecuária em Modo de Produção Biológico (DR Pec) 2005-07		TOTAL	0	0	150 000	1 574 000	30 000	0	1 754 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	1 574 000	30 000	0	1 754 000
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO		TOTAL	0	22 531	34 450	34 000	34 000	40 000	164 981
SE: GS	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	22 531	34 450	34 000	34 000	40 000	164 981
Desenvolvimento da Agricultura no Modo de Produção Biológico 2004-08		TOTAL	0	22 531	34 450	34 000	34 000	40 000	164 981
		CAP. 50 O.R.	0	22 531	34 450	34 000	34 000	40 000	164 981
ORGANIZAÇÃO DE MERCADOS E SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, PECUÁRIOS E SILVÍCOLAS		TOTAL	15 495 464	5 685 232	9 088 910	1 735 200	200 000	0	32 204 806
SE: SRARN	N.º Projectos: 9	CAP. 50 O.R.	15 494 927	5 685 232	9 088 910	1 735 200	200 000	0	32 204 269
Construção e Melhoria de Matadouros (DRA) 1989-05		TOTAL	4 256 335	401 074	200 000	0	0	0	4 857 409
		CAP. 50 O.R.	4 256 335	401 074	200 000	0	0	0	4 857 409
Mercado Abastecedor do Funchal (DRA) 1989-05		TOTAL	4 000 019	175 784	260 000	0	0	0	4 435 803
		CAP. 50 O.R.	4 000 019	175 784	260 000	0	0	0	4 435 803
Centrais de Acondicionamento e Armazenagem de Frutos e Produtos Hortícolas 1992-05		TOTAL	5 902 506	891 714	1 588 910	0	0	0	8 383 130
		CAP. 50 O.R.	5 902 506	891 714	1 588 910	0	0	0	8 383 130
Adega de São Vicente (IVM) 1995-05		TOTAL	713 107	70 000	160 000	0	0	0	943 107
		CAP. 50 O.R.	712 570	70 000	160 000	0	0	0	942 570
Incentivos à Produção de Produtos Regionais (DRA) 1996-05		TOTAL	400 000	360 000	300 000	0	0	0	1 060 000
		CAP. 50 O.R.	400 000	360 000	300 000	0	0	0	1 060 000
Centro de Abate da Madeira (DRA) 2002-05		TOTAL	222 706	3 562 442	5 083 000	0	0	0	8 868 148
		CAP. 50 O.R.	222 706	3 562 442	5 083 000	0	0	0	8 868 148
Organização de Mercados (DRA) 2002-06		TOTAL	791	47 460	30 000	1 295 200	0	0	1 373 451
		CAP. 50 O.R.	791	47 460	30 000	1 295 200	0	0	1 373 451



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

257

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Lh. - Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Execução até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	TOTAL	
Unidade de Apoio ao Comércio Agrícola dos Canhas (DRA) 2003-05	TOTAL	0	176 758	1 417 000	0	0	0	1 593 758	
	CAP. 50 O.R.	0	176 758	1 417 000	0	0	0	1 593 758	
N Acções de Divulgação da Actividade Agropecuária (DR Pecuária) 2005-07	TOTAL	0	0	50 000	440 000	200 000	0	690 000	
	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	440 000	200 000	0	690 000	
SECTOR: PESCA		TOTAL	13 973 737	1 301 436	10 022 032	11 740 264	9 585 439	550 107	47 173 015
		CAP. 50 O.R.	13 973 737	1 301 436	2 855 507	4 573 739	2 418 914	550 107	25 673 440
APOIO À FROTA PESQUEIRA E À INDÚSTRIA		TOTAL	6 513 000	287 579	500 000	1 000 000	700 000	0	9 000 579
SE: DR Pescas	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	6 513 000	287 579	500 000	1 000 000	700 000	0	9 000 579
Apoio à Frota Pesqueira e à Indústria 1987-07		TOTAL	6 513 000	287 579	500 000	1 000 000	700 000	0	9 000 579
		CAP. 50 O.R.	6 513 000	287 579	500 000	1 000 000	700 000	0	9 000 579
EQUIPAMENTO DOS PORTOS DE PESCA		TOTAL	149 088	34 093	585 000	600 000	600 000	0	1 968 181
SE: DR Pescas	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	149 088	34 093	585 000	600 000	600 000	0	1 968 181
Modernização das Lotas e Entrepostos Frigoríficos 2002-07		TOTAL	149 088	34 093	585 000	600 000	600 000	0	1 968 181
		CAP. 50 O.R.	149 088	34 093	585 000	600 000	600 000	0	1 968 181
COMPARTICIPAÇÃO NOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS FINANCIADOS PELO IFOP		TOTAL	0	0	7 685 332	7 685 332	7 685 332	0	23 055 996
SE: DR Pescas	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	0	518 807	518 807	518 807	0	1 556 421
N Participação nos Investimentos da Administração Pública Regional no Âmbito do IFOP COFIN - POP RAM III - IFPO 2005-07		TOTAL	0	0	7 685 332	7 685 332	7 685 332	0	23 055 996
		CAP. 50 O.R.	0	0	518 807	518 807	518 807	0	1 556 421
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL NO DOMÍNIO DAS PESCAS		TOTAL	1 903 293	868 831	1 178 700	2 304 932	450 468	400 468	7 106 692
SE: DR Pescas	N.º Projectos: 12	CAP. 50 O.R.	1 903 293	868 831	1 178 700	2 304 932	450 468	400 468	7 106 692
Investigação Aplicada às Pescas e Aquacultura 1995-08		TOTAL	1 605 274	58 236	60 000	440 000	200 000	200 000	2 563 510
		CAP. 50 O.R.	1 605 274	58 236	60 000	440 000	200 000	200 000	2 563 510
Embarcação de Investigação COFIN - POP RAM III - IFOP 2001-06		TOTAL	22 896	23 475	20 000	1 348 910	0	0	1 415 281
		CAP. 50 O.R.	22 896	23 475	20 000	1 348 910	0	0	1 415 281
PRECPROFI e II - Recursos Pesqueiros de Águas Profundas do Atlântico Centro Oriental COFIN - PIC INTERREG III B 2002-05		TOTAL	27 993	152 871	300 000	0	0	0	480 864
		CAP. 50 O.R.	27 993	152 871	300 000	0	0	0	480 864
BASBLACK II - Estudos Biológicos e Pescarias de Perce-Espada-Preto COFIN - Fundação para a Ciência e Tecnologia 2002-07		TOTAL	25 601	59 162	100 000	70 000	50 000	0	304 763
		CAP. 50 O.R.	25 601	59 162	100 000	70 000	50 000	0	304 763
Programa de Recolha de Dados (PMN) (R. n.º 1543/00) COFIN - Reg. 1543/2000 2002-08		TOTAL	134 255	114 300	100 000	439 498	200 468	200 468	1 188 989
		CAP. 50 O.R.	134 255	114 300	100 000	439 498	200 468	200 468	1 188 989
MARINOVA - Aquacultura Marinha e Recifes Artificiais - Novos Modelos de Produção Integrada COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05		TOTAL	69 730	388 439	150 000	0	0	0	608 169
		CAP. 50 O.R.	69 730	388 439	150 000	0	0	0	608 169
ORPAM I e II - Observatório em Rede das Pescas e Ambiente Marinho da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05		TOTAL	5 098	30 582	150 000	0	0	0	185 680
		CAP. 50 O.R.	5 098	30 582	150 000	0	0	0	185 680
SIGAMARMAC - Sistema de Informação Georeferenciado dos Recursos Marinhos da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05		TOTAL	12 227	40 385	100 000	0	0	0	152 612
		CAP. 50 O.R.	12 227	40 385	100 000	0	0	0	152 612
PREVIMAR - Previsão da Circulação no Espaço Marinho Macaronésio COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05		TOTAL	219	1 381	10 000	0	0	0	11 600
		CAP. 50 O.R.	219	1 381	10 000	0	0	0	11 600
CMC - Sistema de Informação, Organização, Promoção e Comercialização da Cadeia Alimentar COFIN - POSI - Madeira Digital 2004-06		TOTAL	0	0	28 700	6 524	0	0	35 224
		CAP. 50 O.R.	0	0	28 700	6 524	0	0	35 224



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

258

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Lh.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	TOTAL	
N	MARTEC - Tecnologias Marinhas COFIN - PIC INTERREG III B 2005-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	150 000 150 000
	PARQMAR - Caracterização e Ordenamento das Áreas Marinhas COFIN - PIC INTERREG III B 2005-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	10 000 10 000
AQUACULTURA		TOTAL	5 408 356	110 933	73 000	150 000	149 639	149 639	6 041 567
SE: DR Pesca	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	5 408 356	110 933	73 000	150 000	149 639	149 639	6 041 567
Aquacultura - Unidade de Produção na Baía d'Abra 1994-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	2 550 083 2 550 083	68 023 68 023	8 000 8 000	0 0	0 0	0 0	2 626 106 2 626 106
Centro de Aquacultura da Calheta 1995-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	2 858 273 2 858 273	42 910 42 910	65 000 65 000	150 000 150 000	149 639 149 639	149 639 149 639	3 415 461 3 415 461
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 173 051 1 068 501	593 146 323 110	1 464 285 1 145 000	2 154 754 1 898 092	1 568 570 1 355 000	1 768 570 1 555 000	8 722 376 7 344 703
DEVULGAÇÃO DOS SECTORES TRADICIONAIS		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 173 051 1 068 501	593 146 323 110	1 464 285 1 145 000	2 154 754 1 898 092	1 568 570 1 355 000	1 768 570 1 555 000	8 722 376 7 344 703
SE: IPT	N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	1 173 051 1 068 501	593 146 323 110	1 464 285 1 145 000	2 154 754 1 898 092	1 568 570 1 355 000	1 768 570 1 555 000	8 722 376 7 344 703
Defesa, Valorização e Renovação do Artesanato Regional COFIN - POP RAM III - FEDER 1991-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	704 129 612 922	216 420 75 747	228 570 80 000	228 570 80 000	228 570 80 000	228 570 80 000	1 834 829 1 008 669
Incentivos às Acções Promocionais e à Exportação de Artesanato Regional COFIN - POP RAM III - FEDER 1998-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	13 343 0	60 000 21 000	85 715 30 000	100 000 35 000	100 000 35 000	100 000 35 000	459 058 156 000
Apoio ao Centro de Moda e Design da Madeira 2000-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	455 579 455 579	76 000 76 000	80 000 80 000	120 000 120 000	120 000 120 000	120 000 120 000	971 579 971 579
Reestruturação do Artesanato Regional COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	180 726 90 363	230 000 115 000	86 184 43 092	0 0	0 0	496 910 248 455
Sector em Reestruturação 2004-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	60 000 60 000	95 000 95 000	120 000 120 000	120 000 120 000	120 000 120 000	515 000 515 000
N	Promoção de Produtos Regionais 2005-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	745 000 745 000	1 500 000 1 500 000	1 000 000 1 000 000	1 200 000 1 200 000	4 445 000 4 445 000
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 508 743 1 508 743	2 887 2 887	20 000 20 000	35 000 35 000	0 0	0 0	1 566 630 1 566 630
AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 508 743 1 508 743	2 887 2 887	20 000 20 000	35 000 35 000	0 0	0 0	1 566 630 1 566 630
SE: SRARH	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	1 508 743 1 508 743	2 887 2 887	20 000 20 000	35 000 35 000	0 0	0 0	1 566 630 1 566 630
Ações de Formação Profissional no Sector das Pescas COFIN - POP RAM III - FSE 1995-05		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 504 856 1 504 856	1 483 1 483	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	1 521 339 1 521 339
Formação e Intercâmbio Técnico (DRF) 2003-06		TOTAL CAP. 50 O.R.	3 887 3 887	1 404 1 404	5 000 5 000	35 000 35 000	0 0	0 0	45 291 45 291
SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE		TOTAL CAP. 50 O.R.	24 480 077 23 957 705	6 551 977 6 430 977	61 623 115 61 383 000	52 496 030 52 266 111	20 783 600 20 702 850	650 000 650 000	166 584 799 165 390 643
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E GESTÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS		TOTAL CAP. 50 O.R.	1 806 275 1 283 903	1 352 100 1 222 100	2 218 115 1 978 000	1 333 091 1 103 172	813 500 732 750	650 000 650 000	8 173 081 6 969 925
SE: SRARH	N.º Projectos: 28	CAP. 50 O.R.	1 806 275 1 283 903	1 352 100 1 222 100	2 218 115 1 978 000	1 333 091 1 103 172	813 500 732 750	650 000 650 000	8 173 081 6 969 925
Protecção e Recuperação da Laurissívia (PNM) 1998-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	346 546 293 084	20 000 20 000	20 000 20 000	130 000 130 000	100 000 100 000	100 000 100 000	716 546 663 084
Centros de Informação dos Serviços do PNM 1995-08		TOTAL CAP. 50 O.R.	457 757 308 575	70 000 70 000	70 000 70 000	180 000 180 000	300 000 300 000	300 000 300 000	1 377 757 1 228 575
Investigação da Fauna e da Flora (DRF) 1999-07		TOTAL CAP. 50 O.R.	36 963 36 963	1 624 1 624	15 000 15 000	85 000 85 000	50 000 50 000	0 0	188 587 188 587



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

259

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	TOTAL	
Conservação de Espécies Vegetais Prioritárias e Raras da Madeira Reg. CE N.º 1973/92 (DRF) COFIN - P. LIFE 1999-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	204 244 204 244	281 774 281 774	25 000 25 000	0 0	0 0	0 0	511 018 511 018
Reserva Natural das Selvagens (PNM) 1998-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	92 599 86 089	100 000 100 000	100 000 100 000	225 000 225 000	75 000 75 000	75 000 75 000	667 599 661 089
Recuperação do Ecossistema do Maciço Montanhoso e Laurissilva (PNM) COFIN - P. LIFE 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	526 249 294 238	200 000 100 000	200 000 100 000	0 0	0 0	0 0	926 249 494 238
Redes de Áreas Marinhas Protegidas (DR Ambiente) 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	16 035 16 035	6 6	9 000 9 000	0 0	0 0	0 0	25 041 25 041
Estudo do Estado de Conservação da Biodiversidade Indígena e Endémica (DR Ambiente) 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	13 863 13 863	1 907 1 907	8 000 8 000	0 0	0 0	0 0	23 770 23 770
Biodiversidade. Net (DR Ambiente) COFIN - POSI - Madeira Digital 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	11 525 11 525	12 298 12 298	90 000 90 000	0 0	0 0	0 0	113 823 113 823
Reservas Marinhas do Garajau e Rocha do Navio (PNM) 2003-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	10 342 6 166	20 000 20 000	20 000 20 000	105 000 105 000	75 000 75 000	75 000 75 000	305 342 301 166
Área Protegida do Concelho de Santana (PNM) COFIN - PIC LEADER + 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	57 086 0	113 715 83 715	86 615 10 000	0 0	0 0	0 0	257 416 93 715
Manutenção do Percurso Pedonal entre o Pico do Azeiro e Achada do Teixeira (PNM) 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	19 945 0	3 166 3 166	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	43 111 23 166
TOURMAC - Turismo de Pedestrianismo e Desenvolvimento Sustentável (DR Florestas) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	7 764 7 764	83 045 83 045	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	240 809 240 809
Centro Didáctico e Pedagógico dos Percursos Pedestres (DR Florestas) COFIN - PIC LEADER + 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	7 488 7 488	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	27 488 27 488
Intervenção na Quinta do Santo da Serra (DR Florestas) COFIN - PIC LEADER + 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	10 000 10 000	10 000 10 000	0 0	0 0	0 0	20 000 20 000
OGAMP - Ordenamento e Gestão de Áreas Marinhas Protegidas (DR Ambiente) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	26 548 26 548	30 000 30 000	0 0	0 0	0 0	56 548 56 548
Planos de Gestão da Rede NATURA 2000 da RAM (DR Ambiente) 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	9 000 9 000	0 0	0 0	0 0	9 000 9 000
CENTINELA - Seguimento e Planificação das Espécies Ameaçadas da Macaronésia (DR Ambiente) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	4 260 4 260	7 000 7 000	0 0	0 0	0 0	11 260 11 260
GESENP-MAC - Acções de Cooperação e Promoção de Sinergias em Matéria de Gestão Sustentável dos Espaços Naturais Protegidos da Macaronésia (DR Florestas) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 987 1 987	60 000 60 000	60 000 60 000	0 0	0 0	0 0	121 987 121 987
BASEMAC - Banco de Sementes da Macaronésia (DRF) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 370 3 370	100 000 100 000	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	253 370 253 370
Gestão do Bioparque da Lagoa do Lugar de Baixo (DR Ambiente) 2004-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	14 269 14 269	8 000 8 000	0 0	0 0	0 0	22 269 22 269
Reserva Natural das Ilhas Desertas e Ponta de São Lourenço (PNM) 2004-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	180 000 180 000	700 000 700 000	100 000 100 000	100 000 100 000	100 000 100 000	1 180 000 1 180 000

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							TOTAL
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes		
BIONABANC - Rede de Bancos de Biodiversidade da Flora da Macaronésia (DR Florestas)	TOTAL	0	42 000	70 000	106 492	0	0	218 492
COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06	CAP. 50 O.R.	0	42 000	70 000	106 492	0	0	218 492
N Combate às Plantas Invasoras das Áreas Protegidas da RAM (PNM)	TOTAL	0	0	4 000	27 000	27 000	0	58 000
COFIN - PIC LEADER + 2005-07	CAP. 50 O.R.	0	0	1 000	6 750	6 750	0	14 500
N Métodos de Prevenção de Danos Causados pelo Pombo Trocaz (PNM)	TOTAL	0	0	24 000	24 000	24 000	0	72 000
COFIN - PIC LEADER + 2005-07	CAP. 50 O.R.	0	0	6 000	6 000	6 000	0	18 000
N Ordenamento e Divulgação do Parque Natural da Madeira (PNM)	TOTAL	0	0	62 500	62 500	62 500	0	187 500
COFIN - PIC LEADER + 2005-07	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	20 000	20 000	0	60 000
N Percursos Pedestres Recomendados (DRF)	TOTAL	0	0	200 000	213 099	0	0	413 099
COFIN - POPRAM III - FEDER 2005-06	CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	63 930	0	0	263 930
N Recuperação e Beneficiação de Infra-estruturas na Quinta do Santo da Serra (DRF)	TOTAL	0	0	50 000	75 000	0	0	125 000
2005-06	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	75 000	0	0	125 000
AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	TOTAL	237 901	25 274	1 285 000	0	0	0	1 548 175
SE: SRARIN N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	237 901	25 274	1 285 000	0	0	0	1 548 175
Recuperação de Áreas com Riscos de Erosão (DR Ambiente) 2000-05	TOTAL	0	4 362	8 000	0	0	0	12 362
	CAP. 50 O.R.	0	4 362	8 000	0	0	0	12 362
Medidas de Valoração da Qualidade da Paisagem (DR Ambiente) 2001-05	TOTAL	4 901	18 259	10 000	0	0	0	0
	CAP. 50 O.R.	4 901	18 259	10 000	0	0	0	0
Tampão Verde (GS) 2001-05	TOTAL	233 000	0	150 000	0	0	0	383 000
	CAP. 50 O.R.	233 000	0	150 000	0	0	0	383 000
Recuperação Paisagística do Ilhéu de Câmara de Lobos (GS) 2004-05	TOTAL	0	2 653	1 117 000	0	0	0	1 119 653
	CAP. 50 O.R.	0	2 653	1 117 000	0	0	0	1 119 653
PROMOÇÃO DA CULTURA AMBIENTAL E FOMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA FLORESTA	TOTAL	243 662	217 163	225 000	35 000	10 000	0	730 825
SE: DRF N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	243 662	217 163	225 000	35 000	10 000	0	730 825
Promoção e Extensão Florestal 1999-07	TOTAL	32 256	627	15 000	35 000	10 000	0	92 883
	CAP. 50 O.R.	32 256	627	15 000	35 000	10 000	0	92 883
Construção e Melhoramento de Infra-estruturas de Lazer em Parques Florestais 1999-05	TOTAL	211 406	216 536	150 000	0	0	0	577 942
	CAP. 50 O.R.	211 406	216 536	150 000	0	0	0	577 942
Reparação da Casa de Abrigo da Bica da Cana	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
COFIN - PIC LEADER + 2004-05	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
N Reparação da Casa de Abrigo do Rabaçal	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
COFIN - PIC LEADER + 2005-05	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL	TOTAL	755 464	587 038	1 745 000	831 583	0	0	3 919 085
SE: SRARIN N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	755 464	587 038	1 745 000	831 583	0	0	3 919 085
Actividades de Educação Ambiental (DR Ambiente) 2001-05	TOTAL	79 660	32 267	10 000	0	0	0	121 927
	CAP. 50 O.R.	79 660	32 267	10 000	0	0	0	121 927
SRIA - Sistema Regional de Informação Ambiental (DR Ambiente) 2002-05	TOTAL	14 611	34 280	150 000	0	0	0	198 891
COFIN - POSI - Madeira Digital	CAP. 50 O.R.	14 611	34 280	150 000	0	0	0	198 891
SSED - Sistema de Sensibilização e Educação Ambiental Digital (DR Ambiente) 2002-05	TOTAL	45 872	104 530	200 000	0	0	0	350 402
COFIN - POSI - Madeira Digital	CAP. 50 O.R.	45 872	104 530	200 000	0	0	0	350 402
REIA-MAC - Rede de Núcleos de Educação e Informação Ambiental da Macaronésia (DR Ambiente) 2002-06	TOTAL	1 861	9 850	75 000	173 974	0	0	260 685
COFIN - PIC INTERREG III B	CAP. 50 O.R.	1 861	9 850	75 000	173 974	0	0	260 685



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

261

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Execução até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	TOTAL	
ATLÂNTICO - Base de Dados da Biodiversidade da Macaronésia (DR Ambiente)	TOTAL	0	65 000	90 000	0	0	0	155 000
COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	CAP. 50 O.R.	0	65 000	90 000	0	0	0	155 000
ÍNDICE - Indicadores de Sustentabilidade para a Macaronésia (DR Ambiente)	TOTAL	0	25 017	20 000	0	0	0	45 017
COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	CAP. 50 O.R.	0	25 017	20 000	0	0	0	45 017
Sistema de Informação das Actividades da SRARN - Balcão Verde (GS)	TOTAL	613 460	316 094	1 200 000	657 609	0	0	2 787 163
COFIN - POSI - Madeira Digital 2001-06	CAP. 50 O.R.	613 460	316 094	1 200 000	657 609	0	0	2 787 163
CONTROLO DE QUALIDADE DO AMBIENTE								
SE: DR Ambiente	TOTAL	924 755	325 355	420 000	337 537	0	0	2 007 647
N.º Projectos: 8	CAP. 50 O.R.	924 755	325 355	420 000	337 537	0	0	2 007 647
Redes de Estações de Controlo da Poluição Atmosférica 2000-05	TOTAL	683 267	15 709	50 000	0	0	0	748 976
	CAP. 50 O.R.	683 267	15 709	50 000	0	0	0	748 976
Monitorização de Impactos Ambientais 2000-05	TOTAL	148 370	56 784	30 000	0	0	0	235 154
	CAP. 50 O.R.	148 370	56 784	30 000	0	0	0	235 154
Inventário de Emissões Atmosféricas 2000-05	TOTAL	8 080	379	10 000	0	0	0	18 459
	CAP. 50 O.R.	8 080	379	10 000	0	0	0	18 459
Avaliação da Qualidade das Águas Costeiras, Doces Superficiais e Subterrâneas da RAM	TOTAL	85 038	228 390	200 000	0	0	0	513 428
COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05	CAP. 50 O.R.	85 038	228 390	200 000	0	0	0	513 428
INSPECTIO - Incrementar a Capacidade Técnica 2004-05	TOTAL	0	11 262	20 000	0	0	0	31 262
	CAP. 50 O.R.	0	11 262	20 000	0	0	0	31 262
Ações para Implementação da Directiva-Quadro da Água 2004-05	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
CLJMAAT II - Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos (DR Ambiente)	TOTAL	0	12 831	40 000	107 169	0	0	160 000
COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06	CAP. 50 O.R.	0	12 831	40 000	107 169	0	0	160 000
PLACON - Planos de Contingência de Contaminação Marinha da Região da Macaronésia (DR Ambiente)	TOTAL	0	0	40 000	230 368	0	0	270 368
COFIN - PIC INTERREG III B 2005-06	CAP. 50 O.R.	0	0	40 000	230 368	0	0	270 368
COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E INSTITUCIONAL								
SE: DR Ambiente	TOTAL	384 135	234 443	165 000	0	0	0	783 578
N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	384 135	234 443	165 000	0	0	0	783 578
Cooperação Técnica e Científica com o CEDE 1998-05	TOTAL	384 135	234 443	165 000	0	0	0	783 578
	CAP. 50 O.R.	384 135	234 443	165 000	0	0	0	783 578
SISTEMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS								
SE: Valor Ambiente, S.A.	TOTAL	0	0	32 125 000	0	0	0	32 125 000
N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	0	0	32 125 000	0	0	0	32 125 000
Programa de Equilíbrio do Sistema 2005-05	TOTAL	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
Infra-estruturas do Sistema 2005-05	TOTAL	0	0	12 500 000	0	0	0	12 500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	12 500 000	0	0	0	12 500 000
Aumento de Capital da "Valor Ambiente", S.A" 2005-05	TOTAL	0	0	625 000	0	0	0	625 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	625 000	0	0	0	625 000
Exploração do Sistema 2005-05	TOTAL	0	0	12 500 000	0	0	0	12 500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	12 500 000	0	0	0	12 500 000
Sistema Integrado de Tratamento incluindo ETRS 2005-05	TOTAL	0	0	5 500 000	0	0	0	5 500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	5 500 000	0	0	0	5 500 000

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	TOTAL	
SANEAMENTO BÁSICO - RESÍDUOS ESPECIAIS		TOTAL	0	9 410	4 500	0	0	0	13 910
SE: DR5B	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	9 410	4 500	0	0	0	13 910
MACROCARD - Ajuda à Reconversão de Empresas de Recuperação de Sucata de Ferro		TOTAL	0	9 410	4 500	0	0	0	13 910
COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05		CAP. 50 O.R.	0	9 410	4 500	0	0	0	13 910
APOIO AO REFORÇO E MELHORIA DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO E TRATAMENTO DA ÁGUA		TOTAL	13 158 052	318 972	1 440 000	0	0	0	14 917 024
SE: IGA	N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	13 158 052	318 972	1 440 000	0	0	0	14 917 024
Apoio ao Reforço e Melhoria do Sistema de Captação, Adução e Tratamento da Água		TOTAL	13 089 578	0	150 000	0	0	0	13 239 578
2002-05		CAP. 50 O.R.	13 089 578	0	150 000	0	0	0	13 239 578
Plano Regional de Água da Madeira		TOTAL	68 474	105 907	80 000	0	0	0	254 381
2002-05		CAP. 50 O.R.	68 474	105 907	80 000	0	0	0	254 381
Reforço da Adução de Água ao Paul do Mar		TOTAL	0	66 438	115 000	0	0	0	181 438
2003-05		CAP. 50 O.R.	0	66 438	115 000	0	0	0	181 438
Reforço da Adução de Água ao Santo da Serra - Zona Industrial e Parque Agro-industrial		TOTAL	0	0	300 000	0	0	0	300 000
2003-05		CAP. 50 O.R.	0	0	300 000	0	0	0	300 000
Substituição da Rede de Água Potável da E.R. 111 - Porto Santo		TOTAL	0	146 627	145 000	0	0	0	291 627
2003-05		CAP. 50 O.R.	0	146 627	145 000	0	0	0	291 627
N Reforço do Abastecimento de Água ao Campo de Golfe		TOTAL	0	0	650 000	0	0	0	650 000
2005-05		CAP. 50 O.R.	0	0	650 000	0	0	0	650 000
SANEAMENTO BÁSICO - ÁGUAS RESIDUAIS		TOTAL	6 969 833	3 482 222	21 995 500	49 958 819	19 960 100	0	102 366 474
SE: DR5B	N.º Projectos: 24	CAP. 50 O.R.	6 969 833	3 482 222	21 995 500	49 958 819	19 960 100	0	102 366 474
Destino Final de Águas Residuais no Porto Moniz		TOTAL	956 253	293 642	300 000	0	0	0	1 549 895
2000-05		CAP. 50 O.R.	956 253	293 642	300 000	0	0	0	1 549 895
Destino Final de Águas Residuais em Zonas Rurais		TOTAL	5 714 924	93 998	216 302	0	0	0	6 025 224
1990-05		CAP. 50 O.R.	5 714 924	93 998	216 302	0	0	0	6 025 224
Destino Final de Águas Residuais na Boaventura		TOTAL	8 332	191 145	222 671	477 329	0	0	899 477
2000-06		CAP. 50 O.R.	8 332	191 145	222 671	477 329	0	0	899 477
Destino Final de Águas Residuais no Concelho da Ponta do Sol		TOTAL	194 813	1 065 090	1 793 200	3 788 041	0	0	6 841 144
2000-06		CAP. 50 O.R.	194 813	1 065 090	1 793 200	3 788 041	0	0	6 841 144
Reformulação do Sistema de Tratamento na ETAR do Funchal		TOTAL	20 349	109 336	1 011 600	5 499 900	3 488 500	0	10 129 685
2000-07		CAP. 50 O.R.	20 349	109 336	1 011 600	5 499 900	3 488 500	0	10 129 685
Reformulação do Sistema de Tratamento na ETAR de Câmara de Lobos		TOTAL	0	0	1 053 000	9 947 000	9 000 000	0	20 000 000
2000-07		CAP. 50 O.R.	0	0	1 053 000	9 947 000	9 000 000	0	20 000 000
Destino Final de Águas Residuais do Porto da Cruz		TOTAL	0	50 680	1 120 000	1 880 000	0	0	3 050 680
2001-06		CAP. 50 O.R.	0	50 680	1 120 000	1 880 000	0	0	3 050 680
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Santana		TOTAL	13 214	535 990	952 118	615 573	0	0	2 116 895
2001-06		CAP. 50 O.R.	13 214	535 990	952 118	615 573	0	0	2 116 895
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Machico		TOTAL	0	70 736	1 611 218	5 388 782	0	0	7 070 736
2001-06		CAP. 50 O.R.	0	70 736	1 611 218	5 388 782	0	0	7 070 736
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias da Calheta e Arco da Calheta		TOTAL	0	33 982	720 000	3 280 000	0	0	4 033 982
2001-06		CAP. 50 O.R.	0	33 982	720 000	3 280 000	0	0	4 033 982
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de São Vicente		TOTAL	13	2 891	1 860 000	911 167	0	0	2 774 071
2001-06		CAP. 50 O.R.	13	2 891	1 860 000	911 167	0	0	2 774 071



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2005

263

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Us.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 2003	Execução prevista em 2004	2005	2006	2007	Anos seguintes	TOTAL
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia da Ponta Delgada COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 000 100 000	1 000 000 1 000 000	900 000 900 000	0 0	2 000 000 2 000 000
Laboratório de Controlo de Qualidade de Águas Residuais 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	20 680 20 680	20 739 20 739	50 000 50 000	0 0	0 0	91 419 91 419
Programa de Monitorização Ambiental dos Sistemas de Destino Final em Câmara de Lobos, Funchal, Caniço e Santa Cruz 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	39 565 39 565	23 443 23 443	1 234 1 234	0 0	0 0	64 242 64 242
Destino Final de Águas Residuais no Concelho da Ribeira Brava COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	133 230 133 230	2 548 206 2 548 206	3 363 794 3 363 794	1 588 000 1 588 000	7 633 230 7 633 230
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Gaula COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	743 197 743 197	3 254 476 3 254 476	1 856 422 1 856 422	0 0	5 854 095 5 854 095
Destino Final de Águas Residuais no Suxal COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	60 229 60 229	2 242 075 2 242 075	757 925 757 925	0 0	3 060 229 3 060 229
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias do Paul do Mar, Jardim do Mar e Prazeres COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	36 971 36 971	703 400 703 400	2 500 000 2 500 000	1 396 600 1 396 600	4 636 971 4 636 971
Monitorização da Qualidade nos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 690 1 690	10 143 10 143	20 700 20 700	0 0	0 0	32 533 32 533
Reformulação do sistema de tratamento na ETAR do Caniço 2003-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	6 780 6 780	787 000 787 000	2 000 000 2 000 000	1 213 000 1 213 000	4 006 780 4 006 780
Destino final de águas residuais da Santa e Lameiros COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 000 1 000 000	2 999 686 2 999 686	0 0	3 999 686 3 999 686
Interceptor da freguesia do Santo da Serra COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	302 300 302 300	1 193 200 1 193 200	0 0	1 495 500 1 495 500
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias de São Jorge e Ilha COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	73 000 73 000	1 000 000 1 000 000	947 000 947 000	2 020 000 2 020 000
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias do Faial e São Roque do Faial COFIN - POP RAM III - FEDER 2005-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	53 000 53 000	1 500 000 1 500 000	1 427 000 1 427 000	2 980 000 2 980 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	71 369 71 369	46 299 9 209	1 160 000 1 160 000	0 0	0 0	1 277 668 1 240 528
SISTEMA DE INFORMAÇÃO E AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA SRARIN SE: 05 N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	71 369 71 369	37 090 0	150 000 150 000	0 0	0 0	258 459 221 369
Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	71 369 71 369	37 090 150 000	150 000 150 000	0 0	0 0	258 459 221 369
INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS SE: SRARIN N.º Projectos: 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	9 209 9 209	1 010 000 1 010 000	0 0	0 0	1 019 209 1 019 209
Reparação e Remodelação das Instalações do Edifício Sede em Santo António (DRF) 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	8 261 8 261	30 000 30 000	0 0	0 0	38 261 38 261
Reparação e Remodelação das Instalações de Serviços Florestais na Ribeira Brava (DRF) 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	948 948	30 000 30 000	0 0	0 0	30 948 30 948
Reabilitação de Edifícios para Instalação da DR do Ambiente 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	900 000 900 000	0 0	0 0	900 000 900 000
Reparação e Remodelação do Canil da Casa Velha (DRF) COFIN - PIC LEADER + 2005-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	0 0	0 0	50 000 50 000



IX. ANEXOS



VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

SOCIEDADES DE DESENVOLVIMENTO - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Parque Empresarial do Estreito de Câmara de Lobos	MPE	TOTAL	2 000 000
		CAP. 50	2 000 000
TOTAL DA SOCIEDADE MADEIRA PARQUES EMPRESARIAIS		TOTAL	2 000 000
		CAP. 50	2 000 000
Campo de Golfe 2ª fase	SDPS	TOTAL	1 000 000
		CAP. 50	1 000 000
Centro de Mergulho	"	TOTAL	400 000
		CAP. 50	400 000
Centro de Feiras	"	TOTAL	500 000
		CAP. 50	500 000
TOTAL DA SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO		TOTAL	1 900 000
		CAP. 50	1 900 000
Centro Desportivo da Ribeira Brava	PONTA DO OESTE	TOTAL	1 250 000
		CAP. 50	1 250 000
Zona Desportiva do Arco da Calheta	"	TOTAL	600 000
		CAP. 50	600 000
Centro Cívico do Estreito da Calheta	"	TOTAL	600 000
		CAP. 50	600 000
TOTAL DA SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ZONA OESTE DA MADEIRA - PONTA DO OESTE		TOTAL	2 450 000
		CAP. 50	2 450 000
Foz da Ribeira do Faial	SDN	TOTAL	1 500 000
		CAP. 50	1 500 000
TOTAL DA SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE		TOTAL	1 500 000
		CAP. 50	1 500 000
Largo da Republica	SMD	TOTAL	720 539
		CAP. 50	720 539
Largo de São Francisco	"	TOTAL	500 000
		CAP. 50	500 000
Intervenção no Porto do Funchal	"	TOTAL	2 000 000
		CAP. 50	2 000 000
TOTAL DA SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO		TOTAL	3 220 539
		CAP. 50	3 220 539
TOTAL GERAL DOS INVESTIMENTOS DAS SOCIEDADES DE DESENVOLVIMENTO DA MADEIRA		TOTAL	11 070 539
		CAP. 50	11 070 539



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS HABITACIONAIS DA MADEIRA - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Construção de 79 fogos e arranjos exteriores em Santo Amaro	IHM	CAP. 50	1 500 000
Construção de 44 fogos, infra-estruturas e arranjos exteriores na Torre	"	CAP. 50	1 000 000
Aquisição de 12 fogos para o Empreendimento Nova Cidade	"	CAP. 50	770 000
Construção de 25 fogos no Jardim Serra	"	CAP. 50	550 000
Construção de 72 fogos no Pico dos Barcelos	"	CAP. 50	500 000
Requalificação do Bairro da Palmeira	"	CAP. 50	400 000
Recuperação e Remodelação de 44 fogos na Matur	"	CAP. 50	300 000
Renovação do Bairro da Nazaré e Hospital	"	CAP. 50	400 000
Recuperação de Apartamentos Devolutos no Funchal	"	CAP. 50	300 000
Recuperação de Apartamentos Devolutos em Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico	"	CAP. 50	280 000
TOTAL DO PROJECTO: EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES		CAP. 50	6 000 000
Empreendimento do Caminho do Amparo - S. Martinho	IHM	CAP. 50	4 500 000
Conjunto Habitacional Quinta dos Cedros I - St. António	"	CAP. 50	1 500 000
TOTAL DO PROJECTO: HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS		CAP. 50	6 000 000
Paul do Mar	IHM	CAP. 50	500 000
Conjunto Habitacional da Varzea - 48 fogos, ATL e estacionamento	"	CAP. 50	500 000
TOTAL DO PROJECTO: APOIO A MUNICÍPIOS		CAP. 50	1 000 000
PRID - Programa de Recuperação de Imóveis Degradados	IHM	CAP. 50	2 000 000
TOTAL DO PROJECTO: APOIO A PARTICULARES		CAP. 50	2 000 000
TOTAL GERAL INVESTIMENTOS HABITACIONAIS DA MADEIRA		CAP. 50	15 000 000



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Construção de um Ramal entre a E.R. e a Fajã - Arco da Calheta	C.M. CALHETA	TOTAL	550 110
		CAP. 50	550 110
Ligação da E.M. das Florenças à E.M. das Faias - Arco da Calheta	"	TOTAL	303 556
		CAP. 50	303 556
Saneamento Básico entre o Sítio da Estacada e o Lombo da Rocha - Prazeres	"	TOTAL	415 500
		CAP. 50	415 500
Ligação entre a Igreja e a Lombada do Loreto - Arco da Calheta	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Construção do C.M. desde a Vargem até ao Pavilhão Gimnosdesportivo - Calheta	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Construção do C.M. no Sítio do Lameiro - Estreito da Calheta	"	TOTAL	380 834
		CAP. 50	380 834
Benefeciação e Pavimentação entre a Lombada dos Marinheiros e a Fonte do Bispo - Fajã de Ovelha	"	TOTAL	400 000
		CAP. 50	400 000
Benefeciação e Pavimentação da Ribeira da Vaca e Lombo Queimado - Ponta do Pargo	"	TOTAL	250 000
		CAP. 50	250 000
Benefeciação e Pavimentação do C.M. da Fonte do Bispo - Prazeres	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	3 000 000
		CAP. 50	3 000 000
Construção do C.M. entre Sítio do Facho e Caldeira - Câmara de Lobos	C.M. CÂMARA LOBOS	TOTAL	250 000
		CAP. 50	250 000
Construção do C.M. entre a Ribeira do Escrivão e o Sítio da Quinta - Quinta Grande	"	TOTAL	600 000
		CAP. 50	600 000
Alargamento do C.M. Ponte do Gato à Estrada do Calvário - Estreito de Câmara de Lobos	"	TOTAL	92 405
		CAP. 50	92 405
Construção do C.M. entre Colmeal e o Pico Furão - Curral das Freiras	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Alargamento da E.M. Dr. Castro Jorge - Estreito de Câmara de Lobos	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Lin.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Aquisição e adaptação do imóvel destinado ao Mercado Municipal da Vila do Estreito de Câmara de Lobos	C.M. CÂMARA LOBOS	TOTAL	142 100
		CAP. 50	142 100
Construção do C.M. entre o Sítio da Igreja e o Bar Viola - Estreito de Câmara de Lobos	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Construção do C.M. entre a E.R. 101 (Fontes) e Vera Cruz - Quinta Grande	"	TOTAL	260 600
		CAP. 50	260 600
Construção C.M. entre E.R. 214 (Ribeira da Caixa) e Capela Almas, por C.M. São João - Estreito de Câmara de Lobos - 2.ª Fase	"	TOTAL	24 500
		CAP. 50	24 500
Construção do C.M. entre a E.M. Cemitério da Quinta Grande e a Ribeira de Nossa Senhora - Quinta Grande	"	TOTAL	18 000
		CAP. 50	18 000
Construção do C.M. que liga a Rua Maestro João Noronha ao C.M. do Pico da Cruz Construção - Câmara de Lobos	"	TOTAL	600 000
		CAP. 50	600 000
Construção do Prolongamento do Caminho da Saraiva até ao Lagar da Giesta - Câmara de Lobos	"	TOTAL	250 000
		CAP. 50	250 000
Alargamento e Pavimentação do C.M. Marco e Fonte Pedra ao C.M. Corrida - Jardim Serra	"	TOTAL	987 600
		CAP. 50	987 600
Construção do C.M. entre o Sítio da Igreja e Fontes - Quinta Grande	"	TOTAL	600 000
		CAP. 50	600 000
Construção do C.M. da partilha do Campanário às Fontainhas - Quinta Grande	"	TOTAL	232 700
		CAP. 50	232 700
Asfaltagem do C.M. da Câmara do Bispo - Quinta Grande	"	TOTAL	54 900
		CAP. 50	54 900
Construção do C.M. da Quinta de Santo António ao Sítio do Fôro - Estreito de Câmara de Lobos	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Construção do C.M. de Acesso à Seara Velha de Baixo - Curral das Freiras	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Construção do C.M. do Lombo do Galo ao C.M. do Covão - Estreito de Câmara de Lobos	"	TOTAL	250 000
		CAP. 50	250 000
Construção do C.M. entre a E.M. 544 (Caminho Grande e Precos) e a mesma E.M. (Ponte Sabino), incluindo Ramal para a F.R. 214 (Ponte dos Frades) - 2.ª Fase - Câmara de Lobos	"	TOTAL	50 000
		CAP. 50	50 000
Construção do C.M. da Igreja do Garachico à Escola Básica do 1.º Ciclo - Câmara de Lobos	"	TOTAL	500 000
		CAP. 50	500 000



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Alargamento do C.M. Ponte do Gato à Estrada do Calvário - Estabilização de Talude - Estreito de Câmara de Lobos	C.M. CÂMARA LOBOS	TOTAL	287 195
		CAP. 50	287 195
Concepção/Construção para Remodelação, Adaptação e Amplificação do Edifício do Mercado Municipal do Estreito de Câmara de Lobos	"	TOTAL	400 000
		CAP. 50	400 000
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	6 900 000
		CAP. 50	6 900 000
Remodelação da Avenida Arriaga - Faixa Sul, (entre o Golden e a Sé Catedral), incluindo os trabalhos de remodelação dos passeios da Rua Dr. Fernando de Ornelas	C. M. FUNCHAL	TOTAL	524 685
		CAP. 50	524 685
Alargamento de Vereda no Sítio das Quebradas - São Martinho	"	TOTAL	193 622
		CAP. 50	193 622
Infraestruturas Viárias do Bairro Social de São Gonçalo	"	TOTAL	335 444
		CAP. 50	335 444
Ligação do Caminho do Pico à Travessa da Terça - São Roque	"	TOTAL	88 872
		CAP. 50	88 872
Asfaltagens Diversas	"	TOTAL	500 000
		CAP. 50	500 000
Alargamento parcial do Caminho de Ferro - Santa Luzia	"	TOTAL	224 603
		CAP. 50	224 603
Construção, reparação e conservação de Veredas e Becos Municipais	"	TOTAL	287 151
		CAP. 50	287 151
Alargamento do Beco do Aficeiro - Santo António	"	TOTAL	709 178
		CAP. 50	709 178
Alargamento do Caminho do Lombo do Jamboeiro - São Roque	"	TOTAL	385 544
		CAP. 50	385 544
Ligação do Caminho da Barreira ao Caminho do Trapiche - Santo António	"	TOTAL	124 044
		CAP. 50	124 044
Prolongamento da Estrada do Curral dos Romeiros - Monte	"	TOTAL	112 153
		CAP. 50	112 153
Ligação do Caminho das Voltas ao Caminho do Meio - Santa Maria Maior	"	TOTAL	364 431
		CAP. 50	364 431



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Alargamento do Caminho da Bica de Pau - São Gonçalo	C. M. FUNCHAL	TOTAL	188 831
		CAP. 50	188 831
Arruamento da Rua do TII - Carne Azeda - Torrinha - Imaculado Coração de Maria	"	TOTAL	487 264
		CAP. 50	487 264
Alargamento da Azinhaga do Poço do Barral - São Martinho	"	TOTAL	168 373
		CAP. 50	168 373
Alargamento da Vereda do Boliqueme - Santo António	"	TOTAL	357 352
		CAP. 50	357 352
Prolongamento da Rua da Consolação até à Rua da Torrinha - Imaculado Coração de Maria	"	TOTAL	130 016
		CAP. 50	130 016
Novo Arruamento de Santa Rita - São Martinho	"	TOTAL	415 418
		CAP. 50	415 418
Alargamento da Vereda do Corgo - Santo António	"	TOTAL	475 691
		CAP. 50	475 691
Infraestruturas da Frente Mar - 2.ª Fase	"	TOTAL	99 279
		CAP. 50	99 279
Alargamento do Caminho da Casa Branca - Santo António	"	TOTAL	61 227
		CAP. 50	61 227
Conclusão da Estrada de São João de Latrão (São Gonçalo)	"	TOTAL	106 892
		CAP. 50	106 892
Novas acessibilidades ao Vasco Gil (Santo António)	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
Arruamento para o Pico do Funcho (São Martinho)	"	TOTAL	71 000
		CAP. 50	71 000
Alargamento da Vereda da Cova para trânsito automóvel (São Roque)	"	TOTAL	68 000
		CAP. 50	68 000
Alargamento do Caminho do Arelro (São Martinho)	"	TOTAL	90 000
		CAP. 50	90 000
Alargamento do Caminho do Terço ao Caminho das Voltas (Santa Maria Maior)	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
Novo arruamento na Travessa do Transval para trânsito automóvel (Santa Maria Maior)	"	TOTAL	25 000
		CAP. 50	25 000



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Ligação Caminho Curral Velho - Caminho do Trapiche (Santo António)	C. M. FUNCHAL	TOTAL	54 840
		CAP. 50	54 840
Alargamento do Caminho dos Tornos ao Caminho dos Marcos (Monte)	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
Novo arruamento na Azinhaga da Cancela (Monte)	"	TOTAL	51 090
		CAP. 50	51 090
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	7 000 000
		CAP. 50	7 000 000
Caminho da Queimada de Cima ao Caminho da Madeira - Água de Pena	C. M. MACHICO	TOTAL	327 300
		CAP. 50	327 300
Reconstrução com ligação Estevão Neves ao Seixo - Água de Pena	"	TOTAL	560 600
		CAP. 50	560 600
Construção Caminho Lugarinho - Ribeira Seca - Machico	"	TOTAL	390 200
		CAP. 50	390 200
Construção Estrada Ribeira Grande Dentro ao Moinho Serra - Machico	"	TOTAL	250 000
		CAP. 50	250 000
Ligação do C.M. da Ribeira Seca / Barreiro	"	TOTAL	180 000
		CAP. 50	180 000
Pavimentação do Caminho do Margaçal à Achadinha - Santo da Serra	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Ligação da Escola Básica dos Marços à Levada da Rocha - Ribeira Grande	"	TOTAL	413 000
		CAP. 50	413 000
Ligação da Rua da Estacada / Caminho da Banda D'Além - Machico	"	TOTAL	350 000
		CAP. 50	350 000
Ligação dos Landeiros ao Ribeiro das Lajes - Machico	"	TOTAL	400 000
		CAP. 50	400 000
Construção do C.M. de ligação entre E.M. da Pedradeira - Bar Âncora - Caniçal	"	TOTAL	290 500
		CAP. 50	290 500
Novo Campo de Futebol de Machico	"	TOTAL	641 200
		CAP. 50	641 200



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Ligação do C.M. da Torre à Estrada Regional 108 - Piquinho - Machico	C. M. MACHICO	TOTAL	250 000
		CAP. 50	250 000
Construção do Caminho de ligação entre a E.R. 237 Queimada e Queimada de Cima - Água de Pena	"	TOTAL	75 000
		CAP. 50	75 000
Alargamento da Vereda da Azinhaga - Machico	"	TOTAL	75 000
		CAP. 50	75 000
Alargamento do Caminho da Tenda do Oleiro - Machico	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
Ligação do C.M. da Torre à E.R. 108 - Serra D'Água	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
Ligação da E.R. (Bar Poita) à Palmeira de Cima - Caniçal	"	TOTAL	97 200
		CAP. 50	97 200
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	4 800 000
		CAP. 50	4 800 000
Construção do E.M. Tornadouro, Pico - Jangão	C. M. PONTA DO SOL	TOTAL	650 000
		CAP. 50	650 000
Construção do Acesso Automóvel Sítio dos Lombos - Madalena do Mar	"	TOTAL	465 000
		CAP. 50	465 000
Rede de Esgotos do Concelho - Ramais no Lugar de Baixo, Ponta do Sol, Canhas e Madalena do Mar	"	TOTAL	137 416
		CAP. 50	137 416
Construção do Caminho Agrícola do Sítio Cova do Pico ao Sítio dos Salões - Canhas	"	TOTAL	410 000
		CAP. 50	41 000
Construção do C.M. das Murteiras, Estrada de São João e a Achada e Levada do Poiso - Canhas	"	TOTAL	500 000
		CAP. 50	500 000
Construção do Caminho Agrícola ao Sítio do Lugar - Cascalho - Estrada da Lombada - Ponta do Sol	"	TOTAL	400 000
		CAP. 50	400 000
Construção da Variante à Vila da Ponta do Sol - Leito da Ribeira Ascendente - 2.ª Fase	"	TOTAL	152 584
		CAP. 50	152 584
Alargamento e Pavimentação do Caminho do Passo - Lombada - Ponta do Sol	"	TOTAL	85 000
		CAP. 50	85 000
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	2 800 000
		CAP. 50	2 431 000



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Arranjo Urbanístico do Porto Moniz	C. M. PORTO MONIZ	TOTAL	200 000
		CAP. 50	200 000
Construção de Diversos Miradouros no Concelho do Porto Moniz	"	TOTAL	85 000
		CAP. 50	85 000
Construção do Parque de Campismo	"	TOTAL	595 000
		CAP. 50	595 000
Arranjo Urbanístico do Porto Moniz (Recuperação do Forte de São João Baptista) - Porto Moniz	"	TOTAL	200 000
		CAP. 50	200 000
Arranjo Urbanístico do Centro da Freguesia das Achadas da Cruz	"	TOTAL	165 000
		CAP. 50	165 000
Construção do Quartel dos Bombeiros de Porto Moniz	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Caminho Agrícola da Margem Direita da Ribeira da Janela - Fajã Redonda	"	TOTAL	1 020 000
		CAP. 50	1 020 000
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	2 565 000
		CAP. 50	2 565 000
Construção da E.M. do Tanque	C. M. PORTO SANTO	TOTAL	256 500
		CAP. 50	256 500
Construção de Novos Acessos à Praia	"	TOTAL	191 200
		CAP. 50	191 200
Reconstrução da Estrada Velha da Camacha	"	TOTAL	50 000
		CAP. 50	50 000
Infraestruturação de Terrenos Municipais	"	TOTAL	1 000 000
		CAP. 50	1 000 000
Beneficiação da E.M. 550 entre Lombas e a Estrada Regional 111 (Campo de Baixo)	"	TOTAL	500 000
		CAP. 50	500 000
Construção da Estrada das Lombas	"	TOTAL	50 000
		CAP. 50	50 000
Construção de Acessos e Infraestruturas no Penedo	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
Construção do C.M. de ligação entre a E.M. dos Morenos e o Campo de Golf	"	TOTAL	252 300
		CAP. 50	252 300



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Beneficiação do Ramal da E.M. 550 para a Barragem da Lapeira de Dentro	C. M. PORTO SANTO	TOTAL	200 000
		CAP. 50	200 000
Construção dos Acessos ao Complexo de Ténis (Campo de Baixo)	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
Construção da E.M. do Tanque - Trabalhos Complementares	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	2 800 000
		CAP. 50	2 800 000
Construção da E.M. da Achada - Caldeira - Ribeira Brava	C. M. RIBEIRA BRAVA	TOTAL	500 000
		CAP. 50	500 000
Construção da E.M. da Adega - Zona Industrial - Campanário	"	TOTAL	500 000
		CAP. 50	500 000
Estrada Municipal dos Zimbreiros / Candelária - Tabúa	"	TOTAL	200 000
		CAP. 50	200 000
Construção do C.M. entre os sítios do Lombo Cesteiro e Cruz Banda de Além - Ribeira Brava	"	TOTAL	500 000
		CAP. 50	500 000
Rede de Saneamento Básico da Serra D'Água nos principais núcleos habitacionais - Serra D'Água	"	TOTAL	200 000
		CAP. 50	200 000
Construção da Estrada Municipal Moreno / Pedra Mole - Ribeira Brava	"	TOTAL	400 000
		CAP. 50	400 000
Construção E.M. entre os Sítios da Fajã da Ribeira e Meia Légua - Ribeira Brava	"	TOTAL	230 000
		CAP. 50	230 000
Construção do C.M. do Sítio da Corujeira e Lugares - Tabúa	"	TOTAL	508 200
		CAP. 50	508 200
Construção do C.M. Agrícola entre os Sítios da Cova ao Barreiro - Ribeira Brava	"	TOTAL	200 000
		CAP. 50	200 000
Construção do C.M. do Lombinho - Campanário	"	TOTAL	350 000
		CAP. 50	350 000
Construção do Saneamento Básico / Rede de Aguas de São Paulo, Fontes, Lugar da Serra e Terreiros - Ribeira Brava	"	TOTAL	150 000
		CAP. 50	150 000
Estrada Municipal Pico Ferreiro/ Massapez/ Apresentação - Tabúa	"	TOTAL	50 000
		CAP. 50	50 000



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Construção da E.M. do Rodés e Longueira - Campanário	C. M. RIBEIRA BRAVA	TOTAL	400 000
		CAP. 50	400 000
Construção do C.M. de Ligação da Igreja (Petrelha) ao Massapez e Tranqual - Campanário	"	TOTAL	400 000
		CAP. 50	400 000
Construção da E.M. do Boqueirão - Lugar da Serra - Campanário	"	TOTAL	101 800
		CAP. 50	101 800
Construção da E.M. Terreiros e Eira das Mocas - Campanário	"	TOTAL	50 000
		CAP. 50	50 000
Construção da E.M. da Terra Grande - Serra D'Água	"	TOTAL	50 000
		CAP. 50	50 000
Construção da Casa da Cultura	"	TOTAL	10 000
		CAP. 50	10 000
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	4 800 000
		CAP. 50	4 800 000
Construção do C.M. entre Manuel Júnior / Rochão e C.M. da Portela - Camacha	C. M. SANTA CRUZ	TOTAL	200 000
		CAP. 50	200 000
Construção do Arruamento de Ligação da Achada de Cima (Gaula) ao Sítio da Fonte das Almocreves (Santa Cruz) com Linhão ao Sítio do Lombo do Louro - Gaula	"	TOTAL	600 000
		CAP. 50	600 000
Construção da E.M. Ligação Sítio do Vale / Garajau - Caniço Baixo / Contrata - Caniço	"	TOTAL	600 000
		CAP. 50	600 000
Construção do Arruamento do Sítio Morena e Escola Secundária - Santa Cruz	"	TOTAL	600 000
		CAP. 50	600 000
Construção do C.M. entre Calçada São Gil (Miradouro) até Pedra Mole - Santa Cruz	"	TOTAL	600 000
		CAP. 50	600 000
Alargamento do C.M. da Portela, entre Quinta Almas e do C.M. do Rochão - Camacha	"	TOTAL	703 200
		CAP. 50	703 200
Construção do C.M. das Lajes (Fazenda) até Achada de Baixo - Gaula	"	TOTAL	700 000
		CAP. 50	700 000
Arruamento de Ligação entre o Sítio da Ventrecha e Moinho Valente - Santa Cruz	"	TOTAL	500 000
		CAP. 50	500 000



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Construção do C.M. do Palheiro Ferreiro / Pinheirinho, Ribeira dos Pretêtes - Caniço	C. M. SANTA CRUZ	TOTAL	550 000
		CAP. 50	550 000
Construção do C.M. entre Fonte dos Almocreves (Lombada) e a E.R.101 (São Pedro) - Santa Cruz	"	TOTAL	671 800
		CAP. 50	671 800
Construção do C.M. entre José Barreto e a Portela - Camacha	"	TOTAL	25 000
		CAP. 50	25 000
Construção do C.M. entre a Ferro Funchal / Boléu / Ribeirinha - Camacha	"	TOTAL	250 000
		CAP. 50	250 000
Construção da ligação entre Fonte do Livramento e Rua da Calçada - Caniço	"	TOTAL	400 000
		CAP. 50	400 000
Construção do arruamento alternativo ao centro da freguesia do Caniço	"	TOTAL	50 000
		CAP. 50	50 000
Construção do Cemitério do Caniço (1.ª Fase)	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Construção C.M. entre São Gil e o C.M. D.Mécia - Santa Cruz	"	TOTAL	150 000
		CAP. 50	150 000
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	6 900 000
		CAP. 50	6 900 000
Construção do Acesso Sítio Ermida de Cima - Ilha	C. M. SANTANA	TOTAL	271 000
		CAP. 50	271 000
Alargamento e Pavimentação do C.M. entre Campo Futebol e Felteira de Cima	"	TOTAL	577 000
		CAP. 50	577 000
Alargamento e Pavimentação do C.M. do Lombo do Curral entre a E.R.101 e a E.R. do Pico das Pedras - Santana	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Construção do E.M. entre o Sítio da Igreja à Escola das Covas - Faial	"	TOTAL	450 000
		CAP. 50	450 000
Pavimentação E.M. entre C.M. Eiras Santana e a Corujeira de Cima (Faial) - Faial	"	TOTAL	175 000
		CAP. 50	175 000
Alargamento e Pavimentação C.M. do Pico Tanoeiro - Santana	"	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
Alargamento e Pavimentação do C.M. entre os Sítios da Serra de Agua e Achada da Cruz, passando pelo Caminho do Chão e Fonte Grande - Santana	"	TOTAL	175 000
		CAP. 50	175 000



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Construção do C.M. da Achada do Pico - São Jorge	C. M. SANTANA	TOTAL	163 000
		CAP. 50	163 000
Construção do C.M. dos Poços - Quebrada - Arco de São Jorge	"	TOTAL	300 000
		CAP. 50	300 000
Construção de um Arruamento no Centro da Freguesia - São Roque do Faial	"	TOTAL	514 000
		CAP. 50	514 000
Construção de Arruamento entre a E.R. 101 (Colmo) e a Rua Dr. João Abel de Freitas - Santana	"	TOTAL	200 000
		CAP. 50	200 000
Alargamento e Pavimentação C.M. da Achada do Cedro Gordo - São Roque Faial	"	TOTAL	396 000
		CAP. 50	396 000
Alargamento e Pavimentação C.M. Fajã do Cedro Gordo - São Roque do Faial	"	TOTAL	150 000
		CAP. 50	150 000
Alargamento e Pavimentação do Caminho Agrícola das Eiras à Cova da Roda - Santana	"	TOTAL	150 000
		CAP. 50	150 000
Construção da Rede de Esgotos na Freguesia de Santana - 2.ª Fase	"	TOTAL	379 000
		CAP. 50	379 000
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	4 300 000
		CAP. 50	4 300 000
Construção da E.R.entre Vargem e Calhauzinho (Loural) - São Vicente	C. M. SÃO VICENTE	TOTAL	389 300
		CAP. 50	389 300
Construção da Variante entre Varanda e Porto Marítimo - Ponta Delgada	"	TOTAL	154 500
		CAP. 50	154 500
Construção do C.M. entre a E.R.101 - Fajã Grande e o Caminho da Entrosa, passando pelo Cardo - Boaventura	"	TOTAL	425 700
		CAP. 50	425 700
Construção da E.M. entre Achada do Castanheiro e Laranjeiras - Boaventura	"	TOTAL	426 500
		CAP. 50	426 500
Construção do C.M. entre Cascalho e Barros, por Achada - São Vicente	"	TOTAL	104 000
		CAP. 50	104 000
Caminho Agrícola entre a Ponte da Ribeira Grande, Fóro e Terra do Galo - São Vicente	"	TOTAL	400 000
		CAP. 50	400 000
Construção do Caminho Agrícola entre o Sítio da Levada e a Levada de Cima - Boaventura	"	TOTAL	200 000
		CAP. 50	200 000



SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Correcção do Caminho Rural de São Nicolau - Primeira Lombada - Ponta Delgada	C. M. SÃO VICENTE	TOTAL	100 000
		CAP. 50	100 000
Estrada da Fajã do Penedo - Lameiros - Boaventura	"	TOTAL	80 000
		CAP. 50	80 000
Construção do Caminho Municipal entre o Pomar e Irinha - Boaventura	"	TOTAL	150 000
		CAP. 50	150 000
Estrada do Poiso - Fajã do Amo - São Vicente	"	TOTAL	120 000
		CAP. 50	120 000
Construção da E.M. dos Cardais de Cima - 2.ª Fase - São Vicente	"	TOTAL	250 000
		CAP. 50	250 000
TOTAL DO MUNICÍPIO		TOTAL	2 800 000
		CAP. 50	2 800 000
TOTAL GERAL INVESTIMENTOS MUNICIPAIS		TOTAL	
		CAP. 50	48 665 000



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

PROGRAMA DE APOIO RURAL - SUBPROJECTOS

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
	PAR	TOTAL	283 044
Concepção/construção de dois reservatórios para rega no concelho de Machico		CAP. 50	42 457
Parque Agrícola do Caniçal (PACAN)	"	TOTAL	1 002 367
		CAP. 50	272 961
Arborização/consolidação no prédio situado no Santo da Serra - Perímetro Florestal das Serras dos Poiso - Pico dos Porcos	"	TOTAL	252
		CAP. 50	38
Arborização/consolidação/beneficiação/uso múltiplo nos prédios situado na Estrada da Ribeira Janela - Fanal	"	TOTAL	1 308
		CAP. 50	196
Conservação e construção de barragens na Ribeira de Santa Luzia	"	TOTAL	190 125
		CAP. 50	28 519
Beneficiação/infraestruturas/uso múltiplo no Montado do Pereiro (1ª Fase)	"	TOTAL	178 151
		CAP. 50	26 723
Arborização no prédio situado no Santo da Serra - Perímetro Florestal das Serras do Poiso Vazadouro da Quatro Estradas	"	TOTAL	6 095
		CAP. 50	914
Arborização/consolidação/beneficiação/infraestruturas/uso múltiplo no prédio situado no Chão das Feiteiras - Per. Florestal das Serras do Poiso	"	TOTAL	175 219
		CAP. 50	26 283
Beneficiação florestal das Fontes Ruivas	"	TOTAL	130 362
		CAP. 50	19 554
Beneficiação florestal do Perímetro Florestal do Poiso	"	TOTAL	37 052
		CAP. 50	5 558
Investimento de Fomento Aquícola Rº Frio (1ª Fase)	"	TOTAL	24 739
		CAP. 50	3 711
Investimento de Fomento Aquícola Rº Frio (2ª Fase)	"	TOTAL	12 337
		CAP. 50	1 851
Recuperação e beneficiação do Parque Florestal do Chão dos Louros	"	TOTAL	162 680
		CAP. 50	24 402
Investimento de Fomento Aquícola Rº Frio (3ª Fase)	"	TOTAL	15 341
		CAP. 50	2 301
Aquisição de equipamentos de prevenção de incêndios	"	TOTAL	42 225
		CAP. 50	6 334
Beneficiação florestal e uso múltiplo na Fonte das Moças	"	TOTAL	73 996
		CAP. 50	11 099
Beneficiação florestal no Cabeço do Curral - P. F. do Poiso	"	TOTAL	46 393
		CAP. 50	6 959
Laboratório de resíduos	"	TOTAL	1 159 280
		CAP. 50	173 892
Monitorização de resíduos de pesticidas	"	TOTAL	28 000
		CAP. 50	4 200
Bichado da castanha	"	TOTAL	15 512
		CAP. 50	2 327
Assistência técnica	"	TOTAL	236 981
		CAP. 50	39 721
TOTAL DOS PROJECTOS COMPARTICIPADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL NO ÂMBITO DO PAR		TOTAL	3 821 459
		CAP. 50	700 000



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

VALOR AMBIENTE, S.A - Subprojectos

(Un.: Euros)

PROJECTO	ENTIDADE		2005
Programa de Equilíbrio do Sistema	VAB	TOTAL	1 000 000
		CAP. 50	1 000 000
TOTAL DO PROJECTO: EQUILÍBRIO DO SISTEMA		TOTAL	1 000 000
		CAP. 50	1 000 000
Construção do Sistema de Transferência e de Triagem de Resíduos Sólidos da RAM	VAB	TOTAL	9 500 000
		CAP. 50	9 500 000
Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra	"	TOTAL	3 000 000
		CAP. 50	3 000 000
TOTAL DO PROJECTO : INFRA-ESTRUTURAS DO SISTEMA		TOTAL	12 500 000
		CAP. 50	12 500 000
Aumento de Capital da "Valor Ambiente", S.A"	VAB	TOTAL	625 000
		CAP. 50	625 000
TOTAL DO PROJECTO AUMENTO DE CAPITAL DA VALOR AMBIENTE, S.A		TOTAL	625 000
		CAP. 50	625 000
Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra	VAB	TOTAL	6 340 000
		CAP. 50	6 340 000
Valorização e Transferência de Resíduos Especiais	"	TOTAL	6 160 000
		CAP. 50	6 160 000
TOTAL DO PROJECTO: EXPLORAÇÃO DO SISTEMA		TOTAL	12 500 000
		CAP. 50	12 500 000
Sistema Integrado de Tratamento de Resíduos Sólidos, incluindo ETRS	VAB	TOTAL	5 500 000
		CAP. 50	5 500 000
TOTAL DO PROJECTO SISTEMA INTEGRADO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS INCLUINDO ETRSA		TOTAL	5 500 000
		CAP. 50	5 500 000
TOTAL GERAL DOS INVESTIMENTOS DA VALOR AMBIENTE		TOTAL	32 125 000
		CAP. 50	32 125 000



Região Autónoma da Madeira
Governo Regional